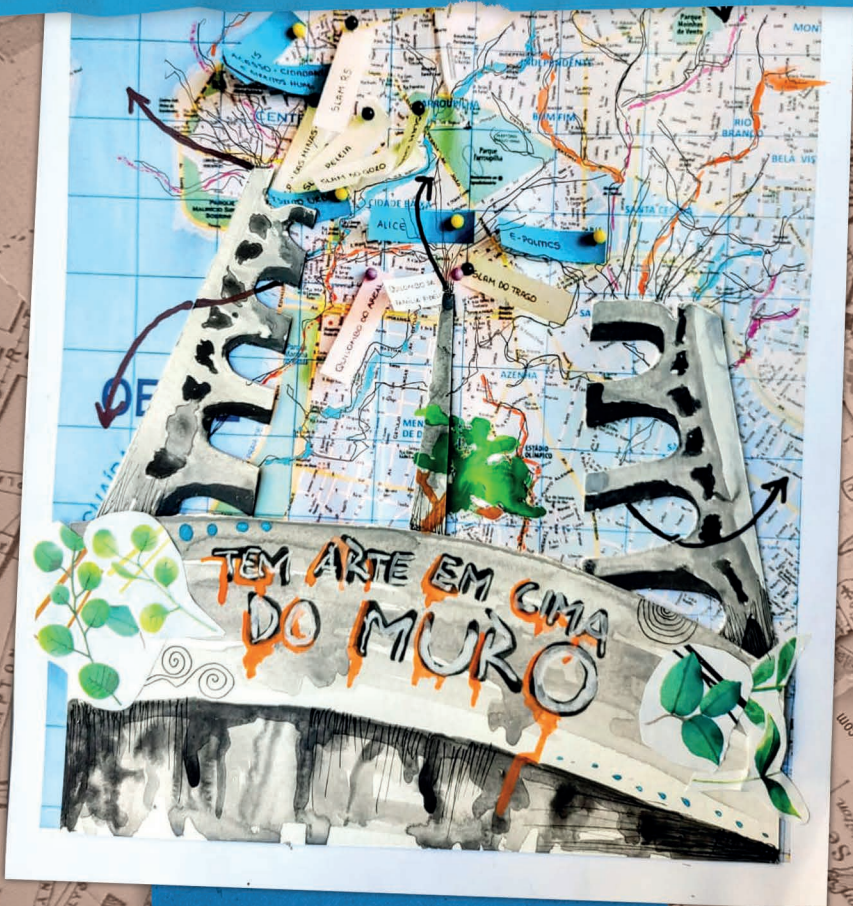




ABRAPSO EDITORA

CIDADES E RESISTÊNCIAS

Intervenções que resistem às práticas de normalização neoliberal nos espaços urbanos



ORGANIZADORAS

Neuza M.F. Guareschi • Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler • Luis Henrique da S. Souza

CIDADES E RESISTÊNCIAS

Intervenções que resistem às práticas de
normalização neoliberal nos espaços urbanos

ORGANIZADORAS

Neuza M.F. Guareschi • Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler • Luis Henrique da S. Souza



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis
2023



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensejar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2022-2023

Presidente: Hildeberto Vieira Martins

Primeira Secretária: Lia Vainer Schucman

Segundo Secretário: Samir Perez Mortada

Primeira Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Segundo Tesoureiro: Alexandre Bárbara Soares

Diretora de Comunicação: Lílian Caroline Urnau

Diretora de Relações Externas: Céu Silva Cavalcanti



ABRAPSO EDITORA

Editora Geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-NãoComercial-SemDerivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cidades e resistências [livro eletrônico] :
intervenções que resistem às praticas de
normalização neoliberais nos espaços urbanos /
organização Neuza M. F. Guareschi...[et al.].
-- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Carolina dos Reis,
Oriana H. Hadler, Luis Henrique da S. Souza.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-21-4

1. Espaços urbanos 2. Psicologia social
3. Sociedade 4. Territorialidade humana
I. Guareschi, Neuza M. F. II. Reis, Carolina
dos III. Hadler, Oriana H. IV. Souza, Luis
Henrique da S.

23-165463

CDD-301.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 301.1

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Financiamento



Projeto gráfico e design de capa: Arnoldo Bublitz

Imagem de capa: Laura Coelho Schaefer e Dan Pinheiro Montenegro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7

PARTE 1

I. NO PRINCÍPIO ERAM OS GESTOS: GESTÃO URBANA E POLÍTICAS DE NORMALIZAÇÃO..... 11

Rodrigo Kreher

II. A PARTILHA DOS CORPOS E DOS RISCOS: OS NOVOS REGIMES DE TRABALHO NO GOVERNO DA PANDEMIA.....28

Tainã Alcantara de Carvalho • Dan Pinheiro Montenegro • Adolfo Jesiel Siebra • Neuza Maria de Fátima Guareschi

III. ENTRE RUÍNAS E MONUMENTOS: PROBLEMATIZANDO OS PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO URBANA E PRESERVAÇÃO HISTÓRICA.....47

Giovana Barbieri Caleano • Gabrielly da Fontoura Winter • Neuza Maria de Fátima Guareschi

IV. POLÍTICAS DE ALIANÇA E O ESPAÇO DO COMUM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: COLONIALISMO, DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA E UM CONTRATO ÉTICO NA TENSÃO.....62

Gabrielle Reichelt Pires • Carolina dos Reis

V. REDUÇÃO DA IDADE PENAL: SOBRE ENQUADRAMENTO E LÓGICAS QUE SE ATUALIZAM.....83

Tiago Schimit • Oriana Holsbach Hadler • Neuza Maria de Fátima Guareschi

VI. UM ROLÊ NA PRAIA: AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA MARCHA DA MACONHA.....104

Fabício Gonçalves Krambeck • Oriana Holsbach Hadler • Carolina dos Reis

PARTE 2

VII. TRAJETÓRIA DE UMA JUVENTUDE VIGIADA: A POTÊNCIA DA ARTE E DOS TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE.....116

Maine Alves Prates • Mariana Gonçalves

VIII. SOBRE A GESTÃO DAS JUVENTUDES NAS PERIFERIAS E A POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS DA PAZ NOS BAIRROS GUAJUVIRAS E MATHIAS VELHO EM CANOAS/RS: OS EFEITOS DISCURSIVOS DA PERICULOSIDADE..... 131

Aline da Silveira Muniz • Maynar Patrícia Vorga Leite • Wesley Ferreira de Carvalho

IX. CORPOS EM MOVIMENTO, TERRITÓRIOS EM DISPUTA: UM OLHAR PARA A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ANFÔM.....151

Ray Carvalho • Bibiana Valiente Umann Borda • Luis Henrique da Silva Souza • Inea Giovana da Silva-Arioli

X. PORTO ALEGRE LGBTQIA+: ESPAÇOS HOSTIS, LUGARES SEGUROS.....165

Francisca Magalhães de Souza • Laura Coelho Schaefer • Luis Henrique da Silva Souza • Marianna Rodrigues Vitória

XI. PÉ NA RUA E OLHO NO JORNAL: TRAJETOS DE UMA PESQUISA SOBRE CIDADES E SUBJETIVIDADES.....189
Jacinta Antonioli Testa • Carolina dos Reis

XII. ENTRE CIDADE E CIDADES: POLISSEMIAS, ERRÂNCIAS E PROFANAÇÕES DO ESPAÇO URBANO.....209
Fernando Zachia Sartori • Carolina dos Reis • Neuza Maria de Fátima Guareschi

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS) 225

APRESENTAÇÃO

Como habitamos mundo? Quais atravessamentos, forças, experiências constituem modos de pensar e viver nos espaços da urbe?

Fruto das ações do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (*e-politics*), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a composição deste livro é feita por autoras participantes deste grupo cujas pesquisas problematizam as relações entre a Psicologia e os mecanismos estatais de gestão dos espaços e das populações. Trazendo experiências de pesquisa de bolsistas de iniciação científica, mestrands, doutorands, colaboradoras. Os escritos aqui reunidos possibilitam tomar cidade e subjetividade enquanto forças indiscerníveis; entendendo que, em meio a gestão das cidades, há diferentes arranjos urbanos e formas de habitar.

Em sua fala no Seminário Nacional *Psicologia e Mobilidade: espaço público como direito de todos*, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia em 2010, Luis Antonio Baptista propõe pensar as cidades não somente como espaços em que sujeitos se deslocam, mas como modos de operar e dar sentido às existências, pois o traçado urbano possui, em “suas linhas, formas particulares de experienciar o tempo, a alteridade e a nós mesmos”. São ferramentas de produção de subjetividades, uma vez que a gestão das cidades se articula à produção de tecnologias que serão responsáveis pela criação de categorias humanas que diferenciam aqueles considerados como sujeitos de direito, bons cidadãos, como os habitantes legítimos da cidade, daqueles reconhecidos como sujeitos indesejáveis, perigosos, imorais, entre outras formas de categorização e estigmatização. Essas tecnologias são constituídas por um conjunto heterogêneo de práticas e domínios de saber sobre a verdade do sujeito no contexto neoliberal que delinea a vida urbana. São o que denominamos por *políticas de normalização*.

Neste sentido, os capítulos aqui apresentados tomam cidade-subjetividade não como duas coisas separadas, em que a cidade seria uma exterioridade que age sobre a subjetividade, mas sim como elementos coengendrados, e problematizam a forma como são produzidas políticas de normalização que constituem o cenário político econômico das cidades brasileiras e quais campos de saber e mecanismos

de poder sustentam essa relação. Frente a isso, este livro apresenta cenas na/com a cidade e as formas pelas quais determinadas políticas de normalização operam a produção de sujeitos por meio da regulamentação do espaço urbano. Portanto, este livro apresenta discussões relativas às práticas de governo das diversas categorias populacionais, tais como a juventude, as populações em situação de rua e ocupantes de áreas irregulares, movimentos sociais e culturais e, inclusive, intervenções na cidade de coletivos que resistem às práticas de normalização neoliberais.

Sua organização é dividida em duas partes percorrendo diferentes sentidos ético-estéticos-políticos atentos aos movimentos que constituem o espaço urbano. A primeira parte deste arranjo é composta por capítulos que refletem sobre os efeitos das políticas de normalização nas subjetividades, ao apresentar discussões onto-epistêmicas em que somos tomados pela força de conceitos operadores que nos fazem experienciar a cidade a partir de códigos decretos, leis e regulamentações. Vemos, desta forma, agentes cidadãos que possibilitam enxergarmos o estabelecimento, o funcionamento e a finalidade de uma sociedade da norma, que não se constitui hegemônica, mas um campo de forças onde enfrentam-se movimentos de luta e questionamento.

Desta forma, no capítulo que abre esta seção, *“No princípio eram os gestos: gestão urbana e políticas de normalização”*, acompanhamos os modos pelos quais uma cidade se vê indissociável de suas maquinarias jurídico-burocráticas. Ao tomar como fio condutor a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial para o acesso aos estabelecimentos considerados essenciais, o autor nos possibilita pensar a gestualidade de toda uma política de circulação e a gestão do gesto das pessoas na urbe. Seguindo esta lógica, em *“A partilha dos corpos e dos riscos: os novos regimes de trabalho no governo da pandemia”*, os autores tratam sobre as racionalidades envolvendo os trabalhos considerados essenciais e não-essenciais durante a pandemia de COVID-19 e como determinados critérios sobre a vida e seus riscos passaram a ser redesenhados nas tecnologias que incidiram sobre os corpos no cenário pandêmico. *“Entre ruínas e monumentos: problematizando os projetos de revitalização urbana e preservação histórica”*, as autoras problematizam como operam as políticas de normalização através de estratégias de esquadramento político-social tendo como foco projetos de revitalização. Ao questionarem a recuperação estética de lugares marcados como sendo de interesse para o desenvolvimento de atividades de mercado, são expostas as amarras entre empreendimento e precarização de vidas. No capítulo *“Políticas de aliança e o espaço do comum na educação superior: colonialismo, desobediência epistêmica e um contrato ético na tensão”*, é a universidade o agente na urbe que passa a ocupar o palco das discussões. Nesta escrita, somos lançados para pensar os efeitos da comercialização do conhecimento e do produtivismo e, mais do que isso, a localizar a branquitude nas lógicas coloniais perpetuadas no espaço acadêmico. No capítulo *“Redução da Idade Penal: sobre Enquadramento e Lógicas que se Atualizam”*, são os processos de criminalização e de produção dos

diversos tipos de morte em relação às juventudes que tomam palco analítico, através da problematização de práticas estatais e da produção de corpos não passíveis de luto. Encerrando esta primeira parte, *“Um rolê na praia: as controvérsias em torno da Marcha da Maconha”* nos leva para a discussão sobre as controvérsias na construção de fatos ao mapear, neste caso, uma multiplicidade de atores que envolvem a Marcha da Maconha. Temos, neste conjunto de capítulos, narrativas que colocam em análise um jogo que se estabelece entre diferentes instituições, articulando-se no interior das relações cidade-subjetividade.

A segunda parte do livro é marcada por cenas andarilhas, onde somos convidados a percorrer espaços da urbe, seguir com seus cheiros, paralelepípedos, ruas e calçadas, caminhando junto a personagens cujas existências refutam origens e fins, mas se apresentam no meio de resistentes insurgências. Nos fazendo desnaturalizar relações banalizadas pelo imperceptível do dia-a-dia, os capítulos trazidos nessa seção nos lançam para problematizar a relação cidade-subjetividade a partir de uma perspectiva sem fora. Sob tal perspectivas nos encontramos no capítulo *“Trajetória de uma juventude vigiada: a potência da arte e dos territórios negros em Porto Alegre”*, onde acompanhamos os percursos de um jovem negro e a produção de territórios de resistência em uma corpografia negra no espaço urbano. Seguindo com a potência de (re)existências, em *“Sobre a gestão das juventudes nas periferias e a política dos Territórios da Paz nos bairros Guajuviras e Mathias Velho em Canoas/RS: os efeitos discursivos da periculosidade”*, percorremos outros territórios ao seguirmos com jovens moradores de periferias que problematizam a noção de periculosidade e os efeitos de políticas de segurança pública em seus bairros. Ao entrarmos em contato com as políticas de guerra e morte produzidas por políticas de normalização, *“Corpos em Movimento, Territórios em Disputa: um olhar para a experiência do Projeto Anfôm”*, nos conta as lutas pela possibilidade de existir e transitar de mulheres haitianas. Neste capítulo são lançados questionamentos sobre os processos de resistências dos corpos atravessados por diversos marcadores, tanto contra uma simultaneidade de opressões, quanto na potência da transversalidade que vivências compartilhadas podem produzir. A partir da experiência sobre como corpos dissidentes de gênero vivenciam violências e resistências cotidianas, *“Porto Alegre LGBTQIA+: espaços hostis, lugares seguros”* nos lança para desassossegararmos os sentidos que a normalização de corpos produz no modo como vivemos a cidade. É assim que somos levados por personagens que nos convocam à invenção de lugares que buscam produzir brechas em um cenário violentamente cisheteronormativo, na emergência de espaços ocupados por corpos tidas como desviantes. Concluindo esta segunda parte, os dois últimos capítulos fecham o livro com narrativas de passagens andarilhas. Percorremos ruas e todas as suas exposições, fios emaranhados, papéis voando, lixos largados, bitucas de café, cacos de vidro, pés descalços que sentem tudo isso. Em *“Pé na rua e olho no jornal: trajetões de uma pesquisa sobre*

idades e subjetividades”, as autoras nos convocam a uma ética da escuta, uma ética na corda bamba, que não ousa definir saberes e encerrar hipóteses sobre o povo da rua, mas revisitar modos normalizados de viver e habitar a cidade. E, fechando essa produção, “*Entre Cidade e cidades: polissemias, errâncias e profanações do espaço urbano*”, parte de uma experiência em extensão para nos metamorfosear em passos errantes por fotografias, grafias de uma cidade que se torna plural, por vezes insubordinada, produzida por subjetividades dissonantes.

Um acontecimento. Em suas relações inacabadas. É assim que entendemos esta obra. Um conjunto de escritos que, conforme Michel Foucault diz na *Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978*, busca “reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de forças, as estratégias” de uma rede de inteligibilidade que não se encerra. Colocando em análise os domínios naturalizados que as políticas de normalização constituem, é na ruptura com as evidências que os capítulos aqui reunidos voltam-se, para tomar a relação cidade-subjetividade no polimorfismo de seus elementos, em seu princípio de acontecimento.

NO PRINCÍPIO ERAM OS GESTOS: GESTÃO URBANA E POLÍTICAS DE NORMALIZAÇÃO

Rodrigo Kreher

NO PRINCÍPIO ERAM OS GESTOS

Acordo quase sempre com as galinhas, embora não seja mais possível encontrá-las onde eu moro. Pelo menos não *in natura*. Entre seis e seis e meia da manhã é o momento de começar a sintonizar os neurônios. Isso passa um pouco por segundos depois de abrir os olhos, recolher o tesão matinal, aquele sopro de vida que lembra o sonhador de que é preciso despertar. Sinal de saúde, diria a medicina. Essa é a primeira tarefa do dia e também o primeiro gesto regulamentar. Dirijo-me ao banheiro, faço xixi, me olho no espelho, lavo as mãos e jogo uma água na cara, higiene e incentivo em apenas mais dois gestos. Enxugo o rosto e em seguida escovo os dentes, faço bochecho e cuspo a espuma do creme dental na pia. Levo o rosto para mais perto do espelho.

Cara a cara com ele, abro a boca e examino o resultado da escovação. Lembro-me da dentista que, toda vez que a visito, elogia a qualidade da minha denteição. Penso tratar-se de sorte na loteria genética, autocuidado, sujeição às políticas de saúde, educação e higiene bucal. E também um pouco de amor à própria imagem, óbvio que na medida do socialmente incentivado e do moralmente aceito, inclusive pela crítica. Gesto de investimento. Reparo uma pequena, suave e inofensiva manchinha na face esquerda do rosto de pele escura, pouco abaixo do olho cor de café. Novidade já há algum tempo e instrumento de contagem da sua passagem. Gesto cronológico. Neste ponto já nem me ocupo mais de enumerar ou medir todos os gestos, mais ou menos milimétricos e programados, realizados nestes primeiros minutos do dia. Eis aí um gesto fundamental à normalidade. O gesto do esquecimento.

Café! Preto, forte, quente, amargo e lustroso. É neste momento que ainda de pijamas procuro pelas pantufas cinzas ao redor da cama, encontro o roupão azul marinho jogado em cima da escrivaninha e me desloco até a cozinha, não sem antes pegar o celular que passou a noite conectado na tomada, descansando no bidê junto

à cabeceira. Já faz algum tempo que não uso o seu alarme para acordar, incorporei o curioso hábito de dormir com a janela entre aberta, deixando entrar no quarto o ar, o som e a luz da noite. Este desencadeou um outro hábito, aquele de me deixar ser despertado pela primeira claridade do dia, tornando na maior parte das vezes inútil tal dispositivo sonoro. Talvez este seja o primeiro gesto de resistência do dia.

Resistência, no entanto, logo exaurida pela atenção dedicada às mensagens ainda não visualizadas. Boleto da conta de luz na caixa de entrada do e-mail, recebido pouco depois da meia noite; indicações e comentários notívagos de filmes no grupo do cinema alternativo da cidade; quatro ou cinco mensagens de amigos e amigas; lembretes, stories, atualizações e “novas sugestões de pins para você”¹. E-mail marcado como lido, boleto em débito automático. Rápida passagem dos olhos pela conversa do grupo de cinema, ligeira expectativa em encontrar uma intrigante sugestão de filme, leve ansiedade em esgotar todas as notificações de mensagens não lidas. Carinhas, risadas, gifs, deboches e arriadas aos amigos e amigas. O dedo indicador da mão direita toca rápido e repetidamente a tela do celular até desmarcar todos os stories nunca efetivamente visualizados. Deslizamento do mesmo dedo para fora da tela, excluindo os demais informes, reclames e notificações. Se antes de todos esses gestos o sol ainda não tinha nascido, agora já é um garotão louro, exibido e brincalhão.

Lembro-me do café. Coloco água na chaleira, a chaleira no fogão, acendo a chama da boca esquerda da frente, deixo-a em fogo baixo. Volto para o quarto e tiro a calça do pijama, por baixo do roupão mesmo. Coloco-me dentro dos jeans do dia anterior, troco o roupão por um corta-vento. Subo o zíper até em cima para esconder a camiseta do pijama. Meias, alpargatas e carteira. Desacostumado, procuro pelas chaves, recordo não serem mais necessárias. Basta um gesto para que o dedo indicativo direito toque o leitor de digitais e, voilà, entradas e saídas desbloqueadas. Abro a porta. Fecho a porta. Já do lado de fora do apartamento, na área de circulação comum do andar, observo a coleção de sapatos em frente à porta do vizinho, reviro os olhos. Primeiro gesto automático e inconsciente de reprovação do dia. Talvez o segundo de resistência. Aperto o botão do elevador e aguardo. Reparo novamente a sapataria do vizinho, desta vez puxo o canto esquerdo da boca.

Entro no elevador, aperto naquele botão com a letra T e, depois disso, com a mesma mão direita, pressiono o dispensador de álcool em gel, fixado junto ao espelho, enquanto as portas atrás de mim se fecham e aquele estranho caixão governado a fios de aço me leva até o térreo. Nesse meio tempo, esfrego as duas mãos uma na outra, entrecruzando os dedos com força. Em seguida, flexiono o

1 Linguagem utilizada pelo aplicativo e rede social Pinterest ao enviar mensagens lembrando seus usuários de acessarem suas contas.

pulso da mão direita e esfrego a esquerda em volta dele. Na sequência, realizo os mesmos gestos, só que agora invertendo as mãos. Ao mesmo tempo, minuciosamente examino o cabelo refletido no espelho. Ao concluir a tarefa das mãos tento arrumá-lo, buscando domesticar a franja e desfazer a maçaroca da noite anterior.

Segundos depois a porta do elevador se abre. “Chegamos ao térreo!”, digo para mim mesmo. Passo pelo corredor que me leva ao hall de entrada, onde encontro uma das faxineiras do prédio. Bom dia. Bom dia. Atravesso o saguão em direção à porta. Lanço um bom dia ao porteiro, não sei se ele me ouve da portaria, às vezes responde, às vezes não, não fico para me certificar. Empurro a porta pesada e logo de cara sinto a brisa gelada da rua. De manhã cedo, o frio do litoral se torna congelante. Sinto aquela rajada veloz de ar úmido e gélido passar como uma corrente elétrica por dentro de todos os meus ossos. Este é, sem dúvidas, o segundo gesto de tesão do dia.

Alguns passos à frente e três ou quatro degraus abaixo, me vejo mais ou menos no meio da calçada. Penso que, para além desse meio, neste momento, também me encontro, mais ou menos no meio da quadra, pelo menos no meio da extensão de um dos seus perímetros e também no meio da cidade. Um gesto irrefletido e me viro à direita, desloco-me em uma velocidade mediana até a esquina. Inclino o corpo levemente para a frente, e, tombando um pouco mais a cabeça, viro-a novamente à direita. Nenhum carro se aproxima, a faixa de pedestres está livre. Atravesso a rua e, com um pequeno esforço, subo o meio fio da nova calçada. Sete horas da matina, a porta de ferro da padaria já subiu. De onde estou é possível sentir o cheiro do pão quentinho recém saído do forno.

Poderia sentar-me em uma das mesinhas externas e tomar um café aqui mesmo. Pensamento que me ocorre todas as manhãs, quase sempre interrompido pelo saldo da conta bancária ou limite do cartão. Lembro-me da chaleira ligada. Resolvo pelo mais simples, entrar na padaria e pedir dois cacetinhos integrais, pois dizem os nutricionistas que não é exatamente saudável ingerir farinha branca, carboidrato refinado, logo cedo. Ainda mais depois dos trinta. Algo a ver com uma espécie de cálculo que leva em consideração o fato de o organismo estar mais lento nesse período do dia e o tempo médio necessário para que o mesmo faça a quebra das moléculas desse macronutriente. Incluo no meu pedido uma fatia de bolo integral vegano para dividi-la entre o lanche da manhã e o da tarde. Este leva aveia, banana, ameixa, nozes, passas, damasco e açúcar mascavo. Gesto de consumo consciente.

Confiante de minha entrada triunfal na padoca, ainda do lado de fora, meus olhos avistam o seu interior e, antes mesmo que eu tenha condições de me dar conta, estranham e se desconcertam com a presença de um organizador de filas formado por quatro pedestais em alumínio, acabamento cromado, fita preta de lona e sistema retrátil. No chão, setas vermelhas de papel adesivo indicando: (a)

o percurso de fila autorizado, (b) a distância mínima entre os clientes em fila, (c) a distância entre os clientes em fila e o balcão de mercadorias e (d) a direção de fila a ser seguida. Um circuito fechado e bem acabado, entrada-balcão-caixa-saída.

Estaciono diante da mais exata linha imaginária que acompanha o vão da porta e os meus olhos são agora atraídos para um único ponto em específico. Leio uma mensagem escrita com pincel atômico em uma grafia que não consegue se decidir entre fôrma, palito ou cursiva: Proibida a entrada sem máscara devido ao decreto municipal. Eu estava sem a máscara. Havia me esquecido dela em casa. Teria sido esse o primeiro gesto profano do dia? A plaquinha me interrompe como um gesto que paralisa, impede, suspende e cancela, ainda que por uma breve fração de segundos, quase todos os demais gestos do meu corpo. Diante desse, que outro gesto é possível?

UM GESTO NOVO E A SUA MECÂNICA DE PRODUÇÃO

É muito provável que o padeiro, o responsável pela administração da padaria ou aquele que, por algum motivo que me é desconhecido, incumbido da tarefa de confeccionar a plaquinha em questão, assim o fez a partir da leitura do decreto municipal que trazia, em um de seus dispositivos legais, a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial para o acesso aos estabelecimentos considerados essenciais. Dentre tais estabelecimentos, por se tratarem de comércios de produtos alimentícios, estão incluídas as padarias.

Esse foi o primeiro decreto municipal² a tratar do uso das máscaras. Ele aparece em um momento em que a cidade, por força de um decreto estadual, fica autorizada a se organizar para a reabertura de algumas atividades econômicas. A maquinaria jurídico-burocrática por trás disso possui uma lógica relativamente simples. Decreto municipal não pode contrariar ou exceder decreto estadual. Pode, no entanto, detalhar, especificar e, por consequência, até mesmo ser mais restritivo em relação àquele ao qual se encontra em uma posição hierarquicamente inferior.

Lembremos que, nesse cenário, a padaria é um serviço essencial e, essencialmente por isso, não teve, em momento algum, o funcionamento de suas atividades interrompido ou suspenso. O que aconteceu foi que antes desse decreto em específico ou, então, durante o lapso de tempo entre o decreto, estadual ou municipal³, que declarou estado de calamidade pública ensejando a interrupção de todas aquelas atividades que não eram por ele definidas como essenciais e o decreto

2 Trata-se do Decreto n. 9870, de 09 de abril de 2020, editado pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC, o qual serviu de base para a montagem destas cenas e discussões.

3 Neste caso pouco importa se o decreto em questão é estadual ou municipal, pois trata-se de pensar seus efeitos na medida em que se circunscrevem à noção de cidade, tomada a partir da sua faceta de sede administrativa de um município.

do padeiro, este que pela primeira vez tratou do uso de máscaras, a padaria sofreu apenas a restrição do seu serviço de atendimento nas mesas, internas ou externas.

O que não estava permitido era a realização do pitoresco hábito urbano ou burguês⁴ de se sentar no balcão ou em uma das mesinhas da rua, pedir um café preto, suco de laranja, farroupilha, misto quente ou pão de queijo, para consumir ali mesmo, enquanto se é atravessado pelo vento frio de uma manhã de outono. Tanto é verdade que durante este breve período, de dois ou três dias, entre o decreto de calamidade pública e o do padeiro, era possível entrar, pedir, pagar e ir embora, sem o uso de máscaras, organizador de filas, setas e plaquinhas.

Pois bem, o decreto do padeiro também não se trata de um documento legal que obriga a população ao uso de máscaras, tampouco autoriza e organiza a retomada de algumas atividades econômicas na cidade. Contudo, vale lembrar que o momento que a cidade vivia era este, um momento de preparação, de inquietação, de questionamento e experimentação de algumas diretrizes e estratégias que pudessem promover o afrouxamento de algumas das medidas restritivas. Portanto, um momento meio nebuloso, confuso, um tanto quanto incerto e indefinido em relação à própria postura da administração da cidade naquilo que lhe diz respeito à produção de um cenário de gestão a partir do exercício da sua função atípica de legislar.

O decreto do padeiro, este que faz fazer a plaquinha informando seus clientes da proibição da entrada na padaria sem o uso de máscaras de proteção facial, da instalação de organizadores de fila etc., para a padaria se situa em um momento entre a suspensão da atividade de atendimento nas mesas e a sua respectiva permissão. Para os decretos, se localiza entre aquele que declara situação de calamidade pública, importante instrumento na construção de um cenário de quarentena e isolamento social, e aqueles que vão gradativamente autorizando a retomada de um certo número de atividades econômicas, importantes para a elaboração de um terceiro cenário: diferente daquele da quarentena e do isolamento social, mas que também não se trata nem de uma retomada completa de todas as atividades e setores, nem de um retorno à organização e funcionamento que se tinha antes de qualquer um desses decretos.

Se pressuponho que esse foi o decreto em específico que engajou o padeiro na confecção da sua plaquinha, faço isso por uma razão muito simples. É nesse decreto que aparece prevista pela primeira vez a aplicação de um conjunto de responsabilizações - sanções administrativas, civis e penais - para aquele estabelecimento considerado como serviço essencial que, durante o exercício de atividade

4 A imagem do hábito urbano pintada tem o objetivo de mostrar através dela que não só ela, mas todo um conjunto de costumes, interações, movimentos, práticas e relações que se dão na relação com a cidade estavam suspensos, utilizando como referência ou suporte a retomada da reflexão esboçada pelo personagem poucos parágrafos acima. Não se trata de dizer que este hábito em específico estava suspenso, e por isso um problema, tampouco de atribuí-lo como exclusividade de um determinado grupo ou classe social.

fiscalizatória e do poder de polícia - função típica de Estado -, se achar desrespeitando a referida norma: esta, que determina a obrigatoriedade do uso de máscaras para o acesso aos estabelecimentos considerados essenciais.

A conduta ilícita detalhada nesse documento legal não diz respeito àquele que ingressa na padaria sem a máscara de proteção facial, e sim à permissão da sua entrada por parte do padeiro. Sendo assim, incorre em ato ilegal aquele que, tendo a capacidade ou o poder de impedir, permite a entrada de outrem na padaria sem que esse esteja usando uma máscara no rosto, tapando boca e nariz, possivelmente presa pelas orelhas. E, nesse caso, este outrem pode ser absolutamente qualquer pessoa, um cliente, um funcionário ou até mesmo o próprio padeiro, na medida em que, cobrando ou não dos demais, não observa a correspondência da sua própria conduta em relação à norma em questão.

De modo muito simples, poderíamos dizer que se trata de uma situação de incidência na irregularidade pela realização de uma conduta que se dá pela sua omissão: é obrigatório o uso de máscaras dentro da padaria, a não observância do uso de máscaras dentro da padaria pode fazer recair sobre o padeiro uma penalização, logo caberá ao padeiro, no âmbito da sua padaria, exigir a utilização das máscaras, incorrendo ele em irregularidade quando se encontrar ele mesmo sem a máscara ou deixar de exigir o uso delas no interior do seu estabelecimento.

As penalidades que podem atingir o padeiro são aquelas elencadas pela legislação sanitária municipal⁵, que vão desde a advertência até a cassação do alvará sanitário, passando pela interdição parcial ou total da padaria. Isso na esfera administrativa, contudo, sem prejuízo das demais sanções civis e administrativas previstas para os crimes de infração de medida sanitária preventiva (Cod. Penal/40, art. 268) e crime de desobediência praticado por particular contra a administração pública (CP/40, art. 330).

Correndo o risco de pagar multa, ter a padaria interditada ou até mesmo fechada pela revogação do seu atestado de conformidade sanitária, nada mais normal que o padeiro, tendo que dedicar sua atenção à fabricação dos pães, se muna de recursos alternativos que, em alguma medida, o relaxe da enfadonha tarefa de vigiar, um a um, tanto a sua clientela e funcionários - o que poderia, inclusive, acarretar eventuais indisposições - quanto a si próprio.

Relaxamento e não desresponsabilização. Relaxamento em relação ao exercício quase que permanente do papel de vigia que lhe estava sendo atribuído, mas não da prática da atividade de vigilância. Razão mesma pela qual não poderia se falar em desresponsabilização. Muito pelo contrário. Uma vez que, continuando a responsabilidade

5 Neste caso, a análise das infrações sanitárias e suas penalidades teve como base a Lei Complementar n° 40, de 10 de julho de 2019, Código Sanitário do município de Balneário Camboriú/SC, uma vez que aparece referida no próprio decreto em questão.

final com o padeiro, a sua plaquinha nada mais indica do que a construção de um aparato⁶, tecnologia, talvez ainda muito singela, que o ajude nessa tarefa, melhorando, qualificando, aumentando as formas e possibilidades de sua fiscalização e reduzindo, com sorte, as oportunidades de se achar em situação de irregularidade.

O que é interessante notar é que esse decreto, o decreto do padeiro, não tinha como função ou objetivo final legislar sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras no interior dos estabelecimentos considerados como serviços essenciais, ainda que o faça. Este ponto trata apenas de um dos incisos do parágrafo primeiro de um dos artigos do decreto. Relacionado àquela que é a sua finalidade principal, sem dúvidas, mas não sendo ela em si. Pois bem, do que efetivamente trata o decreto do padeiro? Qual seria então o seu objetivo mais finalístico? O seu comando mais verdadeiro?

Depois de elencar todos os seus fundamentos jurídicos e políticos, de demonstrar a capacidade legal atribuída ao prefeito por força da lei orgânica do município, a declaração de calamidade pública no âmbito da saúde pública municipal, de abordar o decreto estadual que suspendeu total ou parcialmente as atividades econômicas e recomendou fortemente o isolamento social. Depois de considerar necessário certo equilíbrio entre as medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública, qualificando-as como de importância internacional, e o compromisso da administração pública de garantir que cidadãos e empresas atravessem o denominado período de quarentena com recursos e condições de sobrevivência com qualidade de vida; o posicionamento da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde quanto ao uso de máscaras como estratégia para reduzir o contágio em massa, o papel da Secretaria Municipal de Saúde de proteger a saúde dos habitantes da cidade e considerando ainda que os órgãos do governo devem trabalhar articulados. Após apresentar todos esses elementos, o decreto do padeiro estabelece o uso massivo de máscaras para evitar a transmissão comunitária.

Eis aquilo que o decreto do padeiro se dedica em primeiro lugar: o estabelecimento do uso massivo de máscaras, a recomendação do uso de máscaras por parte de toda a população do município, em todo o seu território - possivelmente com efeitos mais nítidos na cidade -, a fim de permitir a menos arriscada e mais sadia possível circulação de pessoas, mercadorias, dinheiro etc. O decreto do padeiro se dedica a dar conta de um problema de circulação urbana. De ajuste, acomodação e combinação de uma política de circulação de bens⁷ com uma política de

6 Ao longo desta escrita, outras plaquinhas contendo novas e diferentes orientações foram sendo afixadas nas paredes da padaria, complexificando a construção da cena.

7 O termo aqui é utilizado em um sentido um pouco mais próximo daquele do Direito, em que a vida mesma também será tomada como um bem objeto de tutela e regulação jurídica. Poderíamos pensar que a vida, quando entra para a ordem da política, tomando como política aquele espaço mais ou menos circunscrito ao reconhecimento de um ordenamento jurídico, entra sob a forma de um bem. Em alguma medida, o que torna possível que a vida seja juridicamente manejada nada mais é do que a sua produção, sobrecodificação, transliteração ou transfiguração em um bem.

enfrentamento ao problema da circulação de um miasma que tem como uma de suas estratégias fundamentais a imposição de medidas restritivas de circulação, em especial, no âmbito do espaço urbano.

O decreto do padeiro não se ocupa de obrigar toda a população a usar a máscara de proteção facial durante a sua circulação pela cidade. Contudo, faz uma articulação interessante, embora não muito nova, entre vários atores. Ao tratar do uso massivo de máscaras, o que o decreto faz é, do lado da população, orientar, recomendar, incentivar, suplicar o seu uso, esforço de convencimento para que todos ao saírem de suas casas usem máscara. Do lado dos proprietários dos estabelecimentos comerciais considerados como serviços essenciais, do lado do padeiro, obriga-os a exigir de seus clientes e funcionários o uso da máscara durante o período de permanência dentro de suas dependências. E, por fim, do lado dos agentes públicos, servidores do Estado, implica-os legalmente na tarefa de fiscalizar, mediante o exercício do poder de polícia, se a norma destinada aos donos dos comércios essenciais, como o padeiro, está sendo por eles cumprida.

Pequena teia de uma rede muito maior, ainda assim, fração muito bem tramada, a qual amarra cada personagem sobre si e, ao mesmo tempo, um sobre o outro. Fiscal da prefeitura, padeiro, funcionário, consumidor. Em uma de suas pontas, certo ponto de partida, *locus* institucional de enunciação e de distribuição dessa relação de poder. Na outra, aquele ponto aonde se quer chegar, não tanto o seu objetivo, mas a finalidade do poder, o corpo da população, o corpo mesmo do cidadão. Assim, corresponsabilizando no seu exercício o maior número de sujeitos que consegue arrebancar em seu caminho; fazendo passar, como um fio de náilon ou fibra óptica, pelo mais nano-micro-ínfimo espaço de nossas vidas a ideia de que todos devemos, de um jeito ou de outro, nos vigiar, fiscalizar e policiar em relação ao uso da máscara de proteção facial.

Contudo, para a mais veemente montagem desta cena é importante levar em consideração um pequeno detalhe. Nesta manhã, em que me deparo com a plaquinha do padeiro, o decreto que lhe dá origem já não está mais em vigor, sendo substituído por outro que versa sobre a mesma matéria. Revogação e substituição por outro que aprofunda e intensifica a temática em torno das máscaras. Mas por que isso importa? Isso não faz agora cair por terra a necessidade de toda essa, um tanto quanto longa e detalhada, discussão em torno do decreto do padeiro e da sua plaquinha?

Pelo contrário. Isso só reforça a tese de que foi obedecendo ao decreto do padeiro que tal plaquinha foi elaborada, assim como muitos dos outros instrumentos descritos, os quais fazem parte deste singelo aparato de controle desenvolvido pelo panificador. Isso tudo importa, na medida em que, se me dirijo até a padaria para comprar pães todas as manhãs desde antes desse que revogou o decreto do padeiro, já havia me deparado com a plaquinha, a necessidade de uso da máscara,

o movimento fragmentado do corpo e a execução de determinados gestos que ela reivindica e faz fazer. O que também quer dizer que já vinha colocando em prática esse conjunto de sucessivos e pequenos procedimentos, essa gestualidade toda que começava a ser implementada, exigida e fiscalizada.

No entanto, o que ainda não me tinha sido possível fazer era inserir a plaquinha do padeiro em uma cena, ao mesmo tempo em que no interior dela, por um gesto em falso, fora do roteiro, me encontro extemporâneo e foracluído, como o ator que erra o tempo de entrar em cena, a marcação do seu personagem no palco ou quando então se esquece do texto no momento de dizê-lo. Como o sonhador que em sua passagem onírica se percebe nu diante da cidade. A partir desse gesto disruptivo e do seu constrangimento, que outros gestos são possíveis?

AQUELA MAQUINARIA CHAMADA GESTÃO

Nesta manhã, embora a mesma plaquinha continuasse exposta em frente à padaria, o decreto em vigência já não é mais o do padeiro, esse que recomenda o uso massivo de máscaras de proteção facial por parte da população e obrigava o seu uso no interior dos estabelecimentos considerados essenciais. O decreto⁸ agora em vigência determina o uso obrigatório de máscaras no município. Regra um tanto quanto mais simples, abrangente e geral. Fica toda a população obrigada a usar máscaras de proteção facial em todo o território municipal.

O cenário de elaboração tanto do decreto do padeiro quanto do decreto das máscaras se constrói, do ponto de vista legal, a partir da entrada em vigor do decreto do governo do estado que declara situação de calamidade pública por cento e oitenta dias em todo o território estadual. No entanto, a novidade introduzida pelo decreto das máscaras é que esse, por fim, autoriza, dentro de todo um conjunto de novas regras e condições, a retomada de grande parte das atividades econômicas, ou seja, para além das essenciais e daquelas assim consideradas como; permitindo ainda o retorno do funcionamento daqueles espaços destinados à prática esportiva, sejam eles públicos ou privados, fechados desde o decreto que deu início a quarentena.

Naquilo que diz respeito ao seu conteúdo específico, o decreto das máscaras torna obrigatório o uso de máscaras de proteção facial por toda a população do município, sem prejuízo das recomendações de isolamento social. Máscaras caseiras, cirúrgicas, hospitalares, das costureiras do bairro, do comércio especializado em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), da indústria têxtil, do vestuário e da moda, gourmetizadas ou não etc., pouco importa. O que importa é que as

8 Trata-se do Decreto n. 9897/2020, de 29 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras no município de Balneário Camboriú/SC.

máscaras sejam usadas por toda a população. Essa é a primeira e principal conduta que deve ser observada por todos para se estar em consonância com a norma, isto é, para não sofrer as penalizações impostas pelo decreto.

Como forma de detalhamento da conduta em questão, o decreto das máscaras complementa a referida norma especificando a sua dimensão. Quando ela se aplica? Em que lugares e situações toda a população deve usar máscaras? Nesse ponto, muitas daquelas situações elencadas pelo decreto do padeiro serão agora atualizadas pelo decreto das máscaras. Além da obrigatoriedade do uso de máscara para se ingressar naqueles estabelecimentos considerados como essenciais, figuram também o uso obrigatório para motoristas e usuários de táxis e similares, bem como para o acesso e desempenho das atividades realizadas em repartições públicas, privadas ou que tiverem o seu exercício liberado.

Contudo, para além disso, é especialmente sobre aquelas situações experimentadas no espaço urbano que o decreto das máscaras vai se dedicar, obrigando o uso delas nos espaços públicos, para a circulação nas ruas e calçadas, locais destinados à prática esportiva, áreas comuns de condomínios verticais e horizontais e demais ambientes coletivos. O uso da máscara se estende agora a todas as formas e possibilidades de se estar, passar e ocupar o espaço público da cidade. Não apenas para ingressar na padaria, mas também para se movimentar ao longo dos trinta metros até ela. Não somente para entrar no supermercado ou na farmácia, mas também para se deslocar ao encontro deles.

O que começava a ser encenado agora não é mais um regramento específico para a permanência no interior de determinados espaços, o qual vincula um consequente regulamento dos gestos do sujeito, mas também um regramento sobre a própria circulação pela cidade, vinculando, por sua vez, um regramento dos gestos praticados pelo sujeito no espaço público urbano. O que começa a ser ensaiado é, em alguma medida, uma nova reconfiguração da relação entre sujeito e espaço público urbano, uma nova reformulação do próprio sujeito do espaço público da cidade, por meio dos seus gestos.

Também é nesse sentido que o decreto das máscaras agora vai ser capaz de incorporar em seu texto a inovação desenvolvida pelo padeiro, orientando que os estabelecimentos privados cuja realização de suas atividades esteja permitida, tome as providências necessárias para que o disposto no referido documento legal seja cumprido. Se antes a questão era basicamente a obrigatoriedade do uso de máscara dentro dos estabelecimentos considerados como essenciais, trazendo consigo algumas recomendações naquilo que diz respeito à intensificação das práticas de higiene, como disponibilização de álcool em gel 70% e limpeza periódica das superfícies, agora oficializa também aquela estratégia encontrada pelo padeiro para não só lembrar e exigir dos seus funcionários e clientes a observância do uso de máscara, mas também para conduzir seus comportamentos, gestos e movimentos

no interior da padaria. Disseminação de uma espécie de aparato de controle, não necessariamente o mesmo ou exatamente igual para cada estabelecimento, mas o desenvolvimento e a implementação de um certo aparato com a função de controle que atenda às normas firmadas.

Naquilo que diz respeito à aplicabilidade do decreto das máscaras, bem como das sanções por ele previstas, permanecem as atividades de fiscalização e exercício do poder de polícia do poder público autorizadas a tomarem as atitudes necessárias e cabíveis ao fiel cumprimento das normas estabelecidas. O que também quer dizer que no âmbito da responsabilização permanece operante a noção de desobediência como infração para a esfera administrativa quanto de medida sanitária e de crime de desobediência no âmbito do direito penal. A diferença agora está presente na ampliação do rol de sujeitos passíveis de serem responsabilizados, não mais somente na direção dos proprietários de estabelecimentos considerados como essenciais, mas estendendo-se a toda a população, a todo e qualquer cidadão que for encontrado fora de sua residência sem a máscara de proteção facial.

Portanto, do decreto do padeiro para o decreto das máscaras, o que temos é uma ramificação ou capilarização muito mais extensa dessa estrutura de controle a partir da ampliação e deslocamento de quatro pontos-chave. O primeiro diz respeito à fiscalização por parte do poder público, que no decreto do padeiro se dirigia ao padeiro, fazendo com que esse lançasse mão de uma conduta fiscalizatória semelhante em relação aos seus funcionários e clientes. No fim das contas, aquilo que ficava estabelecido para estes últimos - o uso da máscara - tratava-se mais de um encargo moral e menos de uma obrigação legal. O que sem dúvidas também faz funcionar, nos termos de prática social que se legitima, um dispositivo de fiscalização dos gestos de si e dos outros igualmente semelhante. Uma espécie de atualização desse movimento ou política de disseminação, redistribuição e transferência do exercício do poder de polícia para além dos agentes de uma função e atividade típica do Estado.

O segundo e o terceiro ponto estão relacionados às sanções e aos sujeitos sobre os quais elas recaem a partir do exercício da atividade fiscalizatória e do poder de polícia praticado pelo Estado. No decreto do padeiro, as sanções se dirigiam única e exclusivamente aos proprietários dos estabelecimentos considerados como essenciais, de modo que só esses podiam efetivamente incorrer em infração ou crime de desobediência. Com o decreto das máscaras, a conduta ilícita se desloca da figura do empresário para a população em geral, o que significa não só o aumento do número de infrações e de infratores, ainda que em potencial, mas também do próprio conceito ou definição de desobediência, que, nesse caso, antes poderia ser entendido mais ou menos como uma conduta ilícita própria, isto é, que só poderia ser praticada por uma determinada categoria da população, para a totalidade ou quase totalidade do conjunto populacional.

Por fim, o quarto ponto de ramificação se refere a esta reconfiguração quanto aos locais de incidência do decreto. Primeiro restrita a lugares mais ou menos pontuais e delimitados, serviços essenciais e estabelecimentos privados assim considerados e que em razão disso tinham autorização para funcionar. Agora, extensão, multiplicação e dispersão para o espaço da cidade como um todo, para o espaço público e todos os seus recantos. Fiscalização e responsabilização da população por desobediência, operada a partir da sua individualização, na medida em que esta se encontra em situação de irregularidade ao transitar, circular e ocupar o espaço público da cidade.

Conforme já mencionado anteriormente, tal regramento aparece em um momento em que aquilo que está em implementação é o retorno do funcionamento de alguns serviços e atividades econômicas que durante a vigência do decreto do padeiro estavam suspensas por força do decreto estadual que estabelecia a quarentena e recomendava o isolamento social em toda a unidade federativa. Para se designar esse contexto, o vocabulário que começou a circular é o da flexibilização das medidas restritivas. No entanto, quanto a isso que passou a ser chamado de flexibilização das medidas restritivas, parece importante se fazer uma ou duas observações.

Em um primeiro momento, a ideia de flexibilização das medidas restritivas pode nos levar a acreditar que se trata de um afrouxamento em relação à quarentena e ao isolamento social na medida em que esses são entendidos como o resguardo do cidadão em seu abrigo particular. O que, em um certo sentido, não deixa de ser verdade. De fato, a concepção de flexibilização das medidas restritivas se relaciona com a identificação da presença de um maior número de pessoas circulando pelas ruas da cidade, ideia que em alguma medida se distancia das noções de quarentena e, em especial, de isolamento. Contudo, vale lembrar que não era exatamente a circulação de pessoas pelas ruas que estava proibida.

O isolamento social era conduzido muito mais na linha de uma ampla e irrestrita campanha de sensibilização - disparada a partir dos meios de comunicação e órgãos do poder público municipal, estadual, federal e das mídias privadas -, a qual recomendava que aqueles que, em função das suas atividades e trabalho, pudessem, permanecessem em suas casas. Já a quarentena⁹, imposta por uma série de decretos municipais e estaduais¹⁰, opera na redução ou suspensão de uma série de serviços e atividades, públicas e privadas, tendo como um de seus principais critérios a capacidade que estas têm de promover a aglomeração e a circulação de pessoas.

9 Apesar do nome, quarentena, os sucessivos decretos expedidos pelos executivos municipal e estadual não tinham como tempo de vigência previsto o equivalente a quarenta dias. Em geral, duravam uma ou duas semanas e, findado esse prazo, eram revogados e substituídos por outros que atualizavam as normas conforme a excepcionalidade do momento.

10 Para a construção deste cenário também foram analisados decretos do município de Balneário Camboriú - SC e do Estado de Santa Catarina.

Assim, com a quarentena, por força de lei, escolas, universidades, teatros, cinemas, shoppings, bares e restaurantes, por exemplo, tiveram suas atividades afetadas, ora efetivamente suspensas, ora oferecendo e prestando, conforme a especificidade e qualificação de cada um, serviços na modalidade de compra online, tele-entrega ou apenas retirada em loja. Outras medidas empregadas pelo instituto da quarentena dizem respeito à suspensão temporária e indefinida do transporte público urbano, da operação das linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais e da instalação de barreiras sanitárias nas entradas da cidade. Todas essas medidas implementadas não dizem respeito exatamente à proibição ou restrição da circulação de pessoas no espaço público da cidade. Trata-se, outrossim, de medidas que restringem o desempenho de atividades econômicas e sociais que possuem como expectativa de impacto a redução do número de pessoas nas ruas e consequentemente convocam a população para a prática do isolamento social.

Talvez, se possa considerar os decretos municipal e estadual¹¹, que determinaram o fechamento das praias, como uma medida proibitiva de ocupação de um espaço público por parte da população, no momento em que aceitação, não da quarentena, mas do isolamento social era baixa. Esses decretos foram baixados após a circulação reiterada de carros do corpo de bombeiros com alto-falante que informava os habitantes do contexto e os conclamava para retornarem às suas casas. Naquilo que diz respeito ao exercício do poder de polícia, os decretos de fechamento das praias autorizou que tanto a guarda municipal quanto a polícia militar abordassem e, se necessário, tomassem providências coercitivas de remoção daquele que se encontrava irregularmente ocupando a praia.

Portanto, as medidas restritivas, em primeiro lugar, se dirigem ao desenvolvimento das atividades econômicas e sociais, sendo também sobre elas que a ideia de flexibilização se volta. Flexibilização em relação aos decretos que restringem ou suspendem algumas atividades, retorno de algumas das atividades restringidas, ao mesmo tempo em que permanece valendo a quarentena para certos setores e se mantém a orientação de isolamento social. Contudo, a flexibilização das medidas que restringem as atividades econômicas e sociais vai ter como um de seus efeitos, um tanto quanto óbvio e esperado, o aumento do número de pessoas circulando pelas ruas e demais espaços públicos da cidade. Pois bem, é nesse momento que se tem o aparecimento de um novo problema, um problema de gestão, de administração da cidade, que vai precisar ser politicamente manejado.

Se a retomada de algumas atividades, antes restringidas, agora passa a enfraquecer a política de quarentena e isolamento social, levando mais pessoas às ruas; para controlar a transmissão comunitária, a dispersão mais acelerada de um miasma e garantir a qualidade sanitária da cidade, vai ser necessário organizar,

11 Decreto n. 9.876, de 16 de abril de 2020.

dispor, movimentar, acompanhar, fiscalizar, educar, incidir e produzir os comportamentos dessa população em vias de sair de casa, a sua higiene, os seus hábitos e os seus gestos, não só ao nível do seu corpo, mas também na relação desse corpo, desse corpus populacional, com o espaço público, com o espaço da cidade.

Nesse sentido, o que se tem são duas táticas diferentes, mas operadas em conjunto e de modo concomitante. De um lado, conforme já mencionado, ação estatal de reautorização do funcionamento de um grande número de atividades econômicas. Não bem retorno regular dessas atividades, exatamente como antes da quarentena, mas autorização da sua retomada a partir e dentro de uma série de condições sanitárias que podem impactar na sua dinâmica, logística, horários, turnos, quadro de funcionários etc. Flexibilização da proibição temporária do desenrolar diário dessas atividades. Pois bem, e essas condições, esse novo jeito autorizado de fazer essas atividades funcionar é que dizem respeito à segunda tática. Desse outro lado, todo um esforço normativo, regras das mais variadas, que passam a incidir no interior dos espaços, públicos e privados, e que têm como principal ponto de estabilização, de repouso, como objetivo final, o sujeito.

De um lado flexibilização ou afrouxamento das medidas restritivas que recaiam mediante decreto sobre o desenvolvimento de algumas atividades econômicas e sociais, de outro, e ao mesmo tempo, intensificação, ampliação, maximização e ramificação de um complexo conjunto de regras de gestão e individualização da população, sobretudo quando do seu encontro com o espaço público e a cidade, o espaço público urbano e aqueles privados que, de alguma maneira, exercem função ou atividade pública. Tática essa que terá como grande símbolo, signo visual, significante, a máscara de proteção facial.

Em uma peça de teatro, a máscara seria algo como aquele elemento que de alguma forma se faz presente em quase toda a encenação, que transita pela história, passando por dentro o cenário, os atos e as cenas, as personagens, as falas, os gestos e as expressões dos atores. Tal elemento pode ser tanto um objeto quanto uma pessoa, uma imagem etc. Para uma produção teatral, o mais importante não é o que ele é, qual a sua origem, definição ou qualificação, mas sim qual a sua função no interior do espetáculo, o que ele é capaz de fazer, de operar e de conduzir ao longo da história. Esse elemento, que nas artes cênicas pode ser chamado de alegoria, se destaca na medida em que atua como um articulador de todos os demais elementos com a história, tornando possível movimentá-la, ao mesmo tempo em que também é capaz de concentrar em si mesmo toda ela.

Tomando a alegoria da máscara para fazer um breve recorrido pela cena do trajeto até a padaria, é possível pensar que a mesma está presente do início ao fim, desde o momento em que fecho a porta do apartamento e chamo o elevador, até o instante em que, diante da proibição de entrada na padaria sem ela sou levado a me perguntar que outro gesto é possível? A máscara como uma alegoria

não só está presente o tempo todo, como durante toda a condução da cena ela aparece por meio da sua ausência. É muito mais a imagem que ela evoca, aquilo que ela enuncia e os seus efeitos que constroem e movimentam a cena do que a concretude do objeto em si.

Nesse sentido, também se engana aquele que pensa que tanto a origem quanto a justificativa da sua necessidade repousam nos decretos estaduais e municipais. Talvez em um certo sentido, quando a pergunta que se faz é sobre o porquê do uso obrigatório das máscaras de proteção facial. Situação em que a resposta seria porque a lei manda. De modo que a próxima pergunta lógica a se fazer seria: por que a lei manda? Seguramente que para proteger a população! E assim mataríamos a charada e junto com ela todo e qualquer outro gesto que ouse pensar algo diferente disso.

Foucault talvez diria que os decretos são algo como ferramentas ou instrumentos postos em funcionamento pelas instituições com a finalidade de fazer circular um certo número de enunciados que se reportam aos discursos aos quais se ligam ou de onde emanam. Não são nem o começo, nem o fim e tampouco o ponto intermediário mais importante dessa rede discursiva. Ao mesmo tempo em que ajudam a transportar também estabilizam tais enunciados, ainda que temporariamente, dando a eles certa oficialidade, uma forma um pouco mais suntuosa e palatável no jogo do verdadeiro e do falso. São meras tecnologias do poder.

No entanto, se a partir desta perspectiva nos perguntarmos como o uso da máscara passa a ser obrigatório, como isso se torna possível, seremos levados a pensar em como tal problemática surge, quais batalhas foram travadas, que paradoxos ela contém, quais seus efeitos, o que ela produz e a que domínios de saber e relações de poder ela se vincula. Possivelmente não encontraremos nenhuma resposta satisfatória nos decretos, de modo que talvez precisaremos descartá-los como documentos de verdade, o que implica deixar de procurar essa história das máscaras no seu interior. Os decretos não contém as máscaras, mas a alegoria detém os decretos. Redimensionar o lugar de imprescindibilidade do direito é sempre uma tarefa política.

○ GESTO DA INTERROGAÇÃO

Contudo, quando acompanhamos a trajetória desta alegoria através da cena, veremos também como ela a constrói, reunindo e dispondo ao mesmo tempo ao redor de si e em torno do cenário, amarrando um ao outro, de modo muito sutil - dispensador, álcool em gel, plaquinha, padeiro, fiscal, cidadão, decreto, padaria, espaço público, cidade etc. - vai exercendo certa função de direção, posicionando cada um desses elementos, mostrando o texto com o qual estão comprometidos,

o seu *timing*, a sua entrada e saída de cena, sua função, seu papel e as questões e conflitos que conjuntamente abordam.

É como se através da máscara fosse possível experimentar a cena desde o seu interior e na medida da sua construção. Conhecer a sua maquinaria e entrever aquilo que ela mostra a partir deste ponto: uma costura do tempo no espaço. O que a cena nos faz enxergar é uma certa espacialização do tempo, uma distribuição do tempo no espaço. Tempo entendido aqui como as problemáticas que nos interrogam, um certo número de problemas éticos, estéticos, políticos e morais que nos acometem e nos marcam profundamente. Espaço como aquele conjunto de localizações concretas onde tais problemas se corporificam, aparecem encarnados, se mostram como jogos agonísticos e completamente despidos de abstrações metafísicas.

Talvez um pouquinho como aquilo que o Foucault gostava de dizer a respeito do seu próprio trabalho. Dizia que o que queria com as suas pesquisas era fazer aparecer “fragmentos filosóficos em canteiros históricos” (Foucault, 1980/2003, p. 336 - Mesa Redonda,), ou então, como muito bem situou João Leite Ferreira, “colocar problemas a partir de suas formas mais singulares e concretas” (Ferreira, 2015, p. 413). A cena no interior da qual a máscara agora nos coloca é aquela do teatro da gestão do gesto da gente no espaço da cidade. Da gestualidade como um problema para a política urbana.

E pode parecer que muito tempo tenha se passado desde o momento em que fui de súbito paralisado pela plaquinha do padeiro até o instante em que pareço voltar a mim, talvez um pouco aturdido, desnortado, ainda estático, petrificado, como o veneno do escorpião que imobiliza a sua presa ou quando sonhamos que já estamos acordados, conscientes e atentos a tudo que se desenrola à nossa volta, mas ainda assim não conseguimos levantar. Como o paciente que enlouquecido pela instituição se vê sendo transportado de uma ala à outra, em uma cama de rodinhas da qual não consegue pular, pois tem seus braços e pernas contidos por ataduras de couro e fivelas de metal. Volto para a casa e pega a máscara, a plaquinha do padeiro parece sussurrar baixinho em meu ouvido. Mas além desse, que outro gesto é possível?

REFERÊNCIAS

Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. (1940). Código Penal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

Decreto n. 9.826, de 17 de março de 2020. (2020). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências. <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/decreto/2020/982/9826/decreto-n-9826-2020-dispoe-sobre-as-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-coronavirus-covid-19-e-da-outras-providencias>

Decreto n. 9.876, de 16 de abril de 2020. (2020). Regulamenta a forma de acesso às praias do Município para a prática esportiva, durante o estado de calamidade pública decorrente do Coronavírus (Covid-19) e dá outras providências. <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/decreto/2020/987/9876/decreto-n-9876-2020-regulamenta-a-forma-de-acesso-as-praias-do-municipio-para-a-pratica-esportiva-durante-o-estado-de-calamidade-publica-decorrente-do-coronavirus-covid-19-e-da-outras-providencias>

Decreto n. 9897, de 29 de abril de 2020. (2020). Dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras no Município de Balneário Camboriú e dá outras providências. <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br//site/?r=site/acervoView&id=2464010>

Ferreira, João Leite (2015). Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 411-420. <https://www.scielo.br/j/ptp/a/XJ5PQ4kkt5MgRN-fX8WCmyf/?format=pdf&lang=pt>

Foucault, Michel (2003). Mesa redonda de 20 de maio de 1978. *Estratégia, Poder-Saber* (V. Ribeiro, trad., pp. 335-351). Forense Universitária. (Original publicado em 1980)

Lei Complementar n. 40, de 10 de julho de 2019. (2019). Institui o Código Sanitário, dispõe sobre normas relativas à saúde no Município de Balneário Camboriú, estabelece penalidades, e dá outras providências. <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-complementar/2019/4/40/lei-complementar-n-40-2019-institui-o-codigo-sanitario-dispoe-sobre-normas-relativas-a-saude-no-municipio-de-balneario-camboriu-estabelece-penalidades-e-da-outras-providencias>

A PARTILHA DOS CORPOS E DOS RISCOS: OS NOVOS REGIMES DE TRABALHO NO GOVERNO DA PANDEMIA

Tainã Alcantara de Carvalho

Dan Pinheiro Montenegro

Adolfo Jesiel Siebra

Neuza Maria de Fátima Guareschi

INTRODUÇÃO

Embora os desdobramentos de uma pandemia transcorram, via de regra, de forma bastante idiossincrática, na medida em que seus efeitos estão condicionados não apenas ao fato biológico *strictu sensu*, mas articula-se também – de modo intrínseco – a fatores sociais, econômicos, culturais e políticos de cada momento histórico (Rosenberg, 1997), tais acontecimentos mórbidos são encarados como extremamente férteis do ponto de vista analítico, sendo acionados enquanto uma chave de leitura privilegiada para compreender tanto as nuances e especificidades que pautam cada regime societário (Kodama & Pimenta, 2020) como “a imagem que uma sociedade tem de si mesma” (Revel & Peter, 1988, p. 144).

Assim, em meio aos diversos estudos que fizeram deste acontecimento pandêmico, em menor ou maior grau, seu núcleo de análise, nos deteremos com especial atenção ao segmento bibliográfico voltado para o âmbito do trabalho. A justificativa para tal recorte encontra-se no fato de que, ainda que esse campo seja conhecido por desfrutar de um copioso e heterogêneo acervo direcionado para as mais distintas especificidades do universo laboral – mesmo antes da pandemia –, a questão é que com o estabelecimento dessa crise sanitária, o *modus operandi* de grande parcela das modalidades de trabalho em vigor passaram a divergir da principal orientação sanitária de combate ao Covid-19: o distanciamento e o isolamento social. Com efeito, para fazer frente a essas novas necessidades e limitações colocadas pela pandemia, uma outra agenda de problematizações começou a tomar forma.

No caso do Brasil, em um regime de governo de cunho neoliberal, cuja predileção explícita pela economia (Economia pode parar..., 2020) vem corroendo a capacidade

do sistema de seguridade social em atender minimamente às necessidades da população, estar em condições de adotar tais medidas sanitárias – a exemplo das citadas anteriormente – torna-se, além de uma tarefa árdua, um feito para poucos (Pinto & Cerqueira, 2020). Nesse sentido, a determinação compulsória – por parte das autoridades brasileiras – do teletrabalho enquanto modalidade laboral prioritária foi tratada como estratégica, pois, afora sua tentativa de mitigar a tensão entre a proteção da vida e a defesa da economia – ao visar deter o contágio ocasionado pela circulação de trabalhadores em função de suas atividades laborais, sem que dessa forma fossem gerados maiores impactos na economia (Araújo & Lua, 2021); tal medida também passou a ser encarada enquanto um mote oportuno para instigar as transformações digitais nas empresas, permitindo que elas avançassem do ponto de vista tecnológico em pouco tempo (Cavallini, 2020, Dez anos..., 2020; Piccolotto, 2020).

Em todo caso, malgrado fossem os propósitos e sentidos que essa ação projetava, tão logo os primeiros esforços foram se materializando, o que se verificou efetivamente foi uma abissal diferença no momento de operacionalizar esta medida. Isso porque essas tentativas acabaram expondo uma dimensão ofuscada pelo imaginário da “democracia virtual do vírus”, ao evidenciar o fato de que, apesar de estarmos sob a mesma tempestade, tal condição não significaria necessariamente que estaríamos no mesmo barco (Minayo & Freire, 2020). Na realidade, em termos gerais, o que ficou patente foi o fato de que apenas uma pequena parcela da população economicamente ativa pôde usufruir dos benefícios desse novo formato (Goés, Martins, & Nascimento, 2021), enquanto que para a grande maioria dos trabalhadores não foram fornecidas as condições mínimas para viabilizar essa opção – ou tampouco ela foi cogitada – por se tratar de serviços cuja presença e indispensabilidade foram consideradas “essenciais”.

Entretanto, a despeito desse cenário, insta observar também que, embora a maioria dos trabalhadores que se mantiveram em circulação temessem por agravos a sua vida, posto que foram impelidos a constantes situações de risco de infecção – condição essa ainda mais agudizada pela ausência de uma mínima contrapartida por parte da esfera empresarial e estatal, a exemplo dos entregadores por aplicativo (Com pandemia..., 2020), a possibilidade de resguardar-se dessas novas ameaças através da adoção do teletrabalho realizada por outra parcela de trabalhadores por se tratar de uma atividade “não-essencial” também não proporcionou – como a princípio poderia pressupor – a completa e irrestrita preservação do seu estado de saúde. Na prática, o que vem se registrando acerca dessa outra condição laboral, em seus diversos níveis, são relatos de impactos psicológicos e físicos negativos (Federação das Indústrias do Estado do Ceará [FIEC], 2020), de comprometimento da saúde mental (Pinho et al., 2021), de aumento na incidência de Síndrome de Burnout (Araújo, Oliveira, Rocha, & Bernardino, 2021) e de uma maior percepção de ansiedade e estresse (Lipp & Lipp, 2020).

Nesses termos, partindo do entendimento de que a pandemia afetou todos os trabalhadores, ainda que de maneiras bastante distintas, neste capítulo objetivamos problematizar a partilha desigual dos riscos e vulnerabilidades no contexto da pandemia de Covid-19, tomando como principal vetor de análise a distribuição dos corpos entre os distintos regimes de atividades essenciais e teletrabalho. Com isso, visamos situar este trabalho no horizonte de uma produção do conhecimento comprometida com a interrogação permanente das nossas práticas enquanto sociedade, colocando em relevo não apenas a cisão entre atividades essenciais e teletrabalho em si mesma, mas sim e fundamentalmente os próprios processos de enquadramento e precarização da vida que a constituem.

Para tanto, em um primeiro momento, abordaremos o tratamento concedido ao trabalho do ponto de vista institucional, especialmente a partir da Reforma Trabalhista operada em 2017, considerando suas reverberações nas ações voltadas para essa área durante a pandemia. A seguir, nos debruçaremos sobre dois léxicos que passaram a povoar as discussões voltadas para o trabalho no decorrer da pandemia: os trabalhos essenciais e não essenciais, visando examinar as continuidades e descontinuidades constitutivas entre eles. E, por fim, nas considerações finais, serão traçadas possíveis compreensões sobre os modelos de trabalho na pandemia que tragam à tona o caráter das atuais transformações do mundo do trabalho – atualizações, manutenção da precarização ou saída ao labor?

A PRECARIZAÇÃO COMO *MODUS OPERANDI* DE GOVERNO

Apesar da percepção de que durante o período de isolamento social houve um recrudescimento no processo de precarização do trabalho, dado que o exercício laboral realizado de forma presencial passou a colocar a vida do trabalhador em risco direto, nota-se que o seu avanço não consiste em um fenômeno exclusivo deste momento. Ao realizar um recorte dos últimos anos, chama a atenção o conjunto de reformas econômicas e estratégias governamentais que foram sendo operadas – como a Reforma Trabalhista de 2017 – sob a alegação de garantir mais empregos e, com isso, estimular a retomada do crescimento econômico.

No escopo desse respectivo Projeto de Lei, por exemplo, já se faziam presentes pautas como a contribuição sindical facultativa, o estabelecimento do trabalho de gestantes em locais de insalubridade de nível baixo e médio, a possibilidade de exclusão do tempo de deslocamento casa-trabalho-casa como tempo de trabalho e a inserção do trabalho intermitente. Aliado a isso, entre outras propostas de mudanças na legislação, havia também o estabelecimento de maior carga horária ao tempo de trabalho parcial, passando de 25 para 30 horas semanais ou 26 horas semanais com acréscimo de seis horas suplementares semanais; a formalização do banco de horas, podendo ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a

compensação ocorra no período máximo de seis meses; a possibilidade de estabelecimento de jornada 12 x 36 horas mediante “acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho” e a adição do regime de teletrabalho.

Entretanto, acerca do conteúdo geral deste, à época, Projeto de Lei, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos destaca que o argumento empregado em defesa das mudanças nos direitos dos trabalhadores, de forma a cobrir também trabalhadores informais e subempregados, somente ampliou e criou “formas precárias de trabalho, garantindo suposta segurança jurídica para as empresas, em detrimento da proteção ao trabalhador” (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [Dieese], 2017, p. 2). Observa-se, portanto, como o processo de precarização do trabalho vai assumindo, gradativamente, feições cada vez mais legais, passando a dispor, inclusive, de uma instrumentalidade jurídica, sob o ímpeto de superar a crise econômica que marcava o país à época. Um tipo de aparato legal que, em última instância, apenas colaborou para a manutenção de formas precárias de trabalho (Pereira, Barbosa, & Saraiva, 2021), bem como ensejou a inserção de novos modelos de informalidade ou excepcionalidade – como até então eram reconhecidos alguns vínculos laborais – à legalidade jurídica, mesmo com a preservação dos traços de precariedades que as caracterizava.

Essa articulação entre estratégias estatais e os interesses do mercado em nome das possibilidades de diminuição de gastos e reaquecimento da economia ilustra justamente a fala de Safatle (2021) quando trata dos impactos dessa relação e de seus objetivos sobre o trabalho e sobre as organizações que defendem os trabalhadores:

o neoliberalismo é um modo de intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito. Pois, para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar, o Estado deveria intervir para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia. Ele deveria bloquear principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social. Isso significava, concretamente, retirar toda a pressão de instâncias, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar tal noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classe. (p. 18)

Em consonância com tais apreciações, Foucault também colocará, a partir da exposição dos paradoxos de um governo liberal em defesa do livre mercado, como esse mesmo regime de governo deverá garantir “trabalhadores em abundância, trabalhadores suficientemente competentes e qualificados, trabalhadores que sejam politicamente desarmados para não fazer pressão sobre o mercado de trabalho” (Foucault, 2008, p. 88). Ter-se-ia, dessa maneira, “uma espécie de estímulo para

uma formidável legislação, para uma formidável quantidade de intervenções governamentais, que serão a garantia da produção de liberdade de que se necessita, precisamente, para governar” (Foucault, 2008, p. 88). Isto é,

o governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. E, nessa medida, vocês vêem que a relação definida pelo liberalismo do século XVIII é inteiramente invertida. (Foucault, 2008, p. 165)

Com efeito, o mercado converte-se em uma espécie de local de verificação (Foucault, 2008), a partir do qual são traçadas as verdades que devem ser aceitas e pelas quais devem ser conformados a população, o trabalho e o Estado. Com isso, torna-se possível entender como o discurso em defesa da transformação dos trabalhadores em empresas, regido pela lógica de mercado intitulada empreendedorismo, torna-se menos amargo. Sobre essa ótica, assinalam Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 145) que “todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse ‘empreendedorismo’ humano”. Isto é, a empresa enfim foi “promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (Dardot & Laval, 2016, p. 378), afinal, como já dizia Margareth Thatcher, citada por Safatle (2021, p. 17): “A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”.

Nesse sentido, tem-se que a relação indicada entre Estado e mercado durante a pandemia tornou-se cada vez mais estreita, motivo pelo qual, propositalmente, poderíamos caracterizar o governo federal, em função de seu posicionamento frente à situação sanitária que se expunha, enquanto um “Governo da Pandemia”. Isso porque ele tanto estabelece o propósito das principais políticas a serem determinadas pelo governo federal – baseadas na presente situação da calamidade global de Covid-19 – como também se caracteriza, a partir das estratégias de enfrentamento adotadas, enquanto instrumento de manutenção da situação de calamidade no país. Ou seja, um tipo de postura que, em proveito da manutenção da economia, assumiu um posicionamento diametralmente contrário às orientações políticas e internacionais que apoiavam suas decisões a partir dos achados e avanços pouco a pouco efetuados pelo âmbito da ciência.

A manutenção dos processos de precarização da vida é nutrida desde o início do governo Bolsonaro de forma evidente, sendo extensíveis ao campo do trabalho quando, por exemplo, são propagados discursos que perpetuam a discriminação por raça, gênero e etnia. Tais discursos, proferidos geralmente pelo Presidente e seu

alto escalão, engendram espaços para compreensões e aceitações de perspectivas que legitimam a aniquilação de sujeitos, grupos e instituições e o desmonte de leis, políticas e direitos – tratamento oposto àquele oferecido à parcela do empresariado que se mostra a favor de suas políticas (Fernandez, 2021). Entre as medidas e discursos que simbolizam o ataque ao trabalho e ao trabalhador – e à vida, de forma geral –, evidencia-se a extinção do Ministério do Trabalho, em janeiro de 2019 (com seu retorno em julho de 2021); as falas do Presidente da República indicando se tratar o Brasil de um “país de maricas” (Gomes, 2020), em defesa de um enfrentamento à Covid-19, e a indicação de se tratar de “mimimi” e de “frescura” ao referir-se à situação do Brasil na pandemia (Chega de..., 2021), continuando com o questionamento “vão ficar chorando até quando?”; e a indicação de que “quem quer mais vai no banco e faz empréstimo”, em junho de 2021, em referência às discussões sobre o auxílio emergencial concedido pelo governo federal.

Dessa maneira, frente à instabilidade gerada pela pandemia sobre a economia brasileira, em consonância a discursos ratificados por agentes públicos, o período da pandemia de Covid-19 traz consigo, junto à intensificação de determinadas formas de consumo (com o uso de plataformas digitais, do consumo de tecnologias da informação e da comunicação) e de determinados comportamentos (como o isolamento social), uma intensificação também da flexibilização e da precarização do trabalho que, já em sua condição primeva e basilar no país – a de se dar de forma presencial no local de trabalho, segundo o modelo seguido por expressiva parcela da força de trabalho do país –, demonstra sua periculosidade à classe que vive do trabalho. Nesse aspecto, nota-se alguma confluência entre modalidades de trabalho antes tão díspares no que tange as características de sua precarização, do mais visível risco de vida ocasionado pela infecção do vírus às consequências do isolamento e do trabalho realizado de forma remota. Assim, o novo léxico entre trabalhos essenciais e não essenciais, ademais de guardar em si uma diferenciação das atividades quanto aos fins de manutenção da saúde e da segurança alimentar da população, por exemplo, passam a propor igualmente uma nova camada de discussão sobre a precarização do trabalho e, sobremaneira, a saúde do trabalhador.

UM RECORTE NÃO ESSENCIALISTA DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS

Ao pôr em relevo os léxicos que passaram a classificar as atividades em “essenciais” e “não essenciais”, nota-se a vinculação daqueles em espaços, direta ou indiretamente, atrelados à saúde, à segurança ou alimentação, a exemplo do que aconteceu, aos olhos de todos, com os trabalhadores por plataformas digitais. Essa simples constatação, afinal, vai ao encontro do Decreto nº 10.282/20 (2020a), segundo o qual são considerados serviços públicos e atividades essenciais “aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim

considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”. Nesse momento, passavam a ser demarcados de forma mais contundente as categorias profissionais e, de modo mais incisivo, os corpos que ainda deveriam se colocar em movimento pelo espaço urbano e, afinal, em contato com outras pessoas (essas submetidas ou não ao isolamento social segundo suas próprias realidades), sendo igualmente claros, assim, os grupos profissionais para os quais deveriam ser reservados maiores cuidados pelas empresas e por políticas públicas.

Nesse cenário, escancarou-se, então, o conflito, protagonizado entre o presidente da República, de um lado, e governadores e prefeitos, de outro, no estabelecimento de quais atividades efetivamente passariam a ser consideradas como essenciais. E como corolário desse imbróglgio, que contou com a mediação do STF, foi concedida aos governadores e prefeitos a última palavra sobre as atividades reivindicadas pelo governo federal. Na visão de especialistas sobre o caso, “se o presidente quiser incluir mais dez itens nesta lista vai ser conveniente. Ele vai só aumentar e criar uma percepção de que ele tem tentando impulsionar a reabertura da atividade econômica, mas que governadores têm resistido, a partir de suas peculiaridades locais” (Sombra & Souza, 2020). É tanto que, no decorrer do discurso do governo federal a respeito dessa questão, tornou-se notória a alusão a uma espécie de guerra entre um suposto “nós” – favoráveis ao Governo – e eles – Judiciário, governadores e prefeitos. E, dentre as principais categorias que passaram a despontar nessas discussões, destaques são dados, reiteradamente, aos trabalhadores por aplicativo e, por fim, às trabalhadoras domésticas, essas emblematicamente marcadas pela primeira vítima fatal da Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro: uma empregada doméstica de 63 anos, provavelmente infectada pela patroa que regressara da Itália (Melo, 2020).

Historicamente marginalizado, o cenário do trabalho doméstico enquanto “reprodução da força de trabalho” apresenta atualmente um leque de modalidades laborais, sendo reconhecido por lei como um trabalho que “presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana” (Pizzinga, 2021, p. 5). Entretanto, apesar de ter um papel estratégico para o funcionamento de diversas famílias – sejam as que empregam ou aquelas que dependem dos ganhos recebidos –, essa atividade depara-se com um cenário bastante contrastante, permeado pela precariedade, informalidade, baixos rendimentos, instabilidade e frágil proteção social (Araújo & Oliveira, 2021, p. 129). Segundo Pizzinga (2021, p. 5), baseada em dados da OIT de 2016, “na América Latina e no Caribe, havia 18 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 88% eram mulheres; no Brasil eram 6,158 milhões, sendo 92% mulheres, com somente 42% delas contribuindo para a Previdência Social e 32% com carteira de trabalho

assinada”. Em complemento, Verónica Araújo e Raquel Oliveira (2021, p. 129) apontam que, segundo dados da PNAD Contínua de 2020, “apenas 28% delas possuem carteira de trabalho assinada”, sendo o perfil das trabalhadoras, em geral, de mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade.

Dada a instabilidade do trabalho, em conjunto aos limitados auxílios propostos pelo governo federal, a manutenção do trabalho se tornou um imperativo, colocando-se as trabalhadoras, em meio à pandemia, sob o risco do desemprego ou da contaminação. A ilustração da primeira morte verificada no Rio de Janeiro, conforme salientado, expõe as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras desde sempre e a sua manutenção durante a pandemia: uma mulher, negra, que aos 63 anos se via na necessidade de manter-se ativa, e que não recebeu o devido tratamento e cuidado dos empregadores, que a expuseram ao risco de contaminação pelo novo coronavírus. José Adailton Santos (2021) expressa bem essa ideia da seguinte forma:

A imposição do trabalho doméstico na quarentena demonstra a forma de como o corpo e a subjetividade das mulheres empregadas domésticas são alvejadas pela violência do racismo estrutural, que reduz a vida em objetos cuja utilidade é o trabalho. Uma vez que são retirados os direitos de as empregadas domésticas ficarem em casa para se proteger do vírus, e, de forma autoritária as colocam na atividade laboral está se produzindo o que Djamilia Ribeiro (2018) identifica como desumanização da mulher negra, uma banalização da vida em nome do trabalho para a reprodução da economia capitalista. (pp. 38-39)

Através dessa determinação, seja direta ou indireta, por parte do Estado sobre aqueles que devem se manter em movimento visando à manutenção da economia sem o devido cuidado frente às intempéries provocadas pela pandemia, Santos (2021) retorna à ideia de necropolítica, visível, como se poderá notar, a partir da ausência de políticas governamentais sobre suportes financeiros e de proteção à saúde dos trabalhadores. Para a autora, “a pandemia é um acelerador da necropolítica no Brasil” (Santos, 2021, p. 39), dada a manutenção de discursos e posicionamentos historicamente percebidos na sociedade brasileira que pregam a insegurança e a precarização da vida de determinados grupos – ainda mais ao se considerar a fragilidade do atual momento.

Com relação aos entregadores por aplicativo, extensível, também, aos motoristas por aplicativo, tal situação não se mostrou diferente. Durante a pandemia, o grande fluxo de recém-desempregados à procura de trabalho, mais pessoas em casa pedindo itens como refeições e estabelecimentos mais dependentes de pedidos para entrega formaram a tempestade perfeita para o crescimento dos aplicativos de entrega (O’Brien, 2020). Além disso, Ricardo Antunes (2020)

também salienta a perspectiva da classe trabalhadora face a esse cenário de crise econômica agravada nos últimos anos, o que facilitou e incentivou a sua inserção nos trabalhos por aplicativo:

Sem outra possibilidade de encontrar trabalho imediato, trabalhadores e trabalhadoras buscavam “emprego” no *Uber*, *Uber Eats*, 99, *Cabify*, *Rappi*, *Ifood*, *Amazon* etc. Tentavam fugir do flagelo maior, o do desemprego. Saíram do desemprego para a uberização, essa nova modalidade de servidão. Como o desemprego é expressão do flagelo completo, a uberização parecia uma alternativa quase “virtuosa”. (p. 21)

Assim, em um contexto cada vez maior de vulnerabilidade social, optar por uma atividade retratada como “ideal” de se trabalhar, tendo em vista as incontáveis “liberdades” oferecidas, serviu como uma estratégia importante para atrair ainda mais interessados. No caso da *Uber*, mais especificamente, André, Silva e Nascimento (2019) apontam como as propagandas utilizam o discurso otimista em que o motorista seria seu próprio “chefe” como forma de induzir mais motoristas para o uso do aplicativo. Em compensação, de acordo com Weiss e Duarte (2020), os impactos da uberização do trabalho – este lucrativo modelo de negócios baseado em forte concorrência e nenhum vínculo formal – não tardaram a ser visibilizados e, por sua vez, alvo de protestos e denúncias pelos trabalhadores submetidos a essa lógica (Machado, 2020), na medida em que o “novo” discurso não foge do cenário de exploração característico ao capital, suprimindo o trabalhador à condição do trabalho pela pressão da subsistência, fatores determinantes para a produção de sofrimento.

É nesse sentido que a economia por plataforma surge e se mantém na pandemia como campo de lutas dos trabalhadores por condições de trabalho que minimamente beneficiem a sua atividade, tornando-se de grande relevância e, ao mesmo tempo, de grande periculosidade, por ir na contramão das estratégias de combate ao coronavírus, a saber: constante trânsito pela cidade e contato com restaurantes e clientes. A questão é que, apesar de ter se revelado imprescindível durante a pandemia e constar enquanto atividade essencial, sendo encarada como uma função que possibilita a “produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção” (Decreto n. 10.282, 2020a), os entregadores de aplicativos não foram considerados “profissionais essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública”, conforme lista a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, constando dentre esses apenas os “profissionais que trabalham na cadeia de produção de alimentos e bebidas, incluídos os insumos” (Lei nº 13.979, 2020b). Assim, se em época an-

terior o sofrimento era causado pela alta carga de trabalho físico, atualmente esse mal-estar é advindo de exigências e de pressão psicológica vividas no dia a dia de entregadores e motoristas, que, ainda sim, mesclam-se com fatores de exploração física por meio de longas jornadas de trabalho.

DISCUSSÕES ESSENCIAIS SOBRE TRABALHOS NÃO ESSENCIAIS

Seguindo o ora exposto acerca das transformações no mundo do trabalho, concorda-se com a interpretação de Angela Amaral (2021, p. 59), referente ao contexto de pandemia, mas extensível ao período anterior e ao mundo do trabalho de forma geral, de que “em períodos de crise, exige-se o sacrifício de todos e a socialização das perdas, as quais precisam ser assimiladas como parte de um projeto universal”. Desse modo, como destacam Jussara Pereira, Jane Barbosa e Carolina Saraiva (2021, p. 115), a pandemia por Covid-19 “vem atuando como uma espécie de fermento para um movimento de fragilização dos direitos trabalhistas e de transferência de custos para o trabalhador que já era observado antes mesmo da pandemia”. Com efeito, em meio a esse cenário, a discussão sobre o teletrabalho foi sendo revitalizada. Motivada, sobretudo, pela constante “predisposição” por parte das empresas à diminuição de custos e pelo maior foco concedido aos resultados, e não mais por onde, quando e quanto o funcionário trabalha (Ferreira, 1998).

Segundo Guilherme Silva (2018), o teletrabalho pode ser compreendido a partir de três elementos principais: ademais do sabido desempenho de atividades através do uso prevalente de equipamentos de informática e telecomunicações, destaca também a realização de uma atividade à distância – fora do perímetro onde os resultados são esperados – e a ausência de um controle físico sobre a execução de tarefas – sendo o controle, com isso, deslocado para os resultados. Dentro dessa modalidade, por sua vez, Rocha e Amador (2018, p. 154) indicam a possibilidade de conceituá-lo quanto a diferentes variáveis: “(a) local/espço de trabalho; (b) horário/tempo de trabalho (integral ou parcial); (c) tipo de contrato (assalariado ou independente); e (d) competências requeridas (conteúdo do trabalho)”. Com isso, os autores destacam a sua diversidade a partir dos espaços utilizados à realização do trabalho, como o trabalho em escritórios-satélites, telecentros, empresas remotas ou *off-shore*, no formato móvel e misto (Rocha & Amador, 2018) e, por fim, o próprio *home office*, muito discutido durante a pandemia. Essa expansão dos espaços destinados ao trabalho fora do espaço tradicional da empresa se mostra visível com o aumento de *coworkings* (Baccarini, 2020), como o que se vem presenciando em *shopping centers*. Mais além, Macedo e Xerez (2016) adicionam, ainda, os formatos “nômade”, em que o teletrabalhador não está fixo, sendo o trabalho caracterizado como atividade itinerante, e o “transnacional”, quando desenvolvido por trabalhadores em países diversos daquele em que se encontra a empresa.

No Brasil, conforme destacado, a Reforma Trabalhista, apesar de normatizar a modalidade, a faz fragilmente, mantendo a precarização da modalidade de teletrabalho. Basso e Barreto (2018, p. 72) sublinham, a partir da Lei n. 75-E, a “maior exposição do empregado aos riscos relacionados tanto à sua saúde, quanto à sua vida”, pois a legislação não cuida dos aspectos concernentes à saúde do trabalhador, como os relativos aos fatores ambientais e ergonômicos, sendo a responsabilidade e os custos transferidos ao trabalhador, independente do trabalho ser realizado em telecentros ou em casa. Em consonância a essas questões, Rocha e Amador (2018) ressaltam ainda o quanto os direitos trabalhistas relativos a acidentes de trabalho, licenças médicas, licença maternidade e férias, por conta dessas novas modalidades de trabalho, podem se tornar muito “difusos”, dado que essas normatizações levam em conta justamente o “afastamento do espaço de trabalho” (e, automaticamente, um afastamento das atividades de trabalho). Logo, o trabalhador que se encontra desempenhando o seu labor em casa – a exemplo do *home office* –, mesmo no gozo de tais prerrogativas trabalhistas, continuará naquele espaço. Com isso, através dessa modalidade, esvazia-se, ainda mais, a possibilidade do trabalhador em operar uma ruptura, mesmo que parcial, com o seu cotidiano laboral, de modo que, muitas vezes, o que se estabelece é a manutenção de sua atividade durante esse período.

Essas e outras nuances que envolvem o *home office* chamam a atenção, inclusive, para o seu entrelaçamento com a própria história da categoria trabalho, a partir da qual se nota, dessa vez, um outro tipo de deslocamento, agora referente ao retorno mais visível do exercício laboral ao espaço do lar. Em um movimento muito similar ao ocorrido no início da Revolução Industrial, quando os empregadores operaram a passagem do trabalho das casas para a indústria. Todavia, ainda que encarado como uma outra revolução do campo do trabalho e da tecnologia, Ferreira (1998), Costa (2005) e Rocha e Amador (2018) apontam significativa distinção em sua dinâmica, na medida em que, ao contrário das iniciais adequações das empresas às formas de produção familiares, conforme o desenvolvimento do capitalismo no século XVIII propunha, a residência do trabalhador, em retorno, não se mostra de toda pronta às adequações demandadas pelos comportamentos, pelas práticas e pela organização das empresas do século XXI – daí, pensamos, surgem as principais problemáticas pertinentes ao *home office*.

De fato, sob determinado ângulo, é possível argumentar que esse retorno ao espaço do lar, de fato, apresenta benefícios quanto aos deslocamentos nas grandes metrópoles, auxiliando na inserção de uma maior amplitude de pessoas no mercado de trabalho, como é o caso de pessoas com deficiência (Santana & Rocha, 2002), envolvendo também a descentralização do trabalho e criação de trabalho em áreas de difícil acesso promovidas pelo teletrabalho em geral. Impactando, assim, as cidades, o meio ambiente, as empresas e os trabalhadores. Dentro do

trabalho, por sua vez, aspectos como aumento da produtividade, maior independência, flexibilidade dos horários, redução do tempo no trânsito e autonomia na organização do espaço/tempo, dentre outros, mostram-se corriqueiramente como pontos positivos ao teletrabalho (Ferreira, 1998; Pereira, Barbosa, & Saraiva, 2021).

Em contrapartida, os marcos característicos do comportamento econômico neoliberal em conceder a novas formas de precarização do trabalho o caráter de novidade a ser seguida por todas as empresas, destacando a necessidade de preferência por essa via, do que a do desemprego (Filgueiras, 2021), não deixam de existir e não são menores. Com o borramento das fronteiras do trabalho sobre os espaços e tempos de não trabalho (Costa, 2017), principalmente ocasionado pela “teledisponibilidade” (Alvarenga, 2014), o que torna o trabalho mais presente nos diversos momentos do dia do trabalhador a partir das tecnologias móveis, são persistentes os impactos à saúde física do trabalhador, tais como: os ocasionados devido à menor realização de atividades físicas de intensidade “moderada a vigorosa”, maior sedentarismo (Brusaca, Barbieri, Mathiassen, Holtermann, & Oliveira, 2021), o “aumento de lesões associadas a acidentes domésticos (por queda, escorregão, pancada, incêndio etc.), distúrbios musculoesqueléticos associados ao trabalho no computador, transtornos mentais associados ao estresse e a hábitos como dieta, ... sono ou vícios” (Benavides et al., 2021, p. 4) e também o aumento do consumo de cigarro por fumantes e de álcool entre pessoas maiores de 18 anos (Alvarenga, 2014). Além disso, constam nesta lista:

a dificuldade de controle sobre os trabalhadores; o enfraquecimento dos vínculos com a organização; a gestão articulada de trabalho e família; a tendência ao isolamento profissional; as desvantagens competitivas seguindo a lógica de que “quem não é visto não é lembrado” (Rosenfield & Alves, 2011); as distrações com questões familiares e domésticas; a transferência de custos; o aumento de pressão e carga de trabalho; a insegurança (Leite Lemos, & Schneider, 2019); os reflexos no corpo, como problemas de saúde física (Lesões por esforços repetitivos - LER/ Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho - DORT) e mental (estresse e ansiedade) (Oliveira, 2017); além do viés de gênero, diante da predominância do trabalho feminino, estereotipado como o responsável pelo trabalho doméstico e de cuidado aos filhos. (Antunes & Braga, 2009; Oliveira, 2017). (Pereira; Barbosa & Saraiva, 2021, p. 118)

Do mesmo modo, cabe sublinhar ainda alguns aspectos menos visíveis no que tange às críticas sobre o *home office*. Como indicado anteriormente, o espaço do lar pode não se mostrar adequado ao retorno do trabalho, o mesmo acontecendo com o sujeito que transita pelos espaços do trabalho e do lar e àqueles presentes no espaço doméstico – a família. Partindo das ponderações de Ferreira (1998), percebe-se, por vezes, a dificuldade de conciliação entre as mentalidades típicas

de cada espaço, a casa e o trabalho. A abordagem do próprio autor se mostra notória ao indicar que “a residência é um lugar com uma representação mental, que diz respeito a vários tipos de associações entre estado de espírito e ao contexto propriamente físico” (Ferreira, 1998, p. 39). Com efeito, tal fato acaba gerando algo como um processo de desterritorialização, seguida de uma reterritorialização no espaço do lar, na medida em que a residência passa a exercer outras funções (Ferreira, 1998) que historicamente se tornaram estranhas entre si. Desse modo, as experiências do *home office* na contemporaneidade trazem à tona justamente como a mistura desses espaços de significação, que possuem seus códigos, comportamentos e condutas particulares, pode ocorrer de maneira conflituosa (Costa, 2007). Levando, assim, a situações de estresse e sofrimento o trabalhador, através de

afastamento físico e vínculo com a organização, proximidade física e indisponibilidade para a família, autonomia com invasão dos espaços íntimos, vida privada e trabalho, transferindo ao responsável e maduro teletrabalhador (e à sua família) o “desafio” (os custos, o estresse) de gerenciar tais paradoxos. (p. 111)

Assim, ao lado do estímulo aos teletrabalhadores, por serem notados como especiais ou habilitados para tal modalidade e dignos de confiança, Costa (2005) destaca a degradação da vida privada. O privilégio interpretado pelo trabalhador em trabalhar à distância, mesmo que traga sobrecarga ao trabalhador (Losekann & Mourão, 2020), em consonância à mesma concepção proveniente da sociedade (Costa, 2007), assim, contrasta com as impressões do próprio trabalhador:

[Fala de uma teletrabalhadora]: Hoje, eu não sei ... não sei se eu sou tão privilegiada de trabalhar em casa. Tem umas coisas muito boas. Por exemplo, eu posso estar com a minha filha, mas eu posso estar em termos porque é uma presença física só, porque a presença, a atenção verdadeira, eu não posso dar. Ao contrário, às vezes acontece o oposto: ela vem falar comigo e eu tenho que dizer “não”, “espera”, “depois”, “agora não posso”. Isso cria uma crise com ela, entendeu? Acho que ela se sente meio ... [como se] o computador [fosse] mais importante do que ela! Essas coisas! E eu me sinto culpada. (p. 119)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o mundo do trabalho sob a reorganização, pode-se dizer, “típica” à presente situação de calamidade na saúde pública – seguindo a compreensão de que alguns trabalhos podem ser realizados remotamente, enquanto outros ne-

cessariamente devem se manter no modelo presencial, seja por sua essencialidade e/ou pela impossibilidade da implantação de outro modelo para essas atividades – verificou-se que marcas características à precarização do trabalho no contexto brasileiro foram não somente preservadas, mas, sobretudo, intensificadas, tais como: manutenção de situações de vulnerabilidade por gênero e raça, ausência do suporte público e privado aos trabalhadores e aumento de laços informais de trabalho, não sendo garantidas também condições e compensações necessárias ao enfrentamento da pandemia.

Nesses termos, acredita-se que a mudança lexical nas terminologias voltadas ao trabalho, em função do cenário de emergência promovida pela condição de calamidade pública, menos que uma questão meramente linguística, constitui um novo regime de distribuição de risco e vulnerabilização que coloca em movimento uma série de operações políticas capazes de dispor da vida ou expor à morte. Isto é, entendemos que as atividades essenciais e não essenciais possuem menos propriedades intrínsecas do que relacionais, não estando, portanto, destituídas de relações de poder e jogos de interesse também atuantes nos atuais modos de investimento e precarização da vida. Assim, desessencializar as atividades essenciais significa, fundamentalmente, problematizá-las enquanto práticas historicamente situadas.

Mediante essa postura, tornou-se possível observar, semelhante ao que apontou Jean Segata (2020), que esta é uma pandemia em escalas. Diferentes escalas de risco, vulnerabilidade e exposição. Escalas muito distintas na capacidade de evitar ou reagir ao encontro com o vírus. Uma observação atenta das dinâmicas de poder e governo da vida correlatas à pandemia permite ver a modelação das curvas epidemiológicas de uma forma muito mais complexa. Se a política, como dissera Bruno Latour (2012), consiste na composição progressiva do mundo, a análise da pandemia deve considerar as práticas (políticas) pelas quais temos dado forma à pandemia que enfrentamos. Isso inclui efetuar uma problematização cuidadosa sobre as formas de partilha e gerenciamento da vulnerabilização dos corpos perante a coexistência com o vírus.

Com efeito, importa atentar-se para o fato de que, mesmo que a distribuição desproporcional do “*fique em casa*” seja mais um testemunho da condução nociva por parte das instâncias governamentais em relação à pandemia, por fragilizar justamente a parcela da população que possui recursos reduzidos para lidar com essa situação, através da intensificação do processo de exploração do trabalho, compreende-se também que os trabalhadores que tiveram condições para realizar o teletrabalho de casa – a exemplo do *home office* – não ficaram imunes aos efeitos de tais dinâmicas. Ou seja, as transformações no mundo aceleradas pela pandemia, especialmente em nível do trabalho, não foram exclusivas de uma classe, camada ou ordem social; elas referem-se a uma questão muito mais estrutural, em que todos, embora em proporções distintas, foram afetados (Souza, 2021). Portanto,

questionar-se acerca da emergência dessas novas categorias que despontam no horizonte de nossa contemporaneidade consiste também em colocar em xeque essa complexa rede de atravessamentos entre discursos, formas de controle e resistências. Afinal, no bojo da compreensão sobre os serviços essenciais e não essenciais, tais atividades diriam respeito a um privilégio do sujeito contra o capital, um direito do sujeito apesar do capital ou uma estratégia mesma do capital?

Dado o cenário percebido no presente momento, fim do segundo ano da pandemia no Brasil, crê-se que aos questionamentos salientados seja concedida a compreensão de que, tal qual em outros momentos da história, notou-se durante a pandemia a fluidez do capital, a manipulação discursiva presente em sua defesa e a manutenção de falsas opções a serem escolhidas pela classe trabalhadora e pela sociedade em geral. Acredita-se que à situação de emergência promovida pela condição de calamidade pública, instantâneas tiveram que se tornar as escolhas dos trabalhadores em prol da manutenção da vida. Com efeito, esta análise leva ao âmago da racionalização neoliberal sobre os modos de governar a vida determinantes na fabricação do presente em que vivemos. Uma pandemia não se faz apenas com a mera existência e circulação do vírus. Como mostrou nossa análise, diferentes ações em curso e cursos de ação trabalham para performar a vida pandêmica.

Por fim, em diálogo direto com o objetivo da presente obra, necessário se torna ressaltar as várias faces da relação sublinhada durante a pandemia entre o trabalhador/a sociedade e o meio no qual vive. Entre percepções de como se dá o impacto da atividade humana na natureza e no meio urbano – presentes sobremaneira no início da pandemia, quando se tornaram mais claras com a redução das atividades e dos fluxos urbanos como um todo – e a ilustração gerada pelo aumento dos casos de infecção e de morte pelo novo coronavírus, fato é que durante os dois últimos anos a cidade se tornou um “agente de aversão”. A circulação pelas cidades se tornou inicialmente obrigação de poucos, aos “essenciais”, que apesar de tamanho papel que apresentavam à manutenção da sociedade, lhes é concedido um nível de atenção diametralmente oposto desde antes da pandemia – salientamos, como antes, os casos das trabalhadoras domésticas e dos entregadores por aplicativo. Assim, a cidade tornou-se um lugar de risco, pela qual costumam habitar os mesmos corpos que desde sempre costumam ser identificados pela imagem da “rua”, do “corre” e do “trampo”.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, R. Z.** (2014). O teletrabalho e a subordinação estrutural. *Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, 3(33), 71-84. https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/93847/2014_alvarenga_rubia_teletrabalho_subordinacao.pdf?sequence=1
- Amaral, Angela S.** (2021). As sociabilidades necessárias ao capital: o trabalho em migalhas no contexto da pandemia da Covid-19. *Revista em Pauta*, 48(19), 57-69. doi: 10.12957/REP.2021.60291
- André, R. G., Silva, R. O., & Nascimento, R. P.** (2019). “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 18(1), 7-34. doi: 10.21529/RECADM.2019001
- Antunes, R.** (2020). *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo.
- Araújo, T. M. & Lua, I.** (2021). O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de Covid-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46(e27), 1-11. doi: 10.1590/2317-6369000030720
- Araújo, S. V. & Oliveira, R. B.** (2021). “Cuida de quem te cuida” a luta das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. *Revista Trabalho Necessário*, 19 (38), 126-151. doi: 10.22409/tn.v19i38.48187
- Araújo, D. N., Oliveira, L. C., Rocha, F. N., & Bernardino, A. V. S.** (2021). Aumento da Incidência de Síndrome de Burnout nas atividades laborais durante a pandemia de Covid-19. *Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades*, 12(2), 85-90. <http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/download/2813/1682>
- Baccarini, M.** (2020, 16 de agosto). Mercado de *coworking* se adapta a pandemia e registra alta na procura. *G1, Pequenas Empresas & Grandes Negócios*. <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2020/08/16/mercado-de-coworking-se-adapta-a-pandemia-e-registra-alta-na-procura.ghtml>
- Basso, D. M. & Barreto, I. F.** (2018). O teletrabalho e a supressão de seus direitos na Reforma Trabalhista. *Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*, 4 (1), 59-76. doi: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9857/2018.v4i1.4301
- Benavides, F. G., Amable, M., Corneliio, C., Vives, A., Milián, L. C. Delclos, J. et al.** (2021). O futuro do trabalho após a Covid-19: o papel incerto do teletrabalho no domicílio. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* [online], 46(e31), 1-8. doi: 10.1590/2317-6369000037820
- Brusaca, L. A., Barbieri, D. F., Mathiassen, S. E., Holtermann, A., & Oliveira, A. B.** (2021). Physical Behaviours in Brazilian Office Workers Working from Home during the Covid-19 Pandemic, Compared to before the Pandemic: A Compositional Data Analysis. *International journal of environmental research and public health*, 18(12), 6278. doi: 10.3390/ijerph18126278
- Cavallini, M.** (2020, 19 de junho). Pandemia adiantou mudanças no mundo do trabalho; veja as principais tendência. *G1, Economia*.
- “Chega de mimimi”, diz Bolsonaro após novo recorde de mortes** (2021, 04 de março). *DW. Política*. <https://www.dw.com/pt-br/cheга-de-mimimi-diz-bolsonaro-ap%C3%B3s-novo-recorde-de-mortes/a-56776546>

Com pandemia, entregadores de app têm mais trabalho, menos renda e maior risco a saúde. (2020, 01 de junho).

BBC News, Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53258465>

Costa, I. S. A. (2005). Controle em novas formas de trabalho: teletrabalhadores e o discurso do empreendimento de si. *Cadernos EBAPÉ.BR* [online], 3(1), 1-12. doi: 10.1590/S1679-39512005000100009

Costa, I. S. A. (2007). Teletrabalho: subjugação e construção de subjetividades. *Revista de Administração Pública* [online], 41(1), 105-124. doi: 10.1590/S0034-76122007000100007

Dardot, P. & Laval, C. (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade salarial (M. Echaral, trad.). *Boitempo* (Coleção Estado de Sítio)

Decreto Federal n. 10.282, de 20 de março de 2020. (2020). Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm

Dez anos compactados em apenas um. (2020, 28 de dezembro). *Estadão, Economia & Negócios*. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dez-anos-compactados-em- apenas-um,70003564639>

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese. (2017, maio). *Nota Técnica nº 178. A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil*. <https://goo.gl/Yyckhg>

“Economia não pode parar”, diz Bolsonaro ao setor produtivo brasileiro (2020, 20 de março). *Gov.br, Planalto*. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/economia-nao-pode-parar-diz-bolsonaro-ao-setor-produtivo-brasileiro>

Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC. (2020). O impacto do trabalho em casa na saúde e no bem-estar durante a pandemia da covid-19. *Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Centro de Inovação SESI Ceará em Economia para Saúde e Segurança*. [https://arquivos.sfiac.org.br/sfiac/files/files/Relatorio%20Covid-19%20e%20o%20impacto%20no%20mundo%20\(1\).pdf](https://arquivos.sfiac.org.br/sfiac/files/files/Relatorio%20Covid-19%20e%20o%20impacto%20no%20mundo%20(1).pdf)

Fernandez, M. (2021, 16 de dez.). Bolsonaro diz que demitiu funcionários do IPHAN que interditaram obra da Havan. *Congresso em Foco*. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-diz-que-demitiu-funcionarios-do-iphan-que-interditaram-obra-da-havan/>

Ferreira, A. H. S. (1998). O teletrabalho e o enclausuramento nas relações sócio-espaciais: três vias de análise. *Geo UERJ*, 4. doi: 10.12957/geouerj.1998.49003

Filgueiras, V. (2021). “É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. *Boitempo*.

Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.

Góes, G. S., Martins, F. S., & Nascimento, J. A. S. (2021). O trabalho remoto e a pandemia: o que a pnad covid- 19 nos mostrou. *Carta Conjunt. (Inst. Pesqui. Econ. Apl.)*, 50(8), 1-16. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210201_nota_teletrabalho_ii.pdf

Gomes, P. H. (2020, 10 de nov.). Brasil tem de deixar de ser ‘país de maricas’ e enfrentar pandemia ‘de peito aberto’, diz Bolsonaro. *G1, Política*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

- Kodama, K. & Pimenta, T. S.** (2020). Condições de vida e vulnerabilidades nas epidemias: do cólera no século XIX à Covid-19. In D. M. de Sá et al. (Orgs.), *Diário da pandemia: o olhar dos historiadores* (pp. 232-241). Hucitec.
- Latour, B.** (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Edufba.
- Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** (2020). Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>
- Lipp, M. E. N. & Lipp, L. M. N.** (2020). Stress e transtornos mentais durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 40(99), 180-191. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v40n99/a03v40n99.pdf>
- Losekann, R. G. C. B. & Mourão, H. C.** (2020). Desafios do teletrabalho na pandemia covid-19: quando o home vira office. *Caderno De Administração*, 28, 71-75. doi: 10.4025/cadadm.v28i0.53637
- Macedo, P. M. S. & Xerez, R. M.** (2016). A sociedade da informação e o teletrabalho: considerações sobre a jornada extraordinária de trabalho. *Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho*, 2(1), 77-92. doi: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9857/2016.v2i1.529
- Machado, L.** (2020, 22 de julho). Greve dos entregadores: o que querem os profissionais que fazem paralisação inédita. *BBC News, Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53124543>
- Melo, M. L.** (2020, 17 de março). Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou o coronavírus da patroa no Leblon. *Uol, Saúde*. <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>>
- Minayo, M. C. S. & Freire, N. P.** (2020). Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9), 3555-3556. doi: 10.1590/1413-81232020259.13742020
- O'Brien, S.** (2020, 20 de dez.). A pandemia impulsionou as empresas de delivery, mas a realidade pode mudar. *CNN*. <https://www.cnnbrasil.com.br/business/a-pandemia-impulsionou-as-empresas-de-delivery-mas-a-realidade-pode-mudar/>
- Pereira, J., Barbosa, J. K. D., & Saraiva, C. M.** (2021). Sobre o tempo livre na era do teletrabalho. *Caderno de Administração*, 29(1)114-131. doi: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v29i1.48804>
- Piccolotto, L.** (2020, 09 de junho). Mundo pós-pandemia vai ser mais digital e, ao mesmo tempo, mais humano. *Jota, Inova&Ação*. <https://www.jota.info/coberturas-especiais/inova-e-acao/mundo-pos-pandemia-vai-ser-mais-digital-e-ao-mesmo-tempo-mais-humano-09062020>
- Pinho, P. S., Freitas, A. M. C., Cardoso, M. C. B., Silva, J. S., Reis, L. F., Muniz, C. F. D., & Araújo.** (2021). Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19 (e00325157), 1-21. doi: 10.1590/1981-7746-sol00325
- Pinto, M. B. & Cerqueira, A. S.** (2020). Reflexões sobre a pandemia da Covid-19 e o capitalismo. *Revista Liberta*, 20(1), 38-52. doi: 10.34019/1980-8518.2020

- Pizzinga, V. H.** (2021). Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da Covid-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online]*, 46(e25), 1-9. doi: 10.1590/2317-6369000025020
- Revel, J. & Peter, J.** (1988). O corpo: o homem doente e sua história. In J. Le Goff & P. Nora (Orgs.), *História: Novos Objetos* (pp. 141-159). Francisco Alves Editora.
- Rocha, C. T. M. & Amador, F. S.** (2018). O teletrabalho: conceituação e questões para análise. *Cadernos EBAPE.BR [online]*, 16(1), 152-162. doi: 10.1590/1679-395154516
- Rosenberg, C. E.** (1997). Framing disease: illness, society and History. In C. E. Rosenberg & J. Goldem (Eds.), *Framing disease: studies in Cultural History* (pp. XIII-XXVI). Rutgers University Press.
- Safatle, V.** (2021). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In V. Safatle, C. Dunker, & N. Silva (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 17-46). Autêntica.
- Santana, S. & Rocha, N. P.** (2002). Teletrabalho: que oportunidade de trabalho para o cidadão incapacitado? *Análise Psicológica*, 20(3), 419-431. doi: 10.14417/ap.329
- Santos, J. A. S.** (2021). Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do covid-19. *Revista Público e o Privado*, 19(40), 25-47. doi: 10.52521/19.7344
- Segata, J.** (2020). Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. *Cientistas Sociais e o CoronaVirus*. Boletim n. 2. <http://anpocs.org/index.php/publicacoessp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2307-boletim-n-1-cientistas-sociais-o-o-coronavirus2>
- Silva, G. E.** (2018). Teletrabalho: nova configuração de trabalho flexível e possíveis efeitos à subjetividade e saúde mental dos teletrabalhadores. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(209), 44-55. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/44709>
- Souza, D. O.** (2021). As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde [online]*, 19(e00311143), 1-15. doi: 10.1590/1981-7746-sol00311
- Sombra, T. & Souza, L.** (2020). Entrevista: Thiago Sombra & Luciano Souza. Entrevista concedida a Luciano Teixeira. Conflito sobre o que é serviço essencial pode gerar ações na Justiça. *Lexlatin*. <https://br.lexlatin.com/reportagens/conflito-sobre-o-que-e-servico-essencial-pode-gerar-acoes-na-justica>
- Weiss, H. C. & Duarte, M. S.** (2020). A semiótica da Uberização em tempos de pandemia: do autogerenciamento subordinado ao breque dos apps. *Contraponto*, 7(3), 1-12.

ENTRE RUÍNAS E MONUMENTOS: **PROBLEMATIZANDO OS PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO** **URBANA E PRESERVAÇÃO HISTÓRICA**

Giovana Barbieri Galeano
Gabrielly da Fontoura Winter
Neuza Maria de Fátima Guareschi

INTRODUÇÃO

Nas propostas de revitalização de espaços urbanos é comum a argumentação pelo bem-estar estético, cultural e ambiental proporcionado à população pelas iniciativas, haja vista que estas contribuiriam para a melhora na segurança das edificações, a redução da poluição visual e da degradação ambiental, além de produzir como efeito a valorização dos locais alvo de intervenção e proporcionar a recuperação do patrimônio histórico. Em um primeiro olhar, essas ações parecem interessantes, afinal, a revitalização produz impactos sociais e econômicos para as áreas nas quais é realizada.

Revitalizar, entretanto, não significa assumir que tais espaços estavam desprovidos de vida, mas sim que certos jogos políticos e econômicos foram colocados em jogo: essa limpeza e recuperação estética das urbanidades não é feita aleatoriamente, elas são empreendidas em lugares de interesse estratégico para o desenvolvimento de atividades de mercado. Ademais, as intervenções cuja função seria manter inscrita nos prédios a história da cidade, não apenas museificam os territórios urbanos, como também forçam o deslocamento/restrrição das populações autorizadas/qualificadas a habitarem/circularem por esses espaços.

Os projetos de revitalização carregam consigo estratégias de políticas de normalização que produzem um conjunto heterogêneo de práticas e saberes com o objetivo de identificar e conduzir, em termos de governo, categorias humanas (Foucault, 2013). Nesse aspecto, certas categorias serão produzidas como necessárias, para as quais se deverão direcionar investimentos e proteção das instituições segurança, enquanto que outras categorias serão produzidas como perigosas, para as quais será preciso direcionar a força dessas mesmas instituições de segurança. No momento

em que os projetos de revitalização são implementados, o investimento realizado naquele território e seu consequente processo de gentrificação fazem com que as populações produzidas enquanto perigosas ou suspeitas sejam o foco de atenção, não mais sendo livre a sua circulação pelos espaços revitalizados. Processos de expulsão também acompanham a revitalização empreendida em territórios de interesse econômico: categorias humanas já atingidas por práticas de violação e violências (pessoas em situação de rua, por exemplo) são, progressivamente, impelidas a se retirar dos locais revitalizados.

É nessa esteira de pensamento que esta escrita pretende analisar duas iniciativas de revitalização histórica realizadas nas cidades de Campo Grande (MS) e Porto Alegre (RS), em contraponto com a proposta de preservação histórica empreendida na cidade de Rio Pardo (RS). Essa análise tem como foco as práticas de normalização operadas nos espaços urbanos, que produzem governo dos territórios e das populações. Tomamos os estudos de Michel Foucault e Walter Benjamin enquanto caixas de ferramenta conceitual para pensar os jogos de poder/saber que tecem a conjuntura histórica da qual emergem as narrativas sobre o progresso operacionalizadas nas ações de revitalização e preservação. Nesta escrita, ora escreveremos na primeira pessoa do singular, quando se tratar de cenas dos encontros de cada autora, ora escreveremos na primeira pessoa do plural, quando se tratar da análise realizada pelas autoras a partir da discussão sobre o campo.

Por fim, destacamos a necessidade de produzirmos reflexões sobre formas de enfrentamento a lógicas capitalistas-neoliberais que subjazem ao investimento em certas regiões da cidade e produzem/reificam/acentuam as formas de qualificação das vidas que podem circular/habitar tais espaços. No que se denomina por políticas de normalização, como já indicado, está em jogo a produção de tecnologias responsáveis pela categorização humana, cujos efeitos de gestão incidem tanto nos espaços quanto nas populações, especialmente pela produção de estratégias de esquadramento político-social, a partir da constituição de saberes e dispositivos que, articulados, tecem narrativas e práticas heterogêneas acerca dos sujeitos. Tais políticas de normalização operam na produção de subjetividades, cindindo as vidas dignas de serem vividas, o acesso e a garantia de direitos e, enfim, a possibilidade de exposição à morte (física e/ou política) ou de fomento das existências.

NEOLIBERALISMO, HISTÓRIA E MEMÓRIA NOS PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO

Há uma relação curiosa entre as iniciativas de revitalização e a tentativa de preservação do caráter histórico dos espaços. É curioso que aquilo que foi apagado com a revitalização é, justamente, a inscrição do tempo nos objetos cotidianos: as fachadas das lojas, as pichações nas paredes, a própria deterioração das edificações,

ou seja, as marcas que, tal como rugas e cicatrizes, indicam os efeitos do tempo, os acontecimentos e, por fim, a própria vida. Assim, problematizar as ações de revitalização demanda não apenas considerar o que foi “conservado”, mas, fundamentalmente, aquilo que foi apagado, invisibilizado e que é fundamental na contação da história da cidade e da relação dos sujeitos com tal história, haja vista que os processos de subjetivação implicam a operação da memória e o atrelamento do sujeito aos acontecimentos cotidianos. A cidade não é um espaço homogêneo. Do mesmo modo são as intervenções para cada espaço da cidade.

A tendência da rotina somada às tarefas rotineiras (especialmente aquelas que tornam nossos dias alvoroçados, repletos de compromissos de trabalho e com os olhos e ouvidos sobrecarregados) faz com que as mudanças nem sempre sejam percebidas ou, quando o são, com frequência seus possíveis efeitos não são problematizados. Rosane Silva (2004) dá sinais sobre uma certa postura a ser tomada em relação àquilo que tomamos como natural, afinal, se partirmos do princípio de que algo sempre foi de certa maneira e que, por conseguinte, será para sempre assim, o que nos resta a fazer? Também a trilha sonora da cidade sofre com os efeitos dessa naturalização: desenvolvemos um certo tipo de surdez ao combate entre a sinfonia dos pássaros e a percussão dos automóveis que é interrompida vez ou outra pelo irromper de um avião. Entenda, não dissemos que não enxergamos ou não ouvimos, mas nos acostumamos a ver e a ouvir certas coisas que, por fim, não precisamos nos esforçar para compreendê-las.

Os efeitos das ações de revitalização não incidem somente em uma gestão do espaço, mas também na gestão daqueles que nele circulam: todas (os) habitamos do mesmo modo? Todas(os) nós temos as mesmas possibilidades de passar pelos lugares? Isso implica, ainda, as relações que são estabelecidas com os transeuntes: prestamos atenção em todas as pessoas do mesmo modo? Quais são as figuras produzidas para despertar nosso medo? Nesse sentido, é necessário dar-se conta de que todo objeto carrega em si uma história, uma memória, mas que só terá sentido e merecerá ser contada através das gerações se estiver atrelada a uma narrativa que produza significado para aqueles que a escutam/leem, sob o risco de ser deturpado ou deformado com a passagem de tempo (Didi-Huberman, 2017). Assim, vale questionar a quem interessa a revitalização. Onde ela acontece e que histórias pretende contar?

A valorização atrelada aos territórios da cidade é um dos indicativos do modo como as políticas de normalização produzem não apenas o esquadrihamento e a gestão dos espaços, mas a produção de subjetividade e a gestão das vidas. O que é considerado um bom lugar para viver? Bairros com boa infraestrutura, quais sejam, aqueles com excelente saneamento básico, próximos a boas escolas e comércios, com baixo índice de criminalidade e com circulação acessível. O que é considerado um bom lugar para investir comercialmente? É provável que os critérios de

infraestrutura, criminalidade e circulação sejam semelhantes aos dos bons lugares para se viver. Esses são apenas alguns dos elementos, o(a) leitor(a) pode elencar outros tantos não descritos aqui. O que é pouco desejável que exista em ambos os espaços? Pouca acessibilidade, índices altos de criminalidade, presença de população em situação de rua, que seriam sinal de precarização e pobreza, ausência de condições básicas de infraestrutura, presença de policiamento ostensivo.

Ora, por que é possível que esses critérios existam e, principalmente, que acreditemos neles? Primeiramente, trata-se de uma forma de esquadrihar o espaço, isto é, definir que elementos estão dispostos e como, mas não de maneira disciplinar, exaustivamente calculada (Foucault, 2008a). Busca-se fazer com que os elementos circulem e existam em uma média aceitável (Foucault, 2008b), a fim de que eles se autorregulem e, em alguns casos, quando os problemas advindos dessa relação se aproximarem do limite do tolerável, empreendem-se práticas para incidir nessa administração. Além disso, no que diz respeito a “por que acreditamos nesses critérios e como fazemos eles funcionarem”, é preciso compreender que os sujeitos interagem com os elementos cotidianos e produzem verdade acerca destes. É na relação do sujeito com os enunciados verdadeiros, com os outros e consigo mesmo que o processo de subjetivação é possível (Galeano, Guareschi, Reis, & Souza, 2021). Assim, aquilo que é dito sobre as estratégias de revitalização faz com que pensem em suas justificativas e, eventualmente, as tomemos como verdadeiras. A partir desse momento, não fazemos funcionar apenas a ideia de revitalizar o espaço com vistas a melhorar suas condições estéticas e estruturais, fazemos funcionar tudo o que vem atrelado a esse processo: formas de gerir, hierarquizar e qualificar, as existências que serão autorizadas ou não a circular por esses espaços.

As estratégias de revitalização discutidas nesta escrita constituem uma sofisticação do espaço urbano para que uma parcela da população – seja ela denominada elite, categoria politicamente investida, ou ‘cidadão de bem’ – possa circular com segurança. A experiência que - enquanto pesquisadoras-narradoras atravessadas e constituídas nos/pelos espaços nos quais circulamos/habitamos - fazemos da cidade é singular não por ser individualmente nossa, mas por ser uma relação ontológica com o presente, sobre o modo como vivemos e nos constituímos enquanto sujeitos. Quando dizemos “modo como vivemos” não significa uma forma particular de existência de um grupo de pessoas, mas a época em que vivemos: a história do presente (Foucault, 2005a, 2005b; Prado, Lobo, & Lemos, 2014).

A relação com a história se atrela a uma investigação sobre as condições – sejam elas de saber, arranjos sociais, econômicos e relações de poder – que tornaram possível a emergência de um determinado acontecimento e o modo como esse acontecimento tem, no presente, seus efeitos e ressonâncias (Foucault, 1984, 2008a, 2008b, 2013, 2014; Rodrigues, 2016). Assim, esta construção da

narrativa urbana sobre a revitalização recorre à história na medida em que busca pensar como a vida daquelas(es) que venceram e aqueles que perderam, ou seja, “os grandes e os pequenos (Benjamin, 1940/2012, p. 215), constituem-se enquanto produtos de uma mesma história.

Walter Benjamin (1940/2012) e Michel Foucault (2005a) podem ser aproximados no que se refere à perspectiva histórica que propõem, especialmente no que se refere ao fato de que a história não é imutável, não é universal, pois aquilo que passou é presente e pulsante. Nesse aspecto, a verdade e a história estão intimamente ligadas, pois, para que um determinado elemento, seja ele uma ideia, um discurso ou racionalidade, seja considerado verdadeiro é preciso que exista um conjunto de relações favoráveis. Portanto, a manifestação da verdade é composta por um conjunto de procedimentos verbais e não-verbais e, assim, “a força do poder não é independente de qualquer coisa como a manifestação do verdadeiro entendido para além disso que é simplesmente útil e necessário para bem governar” (Foucault, 2016, p. 39). Esse conjunto é circunscrito em um determinado momento da história, isto é, depende, também, da “ordem do dia”, do momento social, político e econômico. A revitalização é um desses elementos que se constitui e opera enquanto verdade no cotidiano das intervenções nos espaços urbanos e que se fundamenta em justificativas econômicas, históricas e culturais, dentre outros elementos, que passam a dar legitimidade às intervenções cidadinas.

Desse modo, o caráter histórico, em proveito do qual os argumentos para a revitalização se basearam, faz parte de um conjunto de práticas cuja máxima é uma cronologia mumificadora: conserva-se a história, a consistência da existência de algo pelo congelamento dos efeitos do tempo. Que triste seria viver acreditando que toda história já passou, não? A revitalização faz parte desse congelamento do tempo, mas é vendida em todas as “vitrines” como a mais moderna tecnologia botulínica.

REVIVA CENTRO DE CAMPO GRANDE

Ao caminhar pelo centro da cidade, vi que muitas lojas de cosméticos expõem produtos milagrosos. Existem, de fato, diversas tecnologias que permitem aos humanos a modificação da estrutura externa da pele com a finalidade de corrigir manchas, sinais de nascença e marcas de expressão. Desde cremes e aplicações intramusculares de toxinas botulínicas, até operações plásticas que prometem remoçar e revitalizar. Continuei caminhando até chegar na esquina da Av. Afonso Pena com a Rua 14 de julho. O semáforo estava aberto para os carros e fechado para os pedestres.

Parei.

Do outro lado da avenida está a Praça Ary Coelho. Essa praça, cujo custo orçamento para revitalização foi de R\$ 2,1 milhões de reais (Ferreira, 2011), assim

como outros tantos pontos turísticos da cidade de Campo Grande, passou por um longo processo, que soma 53 reformas. Enquanto esperava para atravessar, admirava – não a beleza, mas o exagero – as grades instaladas ao redor da praça. A reforma dos cartões postais de Campo Grande atingiu também o canteiro da Av. Afonso Pena. Nesse canteiro a grama é verde-escura, a calçada aparenta ter sido construída ontem e os bancos de madeira permitem que transeuntes cansados recuperem o fôlego.

No ano de 2010, uma Lei Complementar foi promulgada com intuito de estabelecer o plano para a revitalização do centro de Campo Grande, tudo isso inspirado no programa Cidade limpa que aconteceu em diversos municípios do país. Dentre os objetivos e diretrizes desse plano estão ações para o desenvolvimento econômico da cidade, melhoria das condições urbanísticas e ambientais, valorização e recuperação dos marcos simbólicos e históricos (Campo Grande, 2010). Inclusive, o projeto de revitalização do centro da cidade somente sairá do papel em outubro de 2017, apesar de existir formalmente desde o ano de 2013.

A ideia dessas intervenções foi a de mudar a “cara do Centro”, com ampliação das calçadas, instalação de bancos, além de painéis e árvores para garantir o “conforto de pedestres contra as altas temperaturas”, mas havia também uma articulação com um projeto piloto de habitação, então é possível que uma parte do dinheiro fosse direcionada à criação de espaços de comércio, serviço e habitação, mas isso na região central (Junot, 2017). O que nos leva a pensar sobre quem é que circula nesse espaço.

Além disso, o caráter de revitalização e modernização do centro tem, desde o início dos projetos, atingido a população em situação de rua, fazendo com que estas pessoas fossem levadas para centros de atendimento, albergues etc. Vemos que os custos do investimento milionário produzem efeitos diferenciados que incidem sobre a vida da população, pois, como se tem dito sobre as reformas da Praça Ary Coelho: as grades não são suficientes para reprimir o crime e proporcionar segurança. Nessa lógica, o perigo não deve ser apenas afastado, ele deve desaparecer. Além disso, a revitalização carrega a ideia de um uso apropriado, cujo investimento transforma o patrimônio em mercadoria (Silva, 2009).

CENTRO HISTÓRICO: REVITALIZAÇÃO EM PORTO ALEGRE

A revitalização do centro histórico de Porto Alegre tem uma missão bastante evidente: “flexibilizar as regras de ocupação dos terrenos e prédios da região para atrair empresários e empreendedores” (RbsTv & G1/Rs, 2021, *online*). Argumenta-se sobre a contrapartida dos empreendedores, afirmando que, ao incidirem sobre os espaços do centro, estimularão a ocupação do Centro Histórico, fortalecendo o comércio e proporcionando mais segurança para o ambiente.

Segundo Caue Fonseca (2021), um empresário solicitou um estudo com objetivo de analisar os melhores lugares para abrir estabelecimentos comerciais. Como resultado desse estudo, apontou-se que, excetuando-se o Mercado Público, não havia nenhum ponto privilegiado no Centro Histórico que fosse interessante para realizar empreendimentos. O estudo foi realizado pela empresa *Space Hunters*, que opera com utilização de *big data*, cruzando dados públicos de fontes, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Receita Federal, para apontar tendências na malha urbana.

Diversas problemáticas referentes ao Centro Histórico são destacadas por Fonseca (2021): a região havia perdido mais de 15 mil moradores entre os anos de 1980 e 2005, tendo voltado a ser atraente próximo a 2010, quando o mercado imobiliário estava aquecido e algumas medidas de revitalização haviam sido “bem sucedidas”, tais como “a inauguração do *Pop Center* e o entorno da Praça XV. Com as ruas livres de ambulantes, espaços comerciais também se valorizaram” (Fonseca, 2021, *online*). Com o passar dos anos, entretanto, o esvaziamento da região se fez, novamente, presente.

Esse cenário é discutido, também, no contexto pandêmico, uma vez que a expansão do “*home office*” afetou moradores e funcionários da região, os primeiros por buscarem bairros mais sossegados e os segundos em razão do aumento da concorrência proporcionado pelas vendas pela *internet*. Uma das questões trazidas por Fonseca (2021) é o fato de que o crescimento conquistado anteriormente a 2010 foi afetado pela crise econômica de 2008 e, também, porque “não houve cuidado em manter as melhorias em curso, tampouco a aplicação de medidas estruturais para colher frutos a médio e longo prazo” (Fonseca, 2021, *online*), tais como realizar mudanças no Plano Diretor para a região.

Diante de tais questões, apontaram-se seis caminhos para a revitalização do Centro Histórico: (a) aprender com o passado: projetos como o Viva o Centro possibilitaram o “renascimento da região, a começar pelo nome”, isto é, “o Centro, que remetia à ‘muvuca’ do comércio de rua, passou a se chamar Centro Histórico e ganhou iniciativas para melhorar a imagem, a infraestrutura e o patrimônio cultural da região” (Fonseca, 2021, *online*); (b) Plano Diretor mais flexível: “Qualquer região em que não vale a pena demolir um imóvel em ruínas para construir outro no lugar é uma região fadada ao fracasso” (Fonseca, 2021), o Centro Histórico é um desses espaços que, segundo o arquiteto e diretor da *Space Hunter*, o “plano torna pouco vantajoso construir algo ali e dificulta que se mude a função dos imóveis” (Fonseca, 2021, *online*); (c) planejar habitação e multiplicar usos: o Centro histórico precisa ser repovoado a fim de produzir mais segurança e atrair pequenos empreendimentos, aumentando os horários de funcionamento. Assim, é preciso que se invista em usos híbridos (comércio e moradia).

Segundo nos caminhos destacados para a revitalização, (d) otimizar recursos públicos e privados: realizar apostas no interesse em comum com a iniciativa privada, especialmente com os comerciantes do “quadrilátero para tornar a área uma espécie de shopping ao ar livre, com diversificação de negócios, segurança reforçada e comunicação visual unificada e diferenciada” (Fonseca, 2021, *online*); (e) abraçar o Cais Mauá: entende-se que toda a extensão de frente para o rio Guaíba poderia servir tanto para embelezar a entrada da cidade quanto para tornar a Avenida Mauá mais humanizada e integrada ao Centro; (f) Mercado Público como farol: o local é polo de atração do Centro, com investimentos mais robustos poderia atrair novos públicos para compra, para além dos habituais.

RIO PARDO: A CIDADE QUE PAROU NO TEMPO

Diferente das outras cidades mencionadas anteriormente, as ditas “cidades grandes”, que são também as capitais dos estados do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul e que muito provavelmente são conhecidas por grande parte das pessoas, ainda que pelo nome, a cidade que apresentarei agora é Rio Pardo, pequena e histórica, localizada no interior do Rio Grande do Sul, a 145 km da capital (Porto Alegre), com aproximadamente 38.257 mil habitantes (IBGE, 2010).

Mas me permitam voltar um pouco no tempo, pois essa apresentação não começa por aqui. Na verdade, é difícil precisar quando ela se inicia. Institucionalmente, segundo dados do *site* da prefeitura, em 1809 foi criada a Vila de Rio Pardo, uma das quatro vilas da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, através de um Decreto Real assinado por D. João VI, o que torna a cidade um dos municípios mais antigos do estado. Aumentando o recuo ao passado, podemos chegar até os séculos XVI e XVII, quando as terras de Rio Pardo eram habitadas por povos originários. Estima-se que até 1626 os Tapes povoavam sozinhos o território. Posteriormente, foram chegando outros povos, como os Guaranis, para então começar o povoamento e a colonização luso-brasileira (Vogt, 2008). Sabe-se que os povos originários foram os primeiros habitantes do Brasil, o que não é diferente no Rio Grande do Sul. Entretanto, as marcas e a cultura desse povo pouco são vistas ou contadas quando se fala sobre Rio Pardo, pois os rio-pardenses se identificam com a descendência portuguesa.

Segundo Luiz Carlos Schneider (2005), em 1846, devido ao crescimento socioeconômico da Vila, Rio Pardo é elevada à condição de cidade, surgindo nesse momento uma sofisticada elite onde, dentre outras características, as mulheres eram comparadas, em termos de luxo, às de Montevidéu. Toda essa pompa, circunstância e crescimento não se manteve por muito tempo, os ventos trouxeram a estagnação e a ideia de que ‘a cidade não vai para frente’. As gerações de mora-

dores que se seguiram a partir daí ficaram presos a essa história e a essa ideia de progresso, entendida por muitos como inalcançável.

A cidade é conhecida como um lugar para velhos, afinal como constantemente é lembrado “só na rua principal tem mais de 10 farmácias”. Sendo reconhecida como esse lugar de passado, do velho, não é incomum que os jovens entendam que a cidade ficou “sem espaço”, ou seja, determinados discursos produzem a necessidade de saída da cidade para que se possa “crescer” (dentro da lógica capitalista), ter acesso a universidades, centros de ensino e trabalho. Tece-se, assim, um conjunto de práticas que incidem sobre a vida da população, indicando que as oportunidades se encontram fora da cidade pequena, embora seja preciso destacar que não é possível generalizar a experiência de Rio Pardo às demais cidades de interior do Brasil, visto que cada uma participa de um jogo situado em termos de história, economia, cultura e atuação política. Nesse jogo, cidades como Rio Pardo passam a se movimentar como os ciclos dos rios: sobem e abaixam o nível que, nesse caso, substitui a água pelas pessoas que saem e retornam ao município.

Dar-me conta dos grilhões carregados por Rio Pardo produziu um incômodo que me possibilitou prestar atenção na cidade e perceber como nos últimos anos ela se modificou sim e bastante. Mas, essa desatenção pelas paisagens das cidades tem se tornado algo corriqueiro, a rua passou a ser negligenciada a tal ponto que a circulação se reduz à sua inevitabilidade, sem senti-la ou produzir experiências que sejam comunicáveis. A esse respeito, Luiz Antônio Baptista (2019) menciona nossas caminhadas, especialmente quando ficamos dormentes por escolha, com fones de ouvidos estrategicamente colocados, evitando ao máximo possível fazer conexões com os ruídos da cidade.

Entretanto, por mais que o sujeito possa tentar se anestésiar para os efeitos da cidade, ela não pode ser entendida simplesmente como um meio por onde se anda, sem interferir na vida, pelo contrário, ela é constituinte da subjetividade, a ponto de produzir “zonas de indiscernibilidade onde não é mais possível distinguir sujeito e cidade” (Cardoso, 2016, p. 246). Sendo assim, é necessário pensar sobre o espaço em que vivemos, questão que pode parecer algo simples, embora o próprio conceito de espaço carregue em si muitas nuances. Espaço pode ser entendido através da ideia tempo/espaço, que passou a ser difundida principalmente através de Newton e Descartes, mas que, conforme Cardoso (2019), pode ser percebida simplesmente como “ter um corpo no espaço”. O espaço não é neutro, nem somente o plano de fundo para a vida que acontece ao seu redor, ele pode e deve ser pensando como um artefato cognitivo, vez que incide diretamente sobre a cognição e opera como agenciador ao possibilitar condições de resoluções de problemas, percepções e escolhas (Cardoso, 2019). Conforme o autor, nessa proposta a cognição é entendida como subjetividade, o que engloba pensar em relações e formas de afretamento, sejam elas com pessoas, objetos ou espaços.

É importante fazer um destaque sobre como a desvalorização dos espaços implica também na desvalorização das vidas que ali habitam e para as quais a única solução ou esperança seria “sair”. Essa problemática também implica uma espécie de desvinculação com as questões do local, pois, se há uma tendência em acreditar que “as coisas são assim e não têm jeito”, por que é que se empregaria uma luta ou resistências ao abandono?

Ademais, a precariedade e falta de investimento em certas cidades – especialmente de interior – são vistas como desvinculadas das lógicas de progresso, como se esses territórios não sofressem os efeitos das dinâmicas capitalistas neoliberais. Parece haver um imaginário que associa o progresso às coisas boas, vantagens, melhorias, sem levar em consideração os processos de abandono e precarização também produzidos por essa lógica. Assim, responsabiliza-se a cidade pequena de interior e seus habitantes por não terem sido capazes de manter o ritmo de crescimento (econômico, principalmente) ao invés de pensar o lugar do esquecimento como efeito do movimento de progresso.

Maurício Abreu (1998) faz uma importante pontuação quando afirma que, em virtude do progresso e rapidez das comunicações, está ocorrendo uma homogeneização dos lugares, tornando o espaço global muito parecido, mas, paradoxalmente, esse processo desencadeia uma busca por singularidade. Rio Pardo segue com ruas calçadas de paralelepípedo e tendo apenas uma sinaleira (semáforo). Segue com a rua Andrade Neves sendo a principal, o que significa que qualquer estabelecimento comercial que se localize longe dela está, muito possivelmente, fadado ao fracasso. Segue com o horário comercial “normal”, abrindo de segunda a sexta das 8h30min às 18h30min e com intervalo de almoço do meio dia às 13h30min, nos sábados quando abre a tarde é turno reduzido das 14h até às 17h, e fechando nos domingos, com exceção de farmácias e supermercados. Segue com o presídio no centro, em um prédio histórico, logo após a sinaleira. Segue tendo apenas um prédio alto e com elevador. Segue com os idosos se reunindo na esquina do Banco do Rio Grande (Banrisul) para conversar. Segue com as pessoas se encontrando na Imec (supermercado), praticamente nosso *shopping* (afinal não temos um). Segue com as pessoas indagando “é filha(o) de quem?” ao conhecer alguém.

Na última década, muitas casas antigas foram derrubadas para dar lugar a prédios novos que abrigam grandes lojas de departamento, em outros casos se mantiveram apenas as paredes, mudando completamente a estrutura; algumas foram restauradas e preservadas e, por último, existem as que estão caindo, literalmente, chegando a interditar calçadas e ruas, como estão tombadas pelo patrimônio público não podem ser derrubadas e deveriam ser preservadas, mas não existem (ou não se buscam) recursos para isso. Ao longo da história fica evidente a ausência de uma política de incentivos à gestão do patrimônio público, gerando “um dilema que poderia ser transposto da seguinte forma: Preservar pra quê?” (Schneider, 2005,

p. 199). Portanto, o “progresso” traz um importante dilema entre renovação e manutenção, entendimento esse que foi se modificando de acordo com a gestão que assumia a administração do município.

Assim, os resquícios de progresso se mostram nas ruínas produzidas em Rio Pardo; os novos prédios que instituem paisagens modernas – se comparadas às antigas edificações – são as marcas do choque temporal e das forças que nos constituem enquanto sujeitos e nos vinculam aos territórios habitados. As marcas também aparecem nas ausências: as pessoas que foram embora em busca de melhores oportunidades, aqueles que retornam em função dos vínculos familiares. A ausência se revela no sumiço: algumas coisas simplesmente “sumiram”, passando de forma tão despercebida que até então não se havia notado. Por exemplo, Rio Pardo era cheia de museus, era.

Dia desses fiquei surpresa com um “espaço” no centro. Algo foi derrubado, muito recentemente, sei disso, pois ainda restam alguns tijolos empilhados, onde em algum momento estiveram paredes. Há trabalhadores e máquinas ali, mas logo terá um lugar novo, provavelmente mais um grande “galpão” aos moldes do que “o investidor” vem fazendo na cidade, não sei seu nome nem de onde é, mas quando pergunto “o que terá aqui?”, nos espaços que “sobram” no centro, a resposta é sempre “ah o investidor que fez x e y” se referindo a grande espaços ocupados por redes, em sua maioria de lojas de rede ou farmácias, de qualquer modo não questiono se é verdade. O interessante é que já não lembro mais o que havia ali, se era uma casa, um prédio pequeno ou um espaço comercial. Rapidamente, pergunto às pessoas que estavam comigo se elas lembram, ficamos construindo suposições, mas certeza ninguém tem. Sigo o caminho até a casa da minha família pensando que preciso achar alguma foto daquele lugar para conseguir recordar. Os rastros são por demais fugazes e estão sempre sob o risco iminente de desaparecer completamente (Gagnebin, 2009).

Achille Mbembe (2021) reitera a crítica ao progresso e refere que o conceito “se assenta na fé em um movimento contínuo, não sujeito a interrupção” e que se opõe “fundamentalmente a qualquer coisa que tivesse a aparência de algo morto. Não suportava nem ruína, nem declínio, nem velhice, nem inanição” (p. 88), então tudo que se refere a isso se coloca contra a sua lógica. Ainda que a paisagem da cidade mude, não sendo possível afirmar que ela permanece parada no tempo, é como se o seu tempo de mudança não fosse o mesmo exigido pelos ventos do progresso que, de tempos em tempos, sopram forte sobre a cidade, derrubando espaços, pelos quais talvez devêssemos ter lutado, mas essa lógica de vida nos absorve, produz uma naturalização automática e esquecemos de perceber as coisas. Assim, quando nos damos por conta algo não está mais ali, já é tarde demais e a lógica anterior rapidamente volta a seguir seu ciclo. Segundo Pierre Nora (1993, p. 18) “quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum”.

ENTRE RUÍNAS E MONUMENTOS

Ao longo desta escrita discutimos alguns elementos/cenas que nos tomaram enquanto disparadores para a análise sobre o modo como as lógicas neoliberais, especialmente aquelas que se vinculam à ideia de progresso, incidem na forma como os espaços, as populações e as histórias são geridas. Muitos desses nossos encontros com a cidade se deram de modo desprezioso, distraído, como sugere Clarice Lispector (1984), cujas crônicas propõem que são imprescindíveis esses momentos para que se o sujeito possa ser tocado pela diferença. Essa distração, portanto, não é desvinculada dos acontecimentos da vida, não significa alheamento. Trata-se, ao contrário, de uma abertura, que tendemos a fechar conforme definimos nossos caminhos, damos nomes aos nossos objetos de análise e, às vezes, solidificamos nossas estratégias metodológicas. A não-distração é também efeito das lógicas capitalistas neoliberais que insistem na produção de um cotidiano frenético. Os atravessamentos narrativos que nos colocam como interlocutoras dessas materialidades não têm como objetivo falar das nossas relações individuais, que nos constituem enquanto pesquisadoras vinculadas às cidades apresentadas, mas problematizar a não neutralidade e, principalmente, pensar a experiência cidadina enquanto elemento comunicável e que opera processos de subjetivação.

Embora com estratégias distintas, o progresso insiste em marcar nossas experiências nas cidades aqui discutidas. Rio Pardo, por muitos anos, esteve no mesmo sentido dos ventos do progresso e hoje, embora existam argumentos em contrário, já não acompanha o movimento frenético, mas é avassalada por ele. Essa cidade-memória que tende a ser pensada como cidade-museu, resiste em suas ruínas, deixando à mostra os efeitos não apenas de modernização proporcionadas pelas práticas capitalistas (no tempo em que era uma região de interesse econômico), mas de devastação. Por outro lado, diferentemente do que acontece quando se empreendem projetos de revitalização, as populações, insistentemente marginalizadas nos grandes centros, podem circular pelos espaços de Rio Pardo sem que sejam segregadas becos e vielas ou com impedimentos de transitar pelas ruas como bem entendem, sem causar estranheza ou representar perigo.

Em Campo Grande, assim como em Porto Alegre, as práticas de revitalização trazem consigo marcações nos espaços, muito bem definidas para determinados corpos, em especial os que não chamam a atenção. Afinal, quem é visto ao andar na rua? Comumente, quanto mais próxima a pessoa estiver do padrão social (branco, cis, magro, alto, com boas condições de vestimenta e higiene), menos ela é percebida ao transitar, podendo se misturar à multidão com maior facilidade; por outro lado, pessoas que se afastam dessa performance são marcadas, notadas e, com frequência, despertam sentimentos dos mais diversos, como curiosidade, pena, repulsa, medo, indiferença, caridade e desconfiança.

Ao apresentar as proximidades e distanciamentos no modo como as lógicas neoliberais incidem nos grandes centros e em uma cidade pequena do interior como Rio Pardo, não está em jogo uma crítica de valor sobre as experiências possibilitadas pelas cidades, mas o tensionamento que ocorre entre essas lógicas, pontuando que ambas são efeitos do progresso (carro-chefe das lógicas capitalistas neoliberais). Se por um lado muitas das pequenas cidades costumam ser negligenciadas pelas investigações científicas, em termos de cidade e subjetividade, especialmente porque se constituem como desafios na relação entre capitalismo e desenvolvimento, por outro lado, e pela mesma razão, costuma-se colocar os grandes centros urbanos como foco dos referidos estudos, já que se entende que em tais espaços os efeitos do desenvolvimento (aumento populacional, modificação das dinâmicas cotidianas, produção de periferias, concentração de renda, taxas de criminalidade, dentre outros) são mais intensos.

Nessa multiplicidade de processos, podemos visibilizar um movimento em que as cidades pequenas também são atingidas severamente pelas dinâmicas do capital, ainda que de outras formas, causando diferentes impactos, especial nas formas de narrar a experiência que constituem as grades de inteligibilidade da cidade de interior, diferenciando-a do grande centro. Trata-se, então, do empreendimento não apenas de uma crítica ao progresso, mas de um exercício ético-político que faz frente aos discursos de atraso/desenvolvimento, problematizando a relação direta entre o progresso e a precarização das vidas e de suas condições nesses territórios que passam a ser alvo de projetos de revitalização e preservação histórica e ao modo como tais projetos incidem na passabilidade dos corpos por tais espaços.

REFERÊNCIAS

- Abreu, Maurício A.** (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras*, XIV, 77-97.
- Baptista, L. A. S.** (2019). A Cidade dos Tambores. *Revista Polis e Psique*, 9(nspe.), 162-170. <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/98742>
- Benjamin, W.** (1940/2012). Sobre o conceito da história. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 241-252). Brasiliense. (Obra original publicada em 1940)
- Campo Grande** (MS). Lei Complementar n. 161, de 20 de julho de 2010. (2010). Institui o Plano para Revitalização do centro de Campo Grande e dá outras providências. *Diário Oficial do Município, Campo Grande, MS*. <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=173497#:~:text=Art.,Centro%2C%20nos%20termos%20dos%20arts>
- Cardoso, C. A.** (2016). A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 242-251. <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Zhx39CKkkq4kpHbLP5F4t5w/?format=pdf&lang=pt>
- Didi-Huberman, G.** (2017). *Cascas*. Editora 34.
- Ferreira, M.** (2011, 13 nov.). Em obras da 16ª revitalização, praça Ary Coelho ganha cor de terra vista de cima. *Campo Grande News, Campo Grande/MS*. <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-obras-da-16-revitalizacaoopraça-ary-coelho-ganha-cor-de-terra-vista-de-cima>
- Foucault, M.** (1984). *Microfísica do poder*. Graal.
- Foucault, M.** (2005a). O que são as Luzes. In M. B. Motta (Org.), *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335-351). Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2005b). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Martins Fontes.
- Foucault, M.** (2008a). *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Martins Fontes.
- Foucault, M.** (2008b). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.
- Foucault, M.** (2013). *Os anormais*. Martins Fontes.
- Foucault, M.** (2014). *Do governo dos vivos*. Martins Fontes.
- Gagnebin, J. M.** (2009). *Lembrar escrever esquecer*. Ed. 34.
- Galeano, G. B., Guareschi, N. M. F., Reis, C., & Souza, L. H. S.** (2021). Psicologia, políticas públicas e processos de subjetivação: enfrentamentos em tempos urgentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 73(1), 87-103. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v73n1/07.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** (2010). *Cidades e estados*. Portal do Governo Brasileiro. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/rio-pardo.html>
- Junot, L.** (2017, 04 de maio). Acordo milionário para implantar Reviva Centro será assinado dia 12. *Campo Grande News, Campo Grande/MS*. <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/acordo-milionario-paraimplantar-reviva-centro-sera-assinado-dia-12>
- Lispector, C.** (1984). *A descoberta do mundo*. Nova Fronteira.
- Mbembe, A.** (2021). *Brutalismo*. N-1 Edições.
- Nora, Pierre** (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10(2), 7 – 28. <https://>

revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763

Prado, K., Lobo, L. F. & Lemos, F. C. S. (2014). A história do presente em Foucault e as lutas atuais. *Fractal, Rev. Psicol.*, 26(1), 29 - 42. <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v26n1/v26n1a04.pdf>

Rodrigues, H. B. C. (2016). Ensaio sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias. Lamparina.

Silva, G. P. (2009). O Empreendedorismo Cultural: os discursos do desenvolvimento como utopia. In Anais do IV Jornada internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/7_desenvolvimento-regional/o-empendedorismo-cultural-os-discursos-do-desenvolvimento-como-utopia.pdf

RBS TV & G1 RS. (2021, 02 de abril). Projeto prevê recuperação urbanística do Centro Histórico de Porto Alegre. G1. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/04/02/populacao-pode-participar-do-debate-sobre-programa-urbanistico-do-centro-historico-de-porto-alegre.ghtml>

Fonseca, C. (2021, 05 março). Seis caminhos para revitalizar o Centro Histórico. GZH Porto Alegre. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/03/seis-caminhos-para-revitalizar-o-centro-historico-cklut8vp1000w016udt3zjga8.hhtml>

Schneider, L. C. (2005). Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio arquitetônico-urbanístico. EDUNISC.

Silva, R. N. (2004). Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 12-19. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2.pdf>

Vogt, O. (2008). Uma Luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos. Editora Gazeta Santa Cruz.

POLÍTICAS DE ALIANÇA E O ESPAÇO DO COMUM NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: COLONIALISMO, DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA E UM CONTRATO ÉTICO NA TENSÃO

Gabrielle Reichelt Pires

Carolina dos Reis

A sociedade dita moderna, globalizada e neocolonialista está sempre em constante mudança, com novos e mais complexos desafios que engendram relações de saber e poder, bem como modos de ser e habitar o mundo. Esta escrita toma, a partir disso, o campo da educação superior, mais especificamente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como analisador para pensar a produção, e a subversão, de políticas de normalização que se orientam por sistemas epistemológicos, num jogo de relações de saber-poder que compõem regras e normas identitárias de uma sociedade estruturada por uma herança colonial. Sendo que essas dialogam com as micro e macropolíticas que rompem, a todo o momento, as paredes da instituição educacional e transbordam a cidade e a vida em sociedade.

Facilmente compreendemos que a instituição universitária marca o lugar no qual se discute e se produz o conhecimento e o fazer científico. Nesse sentido, alguns autores, como por exemplo Boaventura de Souza Santos (1988) ou Walter Mignolo (2007), elaboram uma importante crítica ao modelo de racionalidade que rege a ciência moderna, ao colocarem em evidência o tripé conceitual de modernidade, colonialidade e decolonialidade, que expõe a dimensão imperial do conhecimento científico que encobre a violência de uma sociedade branca patriarcal que cresceu e se desenvolveu a partir de uma herança colonial.

Nessa perspectiva, Walter Mignolo (2017) aponta que a modernidade, colonialidade e decolonialidade são três palavras distintas que designam um só conceito, contrariando a epistemologia da civilização ocidental, em que cada palavra denota um significado específico. A tríade proposta pelo autor indica um conjunto complexo de relações de poder, sendo o termo colonialidade uma matriz ou um padrão colonial de poder que compõe uma rede de relações que é, comumente, encoberta pela retórica da modernidade, que afirma um suposto progresso e salvação, como justificativa

para a violência da colonialidade. Enquanto que a decolonialidade seria a “resposta necessária, tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade. As três palavras designam esferas de dicção e de ação e são interdependentes” (Mignolo, 2017, p. 12).

De modo resumido, essa nova perspectiva de entender a construção do saber coloca em evidência a problemática do tripé poder-saber-ser, afirmando a existência de um espaço onde o pensamento que fugia à norma foi negado em prol do pensamento da modernidade científica e hegemônica, que sustentou, e ainda sustenta, silenciamentos e relações de poder opressoras (Ballestrin, 2013).

Somado a isso, a autora Sueli Carneiro (2005) elabora o conceito epistemicídio, constitutivo do dispositivo da racionalidade e do biopoder que define funções e papéis sociais de dominação; destituindo a razão, o saber e o conhecimento de uma dada população e produzindo assim inferioridade intelectual e racismo hierárquico (Carneiro, 2005).

A construção do conhecimento, da ciência e dos discursos de verdade que circulam no tecido social partem de uma produção arbitrária do sujeito que escapa à norma como o “Outro” atualizando uma série de conjecturas binárias tais como bem/mal, certo/errado, racional/irracional. O que é colocado em questão não é o sujeito, mas os enquadramentos e narrativas dominantes fabricados por um ponto de vista colonial que não assume a si mesmo nesse campo de relações de poder.

Grada Kilomba, no ensaio “*Quem pode falar - Falar no centro, descolonizar o conhecimento*” (2019), faz um paralelo entre a imposição do silenciamento do sujeito negro escravizado e a produção do saber acadêmico que, historicamente, produz um saber sobre os povos africanos sem sequer considerar o saber desses povos. Ou seja, rejeita-se um saber para se impor um regime de verdades que negam a existência desses saberes, que são validados e definidos por um conjunto de normas acadêmicas, que reconhecem ou não, um determinado conhecimento e quem pode ensinar, ou quem pode falar.

A produção de uma inferioridade epistêmica ocorre atrelada a um privilégio epistêmico, que produz racismo e sexismo, sustentando um local de poder e saber branco ocidental. Se instituiu um padrão estético desejável, uma moral e um corpo como expressão da autoafirmação. Pelo controle dos corpos a sociedade marca sentidos e valores, sendo o corpo o signo no qual decorrem os jogos de poder e os investimentos e desinvestimentos de gerenciamento da vida.

A partir dessa perspectiva, Donna Haraway (1995) afirma que a ciência seria um texto contestável que fabrica mundos através de objetos, em virtude de que todas as fronteiras do conhecimento, externas e internas, são teorizadas como movimentos de poder, e não em direção à verdade. Nesse caso, se a ciência ocorre a partir de um problema de metáfora, na relação entre corpo e linguagem, o desafio da ciência estaria em romper com a dualidade científica ao pôr em

discussão a objetividade enquanto corporificação específica e particular. Ramón Grosfoguel (2016), ao pensar a corporificação do conhecimento, compreende que a “não localização” presente na filosofia de René Descartes propicia as condições para o mito da egopolítica do conhecimento, que parte de uma epistemologia do ponto zero. O que seria compatível com um ponto de vista que não se assume como ponto de vista.

Opera, assim, dentro e fora da academia, a constituição de um sujeito do conhecimento descorporificado que transita sem ser marcado pelas hierarquias coloniais de um corpo-político, sem ser confrontado com os privilégios dessa posição ausente, em detrimento dos outros corpos que também marcam e são marcados na universidade.

Se busca, portanto, discutir a dimensão imperial do conhecimento, da ciência e dos discursos de verdade que orientam práticas de normalização, numa produção arbitrária que coloca o sujeito que escapa à norma como o “Outro” e, consequentemente, reatualiza conjecturas binárias como bem/mal, racional/irracional. Desse modo, busca-se problematizar a dimensão colonial dos saberes que operam na academia e constituem políticas de normalização, a partir da localização de uma mulher branca cisgênera, mapeando movimentos e possibilidades de ação para, assim, pensar o espaço do comum e as possibilidades de uma política de alianças que rompa com a produção de violência e violações na educação superior, dentro da UFRGS.

Para tanto, em um primeiro momento, faremos a discussão da produção do conhecimento que opera dentro da universidade e quais os saberes que são legitimados como científicos e validados dentro desse espaço, colocando em problematização a dimensão colonial dos saberes e a apropriação dos bens comuns para uma política neoliberalista que produz como efeito a comercialização do conhecimento e o produtivismo acadêmico. Seguimos, em um segundo e último momento, discutindo os movimentos que se deram dentro da UFRGS e mudaram, consequentemente, parte do panorama e do cenário educacional para pensarmos as possibilidades dos corpos discentes, docentes e do próprio corpo institucional da UFRGS, de firmar uma política de alianças que perpassa uma compreensão ética de renúncia a violência colonial.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, BENS COMUNS E COLONIALISMO

As instituições de educação superior, assim como os outros setores da sociedade, acompanham as transformações históricas e sociais do território nacional, passando por mudanças estruturais, econômicas, políticas e culturais, tanto no âmbito público quanto privado. Segundo Thaianne Oliveira (2019), em esfera global, o conhecimento se alicerça por meio da ciência, da tecnologia e da inovação como uma área estratégica de jogos econômicos que privatizam o saber e o comercializam.

Dessa forma, “apesar do pesquisar envolver uma série de agenciamentos coletivos, que vão desde o cotidiano de trabalho até o compromisso com a sociedade, as recompensas são individuais” (Maurenre, 2019, p. 04), e assim observamos como efeito a intensificação de práticas individualistas, competitivas e voltadas ao produtivismo. Para José Dias (2015), o conhecimento informático-tecnológico precisa se manter em constante movimento, pois:

Quando perde utilidade do ponto de vista do mercado e das profissões, é logo descartado e substituído por outro mais eficaz e coerente com as necessidades das corporações mercantis. Cada vez mais imprescindível ao desenvolvimento econômico e à aquisição de vantagens competitivas nas relações comerciais globais e crescentemente mais associado ao exercício profissional e aos contextos específicos, o conhecimento vai perdendo sua histórica densidade de significação humana associada à liberdade, à emancipação pessoal e ao bem coletivo, e mais e mais é subsumido pela ideologia do interesse individual e do lucro ilimitado. (Dias, 2015, p. 589)

O conhecimento dentro da perspectiva mercadológica neoliberal não compreende e possibilita que os sujeitos imersos nesse contexto integrem ativamente a esfera pública de forma crítica e participativa, o que gradativamente acaba por diminuir os espaços públicos e expandir a esfera privada (Dias, 2015). Como afirma Silvia Federici (2019), a linguagem dos bens comuns foi apropriada no início dos anos 90 pelo Banco Mundial e Nações Unidas e posta a serviço da privatização, sendo esses apenas alguns exemplos que subvertem a lógica dos bens comuns para interesses do mercado capitalista, neocolonialista.

Entretanto, como demonstra Federici (2019), ao longo dos anos, sempre houve movimentos de contracontrole com o intuito de impulsionar esforços para coletivizar uma vida em comunidade.

Hoje, diante do novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social de impedimento de uma completa comercialização da natureza, enquanto promovem o uso não capitalista da terra e formas de agricultura de subsistência. As mulheres são as agricultoras de subsistência do mundo. Na África, elas produzem 80% da comida consumida, mesmo com as tentativas do Banco Mundial e de outras agências de convencê-las a mudar suas atividades para culturas de rendimento. Nos anos 1990, em muitas cidades africanas, diante do aumento dos preços dos alimentos, elas se apropriaram de espaços em terras públicas e plantaram milho, feijão, mandioca “nas encostas de rodovias ... em parques, no entorno de linhas ferroviárias” mudando o panorama urbano dessas cidades e rompendo, no processo, a separação entre cidade e campo. (Federici, 2019, p. 401)

Se, por um lado, a educação superior parece caminhar em direção à privatização do saber - explícito na ameaça constante de cortes na Educação e nas bolsas de pesquisa e o emergente projeto Future-se (Ministério da Educação, 2019), lançado em julho de 2019, que anuncia a entrada do setor privado dentro das universidades públicas -, por outro também é possível encontrar corpos que resistem dentro do espaço acadêmico.

Ao se contestar a visão de mundo de uma ciência colonial reatualizada pelo mercado capitalista, que se propõe totalizante, se abre possibilidades para um pensar desobediente. A desobediência epistêmica, proposta por Mignolo, consiste no exercício ético e político, de um pensamento fronteiriço, que requer um “pensar na exterioridade, nos espaços e tempos que a autonarrativa da modernidade inventou como seu exterior para legitimar sua própria lógica de colonialidade” (2017, p. 30). As possibilidades desses atos de desobediência epistêmica podem indicar um caminho que se atreva a ultrapassar e desafiar o acúmulo de capital, os reforços militares, e uma reestruturação pós-moderna e pós-estruturalista, eurocêntrica de modernidade.

Indo de acordo com isso, as críticas feministas à Ciência, por exemplo, buscam apontar as lacunas e apagamentos que ocorrem nas teorizações científicas, ao evidenciar as exclusões e as motivações que performam os jogos de poder presentes no campo científico. Como afirma Sandra Harding, “podemos tomar como padrão a fidelidade aos parâmetros de dissonância” (2019, p. 101) deixando emergir tudo o que se esconde na fratura.

Naturalmente, há outro mundo – o das emoções, sentimentos, valores políticos, do inconsciente individual e coletivo, dos eventos sociais e históricos explorados nos romances, no teatro, na poesia, na música e na arte em geral, e o mundo no qual passamos a maior parte de nossas horas de sonho e vigília sob a constante ameaça de reorganização pela racionalidade científica. Um dos projetos das feministas teóricas é revelar as relações entre esses dois mundos – como cada um modela e informa o outro. (Harding, 2019, p. 101)

Donna Haraway (2019) irá entender que a ironia presente nos discursos de verdade tem a potência de explicitar as contradições que não podem ser resolvidas dialeticamente e mantém unidas as tensões de pressupostos incompatíveis, expondo inúmeros jogos de verdades em que nenhum necessita ser, a priori, uma inverdade. Para a autora, a ironia constitui uma estratégia teórica e um método político (Haraway, 2019). Nesse sentido, a luta se daria na tentativa de ver e expor ambas as perspectivas ao mesmo tempo, ao entender que cada uma dessas visões revelam dominações e possibilidades de escape e desobediência que seriam inimagináveis sem a perspectiva do outro ponto de vista. A partir dessa aposta,

Haraway sustenta a ideia de que “uma visão única produz ilusões piores do que uma visão dupla ou do que a visão de um monstro de múltiplas cabeças” (Haraway, 2019, p. 170). Como narra Audre Lorde:

já que tal individualização depende da repartição cuidadosa dos locais, para que cada sendo uma pessoa negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças – uma delas, um garoto – e parte de um casal interracial, eu me lembro a todo momento de que sou parte daquilo que a maioria chama de desviante, difícil, inferior, ou um escancarado “errado”. Por estar em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. (Lorde, 2019, p. 243)

As diferenças são frequentemente silenciadas nos discursos de verdade, no qual operam os saberes dominantes, sendo colocados à margem e classificados pelo rótulo da diferença que vulnera a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo e no Brasil. Dessa forma, a diferença perpassa uma rejeição institucionalizada que funda a lógica capitalista de uma economia baseada no lucro que necessita de “forasteiros” como superávit (Lorde, 2019). Lógica que incita o medo e o ódio às diferenças, além de orientar certas práticas pautadas na ação de invisibilizar, imitar ou destruir toda e qualquer diferença, conforme a interpretação e os interesses em um dado contexto e período histórico.

Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana. Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classismo. É tarefa da vida inteira para cada um de nós retirar essas distorções de nossa vida ao mesmo tempo que reconhecemos, reivindicamos e definimos essas diferenças com base nas quais elas são impostas. (Lorde, 2019, p. 247)

Mecanismos que também operam dentro das instituições de educação, onde a dimensão imperial do saber precariza a vida e os saberes de todas as populações colocadas à margem. Como afirma Lorde, as literaturas de mulheres negras ou indígenas, por exemplo, dificilmente são incluídas como leituras básicas nos cursos de educação superior ou pós-graduação. Como percebe a autora, “com muita

frequência, a desculpa dada é que as literaturas de mulheres de cor só podem ser ensinadas por mulheres de cor, ou que são muito difíceis de entender, ou que os alunos não conseguem ‘se interessar’ por elas porque vêm de experiências ‘diferentes demais’” (Lorde, 2019, p. 249).

Contudo, a ironia de Haraway se faz presente também dentro da academia, e há diversas tensões sendo travadas diariamente sobre a produção dos saberes e do que é legitimado como tal. Vale ressaltar, portanto, que no início dos anos 2000 a proposta de democratização das formas de ingresso nas instituições públicas de ensino superior, por meio das cotas raciais e sociais, ocasionou um amplo debate. Houve, na época, acusações responsabilizando os movimentos negros por criar divisões raciais inexistentes, além de compreender tal proposta como um ataque aos direitos da população branca, classe média (Rosa, 2018).

Faculdades como as de medicina, odontologia, direito e engenharia, entre outras, permaneceram, ao longo da história, predominantemente brancas, sem jamais serem vistas como espaços racializados. Era como se ser branco não fosse uma condição racial, como se aquelas faculdades estivessem disponíveis ao acesso universal. Afinal, não havia restrições raciais escritas nos editais dos concursos vestibulares, apesar da hegemonia branca. Quando indígenas e negros ampliaram a presença nas universidades brasileiras, por outro lado, muita gente concluiu que essas instituições estavam sendo racializadas. (Rosa, 2018, p. 39)

O ingresso de discentes cotistas provocou uma mudança em relação ao perfil dos graduandos e possibilitou novos tensionamentos, questionamentos e desafios para as universidades, sendo possível perceber que, “com frequência, cotistas negras e negros rejeitam que as mesas nos congressos acadêmicos com temáticas que dizem respeito às populações indígenas ou negras sejam ocupadas exclusivamente por pessoas de epiderme alva” (Rosa, 2018, p. 39), demarcando a transformação assinalada por *bell hooks* (2019), em que a partir da fala o indivíduo passa de objeto a sujeito, de pesquisa a pesquisador.

A inserção de outros discursos dentro da academia, antes predominantemente branca, foi gradualmente impulsionando mudanças, visto que tal realidade já não era suficiente para explicar ou abarcar a complexidade de saberes e modos de vida, que passaram a compor a construção do conhecimento científico academicista. Questões como meritocracia, inteligência, aptidão e excelência acadêmica, que durante anos comandaram, inquestionavelmente, a realidade universitária, sendo compreendidas enquanto regras universais, que se aplicam individualmente, passaram a ser contestadas, uma vez que tal pensamento desatribui da equação condições étnico-raciais e socioeconômicas, além de negar que tais conjunturas não são individuais e sim coletivas, políticas e identitárias (Rosa, 2018).

O problema reside em acreditar que os desempenhos acadêmicos singulares podem estar desvinculados dos efeitos do racismo ou do privilégio racial, dos requisitos econômicos satisfatórios ou da escassez de recursos financeiros, dos acúmulos geracionais de capitais simbólicos ou da ausência deles. ... Alunos cujos pais e avós portavam diplomas de ensino superior possuem referências familiares, trajetórias escolares, horizontes de possibilidades e capital cultural muito diferentes daqueles universitários que têm sido os primeiros de suas famílias a ingressar em uma faculdade. (Rosa, 2018, p. 41)

A luta pelo acesso à universidade se estende, necessariamente, à possibilidade de permanência dos estudantes no espaço acadêmico, tendo em vista que a universidade não foi pensada de forma acessível e igualitária. Reuniões de grupos de pesquisa, por exemplo, beneficiam alunos com dedicação exclusiva por normalmente ocorrerem em horário de trabalho, o que reafirma, sutilmente, nas práticas cotidianas, que a universidade não é universal (Rosa, 2018). Fator que ocasionou a confecção de uma carta-aberta dos discentes da turma de 2019 do mestrado do Programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS reivindicando mudanças quanto aos horários das cadeiras obrigatórias e demais encontros acadêmicos:

Levando em consideração que as duas disciplinas obrigatórias ocupam um dia inteiro na semana, como poderão os mestrandos trabalhadores concluir o mestrado? Além da inegável produção de sofrimento que esta prática (ou tática de impedimento... ainda não sabemos) produziu - e isto já é irreparável. É preciso que um PPG Social Institucional se problematize, colocando em análise o porquê de duas disciplinas obrigatórias acontecerem nas quintas-feiras. Será preciso, para além de problematizar o que afirma esta prática, nomeá-la para intervir, entendendo que para além do acesso, a permanência e o pertencimento são também garantias de continuidade das ações afirmativas deste PPG. Nos perguntamos então: como produzir em um contexto que não garante ao menos a permanência no programa? Como produzir concretamente uma lógica inclusiva? Quem está sendo favorecido com esta prática? A qual tipo de conhecimento esta pós-graduação está atenta e quer escutar? (Carta-aberta turma 2019, PPGPSI, UFRGS)

Se observa, dentro do território acadêmico, um jogo de lutas políticas que organiza relações entre discursos de saberes, hierarquias de poder e modos de ser que vão tensionando conflitos e crises institucionais, que por sua vez requerem a execução de ações que se bifurcam ora em linhas de fuga, ora em capturas. Em múltiplas instâncias, é possível perceber como o funcionamento institucional atravessa e constitui a vida cotidiana entre discentes e docentes que compartilham o mesmo espaço acadêmico, ainda que de formas distintas.

Dessa forma, cabe ressaltar também que, de acordo com o levantamento do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, menos de 20% dos programas de pós-graduação da universidade trabalham com reservas de vagas, sendo que, dos 92 programas de pós-graduação, apenas 18 possuem algum tipo de cota (UFRGS, 2020). A medida já é adotada desde 2008 na graduação, assim como o Programa de Ações Afirmativas instituído pela Decisão 134/2007 do Conselho Universitário, e prevista em lei para os concursos públicos, mas a reserva de vagas em mestrados, doutorados e pós-doutorados ainda depende das políticas internas de cada instituição de ensino. Contudo, em 2020, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG) pretende viabilizar a publicação de uma resolução, que está em tramitação sobre a reserva de vagas em todos os programas, com o intuito de assegurar as cotas em todos os programas em 2021 (UFRGS, 2020).

No que tange o curso de Psicologia e o Programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS, foram criados a Comissão Permanente de Combate ao Racismo Institucional, do Instituto de Psicologia (CPCRI-IP), e o Grupo de Trabalho (GT) Ações Afirmativas, que possui como foco a elaboração de uma proposta de política de cotas para o programa, visando além da construção de critérios de ingresso, ações que viabilizem a permanência dos estudantes cotistas no curso. Em 2017, é aprovada em plenária do PPGPSI a Resolução nº 01, de 21/06/2017, que trata da adoção de ações afirmativas para a inclusão e permanência, no corpo discente, de indígenas, negros/as, pessoas com deficiência, pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros) e graduados da rede privada de ensino superior beneficiários do “Programa Universidade para Todos” (PROUNI) (PPGPSI, 2020, p. 11).

Somado a esses movimentos podemos pensar em Maria Lugones (2019) quando afirma que é necessário que se transforme a crítica à opressão de gênero, racializada, colonial, capitalista e heterossexista como uma ação de mudança ativa na sociedade, ao colocar os saberes teóricos nas rodas de conversas práticas da vida cotidiana, perpassando um entendido histórico, humano e subjetivo que opera na intersecção das relações entre oprimir e resistir. Perspectiva que aposta em “uma coalizão que nos impulsiona a conhecer uns aos outros como seres que são dotados de relações, de sociabilidades alternativas, e baseados em vivências da diferença colonial atravessadas por tensões e criatividade” (Lugones, 2019, p. 378).

Assim, ao colocarmos a construção do conhecimento sob análise, precisamos considerar tanto as condições de possibilidades, para que um determinado saber seja possível, quanto as relações de saber-poder que a ele, e a partir dele, são sustentadas no tecido social. Percebemos, ao olhar para questões macropolíticas, que a universidade como corpo estrutural, técnico e político se encontra fragilizada, seja pelos cortes de verbas, a ameaça de privatização ou a autonomia e gestão

institucional, seja por enunciados que deslegitimam a seriedade da educação pública ao afirmar que essa é um espaço de produção de “balbúrdia” ou que não produz pesquisas científicas (GZH, 2019). Ao mesmo tempo que, ao olhar para questões micropolíticas, percebemos situações de violência e sofrimento psíquico que ameaçam diretamente os corpos imersos no contexto universitário, em maior ou menor grau, perpassando relações de opressão que vulneram a vida de todos os grupos identitários que são marginalizados dentro de uma sociedade capitalista, patriarcal e colonial.

Contudo, o corpo institucional estrutural e o corpo sujeito, que habita a academia, estão colocados em campos de possibilidades e violações distintos, onde a condição da morte se executa, de forma brutal e irremediável, na carne matável. O que não significa, entretanto, que a instituição não possa estar enquadrada, também, em uma vida precária ou ameaçada, ainda que ocupe um corpo forte, pois essa também sofre modificações e é campo de disputa de diferentes discursos de verdade.

MOVIMENTOS, CORPOS E ALIANÇAS

As mudanças e tensões que ocorrem dentro do espaço acadêmico constituem um campo de entraves e possibilidades que se dão nas disputas de ordem teórica e prática, e que operam tanto entre os próprios discentes como entre docentes, técnicos e demais sujeitos expostos a esses jogos dentro da UFRGS. Se torna possível constatar que o corpo discente se fortalece na relação com o corpo docente e atravessa e constitui o corpo forte institucional, que sustenta também entraves e lutas políticas constantes, de forma macropolítica, sendo, portanto, também ameaçado constantemente, econômica, política e democraticamente. A UFRGS é formada por indivíduos que compõem a vida acadêmica - docentes, discentes, técnicos, funcionários - nas mais diversas instâncias deliberativas, entidades representativas, coletivos, movimentos sociais e ações que compõem a organização do corpo institucional e, portanto, estruturado e gerido por relações e indivíduos.

Ao mesmo tempo que há ameaças, violações e adoecimento sendo produzido e experienciado dentro da universidade, ela é também o que une estes corpos e movimentação ações e lutas políticas em defesa da educação e da ciência. Toma a frente e sofre ataques macropolíticos, sendo corpo, objeto, espaço e tempo onde operam políticas de aliança e formam um corpo com maior potencial de mudança. O que torna possível que se produza e divulgue, em meios institucionais, notas públicas como a do PPGPSI/UFRGS, em 2020, frente a ações racistas direcionadas a uma professora negra:

O PPGPSI vem a público manifestar seu apoio e solidariedade aos integrantes da chapa UFPel Raiz que concorre às eleições para a Reitoria na Universidade Federal de Pelotas, pelos ataques racistas sofridos em evento virtual no dia 20

de agosto de 2020. Tendo à frente da chapa a professora Miriam Alves, cuja presença no corpo docente deste PPGPSI muito nos honra, o ataque dirigido à candidata a Reitora e ao grupo de colegas da UFPEL atinge a tod@s defensore@s da democracia e de uma universidade pública, autônoma, plural e antirracista. Reafirmamos nosso repúdio à violência abjeta dirigida aos colegas e nos somamos à comunidade acadêmica e instituições sociais na luta em defesa da garantia de direito ao debate de ideias e à afirmação de diferenças, contra o preconceito e a tentativa de apagamento da presença negra na universidade. Endossamos, por isto, as notas públicas já emitidas pelo CRPRE e pela ADUFPel. (PPGPSI, 2020)

Ao mesmo tempo que serve de frente política de enfrentamento e transformação social, se torna também o corpo que sofre os ataques macropolíticos que dialogam com as políticas estatais vigentes de cada período histórico, em maior ou menor proporção. Como podemos constatar, ainda no final de 2018, o Ministério da Educação publicou uma nota técnica modificando o critério para a nomeação dos reitores das instituições federais, interferindo diretamente na autonomia e na democracia institucional da comunidade acadêmica (Nealdo, 2019).

Somado a isso, no início de 2019, entrou em tramitação na Câmara dos Deputados a PL n. 246/2019, que visava implementar, novamente, o Programa Escola Sem Partido, em busca de uma suposta neutralidade que visaria o fim de qualquer “doutrinação” que contrariasse os interesses dominantes. Abraham Weintraub, então ministro da Educação, chegou a defender a possibilidade de filmar professores em sala de aula, mesmo que juridicamente fosse inconstitucional (FÓRUM, 2019), fazendo com que o Programa repercutisse publicamente, como uma nova ameaça à autonomia e à liberdade de expressão. Ação que possui repercussões, macro e micropolíticas, que ficam nítidas na narrativa docente construída na Semana Pedagógica quanto ao medo da censura e da intervenção estatal em universidades públicas, assim como os cortes de bolsas e a falta de verbas para a educação.

Vivemos um contexto de precarização das condições de trabalho, de ensino e aprendizagem na universidade pública. Isso se refere tanto às questões estruturais concretas como a falta de recursos, falta de espaços físicos e demais estruturas (transporte, bens móveis) ou a presença de estruturas inadequadas às demandas (falta acessibilidade, equipamentos ultrapassados). Diversas vezes os processos despendem recursos próprios para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão (importância de documentar e registrar esses gastos). Esse cenário agrava-se pela distribuição desigual dos recursos dentro da universidade e dentro do próprio Instituto de Psicologia. A precarização das condições de trabalho afeta as relações entre professores e estudantes. (Relatório Semana Pedagógica, IP-UFRGS, 2019)

Vale ressaltar que houve, entre 2019 e 2021, cortes de verbas relacionados à permanência estudantil, que evidencia as mudanças que foram ocorrendo na universidade e que fazem com que ela se torne novamente algo ameaçador ao governo, na medida em que a proporção de pessoas autodeclaradas pretas e indígenas triplicou nas universidades públicas nos últimos anos.

Em 1999, eles eram apenas 15 a cada 100 estudantes, embora representassem quase metade da população brasileira. A partir de 2000, a participação de negros e indígenas só aumentou, graças a políticas públicas de ação afirmativa e democratização do ensino superior. ... Com isso, a parcela de alunos negros e indígenas nas universidades triplicou em 20 anos no Brasil: em 2019, eles eram 46 a cada 100. (Ceará, Amorozo, & Buono, 2021, p. 12)

Com uma redução de R\$ 1,2 bilhão de orçamento, a permanência de estudantes mais vulneráveis, a assistência estudantil e o pagamento de despesas como energia elétrica ficaram ameaçadas, já sendo possível perceber uma correlata evasão estudantil. Segundo um estudo da Andifes, 26,6% dos discentes da graduação têm renda de até meio salário mínimo (ISTOÉ, 2021). Sendo possível afirmar que:

As verbas de órgãos de pesquisa vêm caindo ano a ano, o que reduz a atratividade da atuação em Ciência no Brasil e elitiza a carreira, afirmam especialistas. O orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma das principais entidades de fomento de pesquisa, que é mantida pelo MEC, é o menor em 10 anos. Como consequência, as universidades vêm complementando com o próprio orçamento as bolsas de pesquisa, algo que fica inviabilizado com o corte nos recursos. (Hartmann, 2021)

O corpo institucional sofre diretamente os efeitos dos discursos midiáticos e políticas governamentais que regem jogos de poder, de saber e modos de ser, ao mesmo tempo que também age, institucionalmente, sobre os corpos que o constituem e é, igualmente, afetado por esses corpos. Se, em 1999, a educação superior era, predominantemente, branca, hoje, em 2021, podemos constatar um novo cenário que ainda evidencia uma grande desigualdade social, mas coloca em discussão temas como raça, orientação sexual e gênero, buscando trabalhar a diversidade e a inclusão, o que antes era impensável para a cena acadêmica política do país.

Indo de acordo com esses movimentos, Judith Butler (2019) assinala em “*Corpos em aliança e a política das ruas*”: notas para uma teoria performativa de assembleia” que pensar uma política de alianças requer, inevitavelmente, que se constitua um contrato ético de coabitação. Isso significa traçar uma relação que perpassa diferentes tipos de apoio que se dão na relação entre os corpos, os objetos e os espaços públicos que constituem e tornam os nossos movimentos possíveis

dentro de um dado território (Butler, 2019). Ao tomar o espaço e a localização como um efeito de práticas de criação e invenção plurais, a autora compreende que “os suportes materiais para a ação não são apenas parte da ação, mas são também aquilo pelo que lutamos” (Butler, 2019, p. 83). Por efeito, há o surgimento de processos de transformação que atravessam dimensões corporais, tempos históricos, espaços territoriais e ações coletivas que emergem certas condições de possibilidades para criar, resistir e lutar por diferentes demandas.

Assim, ao pensar nos movimentos de resistência, desobediência epistêmica e as tensões e entraves que ocorrem dentro da UFRGS ou nas Instituições de Educação Superior Públicas como um todo, poderíamos compreender tais ações como uma possibilidade de construção de uma política de alianças, dentro do espaço universitário que não reproduza ações pautadas em sistemas de opressão sexistas e coloniais. Sendo que esses acontecimentos performativos, que percorrem as universidades, evidenciam um processo de transformação a partir do encontro que se dá entre os corpos, na brecha entre o meu corpo e o do outro, num jogo de aproximações e afastamentos que vinculam e diferenciam (Butler, 2019).

Nesse momento, a pergunta que nos parece surgir, e que também é formulada por Butler, seria a dúvida de: “O que os mantém unidos ali? E quais são as suas condições de persistência e de poder em relação à sua condição precária e exposição?” (Butler, 2019, p. 83).

Como afirma Butler, o corpo possui a capacidade de contestar a legitimidade dos saberes os colocando em suspensão para serem desafiados e questionados, assim como os discursos de poder que se dão na relação com ele, o que o torna, por si só, uma imagem de desobediência. Fator que potencializa e o torna “ativamente contestado e destruído pela força militar e que, na sua resistência a essa força, articula a sua maneira de viver, mostrando tanto a sua precariedade quanto o seu direito de persistir” (Butler, 2019, p. 92). O corpo indivíduo se torna forte frente a um conjunto de outros corpos, objetos, espaços e tempos que dão força e permitem a mobilidade frente às tensões expostas.

Por um lado, esses corpos são produtivos e performativos. Por outro, eles só podem persistir e agir quando estão apoiados, pelos ambientes, pela nutrição, pelo trabalho, por modos de sociabilidade e de pertencimento. E quando esses apoios desmoronam e são expostos à precariedade, eles são mobilizados de outra maneira, aproveitando os suportes que existem para afirmar que não pode haver vida corporificada sem suporte social e institucional, sem empregos permanentes, sem redes de interdependência e cuidado, sem direitos coletivos a abrigo e mobilidade. (Butler, 2019, pp. 93-94)

Logo, por mais que a resposta sobre o que mantém corpos tão diversos e com relações de poder e amparo tão distintos, possíveis de serem aliançados, exponha

uma série de tensionamentos de difícil conclusão, sempre sujeitos a diferentes dinâmicas de relações, é possível confirmar que há no espaço da UFRGS diferentes alianças que são formadas e rompidas em diversos momentos, ou até mesmo mantidas e fortalecidas, cada vez mais, dentro de coletivos e movimentos sociais de identificação, pertencimento e empoderamento.

A respeito disso, Tadeu de Paula Souza (2018), ao pensar nos ataques ao Sistema Único de Saúde e nas lutas contra a privatização da saúde brasileira, faz uma relevante diferenciação afirmando que, embora as lutas sociais se refiram a uma política do comum, nem todo espaço público coincide com o comum. A política do comum carrega uma potência revolucionária, na medida em que torna a vida social não passível de ser apropriável, reestruturando as relações sociais a partir do comum (Souza, 2018). Dentro dessa perspectiva, podemos pensar que a lei de cotas busca garantir a execução de uma educação superior pública, colocando o conhecimento como um espaço do comum, porém, como alerta Souza, o fato de uma instituição ser pública não assegura uma política do comum.

O comum, ao qual se refere Souza, estaria associado a um compromisso com a coletividade, o que se aproxima da aposta de Butler acerca da construção de uma política de alianças, sendo que diferentes lutas e movimentos sociais estruturam o comum como um prelúdio político e uma espécie de “carne da democracia” (2018). O sujeito moderno, advindo da sociedade democrática, assume a esfera privada, de forma competitiva e individualista, se retirando da esfera pública e do espaço do comum. Restrito à esfera privada, o sujeito moderno passa a ter uma representação política limitada, e encontra no mercado a possibilidade de exercer o seu poder (Souza, 2018).

A moral do ‘bem comum’ como finalidade do homem se vê agora lançada a uma esfera bem específica da vida, a espiritual. O homem universal que a modernidade quer fundar a ferro, fogo e sangue é ao mesmo tempo o homem paranoico “lobo do próprio homem”, que necessita de uma mediação política transcendente e o homem essencialmente egoísta, que necessita da concorrência para se realizar na esfera social. Essa natureza humana que se imporá como universal, marca o momento inaugural da branquitude como estética, ética e política do capitalismo, derivando em um amplo e longo processo de expropriação e exploração do comum em escala global. (Souza, 2018)

Esse modo de subjetivação paranoide e individualista instala um violento obstáculo para pensar um sujeito com comprometimento coletivo, visto que, “se somos essencialmente lobos de si e universalmente egoístas, o comum não tem qualquer serventia ou viabilidade política e institucional” (Souza, 2018).

A década de 1960 coloca em evidência a desigualdade social fazendo uma relevante distinção ao marcar que essa se manifesta de forma ainda mais brutal entre negros e mulheres, sendo as mulheres negras as mais prejudicadas (Souza,

2018). Se passa a conceber as diferenças de gênero e raça e seus processos de subjetivação como condição fundante das desigualdades sociais. Se torna necessário, a partir desse momento, a nomeação e afirmação das diferenças como forma de luta política, e emerge no cenário social “um novo grito do comum” (Souza, 2018). O pensamento interseccional, principalmente de autores negros e feministas, colocou em foco os territórios identitários e traçou um novo panorama político do comum.

O movimento de expropriação generalizado que se acentuou nos anos 90 e se fortaleceu com a crise financeira de 2008 forneceu as bases para o surgimento de um “dever-negro do mundo”. Dado que, “se o negro foi o modo como os brancos nomearam os povos expropriados e escravizados, agora tal realidade se apresenta a toda humanidade numa divisão entre os 1% e o restante de toda a humanidade: uma necropolítica” (Souza, 2018).

Emerge nesse cenário, em contrapartida, uma onda de críticas negativas ao movimento identitário negro, por parte de pesquisadores brancos, que questionaram o fato de o movimento negro criar uma barreira à produção do comum, se fechando à diferença. Em resposta a essa crítica, Souza afirma que:

a possibilidade de um negro se diferenciar da determinação subjetiva que o branco lhe impôs está muito mais acessível no encontro com outros negros do que com brancos. Trata-se de um dever negritude do comum nos termos colocados pela intelectual negra Neusa Santos Souza em *‘Torna-se Negro’*. Do mesmo modo as mulheres entre si, e os *gays* entre si, e as *trans* entre si. Primeiro é necessário diferenciar-se da determinação heteronormativa, misógina e racista no encontro com o semelhante. A aliança constitutiva de um dever comum das diferenças sujeitadas pode produzir acumulação de potência para equivococar o lugar do homem branco hetero e criação de um si negro. Isoladas, essas diferenças não ganharão expressão institucional pois não será por livre e espontânea vontade que o branco vai ceder o seu lugar de poder. Logo, não se trata de esperar que esses grupos identitários se abram, mas que esses movimentos identitários produzam uma abertura no movimento identitário dos homens brancos heteros cis. O mundo branco deve se abrir rumo à dissolvência e não o contrário. (Souza, 2018)

Souza nos alerta para o fato de que a branquitude percebe, no discurso do comum, uma potência no encontro com a diferença e se apropria desse discurso de forma que promove positivamente a sua própria diferenciação. A apropriação deste encontro com a diferença, pelo homem branco hétero, como aposta ético-política, exprime um lugar de fala onde o encontro com o “outro” permite que esse se distinga e, conseqüentemente, se afaste do seu lugar de poder. Por outro lado, para os modos de vida marginalizados e patologizados, a possibilidade da diferenciação positiva é mais viável no encontro com o seu semelhante, uma vez que o encontro com o branco é historicamente aniquilador.

O que Souza coloca em questão é que mais vale para a constituição do comum um processo de diferenciação do que o encontro trivializado das diferenças. Os movimentos identitários buscam se fortalecer de forma estratégica, e quem se situa numa perspectiva de privilégio pode acabar cometendo o erro de leitura que compreende e afirma que tais movimentos produzem a segregação, enquanto que produzem a diferenciação (Souza, 2018). Souza afirma ainda que:

Existe um objetivo dos movimentos identitários de se chegar a um estágio em que essas identidades não sejam mais necessárias, porém isso só irá acontecer quando o lugar identitário do branco, como medida e verdade, for dissolvido. Há, portanto, um desejo de comum, uma dissolução da raça como medida e critério que passa por um *devenir-negritude* do comum. A identidade, o encontro com o semelhante como signo de potência se expressa aqui como território de luta, estratégia, meio de passagem, criação de abertura num mundo fechado. (2018)

As fraturas no corpo institucional, discente e docente, as ameaças macropolíticas que culminam numa precarização do corpo institucional e, em sequência, nos corpos que habitam os corredores da universidade, e as tensões em sala de aula, reuniões ou grupos de trabalho passam, dessa forma, a apresentar, através das tensões, uma possibilidade para a mudança, na potência para uma política do comum e de alianças que não apazigue e que, ao não apaziguar, produza diferenciações.

Retomo, neste momento, o ano de 2016, onde houve diversas ocupações estudantis em diferentes instituições de ensino como resposta à proposta de corte nos investimentos públicos e demais ameaças de retrocesso. Penso nesse momento como forma de contextualizar e evidenciar as lutas sociais e a construção de coletivos identitários e espaços de diferenciação dentro da UFRGS, que já ocorriam em 2016, permitindo uma política de alianças em conjunto com o bem-comum. Para tanto, em setembro de 2016 ocorreu a primeira ocupação motivada pela tentativa de alterar a modalidade de ingresso, pela reserva de vagas, que restringia a entrada de cotistas.

Foi organizada uma aula aberta na reitoria da universidade, em que se encaimhou, por maioria de votos, a ocupação da reitoria. A ameaça de alteração nos critérios de ingresso pelas cotas foi profunda o suficiente a ponto de reunir diversos coletivos de negras e negros em torno de um objetivo comum. Assim, teve origem o Movimento Balanta e o seu lema: “Nenhum Cotista a Menos”. Durante a ocupação, simbolicamente nomeada de *akilombamento*, negras e negros aprofundaram conhecimentos sobre a Lei Federal e as normas locais de aplicação da reserva de vagas. Era preciso ter argumentos sólidos para mostrar que as mudanças propostas eram ilegítimas... Na ocupação, a principal questão a ser tratada era o ataque ao programa de ações afirmativas e, em uma perspectiva mais ampla, o racismo institucional pre-

sente nos processos burocráticos das universidades brasileiras... . Por fim, em 2016, as exigências do Movimento Balanta foram todas atendidas, sinal de que a ocupação pode ser considerada um instrumento político eficaz. Para além de manter a possibilidade das candidatas e candidatos cotistas ... a ocupação conquistou o direito de que elas e eles ingressassem na universidade não somente no segundo semestre, como até então ocorria, mas nos dois semestres. (Rosa et al., 2018, p. 64)

Posteriormente, a UFRGS passou por vários outros movimentos de ocupações com diferentes motivações, como a reforma do ensino médio, o projeto Escola Sem Partido e a emenda constitucional (PEC n. 55) que congelou os gastos públicos em saúde, educação e seguridade social por vinte anos, tendo as ocupações, nessa época, recebido o apoio de diversos cursos e institutos da universidade.

Essa atitude gerou a necessidade de realizar a autogestão do espaço, por meio de assembleias que funcionassem como instâncias deliberativas, capazes de organizar as tarefas entre grupos de trabalho responsáveis pela limpeza, segurança e alimentação. As ocupações mantinham diversas atividades públicas diariamente, como aulas abertas, cine-debates e oficinas. As redes sociais foram instrumentos fundamentais para divulgar a programação, alcançar o público externo, trocar informações entre as diferentes ocupações, solicitar doações e manter diálogo com toda a comunidade acadêmica. (Rosa et al., 2018, p. 65)

Ações que contextualizam uma prática voltada à comunidade que dizem de uma gestão, representação e fortalecimento coletivo dos discentes em relação com outros discentes e agentes educacionais, movimentos sociais e pautas macropolíticas perpassando uma preocupação ético-política.

Ficou deliberado em assembleia que pessoas negras - mulheres e homens - só trabalhariam na cozinha e na limpeza se quisessem, pois a maioria de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados ocupando essas funções são negras e negros. Ainda assim, não por acaso, tais tarefas foram realizadas por mulheres, evidenciando como o marcador de gênero demonstra a reprodução de papéis desiguais, mesmo por quem se propõe a desconstruí-los no interior de uma luta coletiva. As ocupações são espaços de disputa política por protagonismo. Funções como falar ao microfone, dar informes e escrever textos também trazem à tona o debate sobre a distribuição de tarefas. Nos primeiros quatro dias de ocupação, surgiu uma onda de denúncias de racismo explícito no interior das ocupações em toda a UFRGS. Era preciso que os estudantes não apenas discutissem, mas principalmente, agissem sobre as desigualdades que buscavam combater. ... A primeira reivindicação sugeria que as demandas das ocupações não entrassem em conflito com as atividades do mês da consciência negra na UFRGS, previsto para ser reali-

zado ao longo de novembro de 2016. As programações deveriam ser conciliadas e integradas. Logo, foi deliberado que, entre as principais atividades oferecidas pela ocupação, duas seriam sobre a temática racial. A segunda reivindicação, a partir da criação de uma lista com teóricas/os negras/os acerca das relações raciais e da elaboração de um programa, foi que houvesse uma disciplina obrigatória, de caráter interdepartamental, para tratar da temática racial. (Rosa et al., 2018, pp. 65-66)

A narrativa discente, acerca dos movimentos de ocupação, ocorridos em 2016, nos ajuda a visualizar o que ocorria no âmbito das relações dentro dos corredores da universidade, nesse período, e que jamais poderiam ter sido impressas nas páginas de um jornal, com a mesma intensidade e sensibilidade. Com facilidade se pode perceber os entraves que se dão, de um lado pela busca por garantia de direitos e, por outro, por ações de repressão e silenciamentos que operam entre os próprios alunos e professores. Sendo que, tanto o corpo institucional como os corpos discentes e docentes oscilam, ora em aliança, ora em discordância e, a partir desses movimentos, se relacionam com os discursos de poder e ações macropolíticas que rompem os muros da universidade.

Se torna possível constatar, dessa forma, que há importantes avanços e conquistas no que tange a educação superior, juntamente com severos ataques e desinvestimentos que precarizam a educação e a vida dos sujeitos nesse contexto que reafirmam a necessidade de se seguir lutando e tensionando novas formas de se habitar e resistir no âmbito acadêmico, e para além dele. A construção de bons encontros e novos saberes e teorias que coloquem em xeque a colonialidade do saber e as práticas de violência, que operam dentro da universidade, são ao mesmo tempo as formas com as quais se luta e se aliança, e também os motivadores pelos quais se criam as condições de tensionamentos e embates no contexto universitário, no qual opera e se legitima o que é dado como verdade e o que é posto à margem. Como aponta Federici (2019),

precisamos superar esse estado de irresponsabilidade sobre as consequências das nossas ações que, por sua vez, são resultantes da forma destrutiva que está organizada a divisão social do trabalho no capitalismo; a produção das nossas vidas inevitavelmente se torna a produção da morte de outras pessoas... . Uma perspectiva feminista nos ensina a iniciar nossa reconstrução do comum pela superação desse estado de esquecimento. Nenhuma comunidade é possível se não nos recusarmos a basear nossas vidas e a sua reprodução no sofrimento de outras pessoas, se não nos recusarmos a enxergar o “nós” separado “deles”. O processo de tornar comum deve ser o de produzirmos a nós mesmos como sujeitos comuns. (Federici, 2019, p. 404)

Assim, como mulher cisgênera, psicóloga e pesquisadora dentro da UFRGS, se torna fundamental firmar um contrato ético que se sustente na nomeação de situações de violência e opressão, bem como a recusa por essas ações e a demarcação do meu corpo no processo de produção do conhecimento, corporificando os saberes e o local do qual parte o meu olhar, sendo que a branquitude, em termos teóricos, sustenta uma categoria analítica que situa o branco enquanto sujeito racializado marcando a sua posicionalidade e singularidade (Bento, 2002). Se nomear branco, nesse sentido, significa romper com a noção de universalidade, colocando em discussão a circunscrição histórica, os jogos de poder e os privilégios que acompanham a categoria branca desde o período colonial. Somente assim é possível pensar em um futuro com mundos mais plurais e éticos, em que uma política de alianças dentro de um espaço do comum, se torne uma condição de possibilidade concreta e efetiva na luta contra a violência, a desigualdade e a opressão.

REFERÊNCIAS

- Ballestrin, Luciana** (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online], 11, 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Bento, Maria Aparecida Silva** (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP). doi: 10.11606/T.47.2019.tde-18062019-181514.
- Butler, Judith** (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Civilização Brasileira.
- Carneiro, Sueli** (2005). *Enegrecer o feminismo*: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Bazar do Tempo.
- Ceará, Lianne, Amorozo, Marcos, & Buono, Renata** (2021, 13 de Maio). Proposição de Negros e Indígenas nas Universidades Triplicou em 21 Anos no Brasil. *Revista Piauí* [online]. <https://piaui.folha.uol.com.br/proporcao-de-negros-e-indigenas-nas-universidades-triplicou-em-21-anos-no-brasil/>
- Dias, José** (2015). Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 20(3). <https://doi.org/10.1590/S1414-40772015000300002>
- Federici, Silvia** (2019). O feminismo e a política dos comuns. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 393-410). Bazar do Tempo.
- Fórum.** (2019). *Dia do Professor*: Educação enfrenta ameaças conservadoras e corte de verbas em governo Bolsonaro. 2019. <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/dia-do-professor-educacao-enfrenta-ameacas-conservadoras-e-corte-de-verbas-em-governo-bolsonaro/>
- Grosfoguel, Ramón** (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 3(1), 25-49.
- GZH** (2019). MEC cortará verba de universidades que fazem “balbúrdia”, diz ministro. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/04/mec-cortara-verba-de-universidades-que-fazem-balburdia-diz-ministro-cjv3s3r1u02cs01ro3dkqrf0a.html>
- Haraway, Donna** (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo é o privilégio da pesquisa parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07-41.
- Haraway, Donna** (2019). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 163-220). Bazar do Tempo.
- Harding, Sandra** (2019). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 96-122). Bazar do Tempo.
- Hartmann, Marcel** (2021). Corte em universidades federais afeta pesquisa, auxílio a alunos carentes e combate ao coronavírus. *Gaúcha ZH*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/05/corte-em-universidades-federais-afeta-pesquisa-auxilio-a-alunos-carentes-e-combate-ao-coronavirus-ckoot95w90004018mkt-244jr1.html>
- bell hooks** (2019). *Ensinando a transgredir*: a educação como prática de liberdade. Martins Fontes.

- Kilomba, Grada** (2016). A descolonização do pensamento na obra de Grada Kilomba. Entrevistado por S. Rolnik. *Geledés*, Entrevista. <https://www.geledes.org.br/descolonizacao-do-pensamen-to-na-obra-de-grada-kilomba/>
- Kilomba, Grada** (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lorde, Audre** (2019). Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 246-256). Bazar do Tempo.
- Lugones, María** (2019). Rumo a um feminismo decolonial. In Heloisa Buarque de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 369-391). Bazar do Tempo.
- Maurente, Vanessa** (2019). Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online], 23(1), 1-15. <https://doi.org/10.1590/Interface.180734>
- Mignolo, Walter** (2017). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32.
- Ministério da Educação** (2019). MEC lança programa para aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos. Autor. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78211:mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos&catid=212&Itemid=86
- Nealdo, Carlos** (2019). Bolsonaro quer confundir opinião pública sobre universidade, diz reitora da Ufal. *Portal Gazeta Web Globo*. https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/04/bolsonaro-quer-confundir-opiniao-publica-sobre-universidade-diz-reitora-da-ufal_75234.php
- PPGPSI**. (2020). *Edital PPGPSI nº 2/2020 Processo de Seleção para o Curso de Mestrado Acadêmico* (março de 2021). UFRGS. <http://www.ufrgs.br/ppgpsi/selecao/arquivos-selecao/edital-mestrado>
- Rosa, M. V. F., Novais, F. L. M., Dell'aglio, D. D., Rodrigues, T. & Oliveira, M. A.** (2018). Universidade e discussões interseccionais: ocupações e suas reverberações. In H. C. Nardi, M. V. F. Rosa, P. S. Machado, & R. S. Silveira (Orgs.), *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional* (pp. 60-66). Secco.
- Santos, Boaventura de Sousa** (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados* [online], 2(2), 46-71. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>.
- Souza, Tadeu de Paula** (2018). *O devir negro do comum: reflexões a partir dos desafios do SUS*. <https://urucum.milharal.org/2018/08/07/o-devir-negro-do-comum-reflexoes-a-partir-dos-desafios-do-sus/>
- UFRGS**. (2020). *Universidade trabalha para oferecer cotas em todos os PPGs no primeiro semestre de 2021*. <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/universidade-trabalha-para-oferecer-cotas-em-todos-os-ppgs-no-primeiro-semestre-de-2021>
- Oliveira, Thiane** (2019). As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. *Perspectivas em Ciência da Informação* [online], 24(1), 191-215. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3520>.

REDUÇÃO DA IDADE PENAL: SOBRE ENQUADRAMENTO E LÓGICAS QUE SE ATUALIZAM

Tiago Schimit

Oriana Holsbach Hadler

Neuza Maria de Fátima Guareschi

INTRODUÇÃO: JUVENTUDES, ESTADO E CRIMINALIZAÇÃO

A juventude é uma temática que me convoca, talvez pelo fato de eu ser um jovem branco, cisgênero, bissexual, crescido em um bairro periférico e de classe baixa. Porém, ser jovem não me possibilita falar o que quiser, como quiser e sobre qualquer juventude: é necessário ter cautela. Pensar com as outras juventudes me interessa por diversos motivos, principalmente por nossa potência e pela perigosa produção feita pelos diferentes saberes sobre nós. É o interesse em discutir como as juventudes são apontadas no contemporâneo que me movimenta, como um jovem, a pensar e a produzir. A partir de uma perspectiva ético-política, produzir um entendimento crítico para problematizar e colocar em questão os discursos produzidos sobre essa população¹.

Nesse sentido, ao atentarmos para a complexidade dessa temática, não podemos falar de juventude como algo homogêneo – como se houvesse apenas uma –, pois ela é plural: são *as juventudes*. Devido a isso, os entendimentos que são produzidos pelos saberes também se modificam conforme os marcadores sociais que atravessam corpos jovens. Vemos com frequência jovens negros e pobres nos noticiários sendo apontados como grandes criminosos e nos chocamos (ou, pelo menos, deveríamos) com o alto índice de morte desses mesmos sujeitos. Segundo o Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2020), mesmo havendo uma diminuição de 13,7% nos homicídios de jovens em comparação ao ano de 2017, em 2018 houve 30.873 jovens assassinados, sendo 29.064 homens. Entendendo as juventudes dos 15 aos 29 anos, a faixa etária com maior índice de homicídio é dos 15 aos 19 anos.

1 Situamos esse parágrafo em primeira pessoa do singular para marcar o lugar do primeiro autor, o bolsista que realizou a pesquisa, porém, entendendo que um processo de pesquisa se dá também no coletivo, no decorrer do texto, será utilizada uma escrita no plural.

É nesse cenário que saberes são produzidos sobre esses tipos de juventudes, seguidamente apresentando as juventudes negras como um grupo perigoso. Diante do suposto perigo, diversos atores são chamados a intervir, sendo o principal deles o Estado. Uma das formas com a qual o Estado tem voltado suas ações para as juventudes é através da criação de Propostas de Emenda Constitucional (PECs), principalmente no que tange à questão da redução da idade penal e à ideia de punição e responsabilização de jovens perante a lei. Uma tática estatal que serve para lidar com a tal “criminalidade juvenil”. Atualmente vivemos um novo fortalecimento do tema, porém vale lembrar que essa temática já esteve em evidência em outros tempos históricos. Em 2015, após uma manobra do presidente da Câmara dos Deputados, foi aprovada a PEC n. 171/1993, que se encontra, até o momento da escrita deste texto, parada no Senado².

Na última eleição presidencial, em 2018, observamos a retomada da discussão sobre a redução da idade penal: marco estipulado no Código Penal de 1940, que afirma que os sujeitos abaixo de 18 anos são inimputáveis penalmente, restritos à legislação especial – nesse caso, às medidas socioeducativas. Após as eleições, houve o posicionamento de um senador recém-eleito favorável à diminuição da idade penal³. No site do Senado, onde há esse posicionamento, é apresentada a PEC n. 33/2012, que está arquivada⁴.

O momento brasileiro atual é denso em relação ao tema da redução da idade penal. Uma parcela da sociedade acredita que essa é uma forma potente de lidar com a situação⁵, e o legislativo se mostra na sua maioria também favorável⁶. Esses fatores se solidificam com a apresentação de mais uma PEC sobre a temática, a PEC n. 4/2019.

Diante desse panorama, discutir os processos de criminalização e de produção dos diversos tipos de morte em relação às juventudes se faz ainda mais necessário. Acreditamos ser de grande relevância debater a redução da idade penal proposta pelas PECs. Assim, o estudo pretende analisar os discursos presentes nos documentos, bem como o modo com o qual os jovens são enquadrados nas PECs e as lógicas que as atravessam. Utilizaremos como materialidade a PEC n. 171/1993, a PEC n. 33/2012 e a PEC n. 4/2019. Para isso, faremos uma contextualização da relação entre juventude e Estado e de como a psicologia vai se inserir nesse campo. Em seguida, apresentamos as materialidades de estudo e as suas análises. A partir desses materiais, problematizamos as lógicas menoristas e punitivistas presentes, os enquadramentos dos sujeitos jovens e os processos de atualização desses temas nas justificativas que compõem os textos analisados.

2 Verificado em 26 de setembro de 2020.

3 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/06/flavio-bolsonaro-defendera-reducao-da-idade-penal-no-senado>

4 Verificado em 26 de setembro de 2020.

5 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/14/84-dos-brasileiros-sao-favoraveis-a-reducao-da-idade-penal-de-18-para-16-anos-diz-datafolha.ghtml>

6 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/maioria-dos-deputados-federais-eleitos-e-a-favor-de-reduzir-a-idade-penal.ghtml>.

JUVENTUDES E ESTADO

Não vamos nos referir a uma juventude universal, a uma noção totalizante, a esse entendimento construído e tão naturalizado. No decorrer de sua construção, diversos saberes – como o médico-jurídico, o pedagógico, o psicológico – se propuseram a pensar e construir noções sobre “a juventude”. Contudo, como categoria, elas não são homogêneas, como já foi dito anteriormente; tampouco é homogêneo o que é produzido sobre as juventudes. Há diversas formas de olhar estes grupos complexos. Entendendo assim, existe uma coexistência de formas de teorização sobre elas no mesmo tempo histórico. Com isso, ocorre que algumas dessas formas em determinados momentos estão mais em evidência do que outras. Isso significa dizer que não há uma sucessão de entendimentos sobre esses grupos de forma linear e encadeada, podendo diferentes versões sobre juventudes coexistirem e se agruparem em diversos sentidos múltiplos e plurais. Podemos pensá-las como o futuro da nação, como uma fase do desenvolvimento humano com suas particularidades, como um grupo de consumo que produz um estilo que vai ser mercantilizado para outras faixa etárias, como aqueles que necessitam de “cuidado”, como aqueles que são perigosos (Coimbra et al., 2005; Perondi & Stephanou, 2015). Essas são algumas das maneiras de se ver esses corpos. Petry e Nascimento (2016) apontam que as juventudes estão ora numa posição de idealização, ora de temor.

No que se refere à relação entre Estado e juventudes pobres – o que no Brasil quer dizer uma grande maioria de negras e negros –, existe uma predominância entre as lógicas tutelares (sujeitos que necessitam de cuidado) e as lógicas punitivas (sujeitos perigosos). Logo, os sujeitos estão em risco ou são de risco para o Estado, noções que são, como apontam as autoras Vavassori e Toneli (2015), “duas faces da mesma moeda” (p. 1191). Gonzales e Guareschi (2013) também caminham nessa direção: “os jovens ora são vistos como geradores de problemas, ora como um setor vitimizado da população que precisa ser objeto de maior atenção” (p. 107). Com isto, esses corpos sofrem com os processos de judicialização da vida, sendo colocados em um centro de táticas judiciárias em que são as leis que controlam a vida (Tavares et al., 2017).

A lógica tutelar é produtora de violência, pois em muitos momentos esse discurso tenta produzir uma reparação daquilo que é dito fora da norma, mas que ainda não é considerado perigoso de fato, atuando no que pode se tornar, vir a ser (Tavares et al., 2017). Já referente à lógica punitivista, encontramos os sujeitos ditos perigosos de fato, esses que serão alvo da polícia e da mídia, que os retratam como verdadeiros criminosos. Considerando esse cenário, as juventudes se tornam problema para o Estado a partir do seu enquadramento como perigosas ou em vias de se tornarem. É neste campo que surgem as Propostas de Emenda

Constitucional que visam à diminuição da idade penal como uma forma de lidar com a problemática, tendo as juventudes pobres e negras como alvo.

No âmbito legislativo, uma das primeiras leis que se propõe a ser dedicada às juventudes junto com as infâncias no Brasil é o Código de Menores de 1927 (Decreto n. 17943/1927), também conhecido como Código Mello Mattos. Esse Código é baseado na Doutrina do Direito Penal e surge com o entendimento das infâncias como o futuro da nação, algo presente no primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância realizado em 1920. Esse documento é o primeiro na América Latina a ter oficializado o termo “menor”, nomenclatura que historicamente marcou os jovens pobres e negros como sujeitos perigosos, vinculando-os também à denominação “delinquente”. A palavra menor serve como uma forma de distinguir os sujeitos pobres e/ou negros das crianças e jovens brancos e de classes altas. É nesse mesmo período que houve a junção da assistência social com a justiça para a criação das escolas de reformatão. A assistência, no decorrer do tempo, se mostrou preocupada com o controle dos corpos, e os reformatórios traziam a ideia de docilização pela via de uma educação e aprisionamento dos corpos *infanto-juvenis* (Hadler, 2010; Petry & Nascimento, 2016; Scisleski et al., 2017; Teixeira, 2019).

Nesse campo jurídico penal das infâncias e das juventudes, os sujeitos abaixo de 14 anos tecnicamente não deveriam sofrer nenhuma punição penal. Já aqueles que possuíam entre 14 e 18 deveriam responder a um “processo especial”, porém o documento não especificava de que isso se tratava. Contudo, no caso de jovens entre 16 e 18 anos que tivessem cometido algum crime grave, segundo as autoridades e com prova de sua periculosidade, poderia ser aplicado o Código Penal. Um fator importante para se ressaltar quanto a esse documento é a possibilidade de interpretação do juiz sobre os atos (e vidas) dos sujeitos, tendo muitas aberturas para diversas penas (Scisleski et al., 2017).

Scisleski et al. (2017) nos apontam que, para o Estado intervir nas vidas dos jovens, não era necessário que estes se apresentassem como perigosos, bastava-se a possibilidade disso, até mesmo por sua “desocupação” poderiam ser passíveis de punição. Esses sujeitos seriam encaminhados para as Escolas de Reforma com o fim de que fossem reeducados a partir da profissionalização. As autoras ressaltam a noção higienista e excludente que baseia o documento. O tempo durante o qual os sujeitos estariam nessas escolas ficaria a cargo de decisão das autoridades, que, a partir de uma análise, verificariam se os sujeitos possuíam ou não um perfil de “delinquente”. Em um contexto de “progresso” na Era Vargas, com a necessidade de se obter mão de obra, em 1932, passou a ser permitido que jovens com menos de 14 anos pudessem exercer algum tipo de trabalho (Scisleski et al., 2017). Em 1940, é criado um novo Código Penal, que apresenta aqueles que possuem menos de 18 anos como inimputáveis penalmente, logo, não podendo ser punidos de forma penal.

Já na década de 1960, há um fortalecimento da noção dos jovens como o futuro do país (Gonzales & Guareschi, 2013). Tal noção pauta-se na expectativa de que as juventudes trariam desenvolvimento e progresso, sendo, assim, consideradas uma categoria modelo de uma nação. Em 1964, junto com o golpe civil-militar-midiático, entra em funcionamento a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), a partir da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). A instituição tinha como princípio a tutela e exclusão daqueles que cometiam infrações, mas também daqueles que tinham famílias consideradas pobres e/ou imorais para o cuidado (Scisleski et al., 2017). Em 1968, ano da implementação do AI-5 no período de ditadura, há um deslocamento das juventudes como futuro da nação para uma visão dessa população como revolucionária (Gonzales & Guareschi, 2013). Próximo a esse período, dá-se início ao surgimento do “mito da droga” nos anos 1970 (Batista, 2015, p. 24), questão que no decorrer do tempo será fortemente relacionada à criminalização dos sujeitos jovens pobres e negros, principalmente pela via da mão de obra no tráfico de cocaína. Novamente podemos ver os corpos jovens sendo abordados pela via do trabalho. Até aqui, é possível perceber que a atuação do Estado sobre a população de jovens e crianças se dá tanto por uma via higienista, com uma preocupação no âmbito da segurança, quanto por um interesse econômico nos corpos, aspectos que se desdobram no decorrer do tempo. Mecanismo de controle tanto da pobreza quanto das juventudes.

Em 1979, entra em vigor o segundo Código de Menores (Lei n. 6697/79). Segundo Scisleski et al. (2017), apesar de o documento pressupor a necessidade de medidas para uma reintegração no contexto sociofamiliar, apresenta poucas mudanças em relação ao seu antecessor. Nesse código ainda há uma visão moralista baseada na Doutrina da Situação Irregular. Esse entendimento culpabiliza as famílias pobres por sua situação e as classifica como desestruturadas, noções presentes na origem da FEBEM e da FUNABEM. Tais concepções operam ainda hoje nos serviços de atendimento às juventudes pobres e/ou negras. Com essa visão, mesmo na ideia de reintegração, o juiz poderia impedir a visita familiar ao jovem em cumprimento de medida caso entendesse que poderia prejudicar o processo. O documento também coloca que, caso não haja instituições adequadas para receber os jovens, eles poderiam ficar em locais que recebam sujeitos condenados penalmente, o que explicita ainda mais a relação de tais medidas com um sistema penitenciário. As autoras demonstram que tanto o código de 1927 quanto o de 1979 apresentam o juiz como uma personagem suprema. Novamente vemos as práticas higienistas, tutelares e punitivas permeando a gestão dessa população pelo Estado, além do fortalecimento da noção de “menor”.

No final dos anos 1980, com o fim da ditadura, há a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, conhecida como a “constituição cidadã”; a reali-

zação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, com a implicação de diversos movimentos sociais críticos ao Código de Menores e com a criação do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA); e a formulação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), baseado em legislações internacionais dedicadas à proteção da infância (Silva & Hüning, 2017). Diferente dos documentos anteriores, o ECA traz como princípio a Doutrina da Proteção Integral e com ela o entendimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. O estatuto também institui o termo “jovem em conflito com a lei” para se referir àqueles que cometem atos infracionais, em uma tentativa de superar o termo “menor”. Uma outra mudança que o documento traz é a divisão entre duas medidas. A primeira é a medida protetiva que abrange crianças e adolescentes que estão em situação de abandono ou que tiveram seus direitos violados e crianças de até 12 anos que cometeram atos infracionais. A segunda é a medida socioeducativa direcionada aos sujeitos que cometeram ato infracional, compreendendo os jovens de 12 a 17 anos e 11 meses e tendo um entendimento educativo. Para estes últimos, a socioeducação possui dois tipos: as medidas de privação de liberdade, onde o jovem pode ficar até 3 anos, sendo que devem ser utilizadas para casos considerados graves, e as medidas sem privação de liberdade, que são em meio aberto. Tanto a possibilidade de uma medida sem privação de liberdade quanto a visão de que a privação de liberdade é excepcional são dois pontos novos em relação aos Códigos de Menores. Apesar de o Estatuto ser um marco da garantia de direitos para crianças e adolescentes, devido a conflitos políticos, ele ainda não foi totalmente implementado. Além disso, ele apresenta consigo diversas continuidades em relação aos documentos antecessores, como, por exemplo, a utilização do termo “personalidade”, que discutiremos mais adiante (Scisleski et al., 2017).

Com a crise econômica neoliberal instaurada na mesma época, que se arrastou até os anos 1990, há o fortalecimento do tráfico de drogas nas periferias como uma forma de sobrevivência financeira para as juventudes pobres e/ou negras. Com esta mão de obra na ponta do processo comercial, temos a emergência de um “novo” inimigo interno do Estado, que será transmitido principalmente pela mídia com uma roupagem de “a droga”, produzindo, assim, uma onda de pânico social. Isso possibilita um movimento em que não é a substância em si o alvo da criminalização, mas sim aqueles que a comercializam na ponta do processo. Os jovens pobres e negros que serão marcados como os verdadeiros criminosos a partir de uma visão moralizante. O julgamento, dessa forma, não passa a ligar-se ao ato em si, mas à produção de discursos que se inscrevem sobre os sujeitos – como os da família dita desestruturada, a descrição de territórios pobres vinculados à criminalidade, a construção de gestos relacionados a atitudes suspeitas, entre outros. Este inimigo é constituído principalmente pela política de guerra às drogas inspirada pelo modelo estadunidense. Tal perspectiva, que tem como pilares o proibicionismo e

a punição, gera uma grande onda de criminalização das juventudes, tornando o tráfico o seu maior meio de entrada no Sistema de Justiça. De acordo com Batista (2015), “o impacto dessa política criminal foi tão grande que inverteu uma marca estatística que acompanhou por mais de um século a história de nosso sistema penal, sempre marcado pela hegemonia dos crimes contra a propriedade” (p. 25).

A partir desse cenário, em que as juventudes se constituem como uma população de risco e geradora de problemas, somado a uma onda de pânico social e ao desejo por acirramento punitivo, uma das ações do Estado é a criação de Propostas de Emenda Constitucionais que visam à diminuição da idade penal. O que nos leva à questão central que vamos discutir aqui: os processos de criminalização e de produção dos diversos tipos de morte em relação às juventudes, problematizando a redução da idade penal presente nas propostas de emenda constitucionais. Porém, é necessário antes contextualizar a inserção da psicologia nas práticas estatais relacionadas às juventudes, sendo esse o nosso próximo ponto.

QUAIS AS IMPLICAÇÕES DA PSICOLOGIA?

A trama entre juventudes e Estado é composta por diversos saberes: a psicologia é um deles. Os saberes ocupam essa relação de múltiplas formas. A criminalização das juventudes pelo tráfico de drogas, que discutimos anteriormente, foi produzida a partir da interface do judiciário com outros saberes como a medicina e a própria psicologia (Batista, 2015; Petry & Nascimento, 2016; Scisleski et al., 2017; Vavassori & Toneli, 2015). Esses mesmos saberes também estão presentes na construção da visão de que famílias pobres podem produzir sujeitos com potencial de se tornarem perigosos (Tavares et al., 2017), aspectos que veremos no decorrer do texto.

A psicologia tem uma longa produção sobre a população de jovens, muitas vezes mergulhada em um entendimento adultocêntrico e racionalista. Esse saber, produto principalmente das vertentes voltadas para o desenvolvimento humano, constituíram a ideia de adolescência como um período instável da vida, que marca o início da concretização da identidade (Coimbra et al., 2005). Cria-se, assim, um entendimento de que há uma linha a se percorrer, um desenvolvimento com etapas e regras, e essa noção acaba “diferenciando sujeitos normais e anormais” (Coimbra et al., 2005, p. 4). Além da produção de uma essencialização, é criada também uma necessidade de intervenção nos corpos para adaptá-los para o futuro, para que sejam bons adultos. Com isso, a psicologia “exerce também o papel de definir as características e os critérios balizadores para a classificação da população jovem” (Gonzales & Guareschi, 2013, p. 110). As autoras Coimbra et al. (2005) apontam que esse entendimento desenvolvimentista está presente em muitos momentos no ECA, como também apontam Gonzales & Guareschi (2013):

Foi com a crença na transição dos indivíduos para uma maturidade que as ciências humanas e sociais, do século XIX ao século XX, produziram uma juventude de transição a ser controlada por meio de instituições preocupadas em proteger e diagnosticar os indivíduos considerados ainda não maduros e diagnosticados como portadores de fragilidades, criando-se ainda outras instituições interessadas na possibilidade de intervir na potencialização das capacidades desses indivíduos. É sob essa visão que a juventude passa a ser considerada como um estágio que pode ser perigoso ou frágil, propício para contrair toda a espécie de males. tal concepção contribuiu para a vigilância e regulação social desses indivíduos no período denominado de juventude. (p. 111)

Essas autoras continuam afirmando que tanto o discurso acadêmico quanto o político, no século XX, serviram como reforçadores da noção das juventudes como um problema social. Dando seguimento, Hadler et al. (2019) nos apresentam uma nítida união da psicologia a essa problemática ao analisarem artigos científicos de 1949 a 1990 que se propuseram a falar sobre a delinquência juvenil. As autoras apontam a necessidade de recorrer ao passado para entender as relações no agora. Nessa análise foi identificada uma objetificação da infância e da adolescência, por serem os alicerces de um sujeito adulto, com o intuito de identificar as causas da delinquência e as possíveis ameaças, como, por exemplo, na personalidade. A delinquência é apresentada como inata ou aquela potencializada pelo ambiente desvirtuoso. A partir da perspectiva de uma delinquência possibilitada pelo ambiente, o que surge é a naturalização dessa condição com a pobreza e as questões familiares. Várias abordagens teóricas estão presentes nesses materiais, inclusive aquelas que se relacionam à genética e à hereditariedade. É possível perceber uma forte culpabilização das juventudes e de seus territórios.

A partir dessa análise, não somente se visibiliza o modo como a psicologia produz o jovem como sujeito do delinquir, bem como privatiza um domínio de saber sobre esse objeto, constituindo-se enquanto uma ciência absolutamente necessária para explicar contemporaneamente a criminalidade juvenil. Essa necessidade é identificada no uso da psicologia como uma ferramenta na produção de saber sobre da delinquência e no exame biográfico das crianças, suas famílias e relações, um mecanismo de governo e vigilância das populações, especialmente as pobres e/ou que resistiam contra a lógica vigente; além da criação de intervenções cujo objetivo era a adequação daqueles sujeitos considerados desviantes. (Hadler et al., 2019, p. 24)

Hadler et al. (2015) nos demonstram que, no âmbito estatal, as práticas da psicologia voltam-se para entender os “porquês”, identificar as causas e os motivos para a criminalidade, com o intuito de classificar os jovens. Contudo, ao fazer isso, a psicologia cristaliza a noção criminal nos sujeitos jovens sem possibilitar outras

formas de vermos esses corpos. Movidos pela busca de uma verdade, o trabalho *psi* compactua com entendimentos já existentes de essencialização. Além disso, a psicologia é também constantemente convocada a atuar nas chamadas “res”, reeducação, ressocialização etc., havendo um interesse econômico de mercado que atravessa essas relações:

Um amplo mercado de interesses passa a ser produzido e, em suas tramas, as ciências humanas, jurídicas e econômicas cercam o público jovem de intervenções, mapeando, produções que falam mais sobre esse sujeito jovem, visando observá-lo e administrá-lo. (Hadler et al., 2015, p. 56)

Colocando novamente o ECA em evidência, o documento apresenta a personalidade do jovem como um fator de análise pelo juiz para a remissão, sem apresentar nenhuma definição desse termo tão amplo. Dessa forma, o Estatuto possibilita um processo de psicologização, uma “culpabilização e individualização das causas do delito”. Trata-se assim de uma análise dos jovens, das suas personalidades, e não do ato em si, “transformando um problema social em um problema individual” (Scisleski et al., 2017, p. 21).

No âmbito da socioeducação, evidentemente as coisas não são diferentes. Scisleski (2010) apresenta dados interessantes da Fundação de Assistência Socioeducativa (FASE-RS): em 2007, havia um percentual de 60% dos jovens em internação que teoricamente possuíam algum tipo de diagnóstico psiquiátrico; já dos que estavam em internação provisória, havia 82,8%. Os tipos de diagnóstico mais comuns eram os “Transtornos de Conduta” e o “Transtorno de Conduta em decorrência de uso de substância psicoativa”. A autora mostra que, quando as áreas da saúde entram no judiciário, os jovens “ou são doentes ou são delinquentes, ou o que é pior: são os dois ao mesmo tempo” (Scisleski, 2010, p. 294). Porém, vale ressaltar que isto não cabe a qualquer jovem. Batista (2015) nos alerta que jovens de classe média recebem o estereótipo médico do *consumidor*; já os pobres e negros, o do *criminoso*. Nesse cenário fica evidente a produção de controle normativo pela psicologia como aquela que entende do indivíduo e de sua subjetividade (Petry & Nascimento, 2016). A psicologia também fortalece os enquadramentos vigentes das juventudes pobres e negras ao essencializar a noção de delinquência, cristalizá-la nas subjetividades, na família, nos territórios. Esses enquadramentos são utilizados como estratégias de mecanismos estatais de controle e punição, como observamos nas PECs.

Com isso, o que há é uma coprodução contínua entre as demandas do Estado e a produção de verdades pela psicologia, seja sobre os sujeitos, seja sobre seus ambientes. É necessário, assim, uma problematização das práticas psicológicas. A psicologia vem para legitimar o modo com o qual o problema é apresentado, e não

para colocá-lo em questão. Nesse sentido, aqui convocamos o saber *psi* não para responder a problemática da redução da idade penal, mas para desnaturalizá-la e colocá-la em análise.

PECs E O ENQUADRAMENTO DOS SUJEITOS JOVENS

Como já foi apontado anteriormente, uma das formas de o Estado lidar com as juventudes, principalmente com jovens pobres e negros inscritos no lugar de “sujeitos problema”, é com a criação de PECs que reduzem a idade penal. Discutiremos aqui os discursos presentes nas justificativas dos textos, onde está localizada a defesa das propostas. Esses documentos devem ser apresentados por no mínimo um terço da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, podendo também serem apresentados pelo Presidente da República e pelas Casas Legislativas. O início do processo ocorre primeiro na casa de origem da proposta de emenda (Câmara dos Deputados ou Senado Federal). A tramitação se inicia na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) que analisa a admissibilidade. Após admissão, o documento é analisado por uma comissão especial que pode alterar o texto. Em seguida, é a vez do Plenário analisar e votar, sendo necessários três quintos dos deputados para aprovação em dois turnos ou 60% dos senadores. Depois disso, a proposta tramitará da mesma forma, porém na outra casa. Caso ocorra alguma alteração do texto, o documento volta para o local de origem e se inicia a tramitação novamente.

No decorrer da história do Brasil houve muitos documentos que se propuseram a modificar o artigo 228 da Constituição Federal, que prevê a imputabilidade para aqueles com menos de 18 anos. O primeiro deles é a PEC 14/1989, do deputado Telmo Kirst (PDS-RS). Para nossa análise escolhemos três PECs como materialidade de estudo, as quais visam a diminuição da idade penal de 18 para 16 anos.

A primeira proposta é a PEC 171/1993, documento que já foi aprovado na Câmara dos Deputados em 2015. Esse é um dos materiais com maior visibilidade em relação ao tema, estando com frequência em um campo de disputa. A proposta visa que os jovens entre 16 e 18 anos cumpram um terço do tempo destinado para aqueles acima de 18 anos. A segunda proposta é a PEC n. 33/2012. Nela não há uma diminuição generalizada, exceto para casos ditos excepcionais, como crimes hediondos e tráfico de drogas. Ela propõe que, a partir de uma vara especializada em infância e adolescência no Ministério Público e frente a determinados atos infracionais, seja feita uma análise sobre o discernimento do jovem em relação ao ato. Essa análise leva em conta o histórico pessoal do sujeito e determinará se ele responderá no âmbito penal ou das medidas socioeducativas. O discernimento constitui a ideia de imputabilidade, ou seja, verificar o discernimento é checar se o jovem tinha ou não intenção de realizar o ato e se entendia seus riscos. A

sua relevância como materialidade se dá pelo fato de convocar nitidamente os diferentes campos de saberes para constituírem a análise do discernimento do jovem em questão, realizando uma “análise das condições psicológicas, sociais e dos precedentes do menor infrator – busca garantir a excepcionalidade dos casos, devendo a lei definir as formas de avaliação, as espécies de laudos, as qualificações dos peritos, etc.” (2012, p. 9). Caso seja confirmado o discernimento em torno do ato, o jovem será punido penalmente em estabelecimento separado dos demais acima de 18 anos.

A terceira e última é a PEC 4/2019 que propõe uma diminuição geral sem exceções. Até o momento desta escrita, esse documento está ainda por ser votado, já tendo relator⁷. Como já foi apontado, nas eleições de 2018 houve uma visibilização da temática; a criação desse documento torna isso nítido e, por isso, sua relevância para nossa análise. Além de todas as PECs apresentadas apontarem a redução da idade penal de 18 para 16 anos, também representam três momentos temporais distintos. No desdobrar do tempo, de 1993 a 2019, um período de 26 anos, é possível ver continuidades presentes nas suas justificativas.

Nas suas justificativas, as PECs caracterizam o sujeito de quem se propõem a falar: fala-se de uma juventude punível. Em relação à vida desses jovens, nos aproximamos de Butler (2018) a partir de sua noção de “enquadramento”. A autora propõe uma discussão em que apresenta um jogo que dita quais vidas serão reconhecidas dentro de um campo normativo e quais não serão. De tal modo, a partir da forma como esse sujeito é apresentado, é possível ou não reconhecer “vida” nele. É nesse reconhecimento que será viável entender esse ser como alguém passível de luto, caso sua vida seja atingida, ou como algo não passível de luto. Esse processo de reconhecimento de vida e possibilidade de luto ocorre, segundo Butler, através dos enquadramentos expostos.

O enquadramento é algo construído dentro de um contingenciamento sócio-histórico, ou seja, a produção de um enquadramento, de um reconhecimento de determinadas vidas passíveis ou não de luto, depende de condições de possibilidade de uma história do presente, de uma série de normas que se tornam vigentes. Observamos com maior frequência a vida naqueles sujeitos normatizados do que em relação a outros apontados como fora da norma, como, por exemplo, o criminoso. Entendemos que essa norma varia, possui suas singularidades em cada contexto e deve ser analisada em suas especificidades. Quando Butler (2018) traz esse conceito, a autora visa discutir os enquadramentos que fazem da guerra algo justificável e como isso aponta os sujeitos dos países ditos rivais dos Estados Unidos da América como não passíveis de luto, podendo suas vidas serem perdidas.

7 Verificado em 26 de setembro de 2020.

Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras. (Butler, 2018, p. 13)

Nesse sentido, o enquadramento torna-se uma moldura constituída por diversos fatores, como os diferentes saberes que o compõem e, principalmente, como ressalta a autora, a eficácia e a força de sua reprodutibilidade na mídia. O campo da comunicação é extremamente relevante na manutenção e na reprodução dos enquadramentos vigentes, afinal, torna-se extremamente importante para essa discussão a distribuição não igualitária do luto público.

Os sujeitos considerados sem vida, constituídos como os matáveis, serão privados de uma comoção pública em relação às suas mortes, restritos a uma comoção limitada. Acreditamos que esses processos não ocorrem apenas em relação a diferentes nações, mas também dentro de um mesmo país. O Brasil, com uma grande desigualdade social entre a população e significativamente marcado pelo racismo, possui diversas normas e enquadramentos que impedem a apreensão da vida e a possibilidade de um luto público para certos corpos. Dentro de um único país, existem aqueles que devem ser protegidos e aqueles que se tornam totalmente expostos às violências. Um exemplo disso pode ser visto na distinção entre a “criança” e o “menor”, como discutido anteriormente. Petry e Nascimento (2016) exemplificam isso ao apontarem, no contexto brasileiro, a diferença entre aqueles que ganham os nomes de “bandidos”, “delinquentes”, “monstros”, “marginais”, “vagabundos” e aqueles que são considerados os “cidadãos de bem”, “pais de família”, “inocentes”, “trabalhadores”, “pagadores de impostos” (p. 431). De um lado há os que necessitam de proteção, que geralmente são sujeitos brancos e de classe alta; do outro há os que são perigosos e que precisam ser combatidos, que geralmente são sujeitos negros e de classe baixa. As autoras trazem, ainda, outro exemplo diretamente relacionado à discussão da redução da idade penal. No mesmo artigo, elas fazem análises das postagens em grupos do *Facebook* favoráveis à diminuição da idade penal. Elas trazem exemplos de quando atos infracionais são cometidos por jovens brancos e quando são cometidos por jovens negros: a reação dos usuários do grupo é a de total linchamento dos jovens negros e de absolvição dos jovens brancos. Com isso, acreditamos que raça, classe e gênero constituem no cenário brasileiro os principais fatores do reconhecimento e do enlutamento.

Contudo, esse processo não é total. O enquadramento lida constantemente com a sua possibilidade de autodestruição, pois ele nunca enquadra totalmente os sujeitos; até mesmo aqueles em que a vida é reconhecida, sempre há algo que escapa. A normatividade precisa lidar com este algo, pois é nele que há o potencial de destruição da moldura.

Com as materialidades e a teoria apresentada, em relação às PECs e ao conceito de Butler, a pergunta que surge é: como sujeitos jovens são enquadrados nas/pelas PECs? E para isso é necessário analisar os discursos presentes nas justificativas dos documentos apresentados e colocá-los em questão.

CONTINUAÇÕES E ATUALIZAÇÕES: LÓGICAS PUNITIVISTAS E MENORISTAS

A partir da análise das materialidades apresentadas, foi possível identificar que as PECs afirmam que a noção de imputabilidade penal de 18 anos, presente no Código Penal de 1940, representa um entendimento do seu tempo e necessita de atualização. A PEC 171/1993 vai afirmar que o Código visa apenas a critérios biológicos, à idade cronológica, não considerando o campo psicossocial do sujeito. Os documentos ressaltam que essa atualização é necessária devido ao fácil acesso de informações por todos os jovens dos grandes centros urbanos – “nem sempre de boa qualidade”, segundo a PEC 171/1993 (p. 1). A ampliação da informação é apontada como resultado do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, as PECs sustentam-se na crença de que os jovens, antes mesmo dos 18 anos, possuem o discernimento sobre o que é ilícito ou lícito, certo ou errado, características em que se baseiam os critérios para a determinação da imputabilidade. Vavassori e Toneli (2015) vão discutir que a noção de racionalidade é muito presente no direito, entendendo-se que deve haver uma punição àqueles que têm discernimento sobre os seus atos. As autoras vão ressaltar os equívocos desse entendimento no cotidiano, pois não é possível sermos racionais sempre.

Algo curioso nesse embate, que implica uma noção biológica *versus* uma noção psicossocial, se dá pelo fato de ser possível ver essa mesma discussão na própria psicologia. Enquanto há uma psicologia do desenvolvimento que insere o sujeito em fases prefixadas, com um entendimento biologicista, existem outras vertentes que vão defender uma visão psicossocial, entendendo que o desenvolvimento é fluido e está em um contínuo processo de transformação. As PECs se utilizam de uma análise psicossocial, mas não para possibilitar outros entendimentos sobre os sujeitos para além das fases, e sim com o intuito de intensificar a punição.

Levar em conta o contexto dos sujeitos não quer dizer potencializar ou valorizar suas singularidades, mas efetuar uma análise caso a caso, a fim de extrair dos sujeitos o grau de periculosidade e buscar na família a gênese dos comportamentos criminosos. (Silva & Hüning, 2017, p. 240)

Outro ponto encontrado nas PECs é a afirmação de que as leis que se propõem a lidar com os atos infracionais das/dos jovens são insuficientes, não punindo o bas-

tante. A PEC 33/2012 apresenta um estudo estatístico realizado pelo Centro Nacional de Justiça em 2011, que demonstra um grande índice de reincidência nas medidas socioeducativas. A proposta expõe que, antes do sequestro e da morte de um casal^{8.º} jovem Champinha já havia sido assistido e recolhido por “diversas instituições especializadas na recuperação de menores infratores” (p. 4). Também é dito nos documentos que o ECA produz um espírito de impunidade devido à não punição necessária. Tal impunidade seria usufruída tanto pelos jovens quanto pelos adultos que se utilizam deles para práticas como o tráfico de drogas. A PEC 4 ressalta que a análise hegemônica de um conjunto de letrados a respeito dos motivos dos atos infracionais se trata de uma “sociologia justificadora do crime”, algo que seria “muito distante de evidências científicas sobre o tema” (2019, p. 3). No entanto, tais evidências não são apresentadas. Nesse sentido, as propostas defendem uma lei que cause temor. A PEC 4 pontua, ainda, que “a Lei precisa ser dura e fazer justiça” independente do crime, para dar conta da “epidemia criminal” (2019, p. 5) no contexto nacional. Referente ao Estatuto, é possível identificar que não há um interesse em repensá-lo, mas sim em utilizá-lo como justificativa para a produção de mortes juvenis (Silva & Hüning, 2017).

Petry & Nascimento (2016), em sua análise de páginas do *Facebook* favoráveis à redução da idade penal, também identificaram que os participantes possuíam um entendimento de que as instituições socioeducativas são brandas. Porém, apresentar esse entendimento, tanto das propostas quanto das páginas, é desconhecer a realidade da socioeducação. Mesmo a medida de privação de liberdade sendo considerada legalmente como excepcional e para casos ditos graves, vê-se um altíssimo índice de sua aplicação. Devido a esse fator, as instituições estão superlotadas e muitas possuem aspectos físicos e lógicas análogas ao sistema penitenciário, como apontam diversos estudos (Hadler, 2010; Paiva & Oliveira, 2015; Petry & Nascimento, 2016; Scisleski, 2010; Scisleski et al., 2017; Silva & Hüning, 2017; Tavares et al., 2017).

A partir dos pontos apresentados, é possível entender que as PECs são constituídas por lógicas menoristas e punitivistas. Lógicas menoristas por se referirem às juventudes em conflito com a lei utilizando termos como “menor”, “bandido”, “criminoso”, “delinquente” etc., que vão ao encontro de noções presentes nos Códigos de Menores e opostas à noção de sujeitos de direito estipuladas no ECA. A fala presente nas PECs “é reiteradamente menorista e repressora, em total desacordo com o vigente ECA, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos” (Real & Conceição, 2013, p. 667).

Tendo em vista essas análises, nos unimos às autoras Tavares et al. (2017) na aposta em utilizar o termo “idade penal”, e não “maioridade penal”, por acreditarmos que este segundo carrega aspectos menoristas. Entendemos, pois, que “os termos indicam não apenas a força de um costume, mas referem-se também

às formas e às práticas de tratamento dado a essa população” (Scisleski, 2010, p. 292). A continuidade das práticas menoristas e o fato de o ECA não as ter finalizado demonstra que “a lei, nesse sentido, é campo de lutas e não o encerramento de um processo histórico” (Tavares et al., 2017, p. 5).

Já em relação às lógicas punitivistas, a PEC n. 4 ressalta que o dever de um Estado democrático é a garantia do respeito à lei e que as eleições de 2018 provam o clamor social pelo endurecimento da legislação. Esse aspecto representa um alargamento dos processos de judicialização da vida e do poder judiciário, havendo um desejo por mais e mais duras leis para se lidar com as relações sociais (Vavassori & Toneli, 2015). O desejo por uma legislação mais severa não leva em conta os riscos simbólicos e reais que podem ser produzidos para a maioria dos jovens pobres e negros. Não são discutidas outras estratégias para lidar com a situação, como, por exemplo, o acesso a políticas públicas eficientes. “A história da criminologia apresenta inúmeras evidências de que a pena não ‘diminui a criminalidade’” (Batista, 2015, p. 30). Porém, mesmo assim, os documentos apenas ressaltam a necessidade do endurecimento das leis, transmitindo uma noção desses jovens como inimigos públicos a serem combatidos. Uma argumentação que aponta a população de jovens como “‘perdível’, ou como aquela que pode ser sacrificada, precisamente porque foram enquadrados como já tendo sido perdidos ou sacrificados” (Butler, 2018, p. 53), logo, não passível de luto – ou seja, a sua morte não terá um caráter de luto público expandido. Esses jovens “são considerados como ameaças à vida humana... e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência” (Butler, 2018, p. 53).

A PEC 171 traz um argumento religioso referente à responsabilidade criminal que diz: “a alma que pecar, esta morrerá” (1993, p. 2). A pergunta que nos surge é: o que pode ser feito com um corpo que possui uma alma morta? A PEC 33/2012 relata uma excepcionalidade, propondo uma redução da idade penal não generalizada na sua composição, mas coloca o tráfico de drogas como ato infracional passível de julgamento penal. Contudo, como já apontado anteriormente, infelizmente o tráfico não é um ato excepcional, e sim a maior entrada de jovens no judiciário. A PEC também defende que a suposta análise de discernimento decidirá quem será de fato “merecedor” da proteção legal do ECA. Já a PEC 4/2019 propõe que, se há um genocídio da população jovem pobre e negra, isso é responsabilidade exclusiva do tráfico, desconsiderando a relação com o Estado e, inclusive, servindo como defesa da polícia, afirmando que há uma difamação sobre ela.

Como são considerados os matáveis, por não terem função dentro do sistema socioeconômico e perturbarem a ordem estabelecida, não há indignação nem pedidos por justiça diante das suas mortes, ao contrário, seu noticiamento, geralmente, vem acompanhado de um comentário do tipo: “mas, ele (o adolescente) era envolvido com drogas”. (Paiva & Oliveira, 2015, p. 46)

Tendo em vista os entendimentos presentes, compreendemos que os documentos analisados não fundam algo novo, não são eles que criam as lógicas minoristas e punitivas e nem os enquadramentos que delas decorrem. Porém, também não são meros reprodutores, entendendo que na repetição sempre há algo que se diferencia (Pernigotti, 2004). As PECs são produzidas pelas lógicas e pelos enquadramentos que se firmam no tempo – e, ao mesmo passo, os atualizam. Deleuze (1996) vai nos apontar que “não há objeto puramente atual. Todo atual rodeia-se de uma névoa de imagens virtuais” (p. 49). Essas imagens virtuais são extensas, longínquas e diversas, se fazem e refazem o tempo todo. Essas virtualidades transmitem, sobre o atual, um outro que reage a ele e o rodeia. São virtuais devido a sua velocidade de acontecimento, por não estarem mais aqui. O virtual e o atual são, assim, inseparáveis. O atual está sempre em vias de se tornar virtual; e o virtual, em atual. A continuação do virtual se dá em fragmentos conforme a decomposição do tempo. Esse processo ocorre de forma singular. “O atual é o complemento ou o produto, o objeto da atualização, mas esta não tem por sujeito se não o virtual. A atualização pertence ao virtual” (Deleuze, 1996, p. 51). Desse modo, o atual se apresenta de uma determinada forma devido às imagens virtuais atualizadas.

Mas, em todos os casos, a distinção entre o virtual e o atual corresponde à cisão mais fundamental do Tempo, quando ele avança diferenciando-se segundo duas grandes vias: fazer passar o presente e conservar o passado. O presente é um dado variável medido por um tempo contínuo, isto é, por um suposto movimento numa única direção: o presente passa à medida que esse tempo se esgota. É o presente que passa, que define o atual. Mas o virtual aparece por seu lado num tempo menor do que aquele que o mede o mínimo de movimento numa direção única. Eis por que o virtual é “efêmero”. Mas é também no virtual que o passado se conserva, já que o efêmero não cessa de continuar no “menor” seguinte, que remete a uma mudança de direção. (Deleuze, 1996, p. 55)

Como nos diz Kastrup (2003): “O passado não é o presente que passou, não se forma gradativamente. Ele existe desde sempre e, o que é mais importante, coexiste com o presente” (p. 88). Dessa maneira, só conseguimos compreender os processos na atualidade se entendermos as noções virtuais; isso ocorre por não haver uma superação do passado, sendo o presente que o segue. É dessa forma que entendemos os motivos que fazem documentos com três tempos distintos carregarem continuidades. É dessa mesma maneira que podemos entender o porquê de o ECA não ser plenamente aplicado, pois ainda há uma grande névoa minorista que acompanha os atos estatais relacionados às juventudes pobres e negras.

POLÍTICAS ESTATAIS E A PRODUÇÃO DE CORPOS NÃO PASSÍVEIS DE LUTO

Nas eleições de 2018, como já afirmado, notamos o fortalecimento da discussão da redução da imputabilidade penal de 18 anos, uma ferramenta do Estado para lidar com a chamada “criminalidade juvenil” e com os corpos pobres e negros. Para debater esse cenário, foram analisadas três PECs que visam à diminuição da idade penal: a PEC 171/1993, a PEC 33/2012 e a PEC 4/2019. Foi possível identificar que, mesmo oriundas de três épocas distintas, havia continuidades entre elas, quais sejam: as lógicas minoristas e as lógicas punitivistas que permeiam as propostas, demonstrando que ainda se sustentam em noções decorrentes dos Códigos de Menores. Dessa forma, as juventudes pobres e negras seguem sendo enquadradas como sujeitos perdidos, não tendo um entendimento de que essas vidas precisam de proteção como todas as outras, são corpos puníveis e matáveis.

Dessa maneira se constituem políticas estatais. Essas políticas não possuem um representante, um líder: são controladas e constituídas por aqueles que exercem o poder momentaneamente. O perigo se dá por terem um amplo alcance. Essas políticas estatais são concretizadas pelas PECs, que são ferramentas estratégicas usadas no governo da população de jovens e na produção de sua morte. Tais políticas surgem de uma rede complexa de fatores, completamente atravessados pelos saberes e aspectos sócio-históricos que constituem os enquadramentos vigentes e o reconhecimento de vida. O enquadramento se articula às abordagens policiais, aos processos judiciais, à mídia, aos documentos como os Códigos de Menores – essa artimanha perigosa que não possui um rosto definido, mas que possui alvos nítidos: as juventudes pobres e negras.

Butler (2018) vai apontar que o enquadramento possui a potencialidade de se autodestruir, pois há algo que fica de fora. Tal aspecto denuncia a sua invenção e demonstra o fato de ele nunca ter englobado toda a cena. O intuito desse trabalho é tornar visível sua moldura, não naturalizando-a. A partir de uma resposta ética, nos propomos a ser mais um grupo entre outras pessoas que pensam sobre essa temática, tentando visibilizar esse enquadramento para mudá-lo e, assim, provocar tensionamentos nas políticas estatais direcionadas às juventudes. Por entendermos que o virtual possibilita o atual, que atualiza o primeiro (Pernigotti, 2004), fazemos o agora para possibilitar mudanças no decorrer do tempo.

É importante ressaltar, por fim, que as juventudes não estão apenas no campo da violência: reduzi-las apenas a essas questões, mesmo sendo de grande importância debatê-las, é constituir uma limitação. O campo da pesquisa acadêmica tem uma vasta possibilidade de produção junto com as juventudes, sobre temas diversos que não se concentram apenas na violência. Como sujeitos singulares,

são múltiplos e produzem muitas potências e resistências – pontos que merecem, também, um lugar de destaque⁹.

Por compreender que os assuntos trazidos no decorrer de nossa análise são complexos e seguem em atualização, a pesquisa não acaba aqui: ela se movimenta e está em continuidade. Inclusive, o contexto das eleições de 2018, que movimentou o interesse pela temática, se desdobra mais uma vez com a criação de outra PEC que visa diminuir a idade penal¹⁰. A PEC 32/2019 (Proposta de Emenda Constit. nº 32, 2019) foi criada pelo senador citado na reportagem da introdução. As lógicas apontadas aqui continuam em execução, os enquadramentos se encontram firmes e há uma imensa névoa virtual de práticas de violência. Assim sendo, o atual segue nos impondo novos desafios, de modo que devemos nos articular para enfrentá-los com uma potencialidade ética.

9 Para esse assunto, ver os trabalhos de Prates, Guareschi e Reis (2021), Gonzales e Guareschi (2008), Bocco (2006) e Scherer (2017).

10 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/filho-de-bolsonaro-quer-reduzir-maioridade-penal-de-alguns-crimes-para-14-anos.shtml>.

REFERÊNCIAS

- Batista, V. M.** (2015). A juventude e a questão criminal no Brasil. In J. G. Salum & R. T. Oliveira (Orgs.), *Mitos e verdades sobre a justiça infanto-juvenil brasileira: por que somos contrários à redução da maioridade?* (pp. 22-31). Conselho Federal de Psicologia.
- Bocco, F.** (2006). *Cartografia da infração juvenil* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, RJ).
- Butler, J.** (2018). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (4. ed.). Civilização Brasileira.
- Cerqueira, D., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S. de, Silva, E. R. A. da, Ferreira, H., Pimentel, A., Barros, B., Marques, D., Pacheco, D., Lins, G. O. A. L., Lino, I. R., Sobral, I., Figueiredo, I., Martins, J., Armstrong, K. C., & Figueiredo, T. S.** (2020). *Atlas da violência 2020*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). <https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020>.
- Coimbra, C., Bocco, F., & Nascimento, M. L.** (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100002&lng=pt&tlng=pt.
- Decreto-Lei n. 17.943-A.** (1927). Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Presidência da República.
- Decreto-Lei n. 2.848.** (1940). Código Penal. Presidência da República.
- Deleuze, G.** (1996). O atual e o virtual. In É. Alliez (Org.), *Deleuze filosofia virtual* (pp. 47-57). Editora 34.
- Gonzales, Z. K. & Guareschi, N. M. F.** (2008). Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 6(2), 462-484. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2008000200002&lng=en&tlng=pt.
- Gonzales, Z. K. & Guareschi, N. M. F.** (2013). Concepções sobre a categoria juventude: paradoxos e as produções nos modos de ser jovens. In L. R. da Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 104-123). Vozes.
- Hadler, O. H.** (2010). Políticas públicas, formação de governo e práticas institucionais: nas trilhas de João e Maria. In N. M. F. Guareschi, A. Scisleski, C. Reis, G. Dhein & M. A. Azambuja (Orgs.), *Psicologia, formação, políticas e produção em saúde* (pp. 299-314). EDIPUCRS.
- Hadler, O. H., Guareschi, N. M. F., & Galeano, G. B.** (2019). A produção da delinquência e sua objetivação pela psicologia. *Athenea Digital*, 19(1), 1-28. <https://doi.org/10.5565/rev/athenea.2230>.
- Hadler, O., Guareschi, N., & Scisleski, A.** (2015). Observâncias: sobre psicologia, políticas de segurança e juventude. In A. Scisleski & N. Guareschi (Orgs.), *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas* (pp. 55-74). EDIPUCRS.
- Kastrup, V.** (2003). A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In A. Parente (Org.), *Tramas na rede* (pp. 80-90). Sulina.
- Lei n. 6.697.* (1979). Institui o Código de Menores. Senado Federal.
- Paiva, I. L. & Oliveira, I. F.** (2015). Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação de direitos humanos. In A. Scisleski & N. Guareschi (Orgs.), *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas* (pp. 41-54). EDIPUCRS.

- Pernigotti, J.** (2004). *Um povoamento em EAD: tensões e torções em operação* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS).
- Perondi, M. & Stephanou, M.** (2015). Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. In C. M. Craidy & K. Szuchman (Orgs.), *Socioeducação: fundamentos e práticas* (pp. 58-71). Evangraf.
- Petry, H. & Nascimento, D. M.** (2016). “Tá com dó? Leva pra casa!” Análise dos discursos favoráveis à redução da maioridade penal em rede social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 426-438. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001562014>.
- Prates, M. A., Guareschi, N. M. F., & Reis, C.** (2021). O que a juventude negra do slam tem a dizer para a psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 33, 1-18. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33251657>.
- Proposta de Emenda à Constituição n. 14.** (1989). Altera o artigo 228 da Constituição Federal. Câmara dos Deputados.
- Proposta de Emenda à Constituição n.171.** (1993). Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos). Câmara dos Deputados.
- Proposta de Emenda à Constituição n. 33.** (2012). Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar. Senado Federal.
- Proposta de Emenda à Constituição n. 32.** (2019). Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a fim de reduzir a maioridade penal para dezesseis anos. Senado Federal.
- Proposta de Emenda à Constituição n. 4.** (2019). Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, para adequar a idade de imputabilidade penal à nova realidade demográfica brasileira e combater a criminalidade. Senado Federal.
- Real, F. G. V. C. & Conceição, M. I. G.** (2013). Representação social de parlamentares brasileiros sobre a redução da maioridade penal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 656-671. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300011>.
- Scherer, G. A.** (2017). *Juventudes, (in) segurança e políticas públicas: a proteção social no Brasil*. Juruá.
- Scisleski, A.** (2010). Patologia e exclusão? As relações entre saúde e justiça no atendimento de jovens em conflito com a lei. In N. M. F. Guareschi, A. Scisleski, C. Reis, G. Dhein, & M. A. de Azambuja (Orgs.), *Psicologia, formação, políticas e produção em saúde* (pp. 289-298). EDIPUCRS.
- Scisleski, A. C. C., Checa, M. E. P., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S., & Vitta, A. L.** (2017). A lei em conflito com os jovens: problematizando políticas públicas. *Revista Polis e Psique*, 7(2), 4-27. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.70477>.
- Silva, A. K. & Hüning, S. M.** (2017). Propostas de redução da idade penal no Brasil e o estatuto da criança e do adolescente. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 235-246. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170024>.
- Tavares, G. M., Silva, G. R., Capelini, T. C., & Aragão, E. M. A.** (2017). Análise do clamor por punição e redução da idade penal. *Psicologia & Sociedade*, 29, 1-10. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29155689>.

Teixeira, D. (2019, 24 de agosto). De “menor” a “criança”: menoridade negra, infância branca e genocídio. *Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT*.

Vavassori, M. B. & Toneli, M. J. F. (2015). Propostas de Redução da maioridade penal: a juventude brasileira no fio da navalha? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1188-1205. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001732014>.

UM ROLÊ NA PRAIA: AS CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA MARCHA DA MACONHA

Fabício Gonçalves Krambeck

Oriana Holsbach Hadler

Carolina dos Reis

UMA VIAGEM ENTRE SABERES

Em um fim de semana qualquer de um dia mais ou menos quente, no finzinho do verão, o psicólogo se reuniu com a juíza, o médico e o historiador para fazerem uma viagem para Torres/RS, com o intuito de aprender a surfar. Antes de pegarem a estrada, tinham a importante missão de encontrar alguém que pudesse emprestar um *rack* (equipamento que vai em cima do carro) para levar as pranchas. No entanto, a missão não teve sucesso. Sendo assim, tiveram que se empenhar em uma nova missão: conseguir enfiar três pranchas dentro do carro. O médico se responsabilizou pela empreitada e, utilizando todas as suas habilidades de engenharia do improviso, conseguiu concluir a missão colocando as pranchas atravessadas no meio do carro, apoiadas na cabeceira do banco de trás, atravessando o meio dos dois passageiros traseiros e dos dois da frente, com a outra ponta escorada no painel do carro. Feito isso, o médico, que será o motorista da vez, informa a todos:

— As pranchas estão no carro, eu só não vou conseguir enxergar o retrovisor direito, então quem for ali na frente, vai ter que ser meus olhos quando eu precisar. Quem vai?

— Eu vou — respondeu o historiador.

— Então é isso, vamo dale.

Malas feitas, carro (in)devidamente carregado, tudo pronto, acende o balão e pé na estrada.

— Por onde é mais fácil da gente ir em direção ao litoral? — pergunta o motorista.

— Meus coroa sempre fazem a mão de sair aqui por Viamão porque é a saída mais perto — responde o psicólogo.

— Eu não conheço nada pra esses lados, tu vai ter que ser meu GPS daí.

— Eu também não conheço, mas eu tenho uma tecnologia nova que tá rolando aí, de última geração, não sei se vocês tão ligado, é o Google Maps — fala o psicólogo com humor.

Entre risos, os amigos ligam o GPS e começam a se dirigir a Viamão. No caminho, conversavam sobre a ida do psicólogo à Marcha da Maconha:

— Meeeu, vocês nem sabem!! Fui na Marcha da Maconha¹ — fala o psicólogo, enquanto acende o baseado que tinha apagado.

— Oh Meu Deus! Não sei por que eu não estou nem um pouco surpresa — responde a juíza, rindo.

— Pior que a minha surpresa é tu não ter ido antes — complementa o médico.

— Pois é, mas se até então tu não tinha ido, porque resolveu ir dessa vez? — pergunta o historiador.

— Então, acho que, se pá, eu já até comentei com vocês que eu to desenvolvendo um projeto de pesquisa lá na UFRGS.

— Pode crer, e aí tu escolheu falar sobre maconha? — pergunta o historiador.

— Então, tipo isso, o título é “As controvérsias em torno da Marcha da Maconha”.

— E por que tu escolheu falar sobre isso? — questiona a juíza interessada.

— Ah! Pode crer, tu quer saber sobre a justificativa né? Então assim:

POR QUE PESQUISAR SOBRE MACONHA?

— Eu estudo sobre maconha só porque eu sou maconheiro? Não só, mas também. Tipo, acho que, em primeiro lugar, é uma parada muito presente no meu dia a dia e que faz sentido pra mim querer entender mais sobre o tema. Mas, para além disso, acredito ser um assunto que precisa ser colocado em pauta por diversas razões. Ainda hoje a gente tem um governo que continua insistindo em discursos proibicionistas e na guerra às drogas como a principal solução para o problema, no entanto, essa é uma guerra que já dura tempo o suficiente para se provar falida, levando a um grande gasto estatal na repressão. O que não tem sentido nenhum, já que o argumento para criminalizar é proteger, e esse tipo de estratégia só legitima a violência policial e o encarceramento em massa, tudo isso sem falar que essa é uma guerra que mata muito mais do que o uso de qualquer droga, principalmente quando a gente tá falando de maconha que nunca na história se registrou casos de overdose. Além de tudo isso, essa é uma guerra que

1 Marcha da Maconha de 2019

se volta contra, sobretudo, um grupo populacional específico, que é a juventude negra e periférica.

— E o foda é que mata todo mundo né, morre traficante, morre policial, morre usuário e às vezes morre quem não tem nada a ver com nada, às vezes a pessoa só mora numa área em que o tráfico rola — acrescenta o médico.

— E o que são controvérsias? — pergunta o historiador.

— Bah, em um outro momento a gente voltar a falar disso, agora eu já to muito chapado — responde o psicólogo.

Um pequeno acidente de carro, pranchas e maconha — Por que a maconha é criminalizada?

Já em Viamão, ao passar por um mercadinho, a juíza sugere que parassem para comprar os suprimentos da viagem (pão, atum e maionese):

— Quem sabe a gente passa nesse mercadinho pra comprar as comidas?

— Puts, foda que a gente já passou, como é que faz o retorno? — pergunta o médico, procurando um retorno.

— Acho que dá pra entrar ali — responde a juíza apontando para uma entrada à esquerda.

O médico virou à esquerda, saindo da avenida principal, para fazer o retorno. Para entrar no mercadinho era preciso atravessar a avenida que eles estavam antes e para isso o motorista precisava enxergar os carros que vinham da sua direita, só que as pranchas estavam bem na frente dele. O sinal abriu e sem pestanejar ele acelerou, só que alguém havia passado no sinal vermelho, e quando os dois motoristas perceberam que iam bater, pisaram no freio e tentaram desviar, mas acabaram dando uma raspadinha de lado, um no carro do outro. Os dois se dirigiram ao estacionamento do mercado para conversarem.

Enquanto os amigos se dirigiam para o estacionamento, todo mundo aproveitou para abrir as janelas para diminuir a marofa². Ao estacionarem todos descem e se aproximam do outro motorista.

— Pô, e aí, acabamos batendo o carro, né, acabei não vendo que tu tava vindo — começou o médico, forçando o máximo de simpatia que ele podia.

— Mas como é que tu não viu que eu tava vindo cara? — responde o outro motorista irritado.

Enquanto eles seguiram a discussão de quem estava certo, o segurança do mercadinho que estava próximo ao local e tava vendo tudo acontecer chama o psicólogo:

— O meu! Chega aí! — o segurança chamou.

— Opa, fala aí — o psicólogo falou se aproximando.

Esse cara tá tentando enrolar vocês meu, ele passou no sinal vermelho.

2 Marofa: fumaça feita pela queima da cannabis.

— Pode crer, bah muito obrigado meu, só que o foda é que a gente tá com as prancha no carro ali e acho que isso aí não pode, então o melhor pra gente é que seja resolvido aqui e agora, na conversa, mas valeu mesmo assim, vou chegar ali pra marcar presença.

O psicólogo se aproxima novamente do grupo e fala baixo para a juíza:

— O meu, seguinte, ele tá errado, o segurança acabou de me falar que o cara passou no sinal vermelho. Só que a gente tá fodido porque tamo com as prancha e com força de maconha ali no carro, então vamo fazer uma pressão nele e se ele firmar a gente só larga fora de algum jeito.

— Isso, qualquer coisa a gente oferece uma grana simbólica e dá o número do telefone de alguém para ele — responde a juíza.

— É isso então.

Então o psicólogo resolveu entrar na conversa com o outro motorista trazendo a nova informação:

— Mas então moço, o senhor por um acaso não acabou passando no sinal vermelho?

— Eu não passei em sinal vermelho nenhum e quer saber? Vamos ligar para a polícia e eles resolvem então o nosso problema.

Nesse momento, os amigos suspeitam que o outro motorista viu as pranchas dentro do carro e que talvez também tenha sentido o cheiro de maconha.

— Olha, a gente não quer se incomodar, estamos de saída pra praia e quanto menos tempo a gente perder melhor. Quem sabe a gente deixa o nosso número de telefone certinho e deixa pra resolver isso aí depois? — O psicólogo pergunta tentando impedir o envolvimento da polícia na situação.

— Não, não, que garantia eu tenho? Então eu vou ligar, espera aí!

— Tá, quem sabe a gente te dá um dinheiro como garantia e o número de telefone, daí é só ligar que a gente vai resolver na moral, é só porque agora estamos de saída mesmo, com pressa. A gente tem 100 pila aqui na mão, ó toma — o psicólogo insiste.

O psicólogo já dá o dinheiro na mão do outro motorista e pega telefone:

— Ó meu número é 985353830

O outro motorista, meio contrariado, aceita a proposta em silêncio e pega o celular para anotar o número. Feito isso, os jovens se entreolham quase que dizendo “ufá” e vão em direção ao mercado comprar os mantimentos para a viagem.

Entraram no mercado, um foi pegar o atum, outro os pães, outro a maionese e o outro já ficou guardando o lugar na fila. Compras feitas e os amigos entraram no carro e retomaram o caminho da praia. No caminho foram conversando sobre o ocorrido:

— O meu, no fim, se o cara te chamar ou te ligar daí tu me avisa, pode passar meu número quando vê — fala o médico preocupado.

— Meu, eu falei meu número errado pra ele — responde o psicólogo.

— Bah, daí tu veio bem — O médico fala aliviado entre os risos dos amigos.

— Ah meu, pior que eu pensei em falar o certo, mudei de ideia quando tava falando os últimos números, tá ligado? Porque no fim, a gente não bateu de boca-aberta, o cara que passou no sinal vermelho, eu até pensei em a gente tirar as pranchas do carro deixar mocada em algum lugar e deixar ele chamar quem ele quisesse, mas o foda é que além disso, nós ainda tamo cheio dos beck no carro né?

— Isso que é foda, se fosse legalizado a gente já tava bem na cena — complementa o historiador.

— Aqui no Brasil para legalizar vai demorar ainda, se descriminalizasse já era um baita passo — responde a juíza.

— Mas qual a diferença entre descriminalizar e legalizar? — pergunta o médico.

— Descriminalização é quando deixa de ser crime, daí não pode mais ser punido no âmbito penal, mas ainda pode ser considerada como ilícito civil ou administrativo, aí ainda pode sofrer punições tipo multas, prestação de serviços ou ter que participar de cursos de reeducação. Por exemplo, grafitar antes era considerado crime e agora é descriminalizado. Daí, a legalização é tipo o álcool e o tabaco, que passaram a ser permitidos por uma lei, que vai regulamentar o uso e as punições para quem descumprir as restrições que a legislação prevê³ — respondeu a juíza.

— Pode crer e vocês entendem porque a maconha ainda é criminalizada no Brasil? Pra mim não faz muito sentido... — diz o médico.

— Então, acho que o argumento que mais se fala, é aquele da segurança e proteção da vida, com o pretexto de que essas substâncias são nocivas tanto à nossa saúde como indivíduos e quanto ao nosso bem-estar social como população, o que na verdade também não tem muito sentido né, já que a alternativa escolhida pelo governo é uma guerra às drogas que no fim mata muito mais. Mas acho que no começo nem foi por isso que as drogas foram criminalizadas — o psicólogo responde.

Nesse momento, o historiador entra na conversa também:

— Pior que no começo não tinha muito a ver com isso mesmo, foi mais por uma questão política. Primeiros os Estados Unidos patrocinaram a Conferência de Xangai de 1909 e a Convenção de Haia em 1912, porque eles queriam controlar o comércio do ópio. Essas convenções surgiram com a “Guerra do Ópio”, uma treta entre Inglaterra e China. Os americanos tinham dois interesses em financiar as conferências: o primeiro era melhorar as suas relações comerciais com a China e o segundo era foder a Inglaterra, que nesse momento era o principal concorrente econômico dos americanos⁴.

3 Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2017)

4 Carvalho (2011).

— É engraçado como tudo termina em interesses econômicos... — responde o médico.

— Tudo isso, sem falar do âmbito do preconceito nessa questão da criminalização né, porque, pelo que me parece, proibir as drogas, além de ser uma estratégia política e econômica, também tá associada a questões religiosas, raciais e étnicas. Pelo contexto histórico dá para notar como o álcool estava ligado aos irlandeses, o ópio aos chineses, a cocaína aos afro-americanos e a maconha aos mexicanos, afinal “minorias e imigrantes tinham comportamentos moralmente reprováveis e ameaçavam valores clássicos da América branca e puritana” (Carvalho, 2011). Afinal, por que vocês acham que foi de boas sair do acidente só na conversa? A gente é branco né — acrescenta a juíza.

— Bah total. E o mais louco, é que a coisa começa por motivos completamente diferentes do que esses da proteção e segurança da vida, mas é com esse pretexto que se mantém essa lógica de que criminalizar e investir cada vez mais nessa corrida armamentista entre traficante e policial é o melhor caminho — fala o psicólogo.

— Tudo isso sem falar que se gasta muita energia, muita grana e se dedica boa parte do trabalho que deveria ser voltado à segurança no combate ao tráfico, e depois de sei lá quantos anos sem nenhum tipo de resultado relevante, já que a droga continua sendo vendida e consumida seja legalizada ou não. E ô meu, outra questão que também tem que ficar atento quando chegar o tão esperado momento da legalização é que com certeza existe um interesse da indústria farmacêutica de manter o monopólio dos fármacos a base de cannabis e aí talvez pra conseguir esses medicamentos será necessário um poder aquisitivo bem grande. Hoje, quem necessita desse medicamento precisa desembolsar 2.633,61 reais por 200 ml de uma substância proveniente de uma planta que dava pra “plantar em casa”, comprando três sementes por volta de 20 a 30 dólares⁵ — acrescenta o médico.

— Tudo isso sem falar em como a proibição dificulta o estudo científico dessas substâncias consideradas ilegais, já que o acesso a elas é muito complicado. Eu já ouvi falar de uma pesquisa do professor Dartiu Xavier⁶, em que eles acompanharam durante um ano pacientes viciados em crack, usando a cannabis como porta de saída dessa droga, e verificaram que cerca de 68% dos usuários abandonaram completamente o vício depois de três meses⁷. No fim, esse estudo foi interrompido por causa dessa questão da dificuldade de realizar estudos que envolvam substâncias ilegais — comenta o psicólogo.

5 Droga Raia (2022)

6 Youtube (2015)

7 Royal Queen Seeds (2022)

— Chato isso, porque o melhor jeito da gente se proteger dessas substâncias é sabendo mais sobre elas, né!? E acho que o melhor jeito é através da ciência, não vejo muito sentido proibir o estudo – médico.

Encerraram o assunto e algum tempo depois chegaram em Torres. Agora tinham a importante missão de procurar um lugar mocado* para montar as barracas, já que nenhum deles tinha a menor pretensão de gastar um tostão com um lugar para passar a noite. Passada uma meia hora decidiram que, em meio às dunas, poderia ser uma boa ideia, então escolheram um lugar, montaram as barracas e fizeram uma fogueira para jantar. Depois de trocar uma ideia depois da janta, se despediram e se recolheram cada um para sua barraca para descansarem para o dia seguinte.

SOBRE DISCURSOS HETEROGÊNEOS OU COMO ISSO SE TORNA UMA PESQUISA?

Amanheceu o dia, sol quente “pacaralho” torrando todo mundo, recolheram as coisas e foram em direção ao carro para buscar as pranchas. No caminho passaram por uma placa enorme que ficava à beira das dunas, que na noite anterior passou longe de ser percebida, na qual estava escrito com letras garrafais: “PROIBIDO ACAMPAR, FAZER FOGUEIRA E TRAZER ANIMAIS”.

— Bom, pelo menos a gente não estava com nenhum animal — disse o psicólogo.

Chegaram no carro, pegaram as pranchas, a cadeira de praia da juíza (que tava mais por pegar um solzinho com os pezinhos na areia do que tomar capote no mar).

— Partiu praia — falou animado o médico.

Chegaram no mar um tanto quanto apreensivos, e o mar também com uma cara de poucos amigos, mas depois de algumas respiradas em busca de coragem, os três entraram. Resumindo a tentativa de surfar em poucas palavras, rema, rema, rema, toma onda na cabeça, toma água salgada, cospe, rema, rema, rema, toma onda na cabeça, se afoga, cadê a prancha? cadê us guri? volta a nadar, acha a prancha, rema, rema, rema, toma onda na cabeça, volta a nadar, nada, nada, nada e NADA. Resolveram sair do mar.

E ali à beira da praia, sentados na areia, pegando um solzinho, o psicólogo inicia um interrogatório:

— Por que vocês acham que a maconha deveria ser legalizada no Brasil? — psicólogo

— Bah cara, simplesmente porque acredito que eu deveria ter a liberdade de escolher que substâncias eu coloco ou deixo de colocar no meu corpo — médico responde sem muita pretensão.

— Na verdade, não é bem assim, já que o Estado tem o dever de proteger a vida. Então da mesma forma que ele se posiciona contra o suicídio, ele também se coloca no direito de controlar o uso de certas substâncias — a juíza apresenta seu argumento.

— Bom, mas daí o engraçado é que o álcool que tem um potencial de abuso e dependência muito maior e um uso medicinal menor que o da maconha e é regulamentado pelo Estado – psicólogo.

— É, mas no caso da maconha, envolve ‘n’ fatores, existe a questão do preconceito racial, já que por muito tempo ela foi relacionada aos escravos africanos – historiador.

— Também tem o teto que a gente fuma e fica baixadasso né, isso não é interessante para um sistema capitalista que busca por indivíduos produtivos — acrescenta o médico.

— Meu, e como que esse papo todo se torna um projeto de pesquisa? Pra onde tu vai com esse monte de argumento que existe a favor e contra a legalização? — pergunta o historiador.

— Então meu, um dos primeiros passos que a gente deu na pesquisa foi mapear esses discursos que circulam pela Marcha e é muito parecido com o que tá acontecendo aqui né, muito embora nós quatro sejamos a favor da legalização, assim como na Marcha a gente percebe que não existe uma homogeneidade nessa rede de argumentos pró-legalização. Às vezes nossos argumentos conversam e convergem e às vezes não, o que a gente percebeu no decorrer da pesquisa foi que, na verdade, essa rede de discursos é tão heterogênea que a gente nem pode citar só a legalização ao falar dessa rede, porque dentro disso também se misturam os discursos a favor da descriminalização e da regulamentação. Essa heterogeneidade dos discursos pode até tirar um pouco da força do movimento, já que devido a esses discursos serem compostos por uma multiplicidade de atores que possuem interesses diferentes, eles produzem discursos que não são somente heterogêneos como também às vezes podem acabar sendo até contraditórios. Por exemplo, em uma mesma Marcha da Maconha, poderiam ser encontrados dois atores que compõem essa rede, os dois a favor da descriminalização, porém contrários a respeito da legalização e da regulamentação. Um que podia muito bem ser o médico, afirmando que sim, não só a maconha deveria ser descriminalizada e legalizada, como todas as drogas, já que só cabe ao indivíduo decidir que substâncias ele deve ou não consumir. E o outro, poderia ser uma família com um ente querido precisando obter o acesso legal aos medicamentos à base de cannabis, que até poderia apoiar uma descriminalização, mas principalmente é a favor de uma regulamentação do uso medicinal e contra o uso recreativo, isto é, contra a legalização.

— E onde entram as controvérsias nisso tudo? — pergunta o historiador.

ONDE ENTRAM AS CONTROVÉRSIAS?

— Então, esse meu projeto de pesquisa teve três momentos teóricos que se relacionam com as controvérsias. Primeiro, durante as análises iniciais que a gente fez, percebemos que as verdades que estavam em disputa sempre se apresentavam dentro do embate entre a criminalização e a descriminalização. Mapeando esses discursos, montamos uma rede de argumentos que por vezes eram a favor e às vezes contra a legalização. E bom, essa rede de argumentos era “controversa” e contraditória, afinal, emergia de um embate que disputava a “resposta mais verdadeira” para a pergunta: a maconha deve ser descriminalizada ou criminalizada? Daí a gente achou que um conceito que poderia nos ajudar a analisar essa rede seria a controvérsia, um conceito usado por Latour (2012), já que esses argumentos eram opostos uns aos outros e, por esse motivo, pensamos que formaria a tal da controvérsia.

— Tá, pode crer, entendi. Como os argumentos se apresentavam dentro desse embate de ideias contrárias vocês achavam que o conceito das controvérsias ia encaixar, mas e aí, o que que deu? — pergunta o historiador.

— Então, daí chegamos em um segundo momento da pesquisa, que foi o seguinte: se pesquisa era sobre as controvérsias em torno da Marcha da Maconha, então a gente precisava mapear só os discursos que circulavam na Marcha, ao invés de mapear o embate entre criminalização e a descriminalização. Mapeando então só discursos da Marcha, a gente entendeu que na verdade o próprio movimento da Marcha era controverso, como eu expliquei antes, por existir vários discursos que às vezes eram até opostos uns aos outros, achamos que essa contradição entre os argumentos formassem as controvérsias. Só que não, tá ligado!? Na verdade, esses argumentos só formavam uma rede de discursos heterogêneos, que eram enunciados por uma multiplicidade de atores, exatamente como eu expliquei antes naquela coisa.

— Sim, pode crer, aquela parada sobre o cara que quer a legalização de todas as drogas e a família que quer apenas a regulamentação para o uso medicinal, sendo que os dois poderiam estar na mesma Marcha — lembra o médico.

— Exatamente. Daí, finalmente em um terceiro e último movimento, depois de estudar mais sobre o conceito, finalmente a gente entende ele. Para explicar melhor o que é analisar as controvérsias, eu vou tentar fazer o mesmo caminho do Latour, no livro *Ciência em Ação*, que é onde ele fala sobre esse conceito. Antes disso eu preciso explicar o que ele chamou de caixa preta.

— Bah meu, caixa preta? Que isso?! — pergunta o médico e olha como quem já está se perdendo na história.

— Bom, caixa preta é uma expressão usada em cibernética sempre que o processamento de uma máquina é complexo demais e aí, por consequência, a gente

sabe apenas a entrada e saída desse processo. Por exemplo, em uma calculadora, quando queremos realizar um cálculo muito complicado, a gente coloca apenas os dados de entrada e a máquina nos dá apenas o resultado como saída, sem que a gente saiba qual foi o processo necessário para se chegar a ela. Tá, daí, a partir disso, Latour vai dizer que quando um discurso se legitima como uma verdade acontece algo parecido, ele afirma que se fecha uma caixa preta sobre determinado assunto, sem que se tenha a ideia da complexidade de uma rede de informações e movimentos para a produção dessa verdade. Ele coloca sobre a existência de um processo para que essa verdade se sustente como um fato, onde contexto e conteúdo se confundem, afirmando que mesmo as grandes descobertas nem sempre foram consideradas verdades unânimes, e é nesse processo de construção dessas verdades que se encontram as controvérsias. Bom, e aí a minha pesquisa se volta para abrir as caixas pretas dos discursos sobre a maconha e estudar esses processos anteriores às verdades serem dadas como fatos.

— Bah, que viagem. Mas faz sentido. — diz o médico.

— Tá, e tu conseguiu achar e analisar uma controvérsia na tua pesquisa? — continua perguntando, o historiador.

— Então, nos materiais que a gente encontrou tinha uma notícia que dizia mais ou menos assim: o neurocirurgião americano Sanjay Gupta, chefe dos correspondentes para assuntos médicos da CNN (Cable News Network), divulgou um artigo se retratando a respeito de um outro artigo de sua autoria, do ano de 2009, em que ele fazia várias declarações contra o uso medicinal da cannabis. Daí, o teto é que esse médico, lá em 2009, se posicionou contra o uso medicinal da maconha. E em 2013, depois de realizar novas pesquisas, ele aparece novamente, só que agora, se posiciona totalmente diferente, dessa vez ele falou mais ou menos o seguinte: que há quase 70 anos nos Estados Unidos, todos têm sido terrivelmente e sistematicamente enganados, e ele pedia desculpas por ter feito parte disso, afirmava ainda que a maconha: não tinha um grande potencial para abuso, e que existiam aplicações médicas muito legítimas (Gaúcha ZH, 2013). O cara ainda se referia ao fato da maconha ser classificada como uma “substância de classe 1” pelo Departamento de Combate às Drogas (DEA), nos Estados Unidos. Sendo que as drogas que fazem parte desse grupo seriam as que possuem maior poder de abuso e menor uso médico. Isso além de atravessar e constituir discursos aversivos ao uso da maconha, ainda dificulta o acesso à planta para que se possa realizar pesquisas com esta substância.

— Tá, mas então por que ele se posicionou contra antes? — a juíza pergunta.

— Então, o tal do Sanjay Gupta relatou que quando escreveu o suposto artigo em que se posicionava contra o uso da planta fez uma revisão aos artigos publicados nos Estados Unidos para construir o seu posicionamento, só que depois dele realizar novas pesquisas durante a gravação do documentário “Weed”

ele percebeu que apenas 6% das pesquisas científicas investigavam os potenciais benefícios da maconha ao invés de seus aspectos nocivos. E além disso, ele ainda disse que existia a necessidade de olhar para pesquisas realizadas em países diferentes, onde a maconha é mais facilmente liberada para o estudo.

— Entendi — disse a juíza.

— Tá e isso é um exemplo perfeito de controvérsias, não é!? — fala o historiador empolgado.

— Sim meu, é isso, tá ligado!

— Como assim? — pergunta o médico meio perdido.

— Meu, se tu analisar a notícia, dá pra se ligar que ela é uma controvérsia.

Olha só, através dela a gente percebe que para um discurso ser legitimado como uma verdade não basta a comprovação científica, ele precisa do que Latour vai chamar de contexto. Vou explicar melhor, vem comigo... um médico cientista, que em tese trabalha buscando verdades legitimadas pela ciência, se posicionou durante muito tempo contra o uso da cannabis como medicamento. Sendo que ele mesmo afirma que já existiam na época estudos e artigos que apontavam o contrário, esses materiais científicos, Latour chamava de conteúdo. No entanto, por uma questão de contexto, ele não teve acesso a esses conteúdos, já que 94% das pesquisas focavam nos malefícios da planta e os 6% que não faziam isso eram estudos de laboratórios pequenos, não reconhecidos e de fora dos Estados Unidos. Então, nesse processo de construção das verdades científicas, contexto e conteúdo se confundem, e estudar esse processo anterior às descobertas científicas é analisar as controvérsias, afinal nem sempre as grandes descobertas da ciência foram verdades unânimes — finalmente o psicólogo termina a explicação.

— Bah, acho que por hoje chega de pesquisar sobre maconha né, agora tá na hora de fumar ela ao invés de estudar — fala o historiador em tom de brincadeira.

Os amigos acendem um baseado, recolhem suas coisas da praia e vão procurar um lugar para almoçar.

REFERÊNCIAS

Latour, B. (2012). *Ciência em ação*. 2012.

Carvalho, J. C. (2011). *Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional*. UERJ.

Droga Raia (2022). Canabidiol 200mg/ml Solução Oral com 30 ml + Seringa Dosadora. <https://www.drogaraia.com.br/canabidiol-200mg-ml-solucao-oral-30ml-seringa-dosadora-a3.html>

Gaúcha ZH (2013). Médico que combatia maconha pede desculpas e cita benefícios da planta. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2013/08/medico-que-combatia-maconha-pede-desculpas-e-cita-beneficios-da-planta-4232707.html>

Youtube (2015). DARTIU XAVIER | Maconha: porta de saída para a dependência. <https://www.youtube.com/watch?v=5oIyb-QWXQRA>

Royal Queen Seeds. (2022). Sementes de *Cannabis* Feminizadas. <https://www.royalqueenseeds.pt/33-sementes-cannabis-feminizadas>

TRAJETÓRIA DE UMA JUVENTUDE VIGIADA: A POTÊNCIA DA ARTE E DOS TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE

*Maíne Alves Prates
Mariana Gonçalves*

PORTO ALEGRE, DEZEMBRO DE 2018

Hoje eu não quero saber, é sexta-feira e eu vou sair às 18h, azar! Amanhã tem que tá cedo aqui de novo e hoje ainda tem a final do Slam.

— Eai tia! Vamos chegando, tem capinha e película para proteger o celular! Só na Banca 39, na lojinha “Dusguri” caixinha JBL com o melhor preço. Chega aí mano, vamos dar uma olhadinha, fazer um orçamento.

Meu Pai Ogum, que calor nessa cidade, vontade de tomar uma cerveja gelada, não vejo a hora de terminar esse expediente. A galera parece que fica meio enlouquecida nessa época do ano! As negona lotam a Volunta pra comprar os presente de Natal das cria. O calor é intenso, sei lá, parece que esse asfalto exala um calor além do comum e a quantidade de gente circulando aqui no Camelódromo¹ parece que dobra.

Olho o relógio, são 17h 42, já vou ajeitando minhas coisas pra largar. Não posso esquecer meus fones e meu caderno que estão em cima do balcão. O chefe vai segurar as pontas hoje e amanhã eu faço hora extra. Preciso sair daqui seis da tarde em ponto, o negão Pelé era filho de Xangô e hoje a noite vai ser dele. Foda que não dá nem vontade de voltar pra quebrada, só de pensar que não vou encontrar o mano...

Coloco minha mochila nas costas, meu juliete e vou saindo.

— Falou aí tia Nara, até amanhã.

— Tchau meu filho, amanhã o dia vai ser longo. Vou trazer bolo pro café da manhã.

1 Centro Popular de Compras — POP Center localizado na Av. Voluntários da Pátria no Centro de Porto Alegre/RS.

Bah, os cara já meteram o arrastão, a época é boa mesmo pra meter² as tias distraídas na multidão. A gangue das gordas³ já deve tá na ativa pelas lojinhas do centro. Pra caminhar por essa Voluntários, tem que tá ligado o tempo todo, quem não se liga é arrastado pela galera.

Vou passar no *Center Shop* na frente da delegacia e pegar uma latinha gelada. Ummmm, Skol, Brahma, Polar? Polar que é daqui, dois pila⁴! Vou levar duas pra não esquentar e vou largar que os guri já devem tá me esperando. Ummm, bem bonitinha a guria do caixa.

— Deu quatro reais, moço. CPF na nota?

— Não gata, valeu.

Ihhhhh, me curtiu! Esse olhar não engana.

— Bom finde! – eu digo olhando fixo no olho dela.

Ela desvia o olhar e sem jeito, diz:

— Bom finde.

TSSSSIIIIIIIII (abre a latinha e vira um pouco no chão). Salve meu Pai Ogum! Salve meu parceiro, essa latinha é pra ti nego Pelé, o rolê hoje é pra ti negão!

Três minutinhos pra chegar na Esquina Democrática.

Ihhhhh os nego véio são foda, tá tocando 2PAC. O tio Renato deve tá por ali, só os nego do tempo dele de baile charme. Que sonzeira mano, caralho!

— Eai Pezão!

— Eaiiii negão! Bah tava te esperando!

— Passei no *Center Shop* ali pra pegar umas latinha, tá calor afu*. Já vamo tomar pra não esquentar, pega aí – tiro a lata de cerveja da sacola de plástico e entrego pro meu brother Pezão – Não viu o tio Renato por aí? São os tios da geração dele.

— Bah negão, pior que não vi, mas os tios tão mandando nos fado. Só sonzeira. E as tias dançando é muito engraçado! HAHahaha

— Certo meu, os caras são antigos nessa função. O tio Renato conta cada história. Diz ele que conheceu a tia Tina aqui, quando eles eram “moços” e vinham pra Esquina Democrática nas sextas-feiras.

— Tá e aí negão, tá preparado pra hoje?

— Bah, negão, na moral não consegui escrever sem pensar no negão Pelé. Já decidi hoje que a noite vai ser dele.

Era pro negão tá aqui com o cara, que foda isso. E ainda ficam esses cara aqui olhando por cima o rolê dos nego véio. Que ódio! O quê, que poderia acontecer aqui no meio do centro pra eles estarem aqui? Na real aqui eles ficam pianinho,

2 Gíria utilizada para roubar, assaltar.

3 Grupo de mulheres conhecido em Porto Alegre pela prática sorrateira de furtos em meio às multidões.

4 Nome referido ao dinheiro no Rio Grande do Sul.

na quebrada eles chegam na truculência. Deve ser de boa de morar no centro e mete o loco. Aqui eles não devem enfiar os pé nas porta dos apê.

— Oh Pezão e tu falou com o nego Boca?

— Falei sim mano, ele vai colar na sequência. Tá saindo ali da Prefeitura, tá sereninho no estágio né? Diz ele que vai meter um ENEM e o vestibular ano que vem.

— Pode crê, tomara que passe. O negão merece. Tem uma gurizada que cola no Slam que estuda na UFRGS. Acho tri⁵, mas não sei se é pra mim, conviver com aqueles playboy. Deve ter um monte de filhinho de papai ali, morador do centro.

— Aham, pior mano. Eu também pensei nisso, mas queria tentar, tá ligado. Foda que tenho que terminar o colégio ainda, parei no 1º ano. Estudar é foda.

— É, eu consegui terminar pelas provas do ENCCEJA⁶. O bom é que o cara consegue uns trampo melhorzinho, né?

— Óh ali o nego Boca! Já dá pra largar daqui e descer pro Largo Zumbi.

— Ah vai ser ali a final do Slam então? Melhor que o cara já fica pela CB depois.

— Eai nego Boca, meu parceiro!

— Eai negão!

— Eai Boca, qual vai ser?

— Eai Pezão, vamos gela hoje!

Agora que tamo completinho, já dá pra descer. Se pegar a Borges de Medeiros (avenida), por baixo do viaduto já cai quase lá direto. Que calor nessa cidade, ainda bem que o sol já tá caindo porque não dá pra aguentar. Tô só por mais uma ceva⁷.

— Ô meu, na real, acho que se pá já dá pra ir descendo, né? Já são quase 19h e eu ainda tenho que fazer minha inscrição no Slam.

— Tá negão, mas tá todo mundo ligado que tu vai competir. Não precisa correr. Vamos tomar mais uma gelada. Depois o cara toma um kit⁸ porque o calor tá embaçado – diz o nego Boca.

— Eu tô ligado, negão, mas não quero me atrasar. Dá pra tomar essa ceva no caminho. O cara desce a Borges e já cai na CB⁹.

Dava pra sacar que o nego Boca não tava legal. Ele parecia apreensivo, nervoso com alguma coisa. Espiado. O cara tava sempre numa boa brincando, mas parecia que ele procurava algo. Olhando para todos os lados. Não sabia se o suor dele era do calor mesmo ou daquilo que o negão tava sentindo. Ah vou perguntar, azar.

— Ôh nego Boca, tu tá bem?

5 Gíria utilizada no Rio Grande do Sul que indica algo “legal”;

6 Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)

7 Refere-se à cerveja.

8 Mistura de vodka com energético. Bebida muito consumida entre os jovens nas festas, baladas e vias públicas.

9 Refere-se à Cidade Baixa, bairro localizado na região central de Porto Alegre.

— Tô bem, negão. Por quê? Parece que não?

— Sei lá, tu tá esquisito. Parece nervoso.

— Não é meu, nada a vê. Meu trampo hoje foi foda. Os cara tavam falando lá no gabinete sobre a função do negão Pelé. Tem um cara que mora ali passando a Igreja São Jorge e tava falando da função que tá pra chegar na casa dele, por causa das *blitz* de polícia na Bento* e pá. — nego Boca tava desabafando, ele era primo do Pelé.

— Sim meu, e falaram mais o quê?

— Ah, ficaram falando das função na quebrada. Dizendo que não entendem por que os homem¹⁰ não sobem e não estouram tudo. É foda ouvir essas parada. Fiquei lembrando das vezes que falei pro Pelé se ligar nas merda que ele tava fazendo. Agora o cara não tá aqui e o morro tá em guerra. É foda. — o Boca parecia mais aliviado.

— Bah, é foda. Era pro negão tá aqui com o cara agora. Quando saí do trampo eram seis da tarde e lembrei que o Pelé era filho de Xangô. E como tá a tia? E a mina dele, meu?

— Ah, a tia tá lá, depressiva se pá. Era só ela e ele, né? Ela viu o corpo, viu toda a cena. Tá louco! Minha coroa tá indo lá todo o dia pra ver ela, mas tá foda. E a mina na real tá bem. Eles já nem estavam mais juntos, agora tem que ver como vai ser com o piá que vai nascer em fevereiro. Não sei se a tia vai ter como ajudar a criar.

— Foda negão.

O Pezão fica em silêncio enquanto conversamos e caminhamos pela Borges. É o único que não mora na mesma quebrada que eu, Boca e Pelé. Na real Pezão fica em silêncio porque tem consciência que o Pelé morreu por causa das mão de tráfico que ele tava metido. E como o Pezão também faz o corre ficou pensativo com o papo que tava rolando. É grana fácil, né? Vem fácil e vai fácil também. Quando o cara entra nessa é foda de sair. Negão Pelé se fudeu depois que caiu no Central¹¹, ficou devendo até as cuecas pros caras.

Sáimos da Borges e dobramos à esquerda na Fernando Machado, em direção ao Largo Zumbi. Na moral foi até bom o Pezão ter mudado de assunto. O clima tava pesado, o Boca já tava nervoso. Mas parece que depois do papo o mano relaxou. É foda perder um mano da forma que a gente perdeu o Pelé. Quando o cara era piá, o cara estudava junto na mesma sala. Fico pensando nas professoras, coitadas. Nos aturavam zuando durante a aula inteira. Cruzei com uma esses dias ali no centro e ela fingiu que não me viu. Deve ser até traumatizada, da vez que

10 Forma como comumente jovens se referem à policiais militares.

11 Refere-se ao Presídio Central, penitenciária localizada no bairro Coronel Aparício Borges, zona leste de de Porto Alegre.

nós botamos fogo na lixeira da sala na aula dela. Será que ela tá ligada que eu sou poeta, que o Boca vai fazer vestibular e que o Pelé morreu? Tinha também a tia Maristela, dia desses encontrei com ela no busão. Essa mora na quebrada, conheceu minha coroa e a coroa dos guri. Era tri carinhosa com o cara, acobertava nossas merda. Quando me viu abriu um sorriso e perguntou: tudo bem, meu filho?

Tinha uma galera com jeito de estudante universitário na frente do mercadinho, tomando Heinekein e fumando cigarro de sabor. Eu nunca curti cigarro, imagina com sabor. Que nojo! Do outro lado da rua tem uma galera de *bike*, com umas roupas coloridas. Ah claro, tem uma loja de playba ali na frente. Sempre que passo ali vejo uns pisante foda. Nike, Fila, Adidas. Lá no Camelódromo tem também esse modelo, só que lá deve ser a metade do preço.

— Vamos atravessar e passar na pracinha pra ver uma coisa. — diz o Pezão, com um ar de suspense. Não tô ligado no que ele tava procurando, mas imagino.

Atravessamos para o outro lado da calçada, dessa vez o Pezão pegou um latão. Justo. Mas esquenta muito rápido. Ainda é dia, mas já está um pouco mais fresco e o sol já baixou. Fiquei pensando se o Boca tá sereno. Mas acho que tá, já tá enfiado naquele celular, trovando as minas. Nego Boca é muito trovador. Perde várias oportunidades de pegar umas minas porque fica nessa ladaia de papinho.

O cheiro de maconha exala no ar. Parecia uma grande bolha de fumaça. Como se tivesse entrado num portal. Era como o cheiro da esquina de casa, onde eu encontrava os cupincha¹² pra fumar um quando eu chegava na quebrada, depois do trampo.

— Oh, essa é a massa! — diz o nego Boca, que fumava só de vez em quando.

— Massa é o que eu tenho pra depois do Slam! Fiz uma mão boa ontem. Mas vamo deixar pra fumar depois do Slam pra não tirar o negão do foco.

Caminhamos pela rua Lima e Silva até a av. Perimetral, mais para frente na calçada tinha uma galera que também ia para o Slam. Duas negonas de *black* e um mano de *dread*. Dobramos à direita e partimos em direção ao Largo Zumbi dos Palmares. O cheiro de “xis bacon” e batata frita das lancherias, senti o estômago embrulhado quando lembrei do “Cachorro do Bigode” que comi no almoço e fiquei malzão.

— Tu tá bem negão? — perguntou o nego Boca.

— Tô, negão, tô bem!

— Ummm, não parece. Já viu quem tá ali?

Nesse momento, o Pezão acendeu um cigarro enquanto esperávamos o sinal verde para atravessar. Tudo bem acender o cigarro, o foda é quando o cara acende o cigarro no posto de gasolina.

— ÔH MEU NÃO VIAJA COM ESSE CIGARRO AÍ, PAI!

— HAHHAHAHAHAHAHAHAHAHAHAHAHAHAHA — gargalhou o Pezão.

12 Gíria utilizada para amigo, parceiro.

— Qual é que é cupincha, já era. O sinal já abriu, vamos atravessar. Tá, tu viu quem tá ali, meu? – disse o Boca, insistindo que eu olhasse em volta.

Tinha muita gente. Era a esquina da av. Perimetral com a rua José do Patrocínio, eu nunca entendi como do nada esse pico começou a lotar daquele jeito. Chega uma hora da noite que a galera fecha a rua e carro nenhum passa mais ali. Isso é uma avenida grande que passa o busão e tudo. Se eu não tivesse que trampar amanhã cedo ficaria até a madrugada com a gurizada, mas hoje é sexta, nem ia rolar mesmo. Olho o relógio, já são 19h30min. Merda, tenho mais 15 min. pra garantir minha inscrição no Slam!

Olho para um lado e para o outro, os guris sumiram no meio da multidão. São uns otários mesmo! Sigo procurando o Pezão e o Boca com o olhar. Olho em frente, vejo encostada num pilar alto a mina que eu estava cuidando na roda do “Slam Chamego”. Meu coração começa a palpitar, o estômago embrulha de novo. O que eu faço? Será que falo com ela? Tenho menos de 15 min pra chegar onde vai ser o Slam e me inscrever. Cadê os guri? Minhas mãos suam, fico pensando que é a última fase do Slam, se eu ganhar posso ir pra São Paulo. Voar de avião pela primeira vez. É a chance da minha vida.

Cadê os guri, MEU!?

Eu nem sei o nome dela! Ah pronto, chegou a amiga, preciso ir. Tá na minha hora, não posso perder essa oportunidade. Atravesso a rua em direção ao Largo Zumbi e sou surpreendido pelo Pezão e o Boca vindo atrás de mim com o passo apertado.

— Eai meu, falou com ela? – o Boca perguntou, já que ele tava perguntando se eu tinha visto a mina.

— Falei com quem, meu? Vocês sumiram! Fiquei procurando vocês pra correr e não perder a inscrição no bagulho. Vão se foder! Se eu perder essa parada, vai ser culpa tua, negão.

— Calma, mano! O cara foi buscar uma ceva! Relaxa, vai dar tempo. Ali ó, a galera tá recém se organizando. Corre ali pra falar com a mina das inscrições. – disse o Pezão apaziguando, mais uma vez.

Consegui! Deu tempo! Eu estava muito nervoso e não era culpa deles, meus manos estavam ali pra me fortalecer! Já eram 19h43. Cabeça a mil, a novinha tava muito gata e o Pelé não tava ali...

A hora já ia chegar. Quando o relógio marcou 20h, tirei do bolso a guia verde e vermelha, dei um beijo e pedi pra que meu Pai Ogum me fortaleça e me proteja. Respirei fundo e com a roda já organizada para começar o Slam, procurei o melhor lugar para sentar e observar meus adversários. Na moral, aqui nas rodas todo mundo é um só. Não tem inimigo. Mas eu queria muito ganhar essa parada, o Pelé ia ficar feliz se rolasse. Ele foi fundamental para que eu chegasse aonde eu cheguei.

Que energia foda! Toda a vez que a galera grita eu fico arrepiado. Hoje eu vou dar tudo de mim!

Apresentadora: Agora vamos chamar o cara que vem representando o Slam Conceição, direto do Morro da Maria da Conceição! Vem pra cá, mano Luther! Quer dizer alguma coisa, mano?

— Essa vai pro meu mano Pelé, que esteja em paz onde ele estiver!

Apresentadora: RESISTÊNCIA E POESIA QUE ARRASTA MULTIDÕES!
Todxs na roda: SLAM CONEXÕES¹³

*Ô! Ô seu polícia! Fui assaltado!
O que me roubaram? É uma longa história. Aliás até isso me
roubaram!
Minha história, minha memória, meus momentos de glória!
Me transformaram em escória pra eles enriquecerem!
Roubaram a minha identidade! Não a de papel seu moço! A da
minha alma!
Me deixaram no fundo do poço! Aquele... do esquecimento!
Ô seu polícia! Quero fazer B.O.! Sei que não vai dar em nada,
mas vai que outros se encorajam e eu não me sinto tão só...
Ô oficial! Tá me ouvindo?! Roubaram o meu protagonismo! Me
deixaram com o papel do mal!
Minha cor não é do personagem principal, da propaganda, da
novela ou do po...li...ci...al?! Deixa pra lá... Sei que tu não vai
me ajudar... Eu já sei quem foi que me roubou... Não precisa
ficar nervoso! Já vou retirar minha queixa!
Vai passar! Nem lembro o que aconteceu direito!
E antes que eu leve dois tiros no peito
E me torne meu principal suspeito...
Eu já tô me retirando... mesmo sangrando por dentro...¹⁴*

Toda a galera da roda vibra! Levanta, grita e aos pulos batem palmas entoando:

— TCHUM, TCHA, TCHA! TCHUM, TCHUM, TCHA!

Depois que os ânimos acalmam, a apresentadora se dirige para os jurados e pergunta:

— Notas jurados?

— DEEEZ! – e a galera responde com: WOOOW!

— DEEEZ! – e a galera responde com: WOOOW!

— NOVE PONTO OITO? – e a galera responde com: CREEEEDO!

13 Nome da competição regional de Slam do Rio Grande do Sul.

Slam RS é uma competição de poesia falada que acontece em Porto Alegre/RS, onde o poeta tem até 3 minutos para fazer sua apresentação autoral.

14 Poema escrito por Maíne Alves Prates.

...

Onde foi que eu errei? Acho que poderia pelo menos ter passado para a próxima fase. Ah, já era, pelo menos foi o negão Malcolm que ganhou a etapa estadual. Foi ele quem me apresentou as rodas e quem me falou que eu poderia competir.

A roda vai se dispersando. Uns vão em direção à CB e outros pro Buteco Cheiki¹⁵. Malcolm cola comigo e os guris e decidimos voltar pro Cheiki, já que não tenho muito tempo e amanhã o bagulho vai ser louco! Ahhh, a preta! Ela deve tá por ali ainda. O último ônibus é meia noite e dez, será que tá subindo o morro?

Atravessamos a rua e chegamos na esquina do Cheiki. Tem uma gurizada por ali, tá rolando um proibidão na caixa de som, as mina rebolando e a “raça toda” tomando litrão. Sinto cheiro de cigarro misturado com cerveja e xis da lancheria da rua do lado. Me deu uma vontade de bater um rango, mas na real tô só pela comidinha da coroa quando chegar em casa.

— Eai mano, qual é que vai ser? – diz o Pezão meio chapado.

— Vamo pra João Alfredo mano.

— Não viu a mina aí de novo, negão?

— Bah, pior que não, ela deve tá pela CB. Vamo dá esse giro!

— Vamo então. Tem que chamar o negão Malcom que tá se palestrando lá na esquina – diz o Boca, com ar de deboche.

— Deixa o cara, meu, ganhou o bagulho. Vai ser tietado mesmo, o cara mandou muito hoje.

— Hmmmm.

Seguimos pela Rua José do Patrocínio até a Rua da República. As calçadas estavam lotadas de gente numa sexta-feira de calor. Quanto mais calor, mais dá vontade de tomar bira, mas é fim de mês e geral tá quebrado de grana, daí fica foda. O único de nós que sempre tem grana é o Pezão. Nem que fosse um pouco, ele tinha. E se não tinha, ele arranjava. O Pezão já caiu na FASE por tráfico. Vive se arriscando por aí, mas consegue sempre se livrar. Atinado! Ou privilegiado também né, vai saber...

— Vamos tomar um kit? – o Pezão sugere, com a humildade de sempre.

— Tô sem grana, pai, só recebo o décimo semana que vem e ainda tenho que comprar uns bagulho pra baia pra ajudar a coroa.

— Ah, eu tenho uma mixa ainda aqui, posso apoiar! – diz o Boca, enfiando a mão nos bolsos e catando umas moedas.

15 Bar onde ocorriam rodas de samba com a forte presença de jovens negros localizado na esquina entre a rua José do Patrocínio e Av. Perimetral;

O Malcolm ainda tava viajando na vitória do Slam, quando ele fuma um fica meio lesado também. Quando chegamos na Rua da República o negão quase foi atropelado, não olhou pro lado e o carro dobrou a esquina indo pra cima dele.

— Baah, te liga negão!

— Não vi o carro, meu!

— O Pezão quer tomar um kit, vamo dale?

— Vamo sim, eu dou uma intera¹⁶.

Compramos uma garrafa de vodka, outra de energético e um saco de gelo em um barzinho que vende barato na Rua da República, paramos em frente ao bar para preparar o kit nos copos de plástico. Eu curto o kit bem balanceado, nem muita vodka, nem muito energético. Se pá, o segredo tá no gelo, não sei qual é que é. Mas eu sempre faço a mão de fazer o preparo pra galera. Seguimos em direção ao destino final, onde todo mundo se encontra e tudo acontece. Uma vez eu ouvi falar que essa região de Porto Alegre era um quilombo. Não sei muito bem qual a história, mas parece que a CB não era CB, era Ilhota, e que aqui rolava carnaval e muita boemia. Na verdade, a boemia nunca deixou de existir, mas com o carnaval eles querem acabar e já faz tempo. Malz sobrevivem os bloquinhos de rua que o cara tem pra se divertir durante o carnaval, quando todo mundo vaza de Porto Alegre.

— Oh meu, tem que se ligar nos “home” lá na João Alfredo. Tu tá com alguma coisa aí, Pezão?

— Só um *beck* mano, fica de boa.

A João Alfredo concentra uma gurizada nas sextas e sábados à noite. É a rua onde rolam as baladas e bares que vendem cerveja até às 2h. Tem dias que quando passa dessa hora os home dispersam a galera com bomba de efeito moral e bala de borracha. Esses tempos estava aqui e rolou isso. Me lembrei dos protestos que rolavam em 2013 no centro. O cara saía mais cedo do trampo, mas sempre aproveitava quando eles passavam no meu trampo pra acompanhar a galera. Depois da marcha sempre dava merda com os home na CB, a cavalaria perseguia a galera pelo bairro, mas eu ia sempre em direção à av. Bento Gonçalves pegar o busão quando a confusão começava. Em caso de prisão, o primeiro alvo sempre sou eu.

Quando chegamos na João Alfredo encontrei o carinha que foi na loja hoje de manhã:

— Eai, negão, beleza?

— Beleza, e tu? E a caixinha, tá bombando?

— Tá sim, pai! Pode crê!

Logo ali na frente tem 2 viaturas em cada esquina. Eles ficam aqui “controlando” a gurizada pra não dar ladaia, mas na verdade isso é mais repressão do

16 Refere-se ao ato de acrescentar uma quantia para completar o valor de algo.

que segurança. Eles nos intimidam. A polícia e a guarda municipal fecham a rua com cavaletes para não circular carro, mas no fim isso acaba se tornando mais um brete¹⁷ do que um lugar de lazer pra juventude.

— Bah, negão, hoje é teu dia de sorte, te liga quem tá ali – diz o negão Boca, apontando para a preta que está do outro lado da rua. — vamo parar por aqui mesmo, que depois tu chega nela.

Ela com mais duas amigas e um cara. Boto mais três pedras de gelo no meu copo de kit, tomo um gole de coragem, respiro fundo e vou em sua direção. Quando dou os três primeiros passos da iniciativa, sou surpreendido por quatro policiais caminhando entre a gurizada, portando armas e lançando um olhar intimidador. Parei, recuei e esperei eles passar, mas não tirei os olhos daquela preta maravilhosa. Ela vestia um shortinho curtinho, uma blusa *babylook* branca, tênis Nike preto, um argolão vermelho. E aquele *black power?* Ahhhhh aquele *black power...*

Ela me olha também e eu penso no som do Rincón Sapiência: “a noite é preta é maravilhosa, Lupita Nyong’o”.

— Eai preta, estava te procurando!

Ela devolve com um sorriso, mexe no cabelo e diz:

— Já me encontrou, então!

Os meus olhos fecham, eu sinto aquele lábio grosso, coloco a mão na nuca dela e não penso em mais nada na volta. Nem vi mais o tempo passar. Ofereço um gole de kit pra Lupita e sugiro ficarmos todos juntos, não quero perder mais nenhum segundo com ela. Pior que já tá quase na hora de vazar, como vou embora e deixar essa preta escapar?

— Vamo se vê amanhã, preta? Me dá teu *Whats?*

— Claro, preto!

Entre um beijo e outro, eu só penso que apesar de tudo eu sou um cara de sorte por estar com ela. Mesmo não ganhando o Slam, mesmo que o Pelé não esteja ali, eu continuo vivo, trampando, cuidando da minha coroa, beijando essa preta linda.

Já tá quase na hora do ônibus. Morar na quebrada é assim, tem que voltar cedo porque não tem madrugada, dependendo da hora e do ponto tem que rezar pra que o motora do *bus* pare pra ti. *Uber* nem pensar, não sobe o morro de noite. Táxi nem para achando que é assalto. É foda, mas é assim que o cara vai criando estratégias de sobrevivência. Olho pro relógio e são 23h55, tenho que ir pra parada¹⁸ pois o último “Caldre Fião” sai do terminal às 0h10.

— Daqui a pouco tenho que ir, preta.

17 Refere-se ao ato de contenção realizado pela polícia militar e guarda municipal na rua João Alfredo, no bairro Cidade Baixa.

18 Refere-se ao ponto de ônibus.

— Mas já?

— Sim gata, vou pegar o último busão. Amanhã eu trampo cedo, tenho que abrir a banca. Essa época do ano é foda, tem muito movimento.

— Entendi, que pena. Mas amanhã a gente se vê, né?

— Claro, saio do trampo e a gente dá um rolê.

Dou um beijo e um abraço nessa linda, chamo os guris pra avisar que tô vazando e vou juntando meus bagulho pra largar. Eu já tô bem louco e os home tão ali ainda. Não vão sair até dispersar a gurizada daqui. O rolê de rua na CB tem hora pra terminar. Todo mundo decidiu me acompanhar, vão aproveitar pra dar um giro e pegar mais um kit.

Chego na parada, já são 0h10, o *bus* tá saindo do terminal e daqui a pouco tá aqui. Faço mais um carinho na Lupita, mas agora já tô ficando meio tonto do kit. Aquele baseado do Pezão era massa também. Acho que já tô meio doido, se pá já tá na minha hora mesmo.

Cumprimento o Pezão, o Boca e o Malcolm, agradeço pela noite e pela parceria.

— O meu, dá um salve no grupo quando chegar na baia. — o Boca é sempre o mais preocupado com o cara. Depois do Pelé, nada mais justo.

— Pode crê mano.

Dou o último beijo nela.

— Até amanhã, gata.

— Até amanhã, se cuida!

Subo no busão, cumprimento o motora e o cobrador que já são meus conhecidos, meio tonto procuro meu TRI¹⁹ no bolso. Encontrei! Bah, agora tô só pela minha cama, na moral. Encosto o TRI no leitor, passo a roleta e vou até o fundo do busão. Curto sentar no último banco, isolado de todo mundo, eu sentava sempre aqui com o Pelé quando a gente voltava junto do rolê pra quebrada. Que merda tudo isso. E aquela mina, mano? Perfeita. Linda demais. Tô afinzão dela. Tiro minha guia do bolso e coloco no pescoço. Meu Pai Ogum guerreiro vai me guiando pelo caminho. Do outro bolso tiro os fones de ouvido para ouvir Rincón e lembrar da preta no caminho. O ônibus tá prestes a subir o morro, ué, o que é aquilo? Puta merda, é viatura. O quê? Atraque no busão? Fudeu, vou ter que subir o morro a pé. Desço do busão e o cara diz: “mão na parede”. Que merda, só quero ir pra casa. Rola a revista, mas não sou eu quem eles procuram. Eles me liberam depois de largar umas arriadas²⁰.

Subo o morro meio cansado, meio chapado.

É, pai, amanhã é vida que segue...

19 Cartão recarregável com passagens a serem utilizadas no transporte público.

20 Refere-se a piadas.

Este conto foi escrito com o objetivo de propor uma reflexão acerca de alguns atravessamentos das políticas de normalização dos espaços públicos para os corpos de jovens negros artistas. O conto narra a rotina de um jovem, negro, trabalhador do comércio, praticante da religião de matriz africana e morador de um bairro periférico que, junto de amigos, acessa espaços de lazer na cidade. Os trechos deste conto nos convocam a experimentar o calor de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no mês de dezembro, às vésperas do final do ano de 2018. Clima de festas natalinas, encontros familiares e nostalgia dos tempos de lazer dos mais velhos e a saudade daqueles que já se foram. Nos convocam também à potência da juventude negra periférica ao trabalhar, estudar, criar relações de afeto e lazer diante de um cenário de “práticas de extermínio no Brasil que têm se dirigido a pobres, mas especialmente a negros pobres” (Vergne, Vilhena, Zamora, & Rosa, 2015, p. 01).

Poderíamos nos deter aos dados estatísticos fundamentando essa afirmativa. Porém, convidamos o(a) leitor(a) deste capítulo ao exercício de pensar para além do óbvio, daquilo que é dito, daquilo que é datado e noticiado, daquilo que está “claro”. Scisleski e Hüning (2016) propõem a escrita com e no “escuro” como forma de nos depararmos não apenas com um modelo epistemológico pautado na ideia de luzes constituinte do pensamento ocidental moderno, mas também de problematizar o planejamento urbano nas cidades brasileiras estruturados

a partir de ideias positivistas, eugênicas e do higienismo social conferindo às cidades uma configuração dualista. As luzes, geralmente associadas a pontos comerciais de intenso fluxo urbano – espaços de produção capitalista, valorização imobiliária, produção de riqueza ou atrativos turísticos – buscam evidenciar as belezas do lugar, e são espaços associados à segurança e ordenamento. Da mesma forma, as cidades também produzem sombras, zonas de invisibilidade associadas a práticas marginais e a espaços mais vinculados às suas periferias, geralmente consideradas como estorvos ao desenvolvimento e que ficam, ou largadas à sua própria sorte – reiterando assim sua marginalidade; ou à mercê de intervenções que buscam sua extinção, ou pelo menos seu deslocamento para novas zonas sombrias da cidade. (Scisleski & Hüning, 2016, p. 4)

Os projetos de modernização das cidades ocorridos no início do século XX têm como efeito a desconfiguração de espaços construídos socialmente pelas comunidades negras que viviam nos centros urbanos e foram sendo empurradas para as periferias. Um processo de desafricanização das cidades entra em curso quando as pessoas de origem africana são expulsas de seus centros (Silva, 2020). Em Porto Alegre, esse processo se constitui de maneira sistemática, na medida em

que alguns bairros vão sendo formados a partir de tais processos de modernização, e, por consequência, higienização da região central da cidade (Vieira, 2017). Nesse contexto, de expurgo de corpos negros do centro urbano porto-alegrense, nascem os bairros Restinga, Partenon, Rubem Berta, Sarandi, entre outros, que contam com a presença majoritária de negros e negras em sua composição.

As remoções produzidas por meio de ações truculentas deslocam populações formadas por famílias pretas e de origem humilde. Porém, esse deslocamento não produz efeito na extinção da presença de corpos negros na região central de Porto Alegre, uma vez que o afastamento incide tão somente em seus núcleos residenciais, e não em seus postos de trabalho. Assim, é possível observar a presença de negros e negras, na atualidade, frequentando o centro para atividades de lazer após seu expediente em bares, galerias, praças e esquinas do centro de Porto Alegre (Bittencourt, 1995). Nesse cenário, se encontra a narrativa ficcional produzida para subsidiar as reflexões sobre os processos de des-re-territorialização do centro da cidade, através da presença e das performances de corpos negros nos espaços públicos.

Nesse sentido, o Slam se apresenta como uma das mais potentes ferramentas de denúncia, questionamento e tensões frente ao cenário crítico que acomete o cotidiano principalmente da juventude. “As rodas de poesia transformam dor, protesto, afeto e escrita científica em potências de vida, promovendo deslocamentos, abrindo fissuras em concepções que não colocam a juventude negra como agente de sua própria criação” (Prates, Guareschi, & Reis, 2021, p. 14).

Na encruzilhada genocida onde habita o corpo negro, sobretudo os corpos de jovens negros, propomos linhas de fuga que centralizam a narrativa aqui presente, nas práticas de resistência e produção de vida. Caminhando na contramão dos discursos que instituem os processos de criminalização e extermínio das juventudes negras, propomos a partir da história de Luther uma torção das discussões sobre a (re)existência de um jovem negro, que ainda que esteja inserido em diversos contextos que vulnerabilizam sua experiência, faz emergir sua potência de vida através da arte.

As produções artísticas da juventude negra dizem de uma ação ético-es-tético-política diante da tentativa de controle de seus corpos e de uma política de extermínio. Fala-se aqui da habilidade da juventude negra de transformar o samba, a poesia, o conto, o grafite, enfim, a arte como um todo em denúncia, em postura ética, política, em tensionamentos de uma produção hegemônica e em produção centrada em suas próprias experiências. Nascimento (2019) afirma que “a cultura afro-brasileira, possuidora de um inerente dinamismo, sempre esteve comprometida com a libertação do povo negro” (p. 177). Também afirma que não há separação da cultura afro-brasileira como um todo das reivindicações de ordem econômica e de sentido político. O conto carrega em si a potência de

viver da juventude negra que ocupa espaços e “não apenas traz em suas poesias a força do seu espírito, mas também se aquilombam, se olham, se cuidam, trocam afetos, promovem trabalhos independentes e fortalecem seu quilombo...” (Prates, 2020, p. 91).

“A juventude negra escreve com e na potência do escuro e nos ensina a problematizar a luz normalizante, higienista e totalizante”.

REFERÊNCIAS

Bittencourt, I. C. (1995). *Relógios da noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre* (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS).

Nascimento, Abdias (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Ipeafro; Perspectiva.

Prates, M. A. (2020). *Ensaio de um olhar afrocentrado sobre a juventude negra no Slam de Porto Alegre* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS).

Prates, M. A., Guareschi, N. M. F., & Reis, C. (2021). O que a juventude negra do Slam tem a dizer para a psicologia social? *Psicologia & Sociedade* [online], 33. <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33251657>>

Scisleski, A. C. C., & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 8-27. <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61374>

Silva, Mariana Gonçalves (2020). *Entre esquinas, escadarias e encruzilhadas: corpografias negras urbanas* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Univ. Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS).

Vergne, C. M., Vilhena, J., Zamora, M. H., & Rosa, C. M. (2015). A palavra é... genocídio: A continuidade de práticas racistas no Brasil. *Psicologia & Sociedade* [online], 27(3), 516-528. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p516>

Vieira, D. M. (2017). *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. Hucitec.

SOBRE A GESTÃO DAS JUVENTUDES NAS PERIFERIAS E A POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS DA PAZ NOS BAIROS GUAJUVIRAS E MATHIAS VELHO EM CANOAS/RS: OS EFEITOS DISCURSIVOS DA PERICULOSIDADE

*Aline da Silveira Muniz
Maynar Patricia Vorga Leite
Wesley Ferreira de Carvalho*

RESUMO

Essa escrita pretende discutir as relações entre juventudes e periculosidade atravessadas pelas ações realizadas por programas de segurança pública em territórios periféricos de morada de jovens no município gaúcho de Canoas/RS. Para tanto, busca-se tensionar a construção dos denominados “Territórios da Paz” nos bairros Guajuviras e Mathias Velho, ocorrida há 10 anos no município de Canoas. A escrita irá apoiar-se em narrativas de trabalho de um dos autores deste capítulo e nos dados de um relatório de indicadores criminais e mortes violentas, produzido pelo Observatório de Segurança Pública de Canoas (2017), que apresenta informações sobre a letalidade juvenil nos Territórios de Paz entre os anos de 2009 a 2016. A trajetória dos jovens em situação de vulnerabilidade social - em sua maioria não brancos, posicionados em uma situação caracterizada pela ausência de acesso a direitos básicos - denuncia a reafirmação dos estigmas de “delinquentes” e “perigosos”, e reafirma o lugar de “problema social” em que são colocados. A escrita é tramada a partir de operadores conceituais da periculosidade e da necropolítica, com o intuito de discutir o controle de corpos jovens no espaço urbano, bem como os índices de letalidade juvenil.

Buscamos aqui discutir as relações entre a política de segurança do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI¹ - que instituiu os de-

1 Em 15 de março de 2023, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI foi relançado com a presença de autoridades, movimentos sociais e representantes da segurança pública. Ministério da Justiça e Segurança Pública. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-novo-pronasci>

nominados *Territórios da Paz* nos bairros Guajuviras e Mathias Velho, do município de Canoas/RS, nos anos de 2009 a 2016 - e as juventudes que residem, estudam, trabalham, circulam, vivem e morrem nesses locais. A trama será articulada ao conceito de periculosidade, tomado nesta escrita enquanto um dispositivo que atua no controle dos corpos e que determina quem representa risco “à ordem” e quem corre este risco. Para situar essa discussão apresentamos uma breve contextualização dos bairros citados e da referida política de segurança pública, bem como duas narrativas² de jovens moradores desses locais, registradas em circunstâncias de atendimentos a jovens que fazem morada nos referidos territórios. Na composição da escrita propõe-se pensar acerca das juventudes e a construção da noção da periculosidade, e como esta última opera a produção de políticas (e também de subjetividades) junto a determinadas populações. Procuramos ainda problematizar os efeitos da política de segurança do PRONASCI nos territórios mencionados, a partir dos dados apresentados pelo Observatório de Segurança Pública de Canoas no ano de 2017, em que constam os números de mortes violentas durante a execução do programa, propondo, como exercício de reflexão, questões que emergiram no processo de construção deste ensaio acerca da gestão das juventudes e dos tensionamentos entre políticas de segurança e produção de mortes.

JUVENTUDES E TERRITÓRIOS

Luan vive no Guajuviras, bairro que teve início a partir de organização popular pela garantia do direito à moradia. Lugar este em que Luan experimenta a passagem da adolescência à juventude e onde repercute o discurso acerca dos altos índices de criminalidade da região. Conheci Luan em atendimento devido a uma infração e sua sentença de cumprimento de medida socioeducativa e, ao perceber sua fragilidade, busquei primeiramente conversar com o jovem em uma tentativa de sensibilizá-lo a retomar os cuidados em saúde mental, já que mantém discurso bastante desorganizado e persecutório. Fala sobre alguém a quem ele deve dinheiro devido ao uso e ao comércio de drogas e que ele não conseguiu pagar, e que esta pessoa irá persegui-lo e agredir ou matá-lo. Contou que foi chamado para entrevistas em supermercados e em uma lanchonete de *fast food*, mas que não aceitou as ofertas, pois tem medo de ser morto. Alegou que tem desejo de trabalhar em empresas de transporte, pois, segundo ele, seria mais seguro ficar “trancadinho dentro do caminhão”. Tento desmistificar essa ideia, sem sucesso, uma vez que nesse tipo de trabalho, necessariamente, ele se colocaria em risco por estar na rua, durante as entregas. Luan sempre localiza a solução de suas questões no trabalho. Ele conta que se sentia seguro em outro supermercado em que ele chegou a atuar anteriormente por ter um guarda

2 Narrativas e ficções extraídas do diário de campo de trabalho de um dos autores. Utilizaremos outros nomes para garantir o anonimato das vidas narradas.

presente todo o tempo. Depois Luan conta que tem o desejo de mudar-se para a casa de um familiar que mora em outro Estado, já que lá, ele teria mais possibilidades de ser “bem tratado” e conseguir emprego. Disse que não conseguiu ir ainda porque a mãe o “está enrolando”. Falou que a mãe só se afunda em empréstimos com agiotas e que não liga pra ele. Sobre o pai, disse que este também “não tá nem aí pra ele” e que só quer interná-lo. Tenta, em vão, traçar alguns combinados de cuidado em saúde mental, mas sobre sua experiência no CAPS AD³ Luan alega não poder frequentar, pois o “CAPS é tomado”. Questiono sobre sua afirmação e ele diz que se abriu para outro usuário, e este o alertou sobre possíveis agressões e o risco de vida que corre, estando dentro deste espaço de cuidado. Luan conta sobre a dificuldade em ser jovem e experimentar essa etapa da vida no “Guaju”- apelido que o território ganhou de seus moradores. Luan narra sobre os caminhos que precisa percorrer, sobre as marcas deixadas pelas disputas territoriais, pelo receio que sente ao transitar pelo bairro. Disse não se sentir seguro, que tem medo, que o bairro é perigoso. Fala sobre o domínio do tráfico e das facções ali instaladas, que comandam, inclusive, toques de recolher. Como exercer os movimentos da vida jovem, sem poder transitar pelo território que o amedronta?⁴

Canoas, cidade vizinha à Porto Alegre/RS, possui dois relevantes bairros periféricos que têm como trajetórias de constituição de seus territórios a luta da população por acesso à moradia. O bairro Mathias Velho, localizado no quadrante noroeste da cidade, tem em seu histórico a ocupação da área do antigo Jóquei Clube Canoas, que se tornou posteriormente a Vila União dos Operários, em um processo que durou cerca de trinta anos até a regularização fundiária (Fiorotti, Graebin, & Graeff, 2018). Já o bairro Guajuviras, tem como marco histórico de fundação a ocupação do Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, ocorrida em abril de 1987, momento em que mais de cinco mil imóveis foram ocupados por famílias que aguardavam a liberação das moradias desde 1983, ano em que foi prometida a entrega do empreendimento (Gamalho & Heidrich, 2015). O bairro Guajuviras, pertencente ao quadrante nordeste, cresceu para além da ocupação inicial, por meio de novas ocupações nas áreas verdes, constituindo novas vilas na composição do bairro.

Ambos os bairros expressam a configuração urbana excludente, que reserva às populações mais vulnerabilizadas às margens da cidade. Em ambos cenários também se expressa a organização da comunidade em reivindicar ao poder público as condições mínimas para atendimento às demandas da população local por escolas, unidades básicas de saúde, transporte público, segurança, entre outros recursos disponibilizados em áreas centrais ou de bairros com populações mais abastadas.

3 Serviço público, de atenção diária, voltado não só para o tratamento dos usuários adultos em relação ao uso de drogas mas, também, para sua reinserção familiar, social e comunitária.

4 As pessoas autoras desse texto atuam com adolescentes e/ou com jovens em territórios de vulnerabilidade e de execução de políticas (de segurança) públicas.

Os dois bairros são os mais populosos do município de Canoas e, guardadas suas especificidades, compartilham algumas semelhanças, tais como a fragmentação do território. No caso do bairro Guajuviras é perceptível a diferença entre as áreas que compõem o bairro, em que existe um centro com uma expressiva gama de serviços e comércios, ao passo que nas vilas não se percebe essa mesma oferta de comércio e infraestrutura. Trata-se de diferentes territórios dentro de um mesmo bairro (Gamalho & Heidrich, 2014; Acosta, 2017).

Muitos discursos circundam o bairro Guajuviras, mas o que mais repercute, principalmente nos noticiários, refere-se à incidência de violência no local. Reconhecido como um território perigoso, com a presença de tráfico de drogas e ocorrência de outros crimes, a juventude deste bairro é frequentemente associada à prática dos crimes violentos (Acosta, 2017). Tais discursos não dão conta da multiplicidade de narrativas pelas quais esses bairros são constituídos. Ficam invisibilizadas as histórias de luta da comunidade pelo acesso à moradia, resistências a processos opressores e uma pulsante produção cultural construída nesses territórios, mas que extrapola os limites geográficos.

Em 2009, a gestão municipal de Canoas, articulada com o governo federal, passa a sediar no território do bairro Guajuviras algumas ações do extinto PRONASCI, em um convênio firmado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania (Acosta, 2017). O PRONASCI era estruturado em três eixos: integração policial com policiamento comunitário, investimento em tecnologias de inteligência e monitoramento, e investimento em projetos sociais de ações de prevenção às violências (Azambuja & Menezes, 2015). Nas palavras do então Ministro da Justiça, à época do lançamento do PRONASCI em 2007, a proposta era que o policiamento comunitário e as estruturas de serviço se expandissem gradativamente até que os territórios fossem ocupados pelo Estado, “É uma blindagem policial, política e cultural para que o crime não prospere⁵”. A implementação dos Territórios da Paz ocorreu em diversas cidades do país, geralmente capitais e cidades de regiões metropolitanas com elevados índices de violência. O caso do bairro Guajuviras recebeu grande repercussão ao apresentar diminuição no número de homicídios nos primeiros anos de implementação.

No âmbito do programa PRONASCI foram aprovados e executados doze projetos, sendo estes: Mulheres da Paz, PROTEJO⁶, Geração Consciente, Justiça Comunitária, Observatório de Comunicação Cidadã, Observatório de Segurança

5 Governo Federal inicia lançamento dos Territórios de Paz do PRONASCI. Ascom do Ministério da Justiça. <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/noticias/283782/governo-federal-inicia-lancamento-dos-territorios-de-paz-do-pronasci>

6 Proteção dos Jovens em Territórios Vulneráveis: Jovens bolsistas em território de descoesão social agiam como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares

Pública, Pacificar, Praça da Juventude, Centro de Referência a Mulheres Vítimas de Violência, Casa-abrigo, Unidade Móvel de Policiamento Comunitário e Sistema de Audiomonиторamento (Azambuja & Menezes, 2015). Este conjunto de projetos instituídos nos bairros com elevados índices de violência denominava-se Territórios da Paz. Por conta do êxito das ações no bairro Guajuviras, em 2011 o bairro Mathias Velho também passou a contar com as ações do Territórios da Paz⁷. Mesmo com a extinção do programa PRONASCI os projetos e ações executados nos Territórios da Paz seguiram acontecendo, custeados com orçamento próprio do município (Acosta, 2017)

Embora tenha sido considerada uma política de sucesso com base nos dados quantitativos, pesquisadoras ressaltam que faltam dados qualitativos acerca da percepção dos moradores sobre as ações dos Territórios da Paz e dos impactos dos projetos no cotidiano dos bairros, principalmente com relação às juventudes destes territórios (Raupp, 2016; Raupp et al., 2020). Com o objetivo de promoção de uma segurança comunitária, algumas ações desenvolvidas pelos projetos dos Territórios da Paz tinham como público alvo as juventudes, “seja visando sua proteção ou conter suas expressões” (Raupp et al., 2020, p. 3). Destacam os autores que as juventudes que vivem em territórios marcados pela presença constante da violência sofrem com a estigmatização do território que homogeneiza existências, reduzindo-as a populações perigosas (Raupp et al, 2020).

Cabe ressaltar que a conceituação de territórios, tomada nesta escrita, não se restringe apenas à perspectiva geográfica. Compreende-se, assim como os autores Gomes, Silva e Hüning (2021), que os territórios são constituídos e organizados por relações de poder em múltiplas instâncias. Territórios são espaços multifacetados, que operam e são operados por processos de subjetivação. Para ampliar a compreensão acerca da complexidade da conceituação de território, utilizamos as palavras de Milton Santos (2005), importante intelectual brasileiro, quando este afirma que,

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (Santos, p. 236)

Considerando que os territórios não são estáticos, nem neutros, Gomes, Silva e Hüning (2021) utilizam o operador conceitual necropolítica, do intelectual camaronês Achille Mbembe (2016), para pensar o racismo como organizador do espaço

7 Governo instala Território de Paz no bairro Mathias Velho, em Canoas. Por Alexandra Camargo Saraiva. <https://estado.rs.gov.br/governo-instala-territorio-de-paz-no-bairro-mathias-velho-em-canoas>

urbano. A necropolítica, como uma política de gestão de morte, opera intervenções e práticas violentas em territórios racializados e de vulnerabilidade econômica, em benefícios às zonas privilegiadas da urbe. A ocupação do espaço não é neutra, bem como a repercussão de discursos acerca de comunidades periféricas, colocando-as frequentemente como espaços perigosos, associando a população à criminalidade, em um constante processo de desumanização da população residente. Cabe lembrar que Mbembe (2016, p. 136) descreve a ocupação necropolítica do espaço como a sua divisão em compartimentos, com limites e fronteiras internas definidos por quartéis ou por delegacias de polícia, e regulada “pela linguagem da força pura, presença imediata e ação direta e frequente”, com base no “princípio da exclusão recíproca”.

Logo, a configuração das cidades, com bairros e condomínios fechados e áreas de lazer privatizadas expõe a operacionalização da necropolítica, que segrega para as regiões limítrofes da cidade populações vulnerabilizadas. Como argumentam Gomes, Silva e Hüning,

A retórica do progresso torna esses territórios alvos de intervenções em nome de um suposto bem comum da cidade, da população ou de seus próprios moradores. Sustenta-se a ideia de que é não apenas necessário, mas inevitável que algumas populações sejam apartadas e expulsas de seus territórios (que seriam ocupados por outras pessoas, edificações ou empreendimentos) e, assim, atinjam certo nível de civilidade, progresso ou utilidade na composição urbana. (2021, p. 32)

A narrativa apresentada no início do texto ilustra as múltiplas territorialidades que compõem as juventudes que (sobre)vivem no contexto urbano, regulado por códigos racistas, classistas, disputas territoriais, que determinam os limites de circulação e acessos a tudo que compõe as cidades. Luan experimenta os efeitos da violência de seu bairro em seu corpo, que o imobiliza de vivenciar experiências no cotidiano da cidade, como nomeiam Passos e Carvalho (2015), trata-se de um “viver acuado”. Como o jovem está inscrito em um território considerado violento, talvez sua condição não desperte a mesma comoção que geraria em outras circunstâncias, em outros territórios.

JUVENTUDES PERIGOSAS?

Ao pensarmos nas juventudes deparamo-nos com muitos autores brasileiros – nos campos da psicologia, da educação, da sociologia, da antropologia, da psicanálise – que destacam a complexidade em defini-las ou conceituá-las, ainda que o senso comum as codifique como homogêneas (Calligaris, 2000, Carvalho, 2017, Dayrell, 2001). Outro aspecto interessante é que muitos desses autores falam em adolescências e juventudes, ambas no plural, visto que a vivência singular dessas

experiências varia de acordo com o modo como são estabelecidas as relações sociais em seus diversos contextos: familiares, escolares, comunitários, dentre outros aspectos. Há uma fronteira muito tênue relacionada com os diferentes pontos de vista que podem ser adotados, quer sejam históricos, políticos, psicológicos ou sociais (Carvalho, 2017. p. 23). Para Dayrell e Reis (2007), a juventude foi uma categoria socialmente construída, ganhando contornos próprios em diferentes contextos históricos, sociais e culturais. Manifesta-se de modos diferentes de acordo com o momento que a sociedade vive, sendo marcada pela diversidade nas condições sociais, culturais, de gênero e, até mesmo, geográficas. Ou seja, ao pensar nas juventudes faz-se necessário, também, pensar nos modos de se viver nos territórios.

De 2009 a 2019 foram assassinados, no Brasil, 333.330 jovens, com idades entre 15 a 29 anos, de acordo com dados do Atlas da Violência 2021 (IPEA, 2021). A maior parte desses jovens são homens negros. Em um país governado sob uma política de morte, a média de homicídios diários é de 64 mortes. São milhares de percursos interrompidos, ano após ano, vítimas da violência letal. A predominância da morte de jovens negros evidencia a estrutura racista e colonialista do país, que não cessa a aniquilação de juventudes pretas e periféricas.

De acordo com Barros, Silva, Benício e Leonardo (2017), o Estado brasileiro segue perpetuando práticas autoritárias e fascistas a determinadas existências. A produção de morte contra populações jovens, sobretudo homens, negros, periféricos, é admitida por parte da sociedade que, quando não clama pela morte, brada pela redução da maioridade penal, pela construção de mais prisões e que, sempre que pode, conclama a favor de linchamentos públicos. Tais anseios de uma parte da sociedade escravocrata, elitista e fascista são manifestados em plena luz do dia em um regime supostamente democrático (Barros et al., 2017).

Concorrem para essa produção mortífera das juventudes os dispositivos midiáticos, que, com sua oferta de conteúdo policalesco, fomentam práticas de vingança, sobretudo contra a juventude negra periférica que constantemente é associada à criminalidade. Nas palavras dos autores Barros et al., 2017,

Como se produz a banalização das mortes de juventudes pobres, negras e inseridas nas margens urbanas, em uma sociedade que reivindica a todo momento a preservação da vida? Em períodos de espetacularização/mercantilização da violência e de uso do medo como operador político, ganha robustez a sensação de que é preciso solapar as leis para se fazer justiça. Na mesma velocidade com que histórias de violência viram entretenimento midiático, amplia-se a aceitabilidade em relação às mortes de uma parcela significativa de pessoas, desumanizando-as, em defesa de algumas vidas. (p. 1056)

A PERICULOSIDADE ENQUANTO DISPOSITIVO DE CONTROLE DOS CORPOS NOS TERRITÓRIOS

A periculosidade é um conceito que tem sido utilizado de modo restrito para relacionar a loucura à prática de delitos. Foucault lembra que na França do início do século XIX, a psiquiatria relaciona a loucura com a criminalidade a partir do “grande monstro”, oferecendo à justiça penal a patologização dos crimes extremamente violentos, raros, imprevistos e “sem razão”, isto é, sem interesse ou motivo (2004, p. 7). Para Foucault (2004) a mudança no pensamento penal que permite responsabilizar sem culpar torna-se possível a partir da noção de acidente, proveniente do direito civil. Ela permite introduzir um tipo de perigo que não pode ser evitado, mas contra o qual é possível se defender preventivamente. O autor pondera que essa lógica é transposta para determinar a penalização do indivíduo cuja irracionalidade representaria um risco e não permitiria culpabilizá-lo.

Ordenamentos de segurança que tem a periculosidade como um dos seus principais dispositivos - por exemplo, a “guerra às drogas” - podem ser tomados como paradigmas da necropolítica que sustenta igualmente as Comunidades Terapêuticas⁸, o aprisionamento em massa de homens negros, jovens, pobres e, mais recentemente, também de mulheres em sua maioria negras, jovens e pobres, acusadas de crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes. Mbembe (2016, p. 128) examina as trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar, e indaga qual é a relação entre política e morte que só pode funcionar em um estado de emergência. Este autor salienta que

a percepção da existência do outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade.

Mbembe (2016) descreve a necropolítica como a forma de poder que subjugava a vida ao poder da morte, mediante a já mencionada divisão do espaço, a reclusão de alguns grupos e a exclusão mútua. E ele salienta que a necropolítica não se originou à época dos campos de concentração nazistas, mas é inerente ao colonialismo e ao capitalismo, a partir do racismo estrutural. Dessa forma, podemos pontuar que a letalidade juvenil, a atribuição de periculosidade aos jovens e sua internação em estabelecimentos de segurança, ou em comunidades

8 As Comunidades Terapêuticas passaram a acolher (eufemismo para “internar”) adolescentes em 2020, a partir da Resolução MJSP/CONAD nº 03/2020.

terapêuticas, são manifestações do colonialismo nos aspectos estruturais racistas, de vulnerabilidade de classe e misóginos. Para tanto, podemos relacionar o conceito de periculosidade com o de classes perigosas.

Chalhoub (1996) relata que o conceito de “classes perigosas” surgiu na Europa durante a primeira metade do século XIX, tendo sido documentado em 1840 por Frégier, um comissário de polícia francês, e pela escritora inglesa Mary Carpenter. Esta última utilizou a expressão para descrever grupos sociais que optariam por obter seu sustento à margem da lei. Já Frégier publicou “*As classes perigosas da população nas grandes cidades*”, que consistia numa análise de inquéritos e estatísticas policiais buscando descrever todos os tipos de “malfeitores” encontrados nas ruas de Paris. Esta análise “acabou resultando numa descrição das condições de vida dos pobres em geral”, sem uma fronteira entre as “classes pobres” e as “classes perigosas” (Chalhoub, 1996, p. 21).

No Brasil a constituição das “classes perigosas” não se restringiu à condição econômica, mas fez parte do racismo estrutural a partir das caracterizações raciais em relação ao trabalho. De acordo com Castelo Branco (2019, p. 33), para o Conde de Gobineau – Ministro da França na corte de Dom Pedro II entre 1869 e 1870 –, “os nativos brasileiros não eram nem trabalhadores, nem ativos, nem fecundos” devido à mestiçagem. Segundo Chalhoub (1996) e Vieira (2006), em julho de 1888, logo após a abolição da escravatura no Brasil, a Câmara dos Deputados passou a se preocupar com os impactos dessa abolição na organização do trabalho e na criminalidade, mediante um projeto de lei de repressão da ociosidade. O projeto original tinha sido apresentado pelo Ministro da Justiça Ferreira Vianna - apoiado pela Confederação Abolicionista - e visava, de acordo com Chalhoub (1983, p. 55-56), educar os escravos libertos e “criar o hábito do trabalho através da repressão, da obrigatoriedade”, reprimindo os “seus vícios” e evitando que “comprometessem a ordem”, sendo visto pelos deputados como um projeto “de salvação pública para o Império do Brasil”. Veja-se como esse documento, ao ter como escopo os escravos libertos, explicita a ligação, “para a ordem”, entre raça, vício e comportamento perigoso. Dessa forma, o discurso que hoje chamaríamos de “inserção” social presente no documento original foi gradativamente substituído pelo componente periculosista⁹ do texto durante as discussões. Por exemplo, quando o deputado Rodrigues Peixoto argumentou, mediante o uso da indistinção produzida por Frégier entre pobreza e criminalidade (Vieira, 2006, p. 8):

As classes pobres e viciosas... sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de classes perigosas; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no

9 A palavra “periculosismo” já é utilizada no Direito, e estamos inventando algumas derivações.

mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.

Cabe salientar novamente que a ociosidade e periculosidade tratadas no projeto faziam parte do racismo estrutural, pois aplicavam-se aos ex-escravos.

Por conseguinte, no Brasil a atribuição de periculosidade nunca esteve restrita às pessoas marcadas pela combinação de transtorno mental e conflito com a lei. Seis anos após o debate parlamentar sobre ociosidade, Nina Rodrigues publica o livro intitulado “*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*” (1894/2011, p. II) pretendendo, nas palavras do autor, ser “um ensaio de psicologia criminal brasileira” (grifo nosso) para o “ensino da medicina legal”. Nesse texto, Nina Rodrigues afirma que as raças não brancas estariam subdesenvolvidas intelectual e moralmente em comparação com a raça branca. Esse desenvolvimento demandaria tempo e capacidade orgânica, de modo que só poderia ser acelerado (para as “raças inferiores”) pela mestiçagem. Este autor cita Gabriel Tarde para afirmar a relatividade cultural das definições e gravidade dos delitos, mas não para problematizar os interesses elitistas a que serve a punição, e sim para incluir a raça nos atenuantes de imputabilidade, chegando a argumentar que pessoas não brancas (“raças inferiores”) seriam equiparáveis aos “menores de idade” e aos “loucos”, ou seja, seriam inimputáveis ou deveriam ter atenuada a responsabilidade penal, pois não teriam capacidade para compreender o Direito Penal da raça branca ou para agir de acordo com essa compreensão. Ao mesmo tempo, “nas raças inferiores, a impulsividade primitiva, fonte e origem de atos violentos e antissociais, por muito predominará sobre as ações refletidas e adaptadas” (Rodrigues, 1894/2011, p. 30). Outro argumento da falta de maturidade civilizatória seria o fato de que os indivíduos dessas raças não possuiriam consciência plena do direito à propriedade.

Por conseguinte, para que se possa exigir de um povo que todos os seus representantes tenham o mesmo modo de sentir em relação ao crime, que formem todos da ação delituosa e punível o mesmo conceito, para que a pena, aferida pela imputabilidade, não se torne um absurdo, um contrassenso, indispensável se faz que esse povo tenha chegado ao grau de homogeneidade que Gabriel Tarde, inspirando-se nas suas teorias sobre a imitação, descreveu magistralmente como o elemento social da identidade em que, em sua teoria, faz ele consistir o critério da responsabilidade penal. (Rodrigues, 2011, p. 10)

Nina Rodrigues reúne sob o signo da periculosidade/inimputabilidade o racismo e o alcoolismo: “O negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano: é rixoso, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado à embriaguez e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual”

(1984/2011, p. 49). Além disso, classifica os mestiços em superiores, comuns e “evidentemente degenerados”, e acrescenta:

acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil. (Rodrigues, 1984/2011, p. 71)

No mesmo sentido, Coimbra (2001, p. 79) analisa a construção de subjetividades que produzem, estabelecem e naturalizam relações entre pobreza e criminalidade, reconstituindo aspectos da formação de alguns espaços urbanos brasileiros, bem como “algumas teorias que, desde meados do século XIX, pretendem explicar as chamadas ‘classes perigosas’, vinculando-as com a ‘cultura da pobreza’” e com a raça não branca. A autora lembra que Marx, em sua obra *‘O Capital’*, afirma que a formação da riqueza é simultânea à produção da miséria, a qual, a partir do capitalismo, passa a ser naturalmente compreendida como advinda dos vícios e ociosidade que seriam “inerentes aos pobres” (Coimbra, 2001, p. 80). E salienta que, na formação das cidades, alguns territórios são valorizados economicamente, enquanto parte da população é empurrada para as chamadas ‘periferias pobres’, as quais “sobrevivem sem as mínimas condições de saneamento básico, moradias, transportes” e onde, “segundo o discurso hegemônico, vicejam a violência, o banditismo, a criminalidade” (Coimbra, 2001, pp. 81-82). Em relação ao racismo, Coimbra (2001, p. 86) cita a própria Imperatriz Leopoldina: “Os alforriados deixaram de ser os pobres excluídos para ser os pobres perigosos”. E, citando Lobo, discute a influência das teorias eugenistas na construção da relação naturalizada entre pobreza e periculosidade, explicando que o “Tratado das Degenerescências” de Morel (escrito em 1857), define as “classes perigosas” como “variedades” existentes dentro da sociedade “civilizada”,

que não possuem nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa. Qualquer uma destas variedades foi designada sob o justo título de classes perigosas ... constituindo para a sociedade um estado de perigo permanente. (Morel apud Coimbra, 2001, p. 88)

Coimbra (2001, p. 100), ainda tratando sobre a influência das teorias eugenistas na marginalização da pobreza, explica que as estratégias de ordenação dos espaços urbanos “têm se caracterizado pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência”. A autora cita como exemplo a reforma urbana

realizada no início do século XX no Rio de Janeiro, quando os ex-escravizados, operários e assalariados foram compulsoriamente deslocados do centro da cidade para as zonas suburbanas e as encostas dos morros (Coimbra, 2001). Assim, junto com o higienismo urbano desenvolveu-se a perseguição policial da pobreza. De acordo com essa autora (2001), ainda no Rio de Janeiro, a polícia manteve uma vigilância mais acentuada sobre as pessoas negras e mestiças (antes e depois da abolição); esse controle policial passou a incidir também sobre as suas manifestações culturais, bem como sobre os desempregados, subempregados e miseráveis. Coimbra (2001) alerta ainda para a tese de que a miséria, ao ser produzida pela injustiça social, geraria violência, numa relação linear de causa e efeito, de modo que todos os miseráveis seriam potencialmente violentos ou criminosos. A autora salienta que

Desde o começo do século XX o Estado brasileiro tem produzido subjetividades, nas quais o ‘emprego fixo’ e uma ‘família organizada’ tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e de direito à vida” Fugir desses territórios modelares significa ingressar na enorme legião dos ‘perigosos’, daqueles que devem ser olhados com desconfiança e, no mínimo, afastados e evitados. (Coimbra 2001, p. 131)

Também a partir dos estudos de Foucault (1979, pp. 138-141) pode-se pensar a periculosidade como um dispositivo: conjunto heterogêneo de discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, “o dito e o não dito” e “a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. Para este autor, ainda, o dispositivo tem uma função estratégica dominante e envolve um processo duplo de sobredeterminação funcional e de preenchimento estratégico. O dispositivo está sempre inscrito em jogos de poder e ligado a configurações de saber que ao mesmo tempo nascem dele e o condicionam.

Como parte dessa inscrição encontramos a “justiça feita pelas próprias mãos” – a vingança privada – e o movimento pela redução da maioridade penal, defendido por setores políticos e apoiado pela opinião pública brasileira¹⁰, que caminham paralelamente ao aumento do aprisionamento e à superlotação dos sistemas de privação de liberdade, tanto para adultos quanto para adolescentes. Esses argumentos vêm ganhando força e espaço nas proposições legais que buscam legitimar o aumento do tempo de privação e a redução da maioridade penal. Tais propostas ganham crescente apoio da população, “amedrontada com os índices de violência que circulam cotidianamente em todos os meios de comunicação de

10 Pesquisa realizada em junho de 2015 em todo o país revela que a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos é apoiada por 87% dos entrevistados, ou seja, quase 9 em cada 10 pesquisados. DATAFOLHA – INSTITUTO DE PESQUISA. <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646200-87-aprovam-reducao-da-maioridade.shtml>

massa”, que as incorpora “sem a devida reflexão” (Rodrigues et al., 2014, p. 158), em flagrante retrocesso da luta histórica pela garantia de direitos. Essa pressão social explicita o punitivismo e a falta de tolerância, demandando que os jovens sejam sancionados, salvos, ou, até mesmo, passíveis de serem “consertados”. É notório o crescimento das “demonizações” sobre os jovens, principalmente quando o tema é a violência, em que estereótipos do ser jovem – ou de jovens em particular: negros, pobres, prioritariamente alvos do controle policial – são retratados na mídia como a nova classe perigosa (Castro & Abramovay, 2013, p. 54). Aliás, é curioso apontar que Nina Rodrigues (1984/2011, p. 78 e 79) defendeu a redução da maioria penal, que era de 14 anos à época, mas como parte do projeto racista e eugênico, argumentando que, “o desenvolvimento mental é muito mais rápido, a maturidade muito mais precoce nas raças inferiores do que nos povos cultos ou civilizados”, já que “os organismos gastam tanto mais tempo em se desenvolver quanto mais elevados são”.

Ainda que sejam abordadas por códigos diferentes, tanto as pessoas adultas quanto as adolescentes são - dependendo dos marcadores sociais - atingidas, punidas e violentadas a partir dos dispositivos da periculosidade e da inimpugnabilidade. De acordo com o art. 26 do Código Penal a inimpugnabilidade está atrelada à incapacidade para compreender ou gerir a própria conduta por força de “doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado”. Esta desculpabilização, ao caracterizar pessoas que, por sua condição psíquica, não conseguiriam delimitar ou coagir seu comportamento pelas normas estipuladas para proteger o sistema social, sustenta a condição da periculosidade. Da mesma forma, no campo das adolescências e juventudes, de acordo com o Art. 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são penalmente inimpugnáveis os menores de 18 anos, ou seja, terão excluídas as consequências de natureza penal, respondendo, nestes casos, à política socioeducativa. Ao dizer inimpugnável se afirma que não responderá ao preceito do crime definido no Direito Penal, mas, sim, ao ECA. Em outras palavras,

“o que é crime para o adulto é também crime para o adolescente. Embora o adolescente não seja imputável penalmente, infracionalmente o é, e continua passível de responsabilização pelos seus atos” (Carvalho, 2017, p. 34).

Então, para o autor, não se trata, por outro aspecto, de desresponsabilizar os jovens, já que o processo de responsabilização é fundante na sociedade, e responder pelos atos é uma posição latente. Acreditamos, contudo, que tal processo não se reduz ao individual, ao estarmos implicados nesse movimento ao constituirmos e sustentarmos, por exemplo, (im)possibilidades de convivência entre os pares (Carvalho, 2017).

JUVENTUDES E POLÍTICAS DE SEGURANÇA

Assim como compreendemos que as juventudes são heterogêneas e que abarcam diferentes expressões e existências, a depender do contexto histórico, social e territorial, entendemos que da mesma forma operam as formas de se produzir segurança, dependendo para quais grupos e, principalmente, sobre quais grupos.

Sobre as ruas e (des)caminhos nos territórios de morada e de vida de Carlos, contam que o jovem vive na última rua do bairro Mathias Velho, depois, só água e esgoto. Rua do “canão” e das bombas que, ao não funcionarem durante as chuvas, inundam as casas, engolem a vida daqueles que insistem em viver ali. Viver? Morrer? Quais são os perigos dessa existência? Em dada reunião conheci um pouco das relações do Carlos junto ao processo de aprendizagem. O jovem relatou um episódio em que foi abordado pela Guarda Municipal, e que, durante a revista, acharam um isqueiro em seu bolso. Logo os policiais acenderam o fogo e colocaram a chama em seu rosto, chegando a queimar sua barba. Em visita domiciliar realizada fomos, primeiramente, ao endereço informado pelo jovem, que é a casa do pai. Ao chegarmos é o pai quem nos atende. Quando pergunto pelo jovem ele já me questiona “*Ele faltou ao curso? Não tá indo ao curso?*”. O pai se referia ao curso de ‘Jovem Aprendiziz’¹¹, e, de pronto, digo que nossa visita era para conhecer a situação atual do Carlos, e não para verificar sobre possíveis faltas ao trabalho. O pai indica que o filho “agora” está morando na casa da mãe. Nos dirigimos até a casa, que é bem próxima, e somos atendidos pela mãe. Ela nos conta que o pai o expulsou de casa, já que o jovem retomou o uso de “porcarias”. Então, nos relata que após o retorno de Carlos para a sua casa que ela o “*chaveia em casa*” quando ele retorna da aprendizagem. Qual o perigo de um adolescente, livre, pelo território? Segundo ela, foi um pedido do próprio Carlos para evitar o uso abusivo de substância psicoativa. Questionei sobre o uso, ela me relata que é maconha e cocaína, mas entendi que o uso não é abusivo, e sim recreativo. Ela fala que deseja interná-lo, mas, de antemão, trabalho em outra via, pela redução de danos, apontando a possibilidade de cuidado em rede de saúde mental, no CAPSij¹². Ela disse que ele já havia se negado, por achar que o espaço é para “gente louca”, e me conta, inclusive, que ela é usuária de um CAPS II¹³, desde o assassinato de outro filho aos 23 anos, no ano de 2019. Tento desmistificar o atendimento do serviço e me

11 Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.html

12 Serviço que oferta cuidado integral, contínuo e destinado a crianças e adolescentes com necessidades relacionadas à saúde mental e ao consumo de álcool, crack e outras drogas, incluindo as situações de crise de alta complexidade. Apesar da legislação ainda constar somente a letra “i”, relacionada à infância em sua nomenclatura oficial, optamos, na escrita deste texto, demarcar o lugar das adolescências e das juventudes acrescentando a letra “j” à sigla do serviço, dada a complexidade no discurso e nos atendimentos dispensados a tais sujeitos na rede de atenção psicossocial, a RAPS. Adolescentes e jovens não “cabem” nem na sigla que identifica o serviço.

13 Serviço que atende prioritariamente pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas que impossibilitem estabelecer laços sociais e realizar projetos de vida.

coloco a colaborar na sensibilização para que ele possa acessar o serviço de saúde mental, que, para além do acompanhamento e cuidado devido ao uso de drogas, também pode ajudar Carlos a elaborar melhor o luto da perda desse irmão, já que o episódio ainda o assusta e causa sofrimento. Segundo informado, ela fazia o mesmo procedimento com o filho mais velho, o deixava em casa, e, quando o soltou, em apenas 1 mês ele foi assassinado. Faça atendimento para ouvir Carlos e firmarmos alguns combinados: emissão do documento de identificação, matrícula escolar, acompanhamento em saúde mental e retomada de medida socioeducativa imposta. Questiono-me, o que se coloca como perigo, na circulação no território? Ter cometido um ato infracional o torna perigoso, ou o perigo é atravessar o bairro para emitir um documento? Passar em uma rua com disputa do tráfico é arriscado para si? E ao ir para a escola ficará desamparado? Carlos me disse, que só sonha em comprar uma moto e circular livremente pelo bairro.

Resgatamos a narrativa de Luan, que compartilha da experiência de Carlos ao “viver acuado” (Passos & Carvalho, 2015) no próprio território de morada. Tanto para Luan quanto para Carlos, viver e estar nos territórios é uma condição de ter os corpos desde cedo marcados por suas vidas inscritas pelas negativas, que desconsideram o social na produção das infrações, que negam marcadores sociais das desigualdades e dos privilégios em seus modos de existir. Pelo fato de algumas juventudes serem marcadas como perigosas, os territórios que habitam se tornam perigosos para elas. Carlos perdeu um irmão, uma vida que irá compor estatísticas a serem apresentadas em relatórios. Sua mãe, na tentativa de preservar a vida do filho, o tranca em casa. As grades, as fechaduras, as barreiras físicas e simbólicas operam concretamente na limitação do viver a rua, circular pela urbe. Em ambas as narrativas percebe-se que os referidos jovens apostam em saídas individuais, mudar de estado, comprar uma moto e sair por aí, já que o território atual que os cerca representa risco. Conforme Barros et al. (2017, p. 1057),

Assim, problematizando a gestão da pobreza no Brasil, as mortes de juventudes indesejáveis não se dão apenas por seu extermínio propriamente dito, mas também por meio de suas invisibilizações sociais, pelas visibilidades estigmatizantes, pelos estados de morte em vida decorrentes da precariedade das políticas sociais, pelas situações de reclusão, de inclusão perversa e de exposição à morte em seus locais de moradia emblemática pela rotinização dos confrontos entre sujeitos pobres supostamente envolvidos no tráfico de drogas ilícitas e policiais nas favelas.

O Observatório de Segurança Pública de Canoas divulgou em 2017 um relatório de “Indicadores Criminais”, que apresenta dados sobre a ocorrência de mortes violentas e letalidade juvenil no município, no período de 2009 a 2016. A escassez de maiores informações acerca das vítimas chama mais a atenção do que

as informações, que embora apresentem uma queda no número de homicídios entre os anos de 2011 a 2013, já demonstram um expressivo aumento nos anos seguintes até 2016. O relatório expressa muito sobre a lógica de produção de políticas públicas, mesmo sem apresentar maiores informações - os dados acerca da idade, raça/etnia, território de morada, apenas para citar alguns, são inexistentes. Entretanto há destaque acerca dos antecedentes criminais das vítimas, ressaltando-se a porcentagem. A qualificação das vidas, sobre quais são passíveis de luto (Barros et al. 2017), se expressa na ênfase dessa informação. Conforme Barros et al. (2017, p. 1058),

se tornou habitual investigar primeiramente a ficha criminal daqueles que têm suas vidas ceifadas para só então averiguar se sua morte é ou não caracterizada como violência e passível de luto, em uma tentativa de buscar nas vítimas (e não nos diversos e complexos fatores que compõem a violência) as razões para seu extermínio.

Em uma pesquisa etnográfica realizada com jovens moradores do bairro Guajuviras para compreender os efeitos das ações e projetos dos Territórios da Paz, Raupp et al. (2020) apontam que, a partir das falas dos jovens, percebe-se que a construção dos 'Territórios da Paz' não contou com a participação da comunidade, tendo sido uma política determinada pelos órgãos públicos. Dentre outras informações, Raupp et al. (2020) destacam que a maioria dos jovens relataram uma diminuição da violências no início das ações, mas com o passar do tempo esta voltou a aumentar.

Não nos cabe aqui propor uma avaliação da efetividade das ações dos Territórios da Paz, mas tensionar a atuação dessa política nos territórios periféricos, reiteradamente colocados como sendo os únicos locais de manifestação de violências, enquanto a própria gestão urbana opera em processos de segregação, exclusão e abandono, produzindo efeitos violentos igualmente ou até mais significativos. Compreendemos que a gestão necropolítica que incide sob os corpos jovens, periféricos e em sua maioria não brancos, se aprofunda no contexto da operacionalização de políticas de segurança, visto que essa segurança é garantida apenas para determinadas populações, sobretudo de pessoas que vivenciam privilégios, inscritas em códigos e regramentos normativos. Como Moreira (2021) sintetiza,

Em termos gerais, a necropolítica consiste no modo como os governos fazem a gestão da morte de uma população ao esvaziar de sentido a humanidade dos sujeitos e, por conseguinte, seu *status* político. Em outras palavras, a necropolítica é a política de extermínio em massa de uma dada população sem que esse extermínio em nada afete a vida social.

Talvez a pretensão de pensar territórios livres de conflitos, em que reine uma suposta paz, seja uma armadilha. Populações periféricas, por vezes, convivem em contextos muito próximos ao de uma guerra. Guerras concretas e simbólicas, entre a própria comunidade ou entre esta e o poder público. Exigir que a população, que tanto clama por atendimento às suas demandas, também seja responsável por estabelecer a paz em seu território, é em alguma medida um processo violento.

Como não propomos nestas linhas esgotar questionamentos, mas pelo contrário, multiplicá-los, compartilhamos uma questão que ressoou a partir da escrita: para além das políticas de segurança, quais outros regramentos formais e/ou informais concorrem para a manutenção do estigma de periculosidade sobre algumas juventudes?

REFERÊNCIAS

- Acosta, S. P. F.** (2017). Trajetórias cruzadas: jovens e políticas de segurança pública no Guajuviras/Canoas. *Revista Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília*, 20, 57-83. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/7516>
- Azambuja, K. C. M. & Menezes, D. R. H.** (2015). *Políticas públicas de segurança e gênero: a experiência de Canoas*. <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/AZAMBUJA-KATIA.pdf>
- Barros, J. P. P., Benício, L. F. S., Silva, D. B., Leonardo, C. S., & Torres, F. J. P.** (2017). Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 1051-1065. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gzWs9HCCzvvzHLY83HQ-Fpxzf/?format=pdf&lang=pt>
- Calligaris, C.** (2000). *A adolescência*. Publifolha.
- Carvalho, W. F.** (2017). *Terra-Mar: Litorais entre a socioeducação e a educação especial*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS).
- Castelo Branco, T.** (2019). *A (des)legitimação das Medidas de Segurança no Brasil*. Livraria do Advogado.
- Castro, M. G. & Abramovay, M.** (2013). Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In J. C. Petrini & V. R. S. Cavalcanti (Orgs.), *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar* (2a ed., pp. 54-83). Vozes.
- Chalhoub, S.** (1983). Vadios e barões o acaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888. *Revista Estudos Ibero-americanos*, 9 (1/II), 53-68. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/36351/19101>
- Chalhoub, S.** (1996). *Cidade febril - cortiços e epidemias na corte imperial*. Companhia das Letras.
- Coimbra, C.** (2001). *OPERAÇÃO RIO: O mito das classes perigosas - um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Oficina do Autor; Intertexto.
- Dayrell, J.** (2001). *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte*. (Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo/SP).
- Dayrell, J. & Reis, J. B.** (2007). Juventude e escola: reflexões sobre o ensino no Ensino Médio. In *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Sociologia*. https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_doman&task=cat_view&gid=47&Itemid=171
- Decreto-Lei n. 2848/40, de 7 de dezembro de 1940** (1940). Código Penal Brasileiro. *Diário Oficial da União*.
- Fiorotti, I., Graebin, C. M., & Graeff, L.** (2018). Vila União dos Operários, Canoas, RS: luta por moradia e habitabilidade (1980-2014). *Revista Memória em Rede*, 10(19), 82-102. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/13333>
- Foucault, M.** (1979). *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.
- Foucault, M.** (2004). A evolução da noção de indivíduo perigoso na psiquiatria legal do século XIX. In *Ética, sexualidade e política* (Col. Ditos & escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Gamalho, N. P. & Heidrich, A. L. (2014). Percursos entre centralidades, periferias, ocupações e vilas: as representações do espaço de jovens do Guajuviras - Canoas/RS. *Mouseion*, 19, 127-147. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1783>

Gamalho, N. P. & Heidrich, A. L. (2015). As tensões entre estratégias e táticas na produção do bairro Guajuviras - Canoas/RS. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, 25, 9-30. <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3550>

Gomes, C. A. R., Silva, L. S. A., & Hüning, S. M. (2021). O racismo como organizador e analisador de território urbanos. In J. P. P. Barros, J. S. Rodrigues, & L. F. S. Benicio (Orgs.), *Violências, desigualdades e (RE) existências: cartografias psicossociais* (1a. ed., cap. 1, pp. 25-39). Expressão Gráfica e Editora.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2021). *Atlas da violência*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Mbembe, A. (2016) Necropolítica. *Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, 32, 122-151. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

Moreira, M. G. R. (2021). A invenção dos “piranguinhos”: branquitude, relações de inimizade, necropolítica e seres matáveis. In J. P. P. Barros, J. S. Rodrigues, & L. F. S. Benicio (Orgs.), *Violências, desigualdades e (RE) existências: cartografias psicossociais* (1a. ed., cap. 1). Expressão Gráfica e Editora.

Observatório de Segurança Pública de Canoas. (2017). Relatório de Indicadores criminais. Canoas. https://www.canoas.rs.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Relat%C3%B3rio-Mortes-Violentas-2016-atualizado_vers%C3%A3o-para-SITE.pdf

Passos, L. M. & Carvalho, A. M. P. (2015). Medo e insegurança nas margens urbanas: uma interpretação do “viver acuado” em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim. *UECE. Fortaleza: O público e o privado*, 26(1), 233-259. <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeprivado/article/view/2488/2320>

Raupp, L. (2016). Juventude, Memória e Violência: pesquisação no Bairro Guajuviras. *Mouseion*, 25, 91-112. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1981-7207.16.40>

Raupp, L. M., Spohr, F., Ratto, G. C., Pacheco, C. J., Silva, S. M., & Weber, N. C. (2020). “Falamos de paz onde não há”: representações da vida em comunidade entre jovens residentes em um Território de Paz. *Psicologia USP*, 31, 1-10. <https://www.scielo.br/j/psup/a/vw6wckvbYHCfb3YRtngH-dkL/?format=pdf&lang=pt>

Resolução n. 3, de 24 de julho de 2020. (2020). Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-24-de-julho-de-2020-268914833>

Rodrigues, R. N. (1894/2011). As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]. Centro Edelstein de Pesquisa Social. (Original publicado em 1894) <https://static.scielo.org/scielobooks/h53wj/pdf/rodrigues-9788579820755.pdf>

Rodrigues, S. W. & Teixeira, L. C.

(2014). Sobre adolescência e ato infracional: pontuações psicanalíticas. In J. O. Moreira, (Org.) *Diálogo com o campo das medidas socio-educativas: conversando com a semiliberdade e a internação* (1ª ed., pp. 171-180). Vozes.

Santos, M. (2005). O retorno do território. In *Observatorio Social de América Latina – OSAL*, 6(16), 255-261. <http://biblioteca-virtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

Vieira, C. M. (2006). Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902. In *Anais do XII Encontro Regional de História - “Usos do Passado”*. Associação Nacional de História. <https://anpuh.org.br/index.php/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/xii-encontro-regional-de-historia-2006>

CORPOS EM MOVIMENTO, TERRITÓRIOS EM DISPUTA:

UM OLHAR PARA A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ANFÒM

Ray Carvalho

Bibiana Valiente Umann Borda

Luis Henrique da Silva Souza

Inea Giovana da Silva-Arioli

INTRODUÇÃO

Entendemos que os territórios estão em constante tensão e disputa; não seria diferente na cidade de Porto Alegre/RS. Com esta escrita visamos disparar no leitor a possibilidade de desnaturalizar o entendimento que se tem da formação desses territórios, tanto o físico/material/geográfico como os não-materiais, focalizando neste trabalho os campos de saberes como a Saúde, Psicologia e Arquitetura. Este deslocamento se deu a partir das intensidades acionadas por mulheres haitianas que atuaram enquanto tradutoras/mediadoras interculturais. Nos debruçamos nos materiais produzidos a partir do trabalho desenvolvido por essas mulheres, que atuaram no processo de tradução para materiais informativos sobre acesso à saúde propostos pela área técnica em saúde da população imigrante, integrada ao Núcleo de Equidades em Saúde (NEQ) da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS/PA) em conjunto com o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Migrações (NEPEMIGRA/UFRGS), com o Projeto Parte do Curso de Design da UFRGS e a Associação da Integração Social (AINTESO).

As pistas nos levam ao grande conceito de território, mas também ao processo de desterritorialização e reterritorialização (Deleuze & Guattari, 1980/2000). Essa operação se dá pela entrada dos corpos dessas mulheres no campo, assim também vemos a emergência e a necessidade de nos aproximarmos de conceitos vindos do feminismo, aliados a um olhar interseccional. Discutiremos a potência da “estrangeira de dentro”, trazida por Patricia Hill Collins (2016), no sentido de vivências compartilhadas, pautadas em uma “localização”, que surge por coalizão, não por identidade naturalizada. Partimos de uma perspectiva de

lugar de fala e das afetações acionadas pelas materialidades confeccionadas por essas mulheres haitianas no processo de elaboração da cartilha. Elas trazem em suas experiências saberes e vestígios produtores de territórios. Como afirma a intelectual indígena maya-kixi Lorena Cabnal (2018), “todos os territórios estão em disputa”, e essa realidade é facilmente perceptível nas grandes cidades, onde as disputas de poder engendram as redes nas quais as pessoas vão se posicionando e onde também as mulheres imigrantes estão inseridas, buscando modos de ser e existir nas urbes.

As lutas por territórios na cidade ocorrem tanto nos espaços urbanos, físicos ou simbólicos, quanto pela possibilidade de existir e transitar; são efeitos nos corpos que vivenciam essas disputas, e isso ocorre muitas vezes por meio de violências impostas e movimentos insurgentes que subvertem a lógica hegemônica de viver os territórios. Corpos que, no caso, são povoados de vestígios nômades, marcas de deslocamentos pelo mundo, que se fazem e se refazem a todo instante.

Nesse caso, a nação traça uma possibilidade de investimento sobre si mesma, principalmente de investimento na população que a constitui em termos de espaço nacional. Desse modo, território acaba por tornar-se um elemento fundamental para o governo daquilo que está dentro e não propriamente daquilo que o rodeia. A delimitação de um território nacional permite estabelecer o espaço onde se estendem as possibilidades de regulação da população. (Bernardes, 2018, p. 343)

Tanto esses corpos quanto os territórios não podem ser concebidos de maneira estanque, como território nacional; devem ser vistos como zonas de passagem para intensidades transfronteiriças, forjadas sobre outras identidades, outros modos de falar de si, de pensar a si mesma, outras cartografias além dos marcos nacionais e estatais.

É também por uma questão de lugar de fala e de uma localização de nossos corpos que buscamos nos inserir não apenas como pesquisadoras, mas como aliadas. Sendo assim, quais as possibilidades de desestabilização em nós ante os registros dessa experiência atravessada pelos campos da saúde, psicologia e urbanismo? Escrevemos enquanto estudantes/pesquisadoras, profissionais da saúde, da psicologia e da arquitetura e urbanismo, integrantes do Núcleo de Pesquisa Estudos em Política e Tecnologias Contemporâneas de Subjetividade (E-Politics) e do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Migrações (NEPEMIGRA). É desse amálgama que é forjada a discussão fronteiriça, localizada entre as diferentes disciplinas e espaços que cada corpo ocupa. Intensificam-se os diálogos que atravessam os processos de subjetivação, uma vez que nos colocamos em curso na desterritorialização e reterritorialização dos nossos próprios territórios.

O ENCONTRO COM O PROJETO ANFÔM¹

Em 2021, Ray Carvalho, cotista negro graduando em Psicologia e integrante do Núcleo de Pesquisa E-politics, passou a integrar também o NEPEMIGRA. Na intersecção dos dois grupos, e enquanto profissional em formação, passou a acompanhar as discussões com enfoque principal nas temáticas do acesso à saúde e informação para imigrantes. Seu interesse era de dar continuidade à pesquisa de iniciação científica conduzida no ano de 2020, que mapeou as políticas públicas desenvolvidas no estado e o acesso aos direitos sociais, mais especificamente, à saúde e à informação por venezuelanos e haitianos no Rio Grande do Sul. No ano em que Ray se aproxima do NEPEMIGRA, a área técnica em saúde da população imigrante, integrada ao Núcleo de Equidades em Saúde (NEQ) da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS/PA), procurava o Núcleo para compor o desenvolvimento de um trabalho que visava qualificar os atendimentos em saúde da população imigrante na região metropolitana (Proft, 2021). Desses encontros, surgiu a proposta de uma parceria entre SMS/PA e o NEPEMIGRA para a elaboração de materiais bilíngues voltados à população imigrante e profissionais da saúde, com foco na atenção básica.

Do acordo dessas entidades nasce o projeto interdisciplinar e interinstitucional Anfôm, que futuramente também seria composto pelo Projeto Parte, do Curso de Design da UFRGS, e a Associação da Integração Social (AINTESO), instituição fundada e gerida por nascidos no Haiti e residentes de Porto Alegre. O projeto contou com três mulheres haitianas que atuaram como tradutoras/mediadoras interculturais, coordenadas por Rebecca Bernard, pedagoga formada no Haiti, mestra em sociologia pela UFRGS, integrante da AINTESO e do NEPEMIGRA. Em seu primeiro ano de atuação, o grupo de trabalho era composto majoritariamente por mulheres (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Migrações [NEPEMIGRA] et al., 2021a). O trabalho foi planejado e dividido em três eixos temáticos: (a) fluxo de acesso à atenção primária em saúde, ou acesso à saúde, (b) violência contra a mulher e (c) insegurança alimentar (Proft, 2021). Em busca de aproximar-se, trocar, aprender com os centros de discussão e formação das experiências de luta em torno das temáticas que envolviam migração e saúde, Ray passa a atentar-se com uma escuta crítica aos relatos dos grupos de trabalho do Núcleo e compreende um deslocamento operado dentro das próprias temáticas.

Os relatos trazidos pelas integrantes do Anfôm após reflexão acerca dos resultados do projeto reforçaram que a dinâmica das atividades dentro dos grupos de trabalho influenciou o conteúdo inicial pensado pela Área Técnica de Saúde, que se baseou na demanda de profissionais e materiais de referência (Proft, 2021).

1 Link para acessar a página do projeto e os materiais produzidos: <https://www.ufrgs.br/nepemigra/projeto-anfom/>

Após elaborados, os conteúdos eram apresentados nas respectivas reuniões de eixo com todas as integrantes, que incorporavam diferentes perspectivas e, em seguida, passavam pelo crivo da tradução. Devido a esse processo, os materiais estavam em constante atualização, num fluxo cíclico, retornando sempre que preciso para as etapas iniciais e recebendo influências dos outros eixos que ocorriam paralelamente (Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Migrações [NEPEMIGRA] et al., 2021b).

Ao presenciar os relatos das mulheres haitianas do grupo nas reuniões gerais do NEPEMIGRA, Ray passa então a se interessar pela potência dos processos que atravessam e modificam territórios. Passa a problematizar, dentro dos estudos de iniciação científica, o que é importante traduzir nesses espaços, quais as formas e os modos de tomar certas categorias - como saúde e qualidade de vida - e como aproximar ou distinguir diferenças culturais pela língua. Fagulhas que tentavam desconstruir uma comunicação que preza por transmitir o indizível de forma padronizada, figurando um contrato de concordância entre as línguas sobre aquilo que buscam atingir. Mais do que com a linguagem em si, Ray se inquietava com os tensionamentos entre/atraves de territórios. O enfoque das análises de iniciação científica e seus desdobramentos explorados neste capítulo estão voltados para o segundo eixo de atuação do projeto Anfôm.

O eixo focado para tratar da “violência contra a mulher” objetivava a produção de uma cartilha de prevenção voltada às mulheres haitianas, o projeto da cartilha elaborado pela secretaria de saúde trazia como temática principal a violência doméstica. De acordo com os relatos e material já citados, ao longo dos encontros do grupo, as mediadoras/tradutoras interculturais passaram a incorporar narrativas que se afastaram dos objetivos primeiros da cartilha. As tradutoras denunciavam situações de violência institucional vividas por haitianas dentro dos próprios serviços de saúde do município. A partir da força desses relatos, o eixo teve seu enfoque deslocado para abranger os tópicos de violência física, sexual, psicológica, patrimonial, moral, racial e institucional (NEPEMIGRA et al., 2021b). A presença do corpo e a força nas falas apresentadas impactavam os rumos do trabalho proposto ao forçar uma desestabilização das propostas da instituição e dos territórios que a compõem e são compostos por ela. O resultado foi a construção de um material adicional específico voltado à formação de profissionais da rede focado nas práticas de violência institucional operadas nos serviços de saúde.

Os relatos do trabalho realizado no projeto Anfôm, principalmente ligados ao eixo “Violência Contra a Mulher”, foram marcados por tensões constantes. A inteligibilidade dos resultados do trabalho desenvolvido nesse eixo dispara a presente discussão: Problematizar as territorializações arquitetadas pelas grandes disciplinas como a Saúde e os deslocamentos provocados pela inserção das mulheres haitianas que integraram o Anfôm nas cartilhas mencionadas. Afetadas por essas convergências também nos colocamos em processo de desestabilizar as nossas

próprias áreas de conhecimento, produzindo processos de desterritorialização e reterritorialização. É importante ressaltar que através da reflexão a seguir buscamos não generalizar ou capturar a experiência das extensionistas que atuaram no projeto, nem ocupar o lugar de fala das participantes que integraram esse processo. Buscamos, a partir do encontro com o trabalho de Ray, com os relatos, arquivos de vídeos, atas e relatórios das reuniões, exercitar a reflexão crítica para os territórios que praticamos e em que estamos inseridas.

TERRITÓRIO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Até o momento nesta escrita fomos dando pistas de quais conceitos-ferramentas vamos operacionalizar. Um que se torna de extrema importância e emerge para nós é o de território e os processos de desterritorialização e reterritorialização. O território não se torna apenas emergente por estarmos pensando a cidade de Porto Alegre, a distribuição das pessoas na urbe e os processos de migração que aqui ocorrem numa questão geográfica, mas também por ser um conceito que nos ajuda a pensar processos de subjetivação, uma ferramenta para entender as práticas sociais.

“O desejo cria territórios, pois ele faz uma série de agenciamentos” (Haesbaert & Bruce, 2002). Para Deleuze e Guattari, o desejo é político, pois seria da ordem do maquínico, e não da relação sujeito-objeto, pois desejamos uma multiplicidade de coisas (2000). Assim, o território é ao mesmo tempo habitado por um grupo ou coletivo que naquele ambiente interage dentro de normas e padrões, mas também espaço para experiências singulares do sujeito.

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (Guattari & Rolnik, 1996, p. 323)

Esse conceito-ferramenta delimita também um posicionamento ético-político-estético uma vez que entendemos a territorialização, desterritorialização e reterritorialização como processos que acontecem concomitantemente e que quando atrelados à potência de vida vão em direção “a um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade” (Haesbaert & Bruce, 2002).

A todo momento então espaços, lugares, saberes e corpos fazem parte dessa mescla, fusões que produzem territorializações, uma produção de múltiplos territórios, que estão em constante disputa, alguns para a manutenção e outros que serão

povoados e se transformarão. Agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação. Nessas múltiplas e complexas linhas que formam os diferentes territórios existem relações de tensões, mas também de complementaridade.

Esse pensamento nos ajuda a quebrar a lógica universalista, binarista e dualista. Vamos por um pensamento rizomático para assim encontrarmos dentro do processo pontos de encontros, agenciamento e acontecimentos. Entendendo que tudo pode ser agenciado, e, portanto, ser desterritorializado e reterritorializado.

Poderíamos dizer, de forma sintética, que o processo de desterritorialização ocorre quando um território é abandonado e a reterritorialização ocorre quando novos agenciamentos, tanto maquínicos quanto coletivos de enunciação, o repovoam. São processos que não se separam, já que os territórios também têm seus vetores de entrada e saída.

Entendendo esses processos, trazemos um ponto que é caro para nós. Pensar é desterritorializar. Assim, na medida que avançávamos na escrita/produção deste capítulo, desterritorializamos o território dos nossos pensamentos, para dessa forma dar vazão ao processo de criação. Integramos velocidade aos vetores para que aquilo que sabíamos fosse abandonado e pudéssemos pensar algo novo, diferente, abrindo mais espaço para a multiplicidade, a partir do encontro com as materialidades do projeto Anfôm. Aqui está a importância de um lugar de vigilância constante, pois é no processo de reterritorialização que novos conceitos aparecem, funções novas ganham vida, arranjos diversos ganham forma.

É com o território que pesquisamos e nos processos de desterritorialização e reterritorialização nos tornamos outros. Com ele podemos problematizar e operar uma torção no nosso entendimento de produção de saúde, de cidade e de migração. Entendendo o território enquanto espaço de produção, mas também de pertencimento e disputas, ele nos permite não apenas avaliar o nosso campo de pesquisa, mas também tornar inteligível como certos corpos o compõem, em seus processos e performances.

Essa relação direciona a relevância para a compreensão do que uma pesquisa é capaz, ou seja, qual a sua potência em termos de produção de mundos, seu caráter de afetação, e não apenas de aclimatação. Assim sendo, pensar sobre o que a recorrência de uma problemática apresenta é justamente situar a pesquisa no solo de nossa atualidade, portanto, daquilo que nos tornamos.” (Bernardes, 2018, p. 293)

É também pelos rastros dos processos que seguimos a possibilidade de adentrar aos territórios, percorrendo e produzindo processos de desterritorialização e reterritorialização – a partir das práticas de cuidado em saúde e disseminação e apropriação da informação.

Pois quando os espaços são desterritorializados, podemos corporificar, configurar e habitá-lo de forma nova, em um processo criativo que esteja alinhado num processo político em que a diversidade de corpos e a potência de vida sejam o vetor de direcionamentos e o desejo que produzirá os agenciamentos.

Tomamos esses territórios urbanos enquanto espaços de problematização e de criação, uma vez que desejamos uma abertura para que corpos então o ocupem, pois o território é produzido dependendo dos corpos que ali habitam e implicam um propósito nele. É também no território da Saúde, onde os corpos que ali entram serão lidos, entendidos e até reforçados para ali existirem. Assim, os espaços públicos permitem que qualquer corpo por ali transite, qualquer forma de existir ali é aceita? Os territórios forjam segregação urbana e também intelectual – uma vez que legitimam quais conhecimentos podem estar fazendo parte dos agenciamentos. Não há movimento de desterritorialização sem o processo de reterritorialização e de resistência.

FEMINISMOS E A POTÊNCIA DA INTERSECCIONALIDADE

O atravessamento dos discursos de poder sobre os corpos e suas implicações cotidianas coloca como questão central a compreensão de quais corpos estamos falando e alguns marcadores parecem importantes para análise. Um deles é o marcador de gênero: estamos falando de corpos identificados como “mulheres”. Como se trata de uma sociedade colonial e patriarcal é necessário atentar para o que assinalou Spivak (2003): mulheres oriundas de territórios coloniais são seres duplamente envoltos em sombras, tratadas como sujeitos subalternos que não têm história e nem voz. Ademais, é necessário também advertir que o próprio conceito de gênero e o termo mulher remetem para a colonização do pensamento e a imposição de um modelo eurocêntrico. Oyewùmí (2018) demonstra em seu texto a alteração epistemológica Yorubá resultante da imposição de categorias coloniais ocidentais de gênero para a realidade africana, evidenciando que a própria “questão da mulher” não existe, apesar da impossibilidade ocidental/colonial de reconhecer tal fato. A discussão, portanto, da existência de mulheres como “categoria social” deve ser (des)nordeada por uma compreensão que tenha como pano de fundo “a compreensão dos arranjos e dispositivos biopolíticos heteronormativos que remodelam corpos e subjetividades para se adequarem ao binarismo ocidental” (Feitas & Machado, 2015).

Apesar de fundamental a compreensão desses arranjos e dispositivos biopolíticos, esse entendimento não altera a existência permeada de violências que atravessam os corpos identificados como mulheres. Nesse sentido, estamos de acordo com as autoras que afirmam a existência de uma categoria mulheres na contramão de um viés biológico ou de identidades fixas que engessam as múltiplas

experiências, evidenciando o contrapelo desta compreensão e configurando um sentido de vivências compartilhadas, pautadas na provisoriidade de uma “localização”, no reconhecimento dos inúmeros preconceitos e discriminações que se materializam nos corpos identificados como mulheres oriundas do sul global.

Para pensarmos os feminismos enquanto territórios e de que forma o encontro com os resultados do segundo eixo do projeto Anfôm coloca o território do feminismo branco ocidental em situação frágil, é importante marcar a relevância da intersecção entre diversos marcadores sociais da diferença para a produção de um feminismo que abarque as experiências das mulheres negras e outras mulheres racializadas (Akotirene, 2019). Em concordância com esse pensamento, é a partir de Bárbara Smith² que Patrícia Hill Collins (2016) ressalta o conceito de “simultaneidade de opressões” como uma das mais relevantes contribuições do pensamento feminista negro. Marcando a importância de uma diversidade de experiências que constituem a impossibilidade de um pensamento único, a autora coloca em destaque as dualidades forjadas pela “diferença dicotômica por oposição” e o efeito prático na vida das mulheres negras. Essas, situadas nas faces opostas de um sistema moldado a partir do modelo do homem branco, cis, de classe média. A definição do par dicotômico branco/não branco opera na construção de um feminismo hegemônico sob o signo da branquitude. Ao passo que a presença dos corpos de mulheres racializadas nos territórios deste feminismo tensionam o conforto da produção de conhecimento para/sobre a categoria mulheres.

Ainda seguindo um esforço de localização, nos parece importante pensar a construção do conceito de raça, que surge no contexto de contato dos europeus com distintas culturas em outros continentes, materializando-se como instrumento de exploração, precarização de vidas e dominação colonial desde seu surgimento. Tal projeto de colonização transformou-se em uma máquina da barbárie, como nos demonstra Césaire (1978), tanto para Europa como para o planeta, e produziu a racialização, desqualificação e coisificação do “Outro” negro e indígena, tratado como selvagem e primitivo. O racismo, enquanto uma construção ideológica europeia que começa a se esboçar no século XVI, utiliza como justificativa “científica” – especificamente a partir do século XIX – a teoria do evolucionismo e da luta pela vida, pautado na ideia de uma raça superior a outras, que propicia o desenvolvimento e solidificação de um sistema de hierarquias e privilégios sociais. É nesse contexto de emergência do biopoder e suas tecnologias, debatidas por Foucault³, que o Estado inscreve em seus mecanismos uma máquina segregatória, expor à morte e deixar morrer a parcela de sua população que não se adéqua aos padrões raciais do branco-europeu (Mbembe, 2016;

2 Smith, Bárbara (ed). (1983). *Home girls: a black feminist anthology*. Kitchen Table: Women of Color Press.

3 Foucault, Michel (1976/1978). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Em defesa da sociedade. Microfísica do poder. Graal.

Schucman, 2010). No bojo desse processo de criação de uma “identidade racial” a branquitude é norma universal, que cria fronteiras não somente entre brancos e negros, mas também hierarquiza por meio de outros marcadores sociais como diferenças de origem, regionalidade e fenótipo (Schucman, 2014).

A branquitude constitui um “lugar” estrutural que permite ao sujeito branco atribuir ao outro aquilo que não é atribuído a si mesmo: a raça, tampouco identifica seus privilégios materiais e simbólicos. As maneiras pelas quais os arranjos culturais se materializam estão articulados aos marcadores sociais que localizam os sujeitos, influenciando a forma como subjetivamos raça e perpassando a fabricação de uma subjetividade específica (Abreu & Lima, 2020). A branquitude implica um acordo tácito, o que Bento (2014) nomeia como pacto narcísico, que oculta e silencia os privilégios concretos e simbólicos, frutos da herança escravagista em nossa sociedade, que resulta em uma não implicação das pessoas brancas na prestação de contas desse processo.

A elaboração de um material voltado à violência contra a mulher aciona uma série de temáticas trabalhadas pelo “feminismo”, termo que traz consigo distinções atravessadas pelos marcadores de raça, gênero, classe e nacionalidade. Perspectivas unilaterais do termo ainda constituem estudos e produtos institucionais que apagam as intersecções de opressões que caracterizam distintos grupos de mulheres (hooks, 2004). Como parte do mesmo sistema, análises centradas na condição específica de mulheres brancas, cis, de classe média, tomadas como condição universal, são violentas aos corpos de mulheres que diferem dessa suposta centralidade, na medida em que reforçam o racismo, classismo e sexismo ocultados por uma suposta condição de igualdade por direitos das mulheres, problematização que está no cerne do feminismo negro desde sua origem (Kilomba, 2019).

DESLOCANDO TERRITÓRIOS: SAÚDE, CIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Intentamos operar um decalque, como quem sobrepõe a um mapa folhas de papel manteiga desenhadas, cada uma delas confere diferentes camadas a uma mesma topografia, que se reterritorializa a cada sobreposição. É por esses decalques que podemos ver linhas que se cruzam, os movimentos, especializações e as tensões (Kastrup, 2013). Pensamos aqui que numa primeira camada temos uma experiência que estava cristalizada pelo nosso entendimento de saúde, mulheres migrantes e urbanização. À medida que entramos em contato com as materialidades já explicitadas, fomos desenhando esses decalques para pensar a produção dessas multiterritorialidades. Isso nos mostra que nem os territórios e muito menos os corpos são estanques, mas estão em constante reformulação.

Retomamos aqui Bernardes (2017), nos aliançando às discussões trazidas em “*Território e acesso*: questões sobre as políticas de saúde brasileiras”, e as relações entre

os territórios que atravessam e são atravessados pelas políticas de saúde. Essas, por sua vez, compõem dispositivos da governamentalidade biopolítica, dos quais fazem parte equipamentos, procedimentos, táticas e saberes específicos. A governamentalidade gere a produção de conhecimento, territorializando também o próprio elemento a ser conhecido e circunscrito a um espaço urbano (2017, p. 342).

Porto Alegre se encontra sob diretrizes da nova Lei brasileira de Migração n. 13.445, mas não possui um plano municipal para a população imigrante que consolide projetos e garanta direitos. O município também não conta com um protocolo de atendimento em unidades de saúde para essa população, outro fator que constitui o território da saúde na cidade. Na prática, tais entraves se caracterizam na falta de capacitação de profissionais, de uma rede de atendimento especializada; de sistemas de cadastramento inclusivos, de recursos laborais e financeiros, de barreiras culturais e linguísticas; problemas atualmente intensificados pela crise do coronavírus (Buttes & Lize, 2020; Rocha et al., 2020). Existe, contudo, um esforço para produção da categoria imigrante, tanto nas políticas territoriais como nas políticas de saúde, organizadas a partir do Estado-nação e da construção da cidadania:

Mais ainda, migram do homogêneo para o heterogêneo quando, ao instituir-se uma Política como a de Atenção Integral à Saúde, esta se esquadriha por subsistemas de saúde, em razão das especificidades e irregularidades da população (Saúde do Idoso, Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde dos Povos Indígenas etc.). Porém, esse jogo é de capturas e circunscrições, ou seja, territorializações, pois o que o torna possível são as distintas práticas que territorializam modalidades e formas de viver em focos e perfis a serem governados e que estabelecem as condições de acesso. (Bernardes, 2017, p. 345)

Questões que se estendem à territorialização física dessas práticas na cidade, o acesso à saúde e aparelhos públicos circunscribe os territórios desde a categorização dos grupos a serem atendidos às áreas de atendimento. Como pontua Bernardes, a organização da conduta e o processo de categorização viabilizam a universalidade do acesso, o que essencializa um “ser” subjetivado pelas categorias. Da mesma forma, essas operariam no território urbano, que compõe e é composto pelas estratégias epidemiológicas, tornando-se vetor dos processos de subjetivação (2017, p. 346). Mais do que vetores, os territórios geográficos, planificam e são dispositivos da mesma governamentalidade, os espaços construídos são em si máquinas que podem atuar de forma uniformizadora ou libertadora das subjetividades (Guattari, 1992). Os territórios da saúde e da produção de conhecimento podem ser entendidos enquanto dispositivos de acesso à cidade; camadas sobre uma topografia.

O processo de mediação/tradução intercultural desenhado no projeto Anfôm, como já apontado, afetou diretamente os resultados do projeto, conforme relatos das integrantes. Nos parece importante atentar especificamente para a produção

de uma segunda cartilha que constava fora do escopo proposto inicialmente pela Secretaria da Saúde de Porto Alegre. Esse processo foi resultante dos territórios em disputa, entendendo território, físico e imaterial, como: “espaço de tensão, no qual não se trata apenas de meio e localização, e sim de relações de poder e verdade que produzem subjetividades” (Bernardes, 2017, p. 343).

Dentro da temática “Violência contra a mulher”, a tensão em torno da produção de uma cartilha voltada somente para a violência doméstica foi disparada pela presença dos corpos de mulheres negras, migrantes, usuárias do sistema de saúde, que desterritorializam as categorizações nas quais foram inicialmente inseridas. A nova cartilha, voltada à formação de profissionais da saúde, vem da necessidade de expor outras formas de violências, que não eram apenas mais urgentes, mas que diziam respeito à produção de conhecimentos, às categorizações institucionais, ao acesso à saúde enquanto também dispositivo de acesso à cidade de corpos migrantes do sul global:

Feministas negras que veem a simultaneidade de opressões que afetam mulheres negras aparentam ser mais sensíveis em ver também como esses mesmos sistemas de opressão afetam homens afro-americanos, pessoas de cor, mulheres e o próprio grupo dominante. (Collins, 2016, p. 110)

O *status* conferido à “estrangeira de dentro”, descrita por Hill Collins (2016) ao tratar do pensamento sociológico, opera desterritorializações e reterritorializações não apenas dentro do campo da sociologia e não apenas sobre os corpos das mulheres negras, como a própria autora aponta. As categorias imigrante, mulher e negra são reterritorializadas em outro campo de potência no momento em que essas mulheres não apenas denunciam a colonialidade das instituições, mas produzem teoria, material de formação para a academia e para as políticas de saúde. Simultaneamente, desmancham categorizações e borram as fronteiras entre o que se projeta para a categoria subalternizada dos corpos negros quando se fala em violência doméstica, reduzindo a centralidade de gênero forjada pelo feminismo branco através do tensionamento diante da criminalização dos corpos de seus irmãos, pais e companheiros, grande parte deles também negros e migrantes que, assim como elas, se inscrevem sobre o território da cidade de Porto Alegre.

POR UMA CONSTANTE VIGILÂNCIA DOS NOSSOS LUGARES

Habitar os territórios que fazemos parte é estar sobre o fio da navalha, por mais que pensemos em saberes libertadores e críticos; estamos sempre na iminência de reificar lugares e cristalizar modos de existência. Assim, precisamos nos manter nesse estado de vigilância, reconhecendo que somos atravessadas por diferentes localizações impostas pelas dicotomias da colonialidade. A partir desses privilégios,

carregamos em nossos corpos a periculosidade dos diferentes produtos da colonialidade, racismos, machismos, misoginia e epistemicídios. Por isso, nosso esforço constante de (re)pensar nosso lugar de fala, ao passo que desterritorializarmos e reterritorializarmos territórios frente aos encontros potentes e alegres.

Acompanhar as curvas do território em seus deslocamentos implica estar poroso e aberto às possíveis aproximações e afastamentos dos próprios corpos daqueles que o acompanham. Ao entrarmos em contato com os materiais resultantes do projeto Anfôm, percebemos que a concordância entre as línguas durante a tradução não nasceu do espaço vazio entre elas, mas dos seus tensionamentos, ou seja, dos jogos de força entre o preconizado e o sentido, que encontrou terreno fértil para novas possibilidades. A transformação do segundo eixo do projeto possibilitou, para além dos produtos finais, uma formação intercultural, e a partir dela, novas perspectivas surgiram para promover a transversalidade nos serviços de saúde.

Dentro do aparelho da saúde, é notável o quanto já estavam naturalizados o racismo institucional e o pacto narcísico da branquitude intrínseco a esse território; assim essas práticas fazem parte do cotidiano. Então, no grande território da Saúde, quem tem legitimidade para produzir conhecimento sobre ele são os detentores das expertises, como os profissionais da Medicina, Psicologia etc., esses que fazem a manutenção da colonialidade. Foi então, no processo de tradução intercultural operacionalizado por essas mulheres migrantes, que esses territórios foram reterritorializados.

A produção de diferença opera como política de tensionamento do perfil epidemiológico e das territorializações, assinalando outras possibilidades de subjetivação. Isso implica considerar no campo da saúde, não apenas o modo de intervir, mas como certos elementos, certas formas de viver permitem modificar as próprias intervenções. (Bernardes, 2017, p. 347)

Ocupar o território, independente da sua localização, carrega consigo a inseparabilidade da implicação enquanto sujeito que afeta e é afetado e, especificamente no processo que abordamos aqui, muitas vezes traz deslocamentos insuspeitos ao evidenciar que a base das intervenções pode estar calcada em conhecimentos ditos universais. Um exemplo é a própria Psicologia; essa, “assim, entraria como parte de estratégias de produção de diferença e não mais de normalidades” (Bernardes, 2017, p. 346). Mas, como buscamos discutir nestas páginas, na medida em que nos aprofundamos nas materialidades, reiteramos nossa condição de vigilância constante, uma vez que ao entrarmos nos territórios, é possível acessar as tramas e disputas que ocorrem. Ao mesmo tempo não podemos nos apoiar em conhecimentos estanques. Esses se tornam uma cilada, visto se pautarem em processos coloniais/colonizadores que têm como ponto de partida e chegada um ideal eurocêntrico. Este é um território que não queremos mais habitar e nos aliançar.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. & Lima, M.** (2020). Corpo, Cultura e Subjetividade: Uma Abordagem Psicológica da Normatividade Branca. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(nspe.), 1-11. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003230057>
- Akotirene, C.** (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.
- Bento, M. A. S.** (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (cap. 2). Vozes.
- Bernardes, A. G.** (2017). Território e acesso: questões sobre as políticas de saúde brasileiras. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 35(2), 339-349. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4194>
- Bernardes, A. G.** (2018). Pesquisar com o território: algumas apostas metodológicas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 291-300. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003492017>
- Buttes, R. & Lize, G. L.** (2020) Panorama da Política de Saúde do Imigrante em Porto Alegre. *Revista Limiares*, 3(1), 76-81. <https://www.ufrgs.br/grigs/revista-limiares-v-3-n-1-2020/>
- Cabnal, L.** (2018). Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. In Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Org.), *Outras Economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento* (pp. 23-28). PACS.
- Césaire, A.** (1978). *Discurso sobre o Colonialismo* (N. Sousa, trad.). Sá da Costa Editora.
- Collins, P. H.** (2016). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, 5(1), 6-17.
- Deleuze, G. & Guattari, F.** (1980/2000). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 5). Editora 34 (Obra original publicada em 1980)
- Freitas, J. & Machado, P. S.** (2015). Rastreado Corpos, produzindo sexos: a inserção da Hiperplasia Adrenal Congênita no teste do pezinho. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 20(1), 130-150. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n1p130>
- Guattari, F.** (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Editora 34.
- Guattari, F. & Rolnik, S.** (1996). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Vozes.
- Haesbaert, R. & Bruce, G.** (2002). A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, 4(7), 7-22. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>
- hooks, bell.** (2004). Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In bell hooks, A. Brah, C. Sandoval, & G. Anzaldúa, A. Levins Morales, K. Bhavnani, M. Coulson, M. J. Alexander, & C. Talpade Mohanty (Orgs.), *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras* (H. R. Fernández Sancho, R. Macho Ronco, S. Á. Salcedo Rufo, & M. Serrano Gimenez, trads.). Traficante de sueños. (Obra original publicada em 1984) <https://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/ autores/hooks/1984/001.htm>
- Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017.** (2017). Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*. <https://bit.ly/2KMI8HK>
- Kastrup, V.** (2013) A rede: uma figura empírica da ontologia do presente In A. Parente, (Org.), *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação* (pp. 64-80). Sulina.
- Kilomba, G.** (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Mbembe, A. (2016). Necropolítica [Necropolitics]. *Arte & Ensaios* (R. Santini, trad.), 32, 122-151 (Obra original publicada em 2003). <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Migrações, Setor Saúde do Imigrante/Núcleo de Equidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, Projeto Parte de Comunicação Popular, & Associação da Integração Social. (2021a, abril). *Projeto para a criação de materiais bilíngues para a população haitiana: uma parceria entre Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações (NEPEMIGRA)* [Arquivo de vídeo]. <https://fb.watch/bPtDz6t9JQ/>.

Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Migrações, Setor Saúde do Imigrante/Núcleo de Equidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, Projeto Parte de Comunicação Popular, & Associação da Integração Social. (2021b, julho). *Apresentação Pública dos Resultados do Projeto ANFÔM*. NEPEMIGRA [Arquivo de vídeo]. youtube.com/watch?v=0L-KshsFdog&t=6s.

Proft, N. P. (2021). *Projeto para criação de materiais informativos para a população haitiana: uma parceria entre Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações (NEPEMIGRA)* (Trabalho de Conclusão do programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva, Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS).

Oyewùmí, O. (2018). Visualizando o Corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos [Visualizing the Body: western theories and african subjects]. *Novos Olhares Sociais* (L. Freitas Neto, trad.), 1(2), 294-317 (Obra original publicada em 1997) <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharesociais/article/view/452>

Rocha, A. S. P. S. D., Cunha, T. R. D., Guiotoku, S., & Moysés, S. T. (2020). Acesso de migrantes haitianos à saúde pública: uma questão bioética [Access of Haitian migrants to public healthcare: a bioethical question]. *Revista Bioética*, 28, 384-389. <https://doi.org/10.1590/1983-80422020282400>

Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 41-55. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005&lng=pt&tlng=pt.

Schucman, L. V. (2014). Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 6(13), 134-147. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/155>

Spivak, G. C. (2003). ¿Puede Hablar El Subalterno?. *Revista Colombiana de Antropología* (G. Santiago, trad.), 39, 297-364. <https://doi.org/10.22380/2539472X.1244>

PORTO ALEGRE LGBTQIA+:

ESPAÇOS HOSTIS, LUGARES SEGUROS

Francisca Magalhães de Souza

Laura Coelho Schaefer

Luis Henrique da Silva Souza

Marianna Rodrigues Vítório

CHEGANDO NA CIDADE

Fazia muito calor. Aliás, era o meu primeiro dia de verão em Porto Alegre, em janeiro de 2019. Nas minhas passagens pela cidade já havia pego o outono e o inverno e, por conta disso, já tinha experimentado no corpo o frio pelo qual a cidade era conhecida. Assim, para mim, era atípico aquele dia ensolarado e de muito calor. Após uma banda pela Redenção, resolvi descer para o Centro Histórico e fui caminhando para poder conhecer as ruas da cidade... Algumas já eram conhecidas, mas eu sempre tentava fazer um caminho diferente para poder expandir o meu conhecimento sobre elas, para ir me afastando do lugar de estrangeiro e ocupando o lugar de morador. Não que, ainda assim, aquele lugar não tivesse seus sabores: o de novidade, frescor e descoberta.

Havia me programado para assistir um filme na Casa de Cultura Mário Quintana, cheguei na Rua dos Andradas e ela já se encontrava povoada por corpos diversos. Era dia de semana, mas como estava em época de férias havia muito movimento. Trabalhadores, algumas pessoas de passagem, outras se alimentando e tomando uma cervejinha. Fui me aproximando daquele prédio rosa imponente, mas delicado, que contrastava com o verde das copas das árvores. Cheguei, entrei e comprei o meu ingresso. A sala demoraria ainda uns vinte minutos para abrir. Saí do prédio, me escorei em um dos seus muros e fiquei olhando o que acontecia na Rua dos Andradas.

Foi quando me deparei com aquele casal de mãos dadas - um casal de dois rapazes que seguiram para a esquina e lá pararam. Das mãos dadas a um abraço, demorado, apaixonado. O tempo para mim passava devagar olhando aquela cena, e na maior contradição me alegrava ver como também o medo era disparado. Ao

término do abraço, um beijo. Sim! Aqueles dois homens se beijavam, à luz do sol, na esquina movimentada. Ao fim do beijo as mãos se entrelaçaram novamente. Logo, um carro chegou, parou. Eles se beijaram para se despedir. Um entrou no carro e o outro seguiu seu caminho andando.

Eu, como homem *gay*, vi ali uma fresta de libertação: pensei comigo que quando estivesse namorando novamente andaria de mãos dadas. No meu relacionamento anterior poucas vezes tive esse prazer - apenas quando viajei para o RJ é que andávamos de mãos dadas. Na cidade onde eu nasci (Campo Grande/MS), tirando as boates *gays* e bloquinhos de carnaval LGBTQIA+ *friendly*, não se via essa possibilidade de manifestação de afeto e experiência de relação homoafetiva. Algo tão banal para a heterossexualidade, mas desejado por casais homoafetivos. Fui notando essa cena se repetindo por outros lugares de Porto Alegre, localizei que nessa cidade conseguiria experienciar esse comportamento.

Não que seja um território livre da cisheteronorma. Violências direcionadas a corpos dissidentes de gênero e sexualidade acontecem cotidianamente, mas a resistência também incide sobre ela. Entrando nesses territórios e espaços, alguns guetificados e outros não, é que reconhecemos marcas, discursos e sinais de que existe certa segurança para corpos LGBTQIA +.

O conto acima foi, inicialmente, escrito por um de nós. No momento em que as palavras encontravam o papel, ele serviu como ferramenta de registro de uma sensibilidade que atravessava um homem *gay* ao pisar, ainda desfamiliariizado, na cidade de Porto Alegre. Ao nos (r)encontrarmos com essa escrita, ela se apresentou como um disparador afetivo do pensamento, o qual nos possibilitou iniciar a reflexão sobre um tema que nos invade de forma densa. Isso porque, de uma forma ou outra, cada um de nós expressou o quanto se identificou com a narrativa. Quem assina este capítulo é um grupo formado de três autoras cis lésbicas e um autor cis *gay* que habitam a mesma cidade e cujos corpos se inserem na sigla que se convencionou chamar de “LGBTQIA+”.

A partir de nossa própria experiência, acreditamos que abrir essa discussão com um conto escrito por um de nós poderia ser uma forma de estimular a quem lê a narrar sobre suas próprias vivências. As narrativas, para além de servirem como um meio de verbalizar os afetos, podem, também, ter a função da partilha de um comum ou, ainda, servirem de estímulo para a produção de memórias que nos sensibilizam. Para além disso, o registro de tais narrativas - neste caso, de forma escrita - tende a ser, em si, um lugar seguro para vidas que subvertem as formas de ser hegemônicas.

Ocorre que, ao mesmo tempo em que nos vimos instigados a compartilhar o texto com o qual abrimos o capítulo, também fomos tomados pela sede de nos aventurarmos

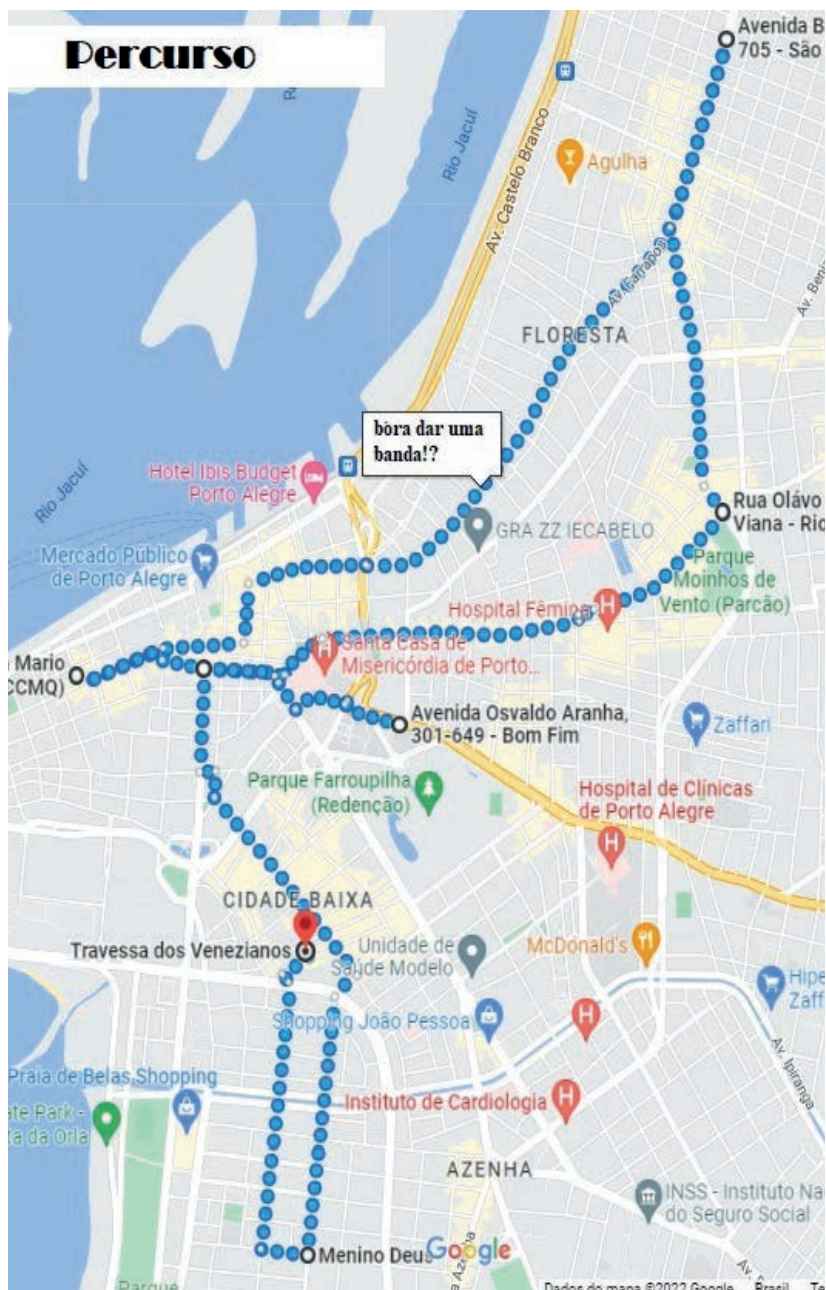
na busca por mais narrativas. Expressões de vidas que vivem ou viveram pelas mesmas ruas que costumamos passar e que, como nós, também se depararam com o desafio de inventar lugares possíveis para habitar os espaços a partir de um corpo que contrariasse as normas de gênero e/ou sexualidade. Esses encontros nos acionaram diversas sensibilidades e nos impuseram alguns questionamentos. Passamos a nos perguntar: de que forma Porto Alegre se apresenta como espaço habitável para as pessoas LGBTQIA+? Vivemos em um lugar hostil para aqueles que experimentam gêneros e sexualidades tidos como desviantes? Quais são os riscos de se viver a cidade para essa população? Existem locais onde podemos existir de forma relativamente segura?

É em meio ao cenário de onde emergem essas questões que optamos por compartilhar algumas cenas escolhidas em livros biográficos ou de literatura e produzidas por autores habitantes de Porto Alegre vinculados diretamente à temática LGBTQIA+. Esses fragmentos se cruzam às leituras teóricas, e dessa interlocução é que pareceu-nos ser possível realizar este convite às(os) leitoras(es) de atravessarem conosco o difícil percurso que é analisar a diversidade que constitui uma cidade. De antemão, já avisamos que nos encontraremos com histórias que denunciam uma cidade hostil e produtora de violências direcionadas às pessoas LGBTQIA+. Entretanto, e de forma concomitante, também iremos nos deparar com movimentos de subversão dessa mesma Porto Alegre, a partir da invenção de lugares que parecem rasgar um cenário violentamente cisheteronormativo na emergência de espaços ocupados por corpos tidos como desviantes.

O geógrafo João Batista Ferreira de Mello expõe uma distinção entre os conceitos de espaço e de lugar. Para o autor, o “espaço, amplo, temido, estranho e rejeitado, provoca medo, ansiedade e desprezo, sendo desprovido de valores ou ligações afetivas” (Mello, 1993, p. 17). Entretanto, dentro dos espaços, é possível a invenção de lugares. Diferente do espaço, o lugar estaria “emocionalmente recortado, emerge das experiências cotidianas e é ‘um mundo ordenado e com significado’” (Mello, 1993, p. 17). Tais esferas também são atravessadas pelos vetores do tempo, uma vez que “Um local pode ser espaço ou lugar em questão de horas” (Mello, 1993, p. 18). Essas duas peças compõem o jogo de uma cidade. Em nossas andanças, buscamos lugares inventados e habitados por pessoas LGBTQIA+ em meio aos espaços da cidade de Porto Alegre.

Àqueles que aceitarem nos acompanhar nessa caminhada, a seguir, disponibilizamos um mapa do trajeto que iremos percorrer em nossa busca. Cabe ressaltar que este percurso representa apenas um pequeno recorte de nossa cidade, que delimita, sobretudo, uma zona central. A necessidade de limitarmos nossas andanças a um determinado perímetro se deve ao fato de que não seria possível percorrermos toda extensão de nossa cidade neste curto espaço de tempo-páginas.

Embora o trajeto apresentado não compreenda bairros que compartilham de características homogêneas, está aqui implicado um comum: o circuito central.



A escolha por este circuito, todavia, imprime determinadas especificidades a este percurso. Por um lado, denuncia o lugar de onde falamos - de acadêmicos que têm o acesso de circular por um espaço privilegiado da cidade - e, por outro, denota a escolha por um espaço que apresenta um constante fluxo de transformação que produz uma diversidade de locais, pois, como afirma Mello:

Os centros das grandes cidades são notabilizados por apresentar de dia uma vida dinâmica, fantástica. O corre-corre diário e a experiência repetida convertem as áreas centrais das cidades, no horário normal de trabalho, em lugares. À noite e nos finais de semana, os centros são, principalmente depois dos horários das sessões de cinema e teatro, locais de encontro e permanência de parcelas consideráveis de artistas, homossexuais, boêmios, alcoólatras, prostitutas de ambos os sexos, desocupados, pedintes etc. Para esta gente, o centro é uma extensão do lar, ou o próprio lar, logo, lugar. Mas para quem percorre esses pontos, de dia, com desembaraço (lugares), os centros das cidades, à noite - desertos ou frequentados por “pessoas exóticas” - são evitados ou causam aflição, sendo, portanto, espaços. (Mello, 1993, p.18)

Dito isso, aqui está o nosso percurso. Nós partiremos de casa, você nos acompanha?

EM CASA

A passagem abaixo foi extraída do conto “Minha prima está na cidade”, escrito por Natália Borges Polessso e publicado no livro “Amora”:

Aproveitei que a Bruna estava viajando e decidi convidar o pessoal da firma. É que eu nunca tinha falado da Bruna para nenhuma das minhas colegas. Eu trabalho num lugar que não me permite fazer isso. Sei lá, a Bruna é *designer*, acho que, no meio em que ela circula, é mais fácil aceitar. (Polessso, 2016, p. 41)

“O que se faz entre quatro paredes não me importa” é uma frase bastante repetida por quem rechaça manifestações públicas de afeto entre pessoas LGBTQIA+, como se houvesse uma fronteira muito nítida entre espaços de circulação público e privado. Sob esse discurso, o ambiente doméstico, por exemplo, seria um local seguro para o exercício da liberdade sexual, ao passo que o andar de mãos dadas na rua, o beijo na mesa do bar ou o amasso em uma praça seriam todas atitudes, de algum modo, ofensivas.

Por existirem riscos de manifestar publicamente qualquer tipo de afeto não heteronormativo, uma parcela muito expressiva da população LGBTQIA+ reprime seus sentimentos e resguarda-os “às quatro paredes”. Consideramos essa estratégia como uma legítima forma de buscar proteção frente à violência que

os espaços públicos podem apresentar. Especificamente em relação às mulheres lésbicas, o grupo de pesquisa “Lesbocídio – As histórias que ninguém conta”, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (Peres, Soares, & Dias, 2018), publicou, também em 2018, o estudo intitulado “*Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*”. Segundo consta no documento publicado, foram registrados o assassinato de 54 mulheres lésbicas no ano de 2017, o que representou um aumento de 237% em relação aos dados do ano de 2014. Quanto aos locais de ocorrência dos crimes, o relatório aponta que, em 2014, 71% dos casos ocorreram em espaços públicos - o que, segundo o documento, inclui: “vias públicas, estabelecimentos comerciais, espaços ermos etc.” (p. 42) - e 29% na residência das vítimas. Os anos seguintes apresentaram números similares: em 2015, 68% em espaços públicos e 32% em residências; 2016, respectivamente, 78% e 22%; e em 2017, 62% e 38%. Como podemos observar diante dos dados, de fato, os locais públicos representam um grande perigo à integridade de mulheres lésbicas.

Acontece que, segundo essa mesma pesquisa, os espaços domésticos também não estão livres de serem lugares de risco, o que indica que essa estratégia é capaz de não trazer nenhuma sensação de segurança ou liberdade, seja porque muitas formas de violência são oriundas dos próprios ambientes domésticos, seja porque o poder simbólico da violência pode ultrapassar qualquer fronteira física entre ambientes.

Nesse conto, Natália narra a história de um casal de mulheres aparentemente jovens que vivem juntas em um apartamento. Ao decidir chamar os colegas de trabalho para uma janta, a protagonista é pega de surpresa: Bruna, sua namorada, voltou mais cedo da viagem que havia feito sem comunicá-la, fato que lhe gerou uma profunda tensão porque seus colegas não sabiam que vivia com outra mulher. Para não precisar contar a verdade, ela inventou que Bruna era sua prima e estava na cidade por uma ocasião particular. Apesar de um tom um tanto quanto cômico, em que a própria personagem, Bruna, oscila entre o riso e a indignação, a história retrata muito bem as incertezas e inseguranças típicas da população LGBTQIA+, mesmo estando em um ambiente doméstico.

Em um estudo realizado por Caproni e Bicalho (2017) sobre violência simbólica, lesbofobia e trabalho, os autores fazem uma interessante torção das conclusões de Bordieu em “*A dominação masculina*” para tratar da violência simbólica que atinge mulheres que se relacionam com mulheres. A grosso modo, essa forma de violência é oriunda de um poder simbólico que, devido ao seu caráter estrutural e dominante, atua sobre os sujeitos sem a necessidade da força física, por exemplo. Em outras palavras, decorrente de um poder exercido através de diversas instituições ou comportamentos, determinadas formas de ser tornam-se hegemônicas e, com isso, todas aquelas demais formas de ser não hegemônicas passam por processos de adequação ou ajustamento.

No entanto, diferentemente da violência física, o caráter simbólico desse tipo de violência se dá porque o sujeito internaliza tais processos e, inclusive, passa a

reproduzi-los sem sequer percebê-los - assim como no conto de Natália Poleso, em que a protagonista aparentemente não está sofrendo nenhum tipo de violência por outrem, exceto se realizarmos a análise com base no poder simbólico da violência.

Bruna ficou puta comigo, com razão. Aquela era a nossa casa e eu podia me sentir bem e protegida ali, foi assim que eu comecei a entender. Comecei a entender com cheiros de sopa e pão, banhos quentes e carinhos e escolhas bobas como a cor dos móveis ou a necessidade de uma cortina, assim comecei a entender o que era uma família, com louças acumuladas e montes de cabelos que se perdiam pelo chão, cabelos pretos e compridos, porque eu e a Bruna temos cabelos pretos e compridos. (Poleso, 2016, pp. 40-41)

As questões apresentadas por Caproni e Bicalho (2017) a partir dos conceitos de Bordieu também podem ser compreendidas através do conceito de colonialidade da sexualidade, em especial a partir das reflexões propostas por Ana Claudia Beserro Macedo (2020). Esse conceito se refere à forma como produzimos e compreendemos a sexualidade humana na atualidade enquanto um produto decorrente das normas impostas desde os processos de colonização nas Américas.

Para Macedo (2020), a Colonialidade da Sexualidade se formou pela Colonialidade do Poder “por meio do genocídio de pessoas com vivências não heterossexuais e/ou pela criminalização dessas vivências e consolidou-se por meio da imposição da heterossexualidade obrigatória” (Macedo, 2020, p. 49); pela Colonialidade do Ser “por meio da convenção de vivências não-heterossexuais como pecado e, promoveu-se por meio do modelo amatório pareijlfamilista, baseado no ideal de amor romântico, monogâmico, heterossexual (Macedo, 2020, p. 49); e pela Colonialidade do Saber “ao patologizar corpos-mentes-espíritos não-heterossexuais como doença e se consolidou por meio do pensamento hetero, contribuindo para a interiorização da opressão mediante a lesbofobia internalizada” (Macedo, 2020, p. 49).

Nesse sentido, haveria uma transição discursiva europeia que indicaria uma passagem de um paradigma ao outro, tal como o do pecado para o de doença – sem que o primeiro, entretanto, fosse dissolvido. Fazendo referência ao trabalho de Saunders (2017 citado por Macedo, 2020), a autora aponta que foi na tentativa de diferenciar os brancos cristãos privilegiados de todos os “outros” que se produziu um grupo genericado, sexualizado e racializado, que seria inscrito fora do “mundo humano”. Macedo explica que esse processo implicou a imposição vigilante de uma binariedade de gênero.

Nessa transição de projeção discursiva europeia, da religiosa para a científica (sem acabar totalmente com a primeira), a não-heterossexualidade passou a ser vista como doença, a ser classificada, estudada e regulada por diferentes campos científicos. E por meio da “missão civilizadora/normalizadora” e da colonialidade do saber, impôs-se, a partir do processo de colonização das Américas, como o padrão mundial de sexualidade (Macedo, 2020, p. 66).

Ochy Curiel (2013), em trabalho intitulado *Lá Nación Heterossexual*, realiza uma análise crítica do discurso do texto da Constituição Política Colombiana de 1991 para demonstrar como se expressa o regime heterossexual de uma nação. Para a autora, a família nuclear “tradicional” constitui um pilar central do regime heterossexual e um dos tentáculos da sustentação da ideia e da unidade de nação. A ciência ocidental e a Igreja Católica, por sua vez, seriam grandes instituições responsáveis por sustentar este ideal de família - que é heterossexual, classe média, branca e monogâmica. A imposição do matrimônio heterossexual, como estabelece o Conselho de Trento, teria o fim de “civilizar” a sociedade.

A necessidade de esconder a existência das relações homossexuais e a naturalização de um ideal de família heterossexual também pode ser visualizado em *Minha Prima está na Cidade*:

Não conto para muitas pessoas, tem gente que não precisa saber, não faz diferença. Por exemplo, as minhas colegas de trabalho não precisam saber, nem a minha família. Minha família adora a Bruna, eles só acham engraçado ela morar comigo, já que é uma mulher feita que tem uma carreira relativamente estável, sabe? Acham que ela poderia já estar casada, morando com um marido bacana. (Polessio, 2016, p. 41)

A ciência ocidental, explica Ochy Curiel, também teria se ocupado de sustentar o discurso sobre esse ideal de família a partir do momento em que a definirá com base na filiação ou na descendência. Para Ochy Curiel (2013), a mesma lógica do regime heterossexual é a que rege o paradigma moderno, em que há a necessidade da imposição de “um universal” em contraponto “às(aos) outras(os)”.

Assim, o receio da personagem em se apresentar aos seus colegas de trabalho como alguém que desafia esse ideal de sociedade heterossexual não parece ser desprovido de razões. Ao afirmar sua posição para sua companheira, a narradora acaba por evidenciar engrenagens da colonialidade da sexualidade que se fazem presentes em nossas vidas.

Para Preciado (2016), como uma das bases que sustentam as divisões binárias baseadas nas normas de gênero e sexualidade é que estaria localizada a contraposição entre as esferas públicas e privadas da vida. O ambiente privado, porém, não estaria necessariamente relacionado a um lugar seguro com a figura do lar. Ao contrário, se configura como mais um dos ambientes de reprodução da heteronorma construído como um espaço íntimo exclusivo da família nuclear heterossexual.

Partindo desse pressuposto é que a noção de lugares seguros com base em fronteiras entre o público e o privado se torna extremamente frágil. Isto é, todas e todos que repetem a frase citada inicialmente - sobre não se importarem com o que é feito entre quatro paredes -, como se isso fosse uma atitude não violenta e de tolerância, estão, na verdade, reificando mais uma forma de violência contra a

população LGBTQIA+. Em “Minha prima está na cidade” temos algumas pistas que explicitam de que modo isso passa a afligir essa população, e o quanto é difícil assimilar uma ideia de segurança dentro do seu próprio lar. E será em oposição a uma nação heterossexual que Preciado (2016) pensará uma sociedade contrassexual. Tal sociedade se constituiria como um espaço que permitisse a criação de lugares por e para as pessoas de gêneros e sexualidades desviantes. Entre uma das condições para erupção desse lugar, o autor estabelece o princípio de uma arquitetura contrassexual:

A sociedade contrassexual estabelecerá os princípios de uma arquitetura contrassexual. A concepção e a criação de espaços contrassexuais serão baseados na renegociação e na desconstrução das fronteiras entre as esferas pública e privada. Essa tarefa implica desconstruir a casa como espaço privado de produção e de reprodução heterocentrada. (Preciado, 2016, p. 42)

Entendemos que essa tarefa, muito mais do que se apresentar como um programa de um projeto utópico de sociedade, diz respeito a uma luta a ser travada dia após dia. Ainda que, por vezes, tenhamos que engolir em seco aquilo que nos arranha a garganta, as personagens do conto nos convidam a seguir acreditando que, em algum momento, “isso” terá de mudar, e é por essa causa que continuamos tentando:

Bruna, essas são minhas colegas de trabalho. Gurias, essa é a Bruna. Minha prima. Ela veio fazer uma prova. Veio fazer o Enem. A Bruna olhou para minhas colegas e as cumprimentou como se aquilo de prima e Enem fosse a mais ordinária verdade e pediu licença para ir estudar. Eu fiquei na cozinha com as gurias, mas a comida desceu arranhando a noite toda. Depois que elas foram embora, eu fui falar com a Bruna e ela só me disse que em algum momento aquilo teria que mudar, riu do absurdo e disse também que a verdade teria sido indolor, talvez, mas não tinha certeza, talvez estivesse errada. O fato é que continuamos tentando. (Polessio, 2016, p. 44)

FARRAPOS, MOINHOS DE VENTO E CENTRO HISTÓRICO

Pego um canetão da minha bolsa. Um provável dildo, sem nem precisar de tanta imaginação. ... A gente tem que ficar toda hora reinventando maneiras de existir. E escrevo na porta: Atrás da cortina de névoa que é sua bolha de felicidade ficam todos os outros. (Alcan, 2021, p. 58)

“Baixando Bruma” é uma história contada por Mel, uma travesti que inicia a narrativa descrevendo o local onde se encontra naquele exato momento: em

um evento grande, no centro de Porto Alegre. Entre os acontecimentos da cena e suas reflexões, a personagem vai contando um pouco de sua história. Ao longo da leitura, vamos compreendendo que a narrativa é direcionada à Clari, uma sapatão cis classe média que tem uma relação supostamente livre com Simone e que parece despertar os sentimentos de Mel. Esse casal de personagens faz parte do *rolê* da “galera do centro” que, diferente dos locais onde até então circulava a narradora, é caracterizado pela presença de pessoas que possuem certos privilégios de classe e raça. Simone, por exemplo, é aparentemente uma pessoa cis, descrita como uma “mulher perfeita”: “Branca, magra, bonita, não sei se sua família tem dinheiro, imagino que sim” (Alcan, 2021, p. 54). A narrativa de Mel dá conta de explicar suas andanças, de onde veio, das sensações que a atravessam entre os ambientes por onde passa e de como foi parar no meio da “galera do centro”. Até então, Mel morava em uma quitinete que dividia com mais duas meninas e trabalhava na “pista” no bairro Farrapos:

Passei um tempo com as putas tentando descolar grana, mas elas riam de mim, do meu absoluto fracasso. Eu mesma ria com elas, do medo que eu tinha de um homem, do pânico ao entrar em um carro e achar que iam me matar, ou da minha aflição por pensar que poderiam recusar a pagar, mas insistir no sexo. Elas diziam: — Docinho, mas não é tão horrível assim. A maioria dos caras apenas estão buscando outra coisa além da esposa. Eles são tristes, eles dão até pena. Perigo, até tem, mas não são todos que vão sair te batendo. Você só precisa aprender a diferenciar o perfil de cada um. Não adiantava. Eu continuava com medo. Na *internet* eu via todo dia casos de espancamento e de morte. Eu não via os homens como clientes, mas como inimigos. (Alcan, 2021, p. 45)

Apesar da admirável coragem apresentada pelas amigas de Mel em relação aos riscos de estarem nas ruas, o medo explicitado pela personagem é brutalmente real. Infelizmente, o Brasil carece de uma computação séria de dados estatísticos sobre os índices de violência contra essa população. Apesar de escassos, os relatórios e pesquisas existentes - geralmente produzidos de forma autônoma por coletivos independentes - revelam dados alarmantes. Um dos estudos mais recentes é o produzido pelo Grupo *Gay* da Bahia (GGB, 2019) em parceria com Acontece – Arte e Política LGBTI+ (respectivamente, uma organização não governamental e uma organização da sociedade civil), ambas voltadas para a defesa dos direitos da população LGBTQIA+ no país. O relatório registrou a ocorrência de 237 mortes violentas de LGBTs em 2020 no país, sendo 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%).

Há poucos anos, os números eram maiores e, segundo o relatório, a queda pode ser consequência da subnotificação e da diminuição da circulação dessa população

nos espaços públicos da cidade devido à pandemia de covid-19. Essa justificativa parece ir ao encontro do que indicou a pesquisa realizada pela plataforma Gênero e Número, intitulada “Violência Contra LGBTQs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral” (Bulgarelli et al., 2019), onde foi constatado que as ruas e os espaços públicos são os locais de maior incidência de violência contra essa população, totalizando 83% dos casos relatados. No relatório elaborado pelo GGB referente ao ano de 2018, foi registrada a ocorrência de 420 mortes de LGBTQs no Brasil, dos quais 320 tratavam-se de homicídios e 100 de suicídios. Esse estudo, ainda, indicou que se matou muito mais pessoas LGBTQIA+ no Brasil do que nos 13 países do Oriente e da África, locais onde existe pena de morte contra essa população.

Ainda de acordo com o “Dossiê: Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018” (Benevides & Nogueira, 2019), desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), desenvolvido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) em parceria com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), foram registrados 163 assassinatos de pessoas trans* no período. Esse dado, em consonância com os dados compilados no relatório da ONG Internacional Transgender Europe e descrito nesse mesmo documento, expõe as informações que justificam a afirmação das entidades (relativas ao ano de 2018): “O Brasil segue como o país que mais mata travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans de todo o mundo.”

Os dados da ONG internacional Transgender Europe também foram fornecidos à Comissão Especial para Análise da Violência contra a População LGBT da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul pela ativista Atena Beauvoir. Segundo a Comissão, entre janeiro de 2008 e setembro de 2016, o Brasil apareceu no topo do ranking de assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que ultrapassam o registrado na soma de todos os demais continentes. A referida comissão gaúcha também produziu um relatório que apresenta uma compilação dos resultados de alguns estudos já existentes sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+ no país e organiza os poucos dados que o Estado do Rio Grande do Sul tem conseguido registrar. Segundo a Comissão, a partir dos dados das denúncias dirigidas ao Disque 100, foi possível verificar que no território gaúcho, entre 2011 e 2017, foram registradas 547 notificações de violência contra pessoas LGBTQs, sendo que a maioria dos casos (27,79%) aconteceram nas vias públicas. Em segundo lugar, com 26,87%, estão os casos ocorridos em casa, ou seja, no ambiente doméstico.

Retornando ao conto, o encontro de Mel com essa “galera do centro” ocorreu por intermédio de Gabriel, um estudante universitário comunista que queria fazer um campo jornalístico com as prostitutas da cidade: “Disse que a última moda era dar voz aos subalternos. Que, se houvesse interesse, podíamos nós mesmas escrever, fazer um jornal, para contar nossa realidade. Eu quis” (Alcan, 2021, p. 46). A disposição da personagem em participar de um projeto jornalístico que

desse conta de explicitar sua realidade sinaliza uma estratégia de visibilizar a existência de vidas como a sua, que percorrem a cidade de Porto Alegre. O relatório da comissão gaúcha anteriormente citado explicita a falta de dados no estado e, em especial, na capital em relação à vida dessa população e, particularmente, das situações em que experimenta o risco. Nos meios de comunicação, tais omissões também são denunciadas, como na matéria publicada pelo jornal local *Extra Classe*, com a seguinte manchete: “Ataques à comunidade LGBT cresceram no país, mas RS não registrou”.

Entretanto, em meio ao projeto jornalístico, Mel acaba se apaixonando pelos caminhos que entende que Gabriel poderia abrir para ela. Ele possibilita acessos que até então Mel não tinha contato. O graduando inicia pagando-lhe almoços e conseguindo uma carteirinha emprestada para ela entrar no Restaurante Universitário. Depois de três meses, a convida para morar com ele no apartamento que divide com os amigos. E, por fim: “De eu dormindo em um colchão ao lado do dele para eu de quatro em sua cama com minha lingerie fio dental não demorou nem uma semana. O projeto do jornal foi cancelado. O professor orientador de Gabriel entendeu que ele tinha se envolvido demais com o campo. Isso comprometia a objetividade científica” (Alcan, 2021, p. 47). O valor do aluguel era pago por Mel com serviços domésticos e com um pacto de silêncio em relação a esse trabalho e às traições que os moradores cometiam contra suas namoradas: “Nenhuma visita nem mesmo desconfia que nós não fazemos revezamento na limpeza. A gente mora num bairro chique — eles dizem classe média — perto do Centro e perto de onde o pessoal sai à noite” (Alcan, 2021, p. 48).

Apesar dos novos acessos que Mel encontra a partir da convivência com “a galera do centro”, novas formas de violência vão se configurando nesses novos ambientes. Ela descreve o quanto “Todo esse povo ... deixava-me era meio tonta. Era invasivo também” (Alcan, 2021, p. 49). O contraste de classe entre ela e os jovens universitários era evidente, e a forma com que a tratavam também: “as pessoas percebiam que eu não era daquele meio, eu estava tapada pelas brumas que cobrem as outras tias e tios que também vendiam cerveja ou qualquer produto na noite, os pobres, que vinham de longe e que não valia a pena conhecer” (Alcan, 2021, p. 48). Ainda assim, a personagem vai criando brechas de resistência nesse novo universo, o que, por consequência, causa o descontentamento de Gabriel. Em uma das cenas, ele a xinga aos berros pelo fato de Mel ter levado Clari para casa.

De forma geral, o conto expõe a relação de produção de violências que os diferentes espaços da cidade propiciam. Mesmo em um lugar ocupado por outras pessoas trans, Mel revela sentir medo ao habitar à noite a pista de prostituição da Farrapos. Os homens cis são descritos como seus inimigos. Há uma contradição presente nas ruas do bairro que, ao mesmo tempo que apresenta a possibilidade de violência, se forja como um local de sobrevivência e de trabalho para diversas

travestis e mulheres trans. O pânico de Mel diante das notícias que tem ciência denuncia a hostilidade presente nesse espaço. Ao mesmo tempo, a Farrapos aparece como um local potente para suas amigas, que desenvolveram determinadas táticas para reduzir os riscos, como o fato de terem encontrado formas para diferenciar perfis de clientes mais ou menos ameaçadores.

Quando, porém, Mel se desloca e passa a viver com a “galera” classe média que transita pelas áreas centrais e abastadas de Porto Alegre, ocorre uma reconfiguração dos atravessamentos que essa mesma cidade lhe impõe. Novamente, ela está inserida em um circuito habitado por pessoas LGBTQIA+ e que, teoricamente, estão familiarizadas com as discussões acerca dos direitos das populações subalternas - é caracterizado, sobretudo, como um ambiente feminista e de esquerda. Essa nova configuração não garante, novamente, a produção de um espaço isento de violências para Mel. A mera presença de outras pessoas LGBTQIA+ nos diversos espaços não acaba por garantir um padrão de segurança homogêneo a toda essa população. Ao contrário: oferece diferentes padrões de risco aos corpos atravessados por diferentes marcadores. A personagem se depara com outras formas de violência, seja na exploração que vivencia dentro de casa, seja nas intervenções invasivas e na diferença de tratamento que experiência nos *rolês*. Mesmo a possibilidade de sentir e manifestar o sofrimento diante das situações adversas é marcada por um jogo de acessos e privilégios:

Sofrer gritando, sofrer para os outros verem é coisa que só quem está muito bem mesmo pode fazer. Como o menininho mimado de olhos azuis que esperneia da mais ampla cobertura do Moinhos de Vento e obriga a empregada exausta da jornada de vinte e quatro horas por dia, a filha da empregada desiludida de trabalhar ao invés de ir para escola e a neta da empregada esfomeada de falta de mamar e atenção a se desdobrarem em dez para atendê-lo. (Alcan, 2021, p. 53)

A narrativa dispara a reflexão sobre a ambiguidade do que é considerado seguro e do que é considerado perigoso em cada um desses locais. Isso fica evidente em uma de suas conversas com Clari, na qual Mel - já há bastante tempo no circuito central - expõe do que, por vezes, sente falta: - É, às vezes sinto saudade da Farrapos (Alcan, 2021, p. 50).

As zonas urbanas são compostas de diversos elementos, paredes, arquiteturas, histórias, culturas, dentre outros elementos que atravessam os corpos e produzem diferenças na experiência de quem as habita e é habitado por elas. Ao se mudar, Mel é confrontada por essas experiências, dando vias para uma reflexão sobre os encontros na cidade e as nuances variantes provocadas pelo que pode ser uma violência para cada corpo. Enquanto travesti com uma experiência urbana marginalizada que vai para o centro, Mel fica suscetível a violências situacionais que assumem concepções diferentes e expressões variadas sem deixar de constituir violações, de modo

que espaços distintos operam na produção de vulnerabilidade e a sensação de não estar segura. Neste escopo, a interseccionalidade, que pode ser caracterizada como o encontro de diferentes localizações sociais nos corpos, surge como uma noção relevante para a apreensão do que pode ser uma colisão, ou coalizão, a depender de fatores estruturais dispostos também por entre as ruas da cidade.

Creenshaw (2017) disserta sobre a interseccionalidade através do entendimento da urgência da criação de ferramentas para expandir horizontes no debate identitário, em especial no que se refere às mulheres não brancas. A autora aponta que abordar a questão das identidades de maneira crítica e interseccional pode atuar no sentido de um maior entendimento frente às camadas que constituem práticas violentas. Tendo em vista que a afirmação de identidades é um ato político que pode surtir efeitos voltados para a equidade social, Creenshaw escreve que o problema com a política de identidade não é que ele não transcenda a diferença, como alguns críticos acusam, mas sim o oposto- que frequentemente confunda ou ignore as diferenças intragrupais.

Mesmo assim, quando esse circuito classe média universitário se torna insustentável, mais uma vez Mel insiste em encontrar um outro lugar para viver na cidade. É “no bar de uma bicha bem pintosa” que conhece Serginho, um ativista da causa gay que, nos seus mais de 60 anos, tinha como objetivo tirar pessoas LGBTQIA+ da situação de prostituição. Ele consegue um emprego para Mel e logo ela se muda para o apartamento de um de seus colegas de trabalho. O conto não evidencia em qual bairro de Porto Alegre a personagem passa a viver. Nesse momento da leitura, porém, isso pouco parece importar: Mel encontra um local seguro que poderia estar ancorado em qualquer zona da cidade, uma vez que sua espacialidade é forjada pelas relações que ali são estabelecidas:

Meus novos colegas de apartamento não comentaram nunca da minha outra casa e me deram esse enorme alívio de não quererem saber que desgraça de vida que eu tinha. Com eles eu era só Mel, que trabalhava nas noites no bar por um salário mínimo, sabia tudo de roupa, maquiagem e performance e gostava de encontrar os caminhões que eles achavam umas gracinhas. Eles não perguntavam do meu passado, da minha identidade, nem de por que eu andava com quem andava ou me interessava por quem me interessava. O apartamento era minúsculo e eu tinha que dormir na sala, mas isso era a última coisa do mundo que me aborreceria. Eu só esperava que não aborrecesse a eles, porque eu queria morar ali por muito tempo. (Alcan, 2021, p. 57)

A concepção sobre o que é seguro se complexifica quando as intervenções simbólicas se encontram nas ruas, em especial no que se refere ao entendimento usual sobre a segurança policial provida pelo Estado. Muitos fatores podem levar à sensação de vulnerabilidade ao se deparar com esta caracterização do que é seguro no que se

refere à população LGBTQIA+, de modo que a cidade pode se apresentar repleta de perigos nos mais diversos contextos. A monetarização de pautas identitárias e a falsa garantia de proteção pela polícia nos fazem questionar sobre modos alternativos para estar menos suscetíveis às variadas violências cotidianas no contexto urbano.

CENTRO HISTÓRICO, MENINO DEUS E CIDADE BAIXA

Em março de 1971, Luiz Airton compareceu ao Instituto de Artes, local de testes e ensaios do Coral da UFRGS. Quando o viram chegar, alguns rapazes se dirigiram ao regente Nestor Wennholz:

– Maestro, tem um sujeito aí que deseja cantar com a gente, mas é muito desmunhecado, vai ser um desastre, disse o porta-voz dos incomodados.

– Deixa comigo, vou fazer um teste bem difícil, respondeu Nestor, achando graça da situação. (Teixeira, 2015, p. 83)

A cena acima é extraída do livro “*Nega Lu: uma dama de barba malfeita*”, do escritor Paulo César Teixeira. A obra trata de resgatar a biografia daquela que é reverenciada como um grande ícone LGBTQIA+ na cidade de Porto Alegre: a Nega Lu. Habitante da cidade do momento de seu nascimento até o dia de sua morte, deixou seus rastros pelas ruas que marcou nas décadas de 60 e 70. Atravessada pelo preconceito da época, nunca teve seu nome de batismo esquecido, o qual acaba sendo replicado pelos diversos depoimentos orais e escritos das pessoas que com ela conviveram. Por conta disso, optamos por não o mencionar em nossa escrita, uma vez que, segundo a própria biografia referenciada, ela optara por não mais atender por esse chamamento. Entretanto, devido à insistência em reproduzi-lo pelas fontes coletadas para este capítulo, não foi possível suprimi-lo das citações diretas que aqui utilizamos - um verdadeiro mosaico de depoimentos colhidos através de uma obra biográfica, de uma produção audiovisual, de uma entrevista e de alguns relatos coletados na internet.

Segundo essas fontes, apesar de adotar um nome feminino e de utilizar pronomes tanto femininos quanto masculinos para se autorreferir, Nega Lu se autodefinia “com amarga ironia” como “preto, pobre e putó” (Teixeira, 2015). Nesse sentido, não caberia aqui a enquadrarmos em algum rótulo específico - *drag queen*, homossexual, travesti, *queer?* - que destoe de suas próprias identificações situadas em seu tempo. Esse posicionamento vai ao encontro do que a teórica Hija de Perra denuncia em relação a determinadas nomenclaturas impostas de forma vertical por teóricos acadêmicos às pessoas que escapam às normas de gênero e sexualidade:

Sou uma nova mestiça latina do Cone Sul que nunca pretendeu ser identificada taxonomicamente como queer e que agora, segundo os novos conhecimentos, estudos e reflexões que provêm do Norte, encaixo perfeitamente, para os teóricos de gênero, nessa classificação que me propõe aquele nome botânico para minha mirabolante espécie achinchada como minoritária. (De Perra, 2014, p. 3)

Os lugares possíveis de serem habitados para além da norma são múltiplos e descontínuos. Nega Lu, ao responder de forma irônica ao requerimento de uma definição, parece afirmar uma estratégia que rompe com as limitantes respostas que dela esperavam. Em uma cidade permeada por violências que barram o acesso de pessoas LGBTQIA+ aos lugares que desejam ocupar - tal como é exposto na cena do teste para ingressar no Coral da UFRGS - se utilizar do recurso da ironia pode ser uma estratégia de combate para tornar possível o habitar em Porto Alegre - em especial, no circuito acadêmico. Na esteira de sua crítica, Hija de Perra devolve os questionamentos, também de forma provocativa, em detrimento de uma definição:

Serei um homossexual ornamentadamente empetecada, feminina, pobre, com inclinação sodomita capitalista? Serei uma travesti penetradora de buracos voluptuosos dispostos a devires ardentes? Ou serei um corpo em contínuo trânsito identitário em busca de prazer sexual? Existindo múltiplas opressões e dispositivos de controle já não está claro se você é homem, mulher, gay, lésbica, travesti, transgênero, andrógino ou bissexual. (De Perra, 2014, p. 5)

De toda forma, apesar da violência que lhe era imposta, Nega Lu parecia não se render à negativa da cidade em visibilizar seus talentos: o fato de que para pessoas não brancas e não cis héteros o esforço a ser feito para conquistar os lugares, reconhecimento intelectual, artístico e/ou laboral, tem de ser muitas vezes maior do que de pessoas brancas-cis-heterossexuais. Nega Lu, como alguém cujo corpo era atravessado por opressões de raça, gênero e de sexualidade, não escapara dessa regra. A cena que inicia este subcapítulo se desenrola na seguinte sequência:

- Deixa comigo, vou fazer um teste bem difícil, respondeu Nestor, achando graça da situação.

Inesperadamente, o rapaz afeminado saiu-se muito bem ao repetir os sons mais graves do piano. Em seguida, o maestro acelerou a melodia para que ele reprisasse as frases musicais, o que o candidato fez com precisão e desenvoltura. “Agora, vou fazer o teste final”, anunciou Nestor. E largou a nota mais aguda de tenor, que a Nega Lu ricocheteou com naturalidade. O regen-

te virou-se para os moços que antes haviam feito troça e agora, boquiabertos, espiavam pela porta entreaberta da sala:

– Aprovado. Com essa voz, pode desmunhecar à vontade. (Teixeira, 2015, p. 70)

Este momento demonstra de forma prática quais são os obstáculos extras impostos àqueles e àquelas considerados/as desviantes. Ainda assim, Nega Lu conseguiu transformar seu talento e seus esforços em ferramentas capazes de atravessar tais barreiras - que jamais deveriam existir. Compreendemos que seus feitos não devem ser lidos como ações individuais que justifiquem um espírito meritocrático, mas, ao contrário, como um exemplo de luta pela potência de um viver a cidade que ultrapasse a mera sobrevivência. Não há dúvidas que Nega Lu se fazia viva na cena porto-alegrense de algumas décadas atrás. O autor do livro biográfico, Paulo César Teixeira, em um artigo escrito ao *Jornal Gaúcha Zero Hora*, apresenta Nega Lu da seguinte maneira:

A personagem surgiu nos bancos escolares do Colégio Infante Dom Henrique, por volta de 1970, época em que Luiz Airton adotou o codinome e assumiu publicamente sua homossexualidade. Depois disso, só quem tinha autorização para ainda chamá-lo pelo nome de batismo era a avó Hilda, com quem morou a vida toda na Rua Almirante Gonçalves, atrás da antiga Chácara das Camélias — estádio do Nacional, time de futebol extinto em 1958 —, área hoje ocupada por um supermercado, no Menino Deus. Na juventude, a Nega Lu frequentou, com seu estilo espalhafatoso e divertido, os bares da Esquina Maldita (Avenida Osvaldo Aranha com Rua Sarmento Leite), além de vernissages, shows de MPB no auditório Araújo Vianna e concertos no Salão de Atos da UFRGS. (TEIXEIRA, 2020)

É imprescindível salientarmos que, embora consigamos compreender a importância dos registros históricos, nos parece impossível não questionarmos o porquê algumas pessoas, mesmo estando desautorizadas, sigam chamando Nega Lu pelo seu nome de registro. Essa atitude, por si só, já expõe um cenário de violência que atinge determinados corpos, em especial o das pessoas trans* - apesar de Nega Lu não se definir a partir desse termo. Entretanto - e apesar disso -, o referido trecho expõe sua presença na cidade, os lugares pelos quais costumava circular e a forma como sua existência se fazia presente. Segundo a jornalista Tânia Carvalho: “Aonde a gente ia, lá estava a Nega Lu” (TEIXEIRA, 2020).

É assim que, para além de marcar a história como uma pessoa que resistia às violências da cidade de Porto Alegre em uma época marcada por determinadas estigmatizações, Nega Lu era uma consagrada artista. Estudou na Aliança Francesa, aprendeu balé clássico com a russa Marina Fedossejeva, foi solista dos Corais da UFRGS e da Ospa, era rainha da Banda Saldanha Marinho e costuma se apresentar

e realizar performances não agendadas em diferentes bares da cidade, especialmente nos da esquina maldita, da Osvaldo Aranha e no Copa 70 que ficava na esquina da Sarmiento com a Osvaldo. Todos os depoimentos dão conta de sinalizar o seu impressionante talento. Além disso, indicam os diversos lugares da cidade que a artista conseguiu - junto com suas amigas e amigos que com ela desafiavam as normas - transformar em espaços que, ao menos momentaneamente, se tornavam seguros para pessoas LGBTQIA+.

O documentário “NEGA LU”, produzido pelo Coletivo Catarse no ano de 2015, expõe, através de imagens e entrevistas, a existência de uma *cena* LGBTQIA+ na Porto Alegre das décadas de 70 e 80. Nega Lu é invocada como um dos grandes ícones que protagonizou a produção desses territórios na cidade. Em um dos depoimentos, Mary Mezzari descreve a seguinte cena:

“Tem a história do meu carro, do meu primeiro carro, que foi um fuca verde. E eu peguei, já anoitecendo, e fui até a casa da Nega Lu, e enchemos o fuca de viado e bicha, e viemos para o Bom Fim, é claro, e no meio do caminho meu carro foi batizado. Esse primeiro carro que foi batizado por um bando de viado se chamou “oh carol”.(CATARSE, 2015)

Como pode ser observado, são diversos os depoimentos que relembram e reescrevem sua vivência no tempo de sua juventude e de sua vida adulta. É de forma quase mítica, porém, que o nascimento de Nega Lú é narrado em sua biografia:

Nas tardes quentes de carnaval, as famílias abastadas do Menino Deus levantavam poeira das ruas com os filhos aboletados nos capôs dos automóveis. Até 1955 sem calçamento, a Rua Almirante Gonçalves fazia parte do roteiro seguido de perto pelos moradores das casas humildes. Estes, porém, faziam sua própria festa. Da Rua Barão de Teffé, desciam blocos humorísticos e tribos carnavalescas. Airton de Souza Bastos – pai da Nega Lu –, a quem os amigos apelidaram de Mondongo, por causa do beijo grande, empunhava a bandeira da tribo Os Bororós. “Dançava muito bem, não tinha pra ninguém!”, elogia Iracema. Excitado com a agitação, o menino preto – com sandálias de couro, camiseta e fralda plástica, tudo na cor branca – pulava de alegria na calçada ao ver o pai como um dos protagonistas da folia. Do portão, atenta, a mãe vigiava os passos agitados da criança junto aos dois pés de cinamomo que enfeitavam a frente da casa. Lá pelas tantas, animava-se a enroscar serpentinas junto à cintura e em torno da cabecinha do pequeno. Pronto: estava completa a primeira fantasia da Nega Lu! (Teixeira, 2015, p. 24)

Essa passagem expõe as diferenças sociais que se encontram em um mesmo bairro a partir de duas vivências de carnaval: uma burguês-classe-média e outra

de “moradores de casas humildes”. É na última cena que vislumbramos a potência de uma criança que vai forjando um lugar de resistência para existir. Seriam por essas brechas que a infante viria se construindo como a futura Nega Lu. A narrativa, para além de disparar questões sobre a produção de lugares possíveis, também faz emergir discussões sobre os diferentes marcadores sociais. Não só Nega Lu, enquanto pessoa LGBTQIA+, cria com suas fantasias um lugar para si, como também os moradores da Almirante Goncalves produzem seu próprio bloco carnavalesco em meio a um espaço potencialmente hostil.



ANTES DE IR... CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO

Este capítulo teve como objetivo analisar algumas tentativas de construção de lugares seguros para a população LGBTQIA+ na cidade de Porto Alegre. Apontamos que esta população - da qual fazemos parte - está em constante estado de risco diante de uma política de morte que ameaça a sua existência, ao mesmo tempo em que resiste e busca formas alternativas de viver em harmonia. Justamente por isso, também se torna alvo de diferentes estratégias de captura. Neste escopo, foi possível realizarmos uma investigação sobre as formas com que esses lugares são inventados e como se instaura essa segurança - visto que não a entendemos por uma lógica policial - a partir de uma imersão em busca dos territórios de sobrevivência e dos rastros de resistência deixados pelos corpos LGBTQIA+ na cidade.

Entendemos que narrativas que abordam o tema podem mostrar efeitos da violência nesses corpos, se constituindo como uma estratégia de resistência por compor e disseminar perspectivas combativas às lógicas que permitem a reprodução continuada de práticas violentas. Essas narrativas percorrem diferentes zonas de Porto Alegre, atravessando lugares comumente associados à segurança, como a casa, e localidades usualmente apreendidas através do estigma da exposição, como a Avenida Farrapos, zona popularmente conhecida pela prostituição, de modo que a complexidade do tema insurge - onde é seguro, e para quem? Esse percurso é demonstrado por um recorte do mapa de Porto Alegre, composto pelas zonas com os rastros das narrativas e muros que atravessam a cidade expostos no curso do capítulo. Os contos percorreram os subcapítulos da mesma forma que existe o percurso entre os locais da cidade onde os rastros iam aparecendo. Assim, nos encontramos com histórias que denunciam uma cidade hostil e produtora de violências direcionadas às pessoas LGBTQIA+. Entretanto, e de forma concomitante, também encontramos movimentos de subversão dessa mesma Porto Alegre, a partir da invenção de lugares que parecem rasgar um cenário violentamente cishetero-normativo na emergência de espaços ocupados por corpos tidos como desviantes.

É bem verdade que são muito diversos os caminhos percorridos por cada um de nós, ainda que compartilhem algo similar acerca de nosso gênero ou sexualidade. Não obstante, existem momentos em que nossos caminhos se cruzam e onde torna-se possível narrar histórias em comum. Infelizmente, um desses entrecruzamentos em comum da população LGBTQIA+ diz respeito a situações de risco, de vulnerabilidade e de violência. A concepção sobre o que é seguro se distende quando as intervenções simbólicas se encontram nas ruas, em especial com a concepção usual sobre a segurança policial provida pelo Estado. Muitos fatores podem levar à sensação de vulnerabilidade ao se deparar com essa caracterização do que é seguro quando diz respeito à população LGBTQIA+, de modo que a cidade pode se apresentar repleta de perigos nos mais diversos contextos.

São poucos os registros existentes sobre nossas histórias. Em termos de dados quantitativos, este trabalho denunciou a escassez de registros numéricos em relação a violências que nos atravessam pelas ruas das cidades. Entretanto, como podemos perceber (e sentir) através das narrativas literárias aqui compartilhadas, são muitos os perigos que as cidades podem ofertar para as pessoas que escapam das normas de gênero e sexualidade. Consideramos que este silenciamento também se constitui como uma forma de violência contra a população LGBTQIA+ do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre. Diante dessa escassez de dados e da frieza com que se contam os números, optamos por visibilizar os riscos invocando as sensibilidades disparadas pelas histórias contadas por aqueles que as vivem na pele. Sendo assim, este capítulo buscou, através de cenas e contos literários, dar visibilidade para a existência dessas violações.

Outrossim, há também as diferentes formas de resistência e, dentre elas, está a construção de vínculos que possibilitem uma vida com prazer, felicidade ou com algumas singelas sensações de alívio. Sabemos também que, historicamente, viados, sapatões, travestis, transexuais e todes aqueles que escapam às normas de gênero e sexualidade vêm criando táticas para seguir existindo na cidade. Afinal nós, autores e autoras deste capítulo, seguimos aqui vivos escrevendo essas histórias. E é por fazermos parte dessa população que entendemos que, embora necessário, seria de uma extrema injustiça - e também de uma violência - darmos visibilidade *apenas* às narrativas de nossas derrotas. E, sendo assim, olhar para os espaços de segurança que criamos nos pareceu imprescindível.

A segurança, porém, pode não ser segura para todos - afinal, no que consiste o seguro? A frequente associação da população LGBTQIAP+ com estereótipos moralizadores pode produzir muitas nuances da violência, que se manifestam das formas mais sutis às menos: olhares, acusações, batidas policiais, morte. A contingência da distribuição dos corpos pela cidade, não só espacialmente, mas também temporalmente, pode ser decisiva para a manutenção da integridade física e psíquica. Os encontros podem trazer variedades sortidas de efeitos, e devolver para as situações diversas experiências com a vulnerabilidade, desde o perigo ao amparo. Neste cenário, que poder-se-ia qualificar como incerto, existem fatores produtores de risco bastante previsíveis: a localização dos corpos em estruturas de opressão e privilégio, ou, ainda, a convergência diferente e, ainda, a convergência de diferentes opressões e privilégios em cada corpo.

Justamente por disputarem as formas de viver na cidade, alguns destes locais de (r)existência também acabam se tornando alvo de todo tipo de captura. Isso pode ser constatado, por exemplo, a partir da emergência de estratégias de gestão da diversidade plenamente adaptadas à lógica capitalista, esta que pode operar tanto na disseminação massificada de estigmatizações - que muitas vezes têm como efeito violências frente à população LGBTQIA+, quanto no gerenciamento da concepção naturalizada em ampla escala sobre o que é a segurança na cidade. Essas capturas podem ser visualizadas diante da emergência do *pink money* ou através de outras políticas de ajustamento à lógica predatória de mercado. Em meio a esse emaranhado é que resolvemos problematizar a noção de “espaços seguros”, sobretudo diante de um contexto em que se oferta segurança como qualquer outra mercadoria, à vista ou em parcelas, cujo consumo depende de um certo poder aquisitivo. A monetização de pautas identitárias e a falsa garantia de proteção pela polícia nos faz questionar sobre modos alternativos para estar menos suscetíveis às variadas violências cotidianas no contexto urbano. Em 2015, a Secretaria de Turismo de Porto Alegre promoveu o seminário “Cenários do Turismo LGBT”, uma parceria da prefeitura municipal com a Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (ABRAT GLS). Naquele ano, a Prefeitura vislum-

brava capitalizar em cima de uma característica já bastante conhecida da cidade, qual seja: o fato de ter se constituído como uma capital *gay friendly*. Derivado dessa iniciativa, surgiu o programa Porto Alegre LGBT, o qual reuniu iniciativas em torno de empreendimentos interessados em receber consumidores LGBTs.

Esse dado tão particular de um momento pontual da história de Porto Alegre, inevitavelmente, leva-nos a uma discussão muito mais ampla sobre o que se tem denominado de *pink money*, tema recorrente em encontros nacionais e internacionais de diversidade sexual e de gênero. Resumidamente, *pink money* é o poder de compra que a comunidade LGBTIQAP+ tem. As iniciativas do mercado voltadas para esse público se fazem do uso da representatividade com fins lucrativos, muitas vezes gerenciando ações exclusivamente de marketing isoladas de outras tendências ou retornos das empresas para essa população. Os interesses mercadológicos são disseminados de maneira insinuante, e a compra da segurança se paga com um preço alto, afinal, será que ela está mesmo à venda?

Contudo, muito antes de chegar ao *pink money*, isto é, até serem alçados ao *status* de cobiçados consumidores, quais são as ofertas disponíveis para sujeitos oriundos dessa comunidade? Os contos nos mostraram que uma das estratégias adotadas pelas pessoas marcadas por identidades de gênero e sexualidade consideradas dissidentes na cidade se faz na criação de territórios que garantam suas sobrevivências, vivências e potências. Esses espaços possibilitam que possamos seguir contando nossas histórias, percursos, e desventuras - como essas que são apresentadas aqui. É importante ressaltar que os locais que resistem à violência não se resumem a territórios físicos permanentes e/ou imóveis, sendo possível que a sua invenção se dê através da criação de zonas temporárias, da instalação de símbolos, da emergência de redes afetivas de cuidado e através dos rastros deixados na passagem destes corpos pelo território. Apesar de este capítulo ter se dedicado ao recorte da zona central, são diversos os lugares da cidade que resistem a uma cidade cisheteronormativa

Neste percurso composto de rastros de violências, capturas, rupturas e resistências, as vidas que insistem se encontram com os muros da cidade, estas marcas e pistas nos sinalizam a passagem e a existência da população LGBTIQAP+. As paredes ganham vida e somam às narrativas outros elementos, de modo a indicar que as iniciativas pelo respeito são multiformes, por vezes fugazes - a coragem de andar de mãos dadas na rua -, compondo uma rede multidirecional que atravessa a cidade e os corpos, e que pode ter como efeito o reconhecimento de afinidades e a sensação de estar seguro.

São rastros espalhados pela cidade, transfigurados e aptos a assumir as formas de marcas nos muros, histórias, olhares encontrados... Eles atuam como uma estratégia relacional e afetiva que se encontra com os corpos produzindo efeitos variados e nos fazendo questionar: que marcas a cidade deixa e pode deixar, e como? Esperamos que essa pergunta não se feche em uma só resposta, em uma

só possibilidade, em uma só história ou em um só capítulo de livro. Ao contrário: nosso desejo é que ela siga ressoando para que as narrativas de existências viadas, travestis, sapatonas, monstras - corpos dissidentes de gênero - sigam vivendo, escrevendo, performando, pintando, fazendo e contando (n)as cidades.

REFERÊNCIAS

- Alcan** (2021). *Histórias que eu gostaria de ler*. Edições Dissidentes.
- Benevides, B. G. & Nogueira, S. N. B.** (2019). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. *Brasil: ANTRA/IBTE*.
- Bulgarelli, L., Fontgaland, A., Martins, F. B., Ferrari, M., Bianconi, G., & Silva, V. R. D.** (2019). Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. *Gênero e Número*. <http://violencialgbt.com.br/>
- Caprino, H. L. & Bicalho, R.** (2017). Violência simbólica, lesbofobia e trabalho: um estudo em Juiz de Fora. *HOLOS*, 4, 249-265. <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5871/pdf>
- Grupo Gay da Bahia - GGB.** (2018). *Relatório 2018: mortes violentas de LGBT+ no Brasil*. <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbt/>
- Crenshaw, K.** (2017). Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. *Revista Subjetiva*. <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>
- De Perra, H.** (2014). Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, 1(2), 291-298.
- Macedo, A. C. B.** (2020). *Colonialidade da sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México* (Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília/DF).
- Mello, J. B. F. D.** (1993). A cidade dos homens: algumas interpretações humanísticas sobre o urbano. In *Anais do SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA*, pp. 17-22.
- NEGA LU.** (2015). Direção: Bandeira, Natália; Mendes, Ana. Porto Alegre: Catarse.
- Ochy Curiel, R. Y.** (2013). La nación heterosexual. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. *la frontera (GLEFAS)*.
- Peres, M. C. C., Soares, S. F., & Dias, M. C.** (2018) *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-so-bre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>
- Polesso, N. B.** (2016). *Amora*. Dublinense.
- Preciado, P. B.** (2016). *Manifesto contrasexual*. Anagrama.
- Teixeira, P. C.** (2015). *Nega Lu: uma dama de barba malfeita*. Libretos.
- Teixeira, P. C.** (2020) Nega Lu, um ícone que inscreveu seu nome na memória afetiva e cultural de Porto Alegre. *Gaúcha Zero Hora (GZH)*, Porto Alegre, 02 de fev. de 2020. Almanaque. Disponível em < <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2020/02/nega-lu-um-icone-que-inscreveu-seu-nome-na-memoria-afetiva-e-cultural-de-porto-alegre-ck65lepj-d0dkp01mvruw91pel.html> >. Acesso em: 07 de jun de 2022

PÉ NA RUA E OLHO NO JORNAL: **TRAJETOS DE UMA PESQUISA SOBRE** **CIDADES E SUBJETIVIDADES**

Jacinta Antonioli Testa

Carolina dos Reis

A rua é difícil, claro. Tem frio, tem chuva, tem vento, tem fome e tem violência de todos os lados (polícia, milícias, tráfico, próprios moradores de rua). Mas a rua te abraça e não te larga. A rua te acolhe como colo de mãe. (Boca de Rua, 2016, p. 3)

INTRODUÇÃO: **ADVERTÊNCIA AO LEITOR OU ITINERÁRIO AO TRANSEUNTE**

O presente texto é fruto de uma experiência de pesquisa que toma corpo na cidade de Porto Alegre: nele, apresentamos os passos – por vezes curtos, por vezes largos – dados no caminhar de nossos estudos. Interessa-nos aqui tecer uma discussão a respeito das relações entre cidade e subjetividade – entendendo-as enquanto compostos indiscerníveis. Buscamos, para tanto, refletir sobre a construção das cidades e dos sujeitos, analisando a organização dos arranjos urbanos e as formas de habitar.

Iniciamos nossa escrita percorrendo a discussão a respeito da tradicional noção de subjetividade, comumente tomada pela Psicologia enquanto interiorizada e privatizada, a fim de deslocar tal entendimento e, em uma aposta ético-estético-política, pensar de que forma a cidade constitui-se enquanto possível objeto de estudo para a Psicologia. Fazendo ver outra noção de cidade e subjetividade, necessariamente acopladas, entendemos a potência de um olhar e uma escuta atentos ao espaço urbano. É desse modo que, voltando-nos à cidade de Porto Alegre, deparamo-nos com o *Jornal Boca de Rua* – publicação produzida e vendida por um grupo de moradores em situação de rua da capital, que passa a ser ponto de partida para as reflexões que aqui propomos. Tomamos como materialidade, então, não apenas a leitura do jornal, mas a experiência da primeira autora, que passa a participar das reuniões do coletivo e da produção do periódico.

Tal encontro, com o jornal e o grupo que o produz, provocou alterações substanciais na leitura que fazemos da cidade, bem como nas questões de pesquisa que nos mobilizam. Devido às tamanhas inquietações postas pelo jornal *Boca de Rua* – sobre o fazer pesquisa e sobre os modos de habitar –, após apresentarmos o jornal, nossa escrita circula pela trajetória ética da pesquisa. Situamo-nos enquanto moradores de casas e apartamentos, compreendendo que jamais teremos a mesma relação com a rua que o grupo populacional com o qual nos propusemos a pesquisar. Buscamos, assim, explicitar também os movimentos realizados ao longo da pesquisa: inicialmente, quando tomamos a leitura do jornal *Boca de Rua*, pretendíamos atentar para a resistência da população em situação de rua; no entanto, tensionados pelo vínculo com o coletivo, nossos objetivos alteram-se. Passamos a revisitar as diferentes experiências traçadas no espaço urbano, refletindo sobre nossa própria relação com a cidade e sobre a violência presente nos modos hegemônicos e normativos de habitar.

Apresentamos, então, nossa análise a respeito de elementos da experiência urbana – intrinsecamente relacionados à gestão e à construção das cidades. Por fim, discorremos a respeito da violência policial e arquitetônica, observada sobretudo a partir do encontro com o *Boca de Rua*, e sua íntima relação com os modos de vida que aqui nos propomos a investigar. Ainda, entre tais discussões, na tentativa de circular pela cidade de mãos dadas com nosso leitor, compartilhamos aqui fragmentos de cenas: vinhetas da experiência urbana e dos passos da pesquisa.¹ De tal maneira, percorrendo esse trajeto – da Psicologia às cidades; do *Boca de Rua* às inquietações sobre a ética; dos deslocamentos espaciais às violências arquitetônicas – buscamos refletir sobre o espaço urbano e seus sujeitos. Afinal, na medida em que as cidades são construídas de forma excludente e individualizante, também as subjetividades são arquitetadas como tal.

A PSICOLOGIA VAI À RUA: CIDADE ENQUANTO TECNOLOGIA DE SUBJETIVAÇÃO

*Chego ao centro depois de uma chuva curta, com o sol cada vez mais alto.
O asfalto quente abafa o ar. As sombras se arrastam ainda tímidas.*

- 1 As reflexões que aqui serão apresentadas foram produzidas coletivamente. O pensar da pesquisa emergiu do encontro entre diferentes agentes: nos momentos de orientação em grupo e de compartilhamento coletivo, entre sujeitos-pesquisadores; mas também na confluência de atores humanos e não-humanos, na agência de elementos da urbe que compuseram, junto às pesquisadoras, o texto e a sua textura. Por esse motivo, a presente escrita apresenta-se, em sua maioria, de forma também coletiva, na primeira pessoa do plural. Os trechos que dizem respeito às vivências da primeira autora, no entanto, foram registrados na primeira pessoa do singular – por sua implicação pessoal e singularidade, por terem sido vividos e ritmados no corpo de quem os escreveu.

Ando lento como quem desconhece a rua. Paro, obediente, a cada sinal da cidade: toda pedra da calçada é nova, todo semáforo é rei.

Tento concentrar-me no trajeto a percorrer, mas meus sentidos correm para onde os chamam. Entretenho-me com a voz de um vendedor aos gritos. Distraio-me com uma sirene vinda ao longe. Sons que ressoam, entram em meus ouvidos, fazem morada em minha cabeça. Noto uma mistura indistinguível de odores – talvez lixo, urina, pipoca e amendoim. Cheiros que atravessam meu corpo, impregnam minha roupa. Sinto o calor das pessoas que encontro, contra as quais colido, das quais desvio.

Cambaleando no relevo das ruas – corpo que balança como ditam os degraus, pés que dançam como mandam as calçadas –, piso em uma poça que encharca minhas meias. Pouco importam os sapatos impermeáveis, caminhar pela cidade é sempre molhar os pés.

Apesar da aproximação da Psicologia a temáticas relacionadas à cidade e à moradia não ser recente, esse encontro ainda causa estranhamento: não é esperado que tal saber dedique-se ao estudo das cidades. O espaço urbano não costuma ser reconhecido como possível objeto de pesquisa e reflexão; enquanto determinados temas, naturalizados como sendo de domínio psi, são historicamente tidos como objetos próprios desse campo de conhecimento. No entanto, o surgimento da Psicologia como ciência independente, bem como a consolidação de seus conteúdos, vincula-se a condições socioculturais e contingências historicamente localizadas. Como apontam Figueiredo e Santi (2008), para a emergência da Psicologia situada na Ciência Moderna, teria sido necessária a gênese de uma experiência de subjetividade privatizada – relacionada à construção de uma interioridade e datada da passagem do Renascimento à Idade Moderna. Nesse sentido, os autores advertem que “nosso modo atual de entendermos nossa experiência como indivíduos autônomos não é natural nem necessário, mas sim parte de um movimento de amplas transformações pelas quais o homem tem passado em sua história, sobretudo na Modernidade” (Figueiredo & Santi, 2008, p. 24).

A construção de uma interioridade, assim, tal qual o posicionamento do “eu” nos estudos psi, é decorrente de uma série de transformações políticas e científicas historicamente situadas. Com a tradicional valorização do indivíduo, diferentes psicologias consolidaram suas contribuições voltando-se para o sujeito: naturalizando em seus saberes um núcleo que seria central à existência individualizada. Nesse sentido, como elaboram Prado Filho e Martins (2007), é possível observar, ao longo da constituição do conhecimento psicológico e de suas variadas abordagens, uma “dança de objetos” (p. 15) que são tomados para estudo – sendo a subjetividade objeto para várias psicologias. No entanto, apesar de comumente ser concebida e universalizada enquanto

individual e nuclear, a subjetividade “não implica naturalmente nem necessariamente interioridade, substância ou permanência” (Prado & Martins, 2007, p. 16). A noção de subjetividade interiorizada, desse modo, não é natural nem a-histórica: diz de efeitos históricos e sociais, produzindo-se até mesmo externamente, nas relações de forças que, agenciadas, constituem os sujeitos (Prado & Martins, 2007).

Entendemos, nesse sentido, que a subjetividade não é objeto natural e essencial exposto pela Psicologia, mas sim “é resultado e efeito das relações de saber/poder e remete a sujeitos diversos que não o sujeito universal da razão, da cognição, ou da consciência” (Prado & Martins, 2007, p. 17). Atenta-se, assim, para os jogos de força e de saber constituintes do campo psi, bem como para as formas de compreensão da subjetividade que deles resultam. Com esse entendimento, torna-se possível pensar uma Psicologia que, descentrada do eixo de pensamento tradicional, promova concepções distintas – e que, além de se apropriar de diferentes objetos, também com eles estabeleça outras relações.

A Psicologia Social, dirigindo esforços a essa resposta ético-política às relações pesquisador-objeto, vem ampliando a sua escuta a diferentes espaços e possibilitando a emergência de temáticas diversas. Como nos mostram Hüning et al. (2014), ao traçarem a história da constituição de novos objetos no campo da Psicologia Social brasileira, diferentes temas têm sido desenvolvidos e sustentados enquanto objetos de estudo nas últimas décadas – entre eles, os processos de urbanização. É dessa maneira que o espaço urbano passa a ser pensado pela Psicologia – e que a subjetividade passa a ser tomada de um modo distinto.

Experimentamos a cidade (suas construções, seu ritmo, suas cores), e diferentes cenas e sensações montam a vivência e o desenho urbano. A forma com a qual nos relacionamos com tais elementos e respondemos à organização dos espaços constitui nossa experiência, nos afeta e atua na fabricação de subjetividades. Nesse sentido, afirmar a cidade como produtora de subjetividade e como possível objeto de estudo da Psicologia é colocá-la como agente na produção de modos de vida. Os elementos com os quais nos deparamos nas cidades (as grades altas, as calçadas estreitas, as luzes queimadas) agenciam-se na construção de diferentes existências, provocam afetos e nos constituem. A cidade, assim, não é mero plano de fundo pelo qual passamos. A cidade é tecnologia de subjetivação: não é um cenário, mas sim um agente, um produtor, um corpo vivo que constantemente se reinventa e atua sobre nós, sobre a produção dos sujeitos.

Ainda em tal concepção, podemos pensar a partir de Foucault (1995), que nos alerta para a não existência de um sujeito universal e essencializado: os sujeitos são sobretudo localizados e constituídos historicamente. O recorte do espaço urbano é, pois, potente para que – atentando para as práticas de normalização e de resistência que se dão nas cidades, para os conflitos urbanos e para as relações de força espacializadas – possamos refletir sobre as subjetividades produzidas e delimitadas por esse espaço, entendendo-as como acopladas ao encontro com a cidade.

O espaço urbano, com o qual estamos em constante relação, constitui-nos enquanto sujeitos: nos afeta, nos toca, nos desconforta – molha nossos pés. Nossos modos de ser sujeito, por sua vez, também produzem diferentes formas de gestão e organização das ruas, dos bairros, das habitações. Assim, tomando as cidades como agente na produção de subjetividades, localizamos também nossos questionamentos: interessa-nos pensar a cidade de Porto Alegre e seus sujeitos, o que ela diz sobre seus cidadãos, que modos de relação conosco e com os outros tecemos nesse espaço – onde a presente pesquisa toma corpo. Passamos a nos perguntar, então, na intenção de realizar tal leitura, o que Porto Alegre nos convida a discutir, quais suas demandas e que reflexões tem convocado. É dessa maneira que nos deparamos com o jornal *Boca de Rua*.

PARA LER A CIDADE: O ENCONTRO COM O BOCA DE RUA

Andando às pressas, sem muito ver além dos meus próprios passos, chego à esquina, onde a rua encontra a avenida. O semáforo impõe que eu pare. Inquieta, atrasada, aguardo sobre o meio-fio. Meu olhar, inconformado com o percurso interrompido, tenta atravessar a rua sozinho. Ele vai; eu permaneço

Fico imóvel: atordoada pelos carros que, da direita à esquerda, correm em minha frente; hipnotizada pelo giro ágil de suas rodas, pelo barulho de seus motores, pelo ar denso que criam em sua volta. O olhar, impaciente, encontra-se perdido entre o asfalto e a calçada.

Ao meu lado, alguém me chama. Demoro a perceber.

Com um crachá em volta do pescoço e, na mão, um jornal:

“Boca de Rua, madrinha. Só dois reais.”

Sempre presente nas ruas de Porto Alegre, o jornal *Boca de Rua* é uma publicação trimestral produzida e vendida por um coletivo de moradores de rua da cidade – que estão ou já estiveram em situação de rua –, com apoio da Agência Livre para Informação Cidadania e Educação (ALICE)². Além de servir como geração de renda para o grupo envolvido na composição de suas reportagens e na

2 A ALICE, além de produzir o Jornal de *Boca de Rua*, desenvolve distintas iniciativas de comunicação. Com projetos alternativos e autogeridos, a agência busca contribuir para a democratização do acesso à informação e para a produção jornalística crítica e socialmente implicada. Ver em <https://www.alice.org.br/>.

venda das edições, o jornal é uma ferramenta do povo da rua³: nele, os integrantes visibilizam suas existências, denunciam as violências que sofrem, promovem discussões sobre garantia de direitos e sobre a gestão do espaço urbano.

Caminhando pelo centro da cidade, parando nos semáforos, visitando feiras, é comum que um integrante do grupo – com um crachá pendurado em sua roupa, indicando o próprio nome e o símbolo do Boca – ofereça-nos um jornal. Constantemente percorrendo as ruas (tanto o jornal quanto os seus vendedores/redatores), nota-se que tal produção emerge da cidade. Sua leitura, então, é necessária para que possamos ler Porto Alegre, sobretudo diante do cenário de constantes violências direcionadas à tal população.

De acordo com divulgação feita pelas equipes de abordagem social da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Porto Alegre tinha, no ano de 2020, 2.679 pessoas em situação de rua (Bofill, 2020). Uma pesquisa realizada em 2016, por sua vez, executada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apontou que, entre 2011 e 2016, a população vivendo nas ruas e calçadas da cidade aumentou 57% – registrando, na época, a existência de 2.115 pessoas em tal situação. Entretanto, tais números são seguidamente questionados, inclusive pelo povo da rua. Divergindo dos dados censitários oficiais, o Consultório na Rua (serviço da prefeitura que oferece atendimento a tal população) já registrou mais de 4.000 usuários, estimando-se, assim, que o real número de pessoas habitando as ruas da cidade estaria entre 6.000 habitantes (Hofmeister, 2020).

Ainda, segundo o Mapeamento da População em Situação de Rua da Região Metropolitana de Porto Alegre, 45,7% da população de rua dessa região declara-se branca, seguidos por 26,7% de negros e 25,2% de pardos (Centro de Assessoria Multiprofissional [CAMP], 2017). Em tal documento, alerta-se: “enquanto essa é uma distribuição condizente com a realidade da população brasileira, ela de forma alguma reproduz a composição étnica do estado do Rio Grande do Sul” (CAMP, 2017, p. 12) – na medida em que, no estado gaúcho, 79% da população residente reconhece-se branca, enquanto apenas 6,2% declara-se preta e 14,4%, parda (Instituto Brasileiro de

3 “Povo da rua” é uma das formas com que os integrantes do jornal *Boca de Rua* referem-se a si mesmos. Destacamos, então, que não fazemos uso apenas do termo “população em situação de rua” – comumente aceito e utilizado em documentos oficiais e em manifestações de diferentes coletivos politicamente implicados. Apesar da relevância de tal debate, compreendemos como fundamental a possibilidade de autodeterminação e autonomia dos diferentes grupos populacionais, sem sobrepor a tentativa de uma nomeação universal. Por esse motivo, buscamos atentar para as palavras que os integrantes do coletivo usam para dizer de si. Tal discussão, no entanto, não se esgota, na medida em que também a nomenclatura é um campo de disputas – como nos mostra Lemões (2014), que, entre outras elaborações, localiza os embates a respeito do que significa e do que simboliza estar “em situação de rua”.

Geografia e Estatística - IBGE, 2019)⁴. O grupo do *Boca de Rua*, composto majoritariamente por homens negros, escancara também essa desigualdade racializada.

Mesmo diante de tais dados e do crescimento da população em situação de rua em Porto Alegre, notamos, ao percorrer as folhas do jornal, a violência com a qual o poder público trata esses moradores: desde o sucateamento dos serviços de assistência até o brutal uso da força policial, seguidamente denunciados pelo *Boca de Rua*. Serviços como albergues e restaurantes populares são descritos, no jornal, sob o olhar de quem os utiliza, fazendo ver suas instalações precárias, filas longas e vagas insuficientes (*Boca de Rua*, 2019a). O grupo expõe, ainda, os efeitos das terceirizações e da negligência do governo municipal: em tais serviços, é comum “banho frio, falta de sabonete/toalhas/aparelho de barbear/absorventes, vasos entupidos, lençóis sujos e por aí vai” (*Boca de Rua*, 2019b, p. 10).

A violência física infligida sobre a população de rua, é narrada por quem a sente na pele, denunciando as comuns agressões e remoções promovidas pela prefeitura, por policiais e por grupos civis – que expulsam os moradores de rua de espaços públicos, ruas e parques a “socos, cacetadas e lambadas com cinto” (*Boca de Rua*, 2017, p. 6). São removidos os seus corpos e os seus pertences – roupas, cobertas, documentos –, fazendo com que virem “exilados dentro da própria cidade” (*Boca de Rua*, 2018a, p. 2).

Esta é a experiência de folhear o jornal: ao caminhar os olhos por reportagens como as que foram citadas, a indignação é inevitável. A leitura do jornal mobiliza-nos, desconcerta-nos, de forma que podemos ver a sua potência de denúncia – e, também, as estratégias desenvolvidas pela população de rua, que resiste às violências que lhe são impostas. Nessa relação visceral com a cidade, o *Boca de Rua* fortalece-se como coletivo e articula diferentes conhecimentos, próprios da rua – o que os integrantes do jornal nomeiam “ruaologia” (*Boca de Rua*, 2018b, p. 4). Saber este que nós, moradores de casa, de maneira alguma detemos.

A publicação do jornal, assim, amplifica a voz dessa população, que, com a produção de tal mídia alternativa, espalha pela cidade não somente suas demandas, mas também seus saberes e suas experiências. Comumente negligenciadas pelo poder público, as vivências dos moradores de rua ocupam espaço essencial no jornal, e lhes é garantida a possibilidade de discutir sobre temáticas que concernem a suas próprias vidas, assumindo protagonismo e autonomia. Além disso, as reuniões

4 O IBGE, trabalhando com o chamado “quesito cor”, utiliza as categorias “preto” e “pardo” em seus estudos demográficos. De acordo com essa convenção, a soma da população que se autodeclara preta e da que se autodeclara parda formaria a classificação “negro”. O CAMP, por sua vez, divide as categorias “negro” e “pardo” – diferentemente do que faz o IBGE. As classificações apresentadas, assim, não são equivalentes, contendo diferenças conceituais e políticas relevantes. No entanto, para os fins desta escrita, optamos por manter o uso dos termos tal como utilizados utilizados pelas fontes.

semanais do grupo abrem espaço para debates, encontros plurais e, sobretudo, para a construção de um coletivo que – desde seu funcionamento autogestionado até sua produção final – se constitui como um movimento de resistência.

Atentando para a potência dessa discussão, tomamos o jornal como disparador para nossas reflexões. Para andar na cidade, o *Boca de Rua* torna-se nosso mapa. A sua leitura foi imprescindível: cada texto convocava a pesquisa a alterar-se, transformar-se, e a caminhar em diferentes direções. Deixando-nos guiar pelas palavras impressas no jornal, a leitura expandiu-se para a rua e levou-nos até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) – instituição voltada para a população de rua e para grupos vulnerabilizados, onde ocorriam, na época, as reuniões do grupo responsável pela produção do *Boca*. Lá, entrando em contato com aqueles que compõem o periódico, notamos como, além de refletir sobre os textos publicados, atentar para seu processo de produção também seria valioso. Assim, a fim de acompanhar os encontros semanais e de estabelecer os necessários acordos éticos para o seguimento da pesquisa, chego ao *Boca* – e lá permaneço. Torno-me, então, uma das colaboradoras⁵ do jornal *Boca de Rua*.

Cabe indicar que, para além do nosso desejo de criar vínculos com o coletivo – bem como do meu desejo de permanecer colaboradora –, a visita daqueles que pretendem estudar e produzir pesquisas com o jornal é uma exigência do grupo. Tal combinação manifesta o protagonismo dos integrantes, os quais estabelecem outra relação com o saber acadêmico e demonstram sua independência – posicionando-se diante do que é produzido sobre suas realidades e, assim, resistindo à violência dos conhecimentos estigmatizantes que comumente são depositados sobre a população de rua.

Dessa forma, compreendendo a relevância do contato com os integrantes e desejando ampliar a vivência da pesquisa, tanto a leitura dos exemplares quanto a inserção no grupo – bem como as questões que emergem desse encontro de palavras e experiências – passaram a compor a discussão que aqui propomos. Expandindo os limites do jornal, cada fala, situação, gesto ou movimento afetaram o pensar da pesquisa e das pesquisadoras. E, assim, no contato com o coletivo, a delimitação dada pelas folhas transbordou – fazendo também a pesquisa se estender pelas ruas, calçadas, casas. As linhas de cada texto, de cada reportagem, passaram a inevitavelmente alterar o modo como olhamos e experienciamos a cidade que nos cerca.

Movimentando constantemente a pesquisa, tal processo e relação com a materialidade em estudo diz do entendimento que temos aqui sobre a metodologia: ela não se apresenta como procedimento pré-estabelecido e pré-existente, rígido e excessivamente delimitado. Nossas reflexões, aqui, sustentam-se sobretudo nas

5 “Colaborador” é o nome dado a quem apoia o jornal, frequenta as reuniões e participa de sua produção, mas, diferentemente dos outros integrantes, não tem trajetória de rua.

experiências traçadas ao longo dos trabalhos do grupo em que a presente pesquisa é desenvolvida – que têm como aposta ético-política “percursos metodológicos” que não sejam “herméticos e linearizados” (Reis & Guareschi, 2016, p. 130). O método, assim – deixando-nos conduzir pelas demandas e pelos afetos de nosso campo –, altera-se, transforma-se; diz de uma liberdade no exercício do pensar e, sobretudo, do estabelecimento de uma outra relação com aquilo e aqueles que nos convocam a pesquisar.

Com tal entendimento acompanhando o processo de pesquisa, diferentes questões assumiram posição fundamental: inquietações éticas, políticas e epistemológicas – elementos indissociáveis. Questionamo-nos, inevitavelmente e a cada instante, sobre o fazer da pesquisa e sobre as relações que a partir dela têm se estabelecido. Que afetações são produzidas nesse encontro? Qual a nossa implicação? Como pesquisar junto de uma população da qual não fazemos parte?

NA CORDA BAMBA: A ÉTICA, A PESQUISA, O HABITAR

Caminhando pela avenida, olho para cima. Aos tropeços, deparo-me com os fios de luz que atravessam a cidade e que, de poste em poste, cortam o céu. Dobro a esquina e alcanço uma rua menos movimentada. À esquerda, em um prédio cercado, vejo um varal preso à janela, que expõe os lençóis daqueles que se ocultam por detrás da parede. Mais à frente, entre os bancos e a caçamba de lixo, noto a corda que, em nó duplo, amarra a barraca de um andarilho ao poste da praça.

Fios, varais, cordas. Esticados, frouxos, emaranhados. Cada um traça uma linha no desenho urbano. Eu, circulando pela cidade, também integro essa composição. Em tantas linhas, tento equilibrar-me, mas o andar é instável.

Talvez seja esse o sentimento de trabalhar com uma população que não sou eu: vejo-me como a caminhar em uma corda bamba.

A partir do pensamento de Foucault (2008a), cuja obra oferece-nos um importante referencial para as interrogações aqui propostas, podemos conceber as práticas sociais, em sua materialidade e concretude, como constituídas discursivamente. O discurso, produzido em relações de poder, como nos ensina o autor, é atuante na construção de saberes e sujeitos, pondo em funcionamento diferentes modos de vida e existência. Com esse entendimento, Foucault apresenta os discursos para além de um conjunto de signos; mas sim como “práticas que

formam sistematicamente os objetos de que falam” (p. 55). Assim, em um jogo de práticas e enunciados, compreendemos como, ao dizer, damos forma àquilo e àquele sobre o qual dizemos. No exercício do pesquisar, portanto, constitui-se não somente o saber, mas o sujeito desse saber.

Essa elaboração impõe-nos cuidados distintos: não estamos, aqui, apenas falando de uma realidade, mas sim ativamente a construindo. Dessa forma, afirmamos como necessário atentar, de forma crítica e questionadora, para as produções discursivas comumente edificadas sobre o morar na rua, na medida em que conduzem a rede de práticas sociais que muitas vezes estigmatizam a população que habita as ruas. Supostas disfunções no núcleo familiar; uso de drogas; criminalidade; doenças mentais. Tais “explicações”, seguidamente reproduzidas por visões psicologizantes, que buscam em conhecimentos da ciência psicológica as raízes para o morar nas ruas, são alguns dos enunciados fingidamente neutros lançados sobre essa população. Na tentativa de encontrar os porquês de sua existência, diferentes saberes direcionados ao morador de rua tendem a classificá-lo e condená-lo – contribuindo, assim, para a construção de tal sujeito enquanto desviante. É indispensável que, diante disso, nos questionemos a respeito das tão naturalizadas verdades pressupostas sobre o morar na rua e, sobretudo, que possamos refletir sobre como nos posicionamos frente a essa trama.

Scisleski e Hüning (2016), ao discorrerem a respeito do modelo epistemológico das luzes na tradição do pensamento ocidental – segundo o qual, desde Platão até o movimento Iluminista, é necessária a iluminação ‘do e para o’ pensar –, afirmam que a ideia de luminosidade faz-se presente na produção de conhecimento. E faz-se presente, também, na construção das cidades. Em ambos os sentidos – tanto nos espaços urbanos, quanto nos procedimentos do conhecer, científicos ou filosóficos –, podemos perceber uma primazia da claridade (seguidamente associada à segurança, bem como à verdade e à pureza) em detrimento da escuridão (atrelada à criminalidade e ao não saber). Assim, iluminam-se não apenas espaços, mas, além deles e com eles, saberes e subjetividades. Constituímo-nos como “seres com uma capacidade seletiva de ver e não ver” (p. 14), em um jogo de luzes e sombras, de visibilidades e invisibilidades.

É estratégico, portanto, que o que se ilumine com evidência sejam apenas aquelas dimensões da vida que se quer evitar, como justificativa para que se combata ou mesmo que se extermine essas formas de vida em si. Os seres das luzes podem assim exercer seus poderes numa política de extermínio do surpreendente outro, que é surpreendente pelo simples fato de existir. (Scisleski & Hüning, 2016, p. 18)

Lança-se luz, dessa forma, a determinados aspectos da vida do outro, “amplifica-se assim aquilo que é abjeto” (Scisleski & Hüning, 2016, p. 19), enquanto

suas potências e produções são invisibilizadas. As comuns “explicações” dos saberes psi a respeito das existências da população em situação de rua, como vimos, caminham por essa direção: ao mesmo passo que tentam ‘esclarecer’ suas vivências, empurram-nas para as sombras. Frente a isso, longe de querer iluminar, sabendo que o apelo seletivo à luz é também violento, alinhamo-nos às autoras, que propõem uma recusa da epistemologia da luminosidade – de forma que possamos, em nossas pesquisas e em nosso pensar, afastarmo-nos da projeção de uma luz colonizadora sobre o ‘outro’ (Scisleski & Hüning, 2016). Desse modo, ainda que conscientes da por vezes impossibilidade desta tarefa, destacamos a necessária oposição a posturas colonizadoras – sempre imprecisas e equivocadas, na medida em que sequer conhecem aquilo sobre o que falam. Tal entendimento é uma aposta em outra relação no pesquisar: como propõe Marques (2017), diz de uma pesquisa “que não se furta do enfrentamento ético desse processo” (p. 40), diz de “uma ética do cuidado aplicada à pesquisa” (p. 41).

A respeito do ‘outro’, ao qual aqui nos referimos, cabe também algumas reflexões. Morar em casa, cercar-se por grades e utilizar a rua somente como passagem são algumas das experiências urbanas tomadas como normais e naturais – ainda que ativamente construídas. Tal modo de habitar passa a ser o referencial: operando em uma hierarquização de existências, aquele que foge à norma é situado na posição de ‘outro’, distanciado da normalidade. Aquele cujos passos não podem ser capturados e cuja existência não é compreendida passa a ser fabricado como criminoso, desviante, marginalizado; colocado em oposição a um eu hegemônico, à experiência dita normal de existência na urbe. Diante dessa relação, em que se valoram os modos de habitar, vemos como necessário deslocar o que se entende enquanto hegemônico sobre o morar e o circular na cidade, no sentido de destituir o tão normalizado de um lugar de universal – buscando não supor no outro nossos modos, não tomando nossa existência como régua, mas sim concebendo como nossos próprios modos são, também, ‘outros’.

O contato com o jornal, nesse sentido, ajuda-nos a entender o quanto – em nossos modos, andares, olhares – sustentamos as lógicas de governo de si e do outro. O Estado encontra-se também amparado e legitimado por sua pulverização na teia urbana e nas práticas sociais: tornamo-nos, assim, braços de suas políticas. Como nos alerta Foucault (2008b), para além de suas funções burocráticas ou centralizadas, o Estado moderno constitui-se como um conjunto de forças, ações, estratégias. As práticas estatais de gestão da cidade, desse modo, irrompem nas vidas cotidianas e são por elas atualizadas, de maneira que somos – nós, cidadãos de Porto Alegre – parte dessa gestão excludente, que acirra a vulnerabilidade de diferentes populações. Nesse sentido, cabe acentuar que não nos entendemos – nós, pesquisadoras, que moramos em casas e apartamentos – como sujeitos à parte dos

processos que buscamos analisar. Somos também produtoras de noções de cidade e cidadania, de modos de viver e habitar a cidade.

Com tais reflexões acompanhando o caminhar da pesquisa, com o ressoar de tais inquietações, vimos como necessário realizar um deslocamento da nossa questão de pesquisa. Inicialmente, voltamos nosso olhar ao jornal *Boca de Rua*, na intenção de analisar as práticas de resistência do jornal e da população que o produz; agora, queremos, a partir do jornal e das diferentes produções e experiências traçadas no urbano, atentar para os modos hegemônicos de viver nas cidades. Assim, deslocamos nosso pensar e nossos corpos de maneira que o foco deixe de ser analisar a população de rua, mas sim refletir sobre a violência presente nos nossos modos de viver e morar na cidade de Porto Alegre. Não nos propomos a dizer sobre eles, mas sobre nós.

Dessa forma, destacamos: não nos dispomos a teorizar sobre as existências do povo da rua; a definir – e assim definir – suas experiências; muito menos a buscar motivos para sua ida à rua e razões para sua saída. Pelo contrário, afirmamos nossa oposição a tais saberes e enunciados impostos sobre essa população, afinal, “duvidar dos enunciados que sustentam nossas regularidades subjetivas e sociais, pensar diferente, é ação política” (Prado & Martins, 2007, p. 18). Quando se trata da ruaologia, por exemplo, não intencionamos apreender e circunscrever tal conhecimento, buscando lançar luz, a partir de nossas referências, à ciência da rua. Pretendemos, de outro modo, em uma posição de escuta e aprendizagem, revisitar nossos próprios modos – de habitar, ser, existir. Para tanto, reconhecemos como imprescindível que as questões ético-políticas aqui movimentadas sigam costurando toda a experiência do pesquisar. Longe de estarem esgotados, os dilemas e as incertezas se mantêm – inevitáveis e indispensáveis. A ética na corda bamba, assim, diz de um andar que segue atento, por vezes instável, lento. Um cambalear necessário.

O PÉ NA RUA E A RUA NO PÉ: METAMORFOSES E DESLOCAMENTOS URBANOS

A caminho da universidade, seguidamente percorro o mesmo trajeto. Em certo ponto da minha rota, no canteiro central que divide a rua, vejo uma lona preta amarrada ao tronco de uma árvore. Sobre o preto, outra lona – uma azul vibrante, que brilha sob o sol. A intensidade daquele azul chama minha atenção: pedaço de céu pousado no teto da barraca.

Ela estava lá há tempos, e eu, há menos tempo, passei a notá-la mais de perto.

Em um dia, uma corda foi adicionada à estrutura; noutro, um pedaço de madeira. Às vezes a lona preta era puxada para a esquerda e amarrada

em algum suporte, abrindo uma porta, fazendo revelar o interior da barraca e os pertences de quem lá habitava. Em um período de chuvas fortes, uma lona de outra cor também foi usada, jogada por cima, estendida, reforçando a proteção. Ela logo foi descartada, e o azul voltou à cena.

A barraca azul permanecia lá, movimentando-se por si só. Em relação orgânica com as demandas de seu entorno, passava por metamorfoses, era móvel. E para mim tornou-se inevitável perceber suas alterações: a implicação com a leitura da cidade chamava o meu olhar.

Certa vez, a barraca de lona azul transformou-se em uma barraca cinza, de acampamento, maior e mais espaçosa – e ainda nômade em si mesma. No último dia em que por lá passei, porém, não havia barraca alguma. Nenhum resquício. Apenas memória.

O contato com o *Boca*, provocando intensas inquietações, fez com que nós constantemente revisitássemos nossos modos de habitar e pesquisar. Produziram-se movimentos, errâncias e deslocamentos que também dizem respeito à experiência da cidade. Os corpos que se deslocam pelas ruas, compondo a pulsante circulação urbana, movimentam a urbe ao mesmo passo que por ela são movidos. “Vagabundos” – termo tão comumente proferido em tom depreciativo, em especial contra grupos como moradores de rua – é o que aqui queremos ser: propensos a vagar, errantes, entregues à inquietude. Esta, entendemos, diz de uma ética de existência, que evoca questionamentos diante da nossa relação seguidamente limitante e limitadora com o espaço urbano.

A não fixação da população em situação de rua costuma ser tomada como ultrajante, entretanto, o vagar talvez constitua uma necessidade. Frente às violências e às remoções que sofre cotidianamente, tal população desenvolve estratégias para sua vivência e sobrevivência nas ruas: a mobilidade de suas casas é uma delas. Colocando todos os seus pertences em uma mochila ou montando suas casas em carrinhos de supermercado, respondendo às demandas da urbe, antecipam sua necessidade de deslocamento. Um deslocar-se que não é somente físico, material, mas também de saberes, entendimentos hegemônicos, normas naturalizadas. A própria relação estabelecida entre rua e casa é por eles tensionada, afinal, como estampado na capa de uma das edições, “minha rua, minha casa” (*Boca de Rua*, 2016). Os integrantes do jornal, ao descreverem distintos usos da rua, borram as concepções tradicionais sobre a função de cada espaço da cidade, fazendo-nos questionar as formas hegemônicas de neles habitar.

Nas grandes cidades, em seu processo de crescimento e regular privatização, vemos, como aponta Silva (2013), não apenas o encarceramento da experiência urbana

em espaços fechados – prédios, condomínios, centros comerciais –, mas também a limitação vivida nos espaços abertos. Deparamo-nos com o “desprezo à rua como espaço de encontro e seu consequente rebaixamento à mera função de deslocar-se; deslocamento esse que não tira ninguém do lugar” (Silva, 2013, p. 121). Tomada apenas como local de passagem, de um ponto a outro, a rua vê-se transformada em rua-corredor, de andares frenéticos que se esbarram e não se demoram. Para a população em situação de rua, contudo, a rua constrói-se de maneiras diferentes, na medida em que se torna local de trabalho – para quem vende o jornal *Boca de Rua* – e também de demorar-se, sua moradia. Opondo-se à rua-corredor, o povo de rua faz jus ao deslocamento próprio das calçadas: não apenas movimento de corpos e pés ágeis, como visto nos centros urbanos; mas movimento de afetos – poder jogar entre o deslocar-se e o fixar-se, o mover-se e o deter-se.

Em uma relação visceral e metamorfoseante com a cidade, vemos sendo evocada a possibilidade de encontro, de alteridade, de deslocamentos possíveis que não apenas o andar frenético de corpos – mas, quem sabe, a sua dança ritmada. Não tomando a rua como linear, métrica, estagnada, podemos fazer ver também os seus movimentos, de forma que não esteja em questão a rua-corredor, mas a rua que corre junto. Cardoso Filho (2016), nesse sentido, aponta para a agência material: “de matéria inerte e passiva, passamos a concebê-la como variação contínua, como matéria-movimento” (p. 248), que, na interação de forças, também exerce ação. Não pressupomos, assim, uma calçada que lá permanece, igual, imóvel, sobre a qual podemos apenas passar: a disposição da urbe – sua organização, suas disputas, sua arquitetura – age junto aos nossos corpos, impõe modos de circular e habitar. Os elementos da cidade – muros, degraus, pontes, semáforos – provocam e guiam nossas andanças. A rua impulsiona o pé.

MUROS, CERCAS E CASSETETES: A ARQUITETURA E A VIOLÊNCIA URBANA

Dia de reunião do Jornal Boca de Rua.

Coloco meus sapatos, confortáveis e bem amarrados. Saio do meu apartamento, fecho a porta – tranco uma, tranco mais uma: sempre duas voltas na chave – e desço os três lances de escada. Atravesso o corredor a passos largos e, finalmente, chego à rua. Com o olhar alto, contemplando o céu aberto, caminho até a parada de ônibus.

Trajeto turbulento: ônibus que acelera, freia, chacoalha.

Chego à EPA e logo me abrem os portões. Cumprimentos afetivos, abraços e acenos do Boca de Rua que tão rapidamente me acolheu. Inicia-se a reunião. A pauta: o aumento da violência das abordagens policiais contra o povo da rua.

O dia ensolarado facilmente se acinzentava.

Várias vozes, vindas de todos os cantos. Sobre a violência, todos com muito a dizer, por tanto já terem sentido em sua própria pele. Minha escuta corre prontamente na direção de cada voz: se tonteia, fica zonzinha. Em meio a variados sons e movimentos, uma voz mais alta que as outras – com necessário e urgente tom de revolta – se sobressai.

Um dos integrantes esbraveja:

“É só parede, só parede, só parede!”

Ferreira Neto (2004) aponta para os efeitos dos novos arranjos urbanos nos modos de subjetivação – arranjos que envolvem desde a velocidade da circulação na urbe até a privatização e o monitoramento dos espaços. A cidade, afirma o autor, na forma com que se organiza e se edifica, materializa processos de segregação e individualização. Cardoso Filho (2016), referindo-se à sociedade disciplinar descrita por Foucault – a qual, a partir de suas práticas e instituições, atua sobre a individualização e a docilização dos corpos – reafirma a importância que ocupa o espaço nesse processo,

já que tal individualização depende da repartição cuidadosa dos locais, para que cada corpo se encontre separado de todos os outros e, preferencialmente, classificados e dispostos de acordo com suas forças e capacidades. ... É aí que encontramos o modelo da casa burguesa, cuidadosamente subdivida em cômodos que devem, cada um, cumprir funções individualizadoras específicas. (Cardoso Filho, 2016, p. 250)

Tal como as paredes das casas, que dividem os cômodos e seus respectivos usos, a organização da urbe atua em divisões – entre o público e o privado, entre o que compartilhado e o que é íntimo – e guia práticas cotidianas, conduzindo distintas experiências de relação com o urbano. As cidades, no contemporâneo, “continuam se espalhando, vertical e horizontalmente, em tediosa repetição” (Silva, 2013). Reproduzindo lógicas neoliberais, pautadas em relações individualizantes e na defesa da propriedade privada, a gestão das cidades, em que se fazem cada vez mais presente a construção de condomínios fechados e os processos de es-

peculação imobiliária, opera na manutenção de desigualdades e na produção de determinados modos de vida. Assim, a disposição das cidades – sua organização e distribuição – tem também uma disposição política: dispõe-se a governar a circulação de pessoas, o uso dos espaços, os nossos modos de habitar.

Àqueles que não se sujeitam a tais moldes, são direcionadas estratégias de exclusão concretizadas na arquitetura urbana. “A fragmentação da vida urbana permite o surgimento de grupos de indivíduos unidos por interesses, hábitos, opiniões e condições financeiras iguais. Evitar o ‘outro’, o ‘estranho’, o ‘estrangeiro’, traz uma suposta segurança” (Dias & Jesus, 2019, p. 34) e a população de rua costuma ser um dos alvos – na medida em que foge à norma, estabelece outras relações com o espaço urbano e escapa ao controle. A imprevisibilidade de quem não segue o roteiro da circulação urbana apresenta-se como um problema para a segurança, desafiando a racionalidade preventiva – pautada pela captura do porvir, pelo cálculo probabilístico que possibilita o governo –, a qual permeia as tramas urbanas (Silva, 2013). Segurança esta que, no sentido que nos apresenta Foucault (2008b), não se vincula apenas ao medo, ao sujeito perigoso e ao controle do crime; mas sim se relaciona ao controle sobre a economia urbana, sobre os modos de vida, sobre a norma. Nesse sentido, ao tensionar o que pode uma casa, a população de rua coloca em questão o modo com que vivemos: a própria existência do morador de rua desconcerta o morador de casa. Quando falamos em segurança, assim, não dizemos de uma resposta a supostas ameaças de perigo, mas sim à ameaça aos modos de vida normativos. O jornal *Boca de Rua* pergunta “O que é uma casa?” (*Boca de Rua*, 2018a, p. 03), e a gestão urbana responde de forma cada vez mais violenta – com estratégias normativas e excludentes.

Pedras pontiagudas debaixo de viadutos; apoio para os braços repartindo bancos; assentos inclinados nas paradas de ônibus; pontas de ferro no parapeito das janelas. Tais estratégias – conhecidas como “arquitetura hostil”, “arquitetura de exclusão” ou “arquitetura defensiva” – são comuns nos centros urbanos (Quinn, 2014; Souza & Pereira, 2018). A arquitetura hostil utiliza elementos concretos para determinar ou restringir o uso dos espaços, delimitando não apenas como eles devem ser usados, mas também quem pode usá-los (Dias, 2019). Destinando-se a limitar a presença de certos grupos e comportamentos, estabelecem-se inimigos no espaço urbano. Skatistas, praticantes de *parkour*, grupos de jovens comumente marginalizados e, principalmente, pessoas em situação de rua são alvos de tais práticas. Impedindo que se deem e encontrem abrigo, essa é mais uma das violências direcionadas à população em situação de rua.

Quando caminhamos pelas calçadas da cidade, facilmente vemos tal estratégia materializada. A cada esquina, deparamo-nos com espinhos, cercas elétricas, barras de ferro. Estratégias relacionadas à lógica de habitação da urbe, seguidamente amparadas pelo discurso da segurança. Não à toa um dos nomes para tais estratégias é

“arquitetura defensiva”: defende a propriedade privada e os modos normativos de existência nas cidades. Os inimigos são aqueles que de alguma forma são considerados ameaça à segurança, mas, na verdade, ameaçam justamente essa lógica que se visa proteger. A população de rua é tida como inimiga pois coloca em xeque as formas naturalizadas de existência na urbe, pois questiona a propriedade privada e o uso dos espaços. Diante da ameaça à norma, a tentativa de fazer exercer o governo sobre essa população dá-se violentamente.

Quando, na reunião do jornal *Boca de Rua*, um dos integrantes acertadamente esbravejou “*É só parede, só parede, só parede!*”, ele referia-se ao paredão – nome dado às abordagens policiais que, agressivamente, colocam os sujeitos contra a parede para serem revistados. Ao ser constantemente enfileirada em paredões, a população de rua é criminalizada, colocada às margens e violentada. Tal abordagem policial é comum, e a sua execução relaciona-se ao arranjo urbano. A organização das cidades é política, arquitetada de tal maneira que incentiva e autoriza essa violência. As grades, os muros e as cercas estruturam uma lógica que segrega e permite a brutalidade contra determinados grupos. Assim, quem não tem paredes – ou seja, escapa à norma e não se assujeita ao morar hegemônico – é emparedado. Os muros que acompanham as calçadas, circunscrevendo o público e o privado, além de se imporem sobre a lógica de circulação da cidade, ditando para onde se deve ir, onde se deve ficar e onde se deve morar, servem como ferramenta para a repressão do Estado. Quando colocados com as mãos na parede, de costas para os policiais, a violência não chega somente do cassete: a parede, à frente, também violenta.

É dessa forma que, para além das pedras pontiagudas e pontas de ferro, para além dos elementos mais evidentes e explícitos da arquitetura hostil, a cidade constrói-se de forma excludente. A organização de casas, prédios, praças e ruas também dita e produz a existência na urbe. E a hostilidade com a qual nos deparamos nos centros urbanos expressa-se não apenas na aversão incontestável das grades e dos muros, mas também na forma excludente com que as cidades vêm sendo construídas e narradas, alheias às demandas de diferentes grupos sociais. O Estado cumpre sua função repressora não somente por meio da força policial, mas também através da gestão das cidades, produzindo concretamente, na violência policial e na arquitetônica, nossos modos de viver. A “arquitetura hostil”, dessa maneira, não se trata de ações específicas, isoladas e pontuais, mas de uma exacerbção da política que estrutura a urbe. É uma expressão máxima da norma de habitação e circulação das cidades. Esvaziando os espaços públicos, ruas, praças, tal hostilidade ressoa nas nossas relações, provoca medos e distanciamentos – e, assim, também nos gradeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: FIOS SE ESTENDEM E MUROS SE RACHAM

A experiência de pesquisa aqui narrada não se finda. No trajeto de nossos estudos, vemos não apenas o caminho que já percorremos, mas, também, o que ainda há de ser trilhado. Como em nossa aposta ética inquietada: para nos mantermos na corda bamba, é preciso estar sempre em movimento. Por esse motivo, as questões que nos mobilizam, aqui, apenas se ampliam. Retomemos Cardoso (2016): “pensar a subjetividade distribuída ‘na’ cidade é pensar a própria cidade” (p. 251). Uma cidade hostil não seria, assim, uma subjetividade hostil? Com a atual gestão do espaço urbano, que cidades-subjetividades se arquitetam? E que cidades-subjetividades podem, ainda, se arquitetar?

A cidade – seus fios, movimentos, muros – diz de nós como sujeitos. Pensar como ela nos constitui, o que ela manifesta e quais seus efeitos é também refletir sobre como resistir, subverter e, nas grades e nos muros, provocar rachaduras. Fazendo ver os embates urbanos, apostamos em romper com nossos modos individualizantes, reposicionar nossos corpos, ocupar a rua. Assim, inspiradas pelo que aprendemos com o jornal *Boca de Rua* e os demais coletivos com os quais nos encontramos – nas ruas, nas praças, nas calçadas –, seguiremos voltando nosso olhar para nossos próprios modos de ser, estar e habitar. E para o que neles desejamos transformar. Afinal, como nas palavras de Foucault (1995), “talvez o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (p. 239).

REFERÊNCIAS

- Boca de Rua** (2016). Por que os moradores de rua não tomam prédios vazios? Boca de Rua, 4(61), 3.
- Boca de Rua** (2017). No meu parque ninguém fica. Boca de Rua, 2(63), 6.
- Boca de Rua** (2018). Pequeno dicionário de ruaologia. Boca de Rua, 1(66), 4-6.
- Boca de Rua** (2018a). Adeus aldeia. Boca de Rua, 1(66), 2-3.
- Boca de Rua** (2018b). Para onde vão? Boca de Rua, 4(69), 2-3.
- Boca de Rua** (2019a). Assistência de Porto Alegre deixa muito a desejar. Boca de Rua, 3(72), 10-11.
- Boca de Rua** (2019b). Nova cara da assistência. Boca de Rua, 2(71), 10.
- Bofill, M. E.** (2020, 14 de julho). Porto Alegre tem mais de 2,6 mil moradores em situação de rua, diz FASC; ONG alerta para aumento no número durante pandemia. G1 Rio Grande do Sul. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/14/porto-alegre-tem-mais-de-26-mil-moradores-em-situacao-de-rua-diz-fasc-ong-alerta-para-aumento-no-numero-durante-pandemia.ghtml>
- Cardoso, C. A.** (2016). A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 242-251. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1458>.
- Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP** (2017). Mapeamento da população em situação de rua: região metropolitana de Porto Alegre. Autor.
- Dias, S. B.** (2019). Arquitetura hostil e percepção da sensação de insegurança: uma barreira para vitalidade e urbanidade, no bairro Espinheiro (Dissertação de Mestrado, em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN).
- Dias, S. B. & Jesus, C. R.** (2019). Cidade hostil. *Revista GEOgrafias*, 27(1), 26-0. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/19738>
- Ferreira, J. L.** (2004). Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. *Rev. Dep. Psicol., UFF*, 16(1), 116-120.
- Figueiredo, L. C. M. & Santi, P. L. R. de.** (2008). Precondições socioculturais para o aparecimento da Psicologia como ciência no século XIX. In *Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência* (3ª ed., pp. 19-52). Editora Educ.
- Foucault, M.** (1995). O sujeito e o poder. In P. Rabinow & H. Dreyfus (Orgs.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)* (pp. 231-249). Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2008a). *A arqueologia do saber* (7ª ed.). Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2008b). Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). Martins Fontes.
- Hofmeister, N.** (2020, 9 de abril). Prefeitura de Porto Alegre impede higiene básica de moradores de rua em plena crise do coronavírus. *Matinal Jornalismo*. <https://matinal.news/prefeitura-de-porto-alegre-impede-higiene-basica-de-moradores-de-rua-em-plena-crise-do-coronavirus/>
- Hüning, S. M., Guareschi, N. M. F., Reis, C., & Azambuja, M. A.** (2014). Subjetividades, Globalização e Urbanização: Novos Objetos da Psicologia Social Brasileira nos Simpósios da ANPEPP. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(2), 460-473. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000862013>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

(2019). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua anual. Autor.

Lemões, T. (2014). *População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção*. Comunicação apresentada na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal. http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402020400_ARQUIVO_Populacao-deruaeDireitos_Tiago_Lemoes.pdf

Marques, P. M. (2017). “*Nou led, nou la!*”: “*estamos feios, mas estamos aqui!*”: *assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza* (Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS).

Prado, K. & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14-19. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>.

Quinn, B. (2014, 13 de junho). Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of hostile architecture. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spikes-hostile-architecture?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br

Reis, C. & Guareschi, N. M. F. (2016). Veias abertas na produção em pesquisa. *Polis e Psique*, 6(1), 124-135.

Scisleski, A. C. C., & Hülning, S. M.

(2016). Imagens do escuro: Reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Polis e Psique*, 6(1), 8-26. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&tlng=pt.

Silva, R. L. (2013). Direito à Cidade. In A. M. C. Ximendes, C. Reis, & R. W. Oliveira (Orgs.), *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias* (pp. 109-122). Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.

Souza, E. & Pereira, M. (2018, 08 de fevereiro). Arquitetura hostil: A cidade é para todos? *ArchDaily*. <https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>

ENTRE CIDADE E CIDADES: POLISSEMIAS, ERRÂNCIAS E PROFANAÇÕES DO ESPAÇO URBANO

Fernando Zachia Sartori

Carolina dos Reis

Neuza Maria de Fátima Guareschi

me olhas com desconfiança
me olhas com desprezo
me olhas com nojo
me olhas com medo
só me olhas
cuidado para não criar calo nos olhos
Corrêa dos Santos (2018, p. 65)

Quando então, muitas vezes ao amanhecer, eu me detinha em algum portal,
já me enredara sem saída nos laços do asfalto da rua, e não eram as mãos
mais limpas que me libertavam.

(Walter Benjamin, 1987, p. 126)

Ainda há música
no intervalo entre as canções
Escuta:
é música ainda
Ana Martins Marques (2015, p. 65)

DOS ENCONTROS E DAS FISSURAS: UM PONTO DE PARTIDA

A Escola Porto Alegre (Escola Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre), doravante tratada como EPA, é o ponto de partida deste ensaio, uma vez que possibilitou todos os desdobramentos, as reflexões e as problematizações seguintes. A Escola consiste em um espaço humanizado cujas normas que regulam as instituições, os corpos e os andares são incessantemente tensionadas e flexibilizadas. Lá, proporciona-se o direito à educação às pessoas socialmente excluídas da escolarização formal. O colégio integra a Educação de Jovens e Adultos da SMED/

PMPA (Secretaria Municipal de Educação Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e caracteriza-se como um espaço de acolhimento, de socialização e de construção de conhecimentos¹. Ademais, fomenta encontros e garante direitos a jovens e adultos em situação de rua².

Na Escola é possível escrever, matar a fome, pintar, tomar banho, fotografar, desenhar, criar ou apenas estar. Lá passam corpos, sujeitos, afetos, saberes. Minha inserção nesse território, inclusive, deu-se por intermédio da fotografia³. Este ensaio, porém, não se circunscreve dentro dos limites físicos da instituição, e sim nela enquanto um disparador, seja pela representatividade ou por se tratar de um lugar de convergência dessas múltiplas possibilidades de flexão normativa. A Escola assegura, reconhece e sustenta expressões de vida, garantindo direitos e promovendo saúde em sua concepção mais abrangente. Tudo isso em um espaço tradicionalmente atrelado a um dispositivo reconhecido por sua potencialidade de subjugação dos corpos⁴. A Escola Porto Alegre é um ato político e humanitário. Testemunhei a emergência de um campo de afecções imensamente potente, que permite questionar tanto as políticas quanto as práticas de normalização presentes nos processos educacionais, subjetivos e urbanos – embora esses processos sejam indivisíveis. Experimentei furos e escapes da paisagem convencional dessas existências que, ao resistirem aos imperativos de controle, sofrem as consequências nocivas dessa ruptura⁵.

A partir da experiência⁶ que assegura este ensaio, há a pretensão de problematizar e de discutir as formas de ser e se mover na urbe, assim como as formas de ser sujeito e de se reconhecer sujeitos. Diante disso, surgem algumas questões iniciais: quais são as lições e os efeitos da EPA enquanto mecanismo de tensão normativa? Quais são as distintas possibilidades de relação que alguém pode estabelecer com o

1 <https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/epa/index.html>

2 Adverte-se que estar em “situação de rua” não se limita apenas a dormir na rua, mas sim ter uma relação com ela que não seja apenas de passagem, mas de encontros, sustentos e produções (Abreu & Salvatori, 2015).

3 Iniciei em março de 2019 no grupo de extensão “A Cara da Rua”, inaugurado em 2015 e vinculado ao programa universitário “Universidade na Rua (UNIRUA), PROEXT/UFRGS, PROEXT/MEC-SISU”. Trata-se de um projeto multidisciplinar de geração de renda e experimentação fotográfica que busca promover reflexões acerca da condição urbana e as formas de habitar a cidade, tendo como protagonista a população de rua. As fotos elaboradas são transformadas em cartões postais – na gráfica da UFRGS – para futuras vendas pelas ruas de Porto Alegre. No decorrer do ano de 2019 o projeto também foi a porta de entrada para um estágio de psicologia em redução de danos do qual também participei, articulando ensino-pesquisa-extensão.

4 (Foucault, 2014).

5 Como aponta Baptista (2010), “mobilidades improváveis, corpos e formas de ser sujeito impensáveis” (p. 57)

6 Em *Cómo nace un libro-experiência*, Foucault (2003) discorre sobre uma metodologia que se sustenta pela experiência. Para o autor, a experiência é aquilo que desgarrá o sujeito de si, fazendo-o outro ao aniquilá-lo e desassociá-lo. Esse deslizamento subjetivo impede a produção do mesmo, e a experiência que o origina deve poder ser relacionada com uma prática coletiva. Para Bondía (2002), experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (p. 21).

regime urbano em meio ao encontro com as diferenças? Quais práticas contribuem com a desarticulação e o rearranjo das lógicas de configuração subjetivo-espaciais? Quais são os dispositivos que impedem um sujeito de tornar-se outro, num processo de constância? Quais estruturas sentem-se ameaçadas com essas transformações? O que impede os (des)encontros orgânicos da alteridade na cidade?

Na primeira vez em que me proferiu a palavra, fez um freestyle. Rimas ferozes que faziam da exclusão, do pertencimento, das farpas e das estradas um único fonema. Na segunda, enquanto almoçávamos, mostrou-me as marcas de seu corpo. À medida em que me mostrava, eu ficava cada vez mais impressionado com o fato de ele estar na minha frente, em carne e osso, revelando suas marcas. Quinze cicatrizes. Quinze balas que furaram seu corpo⁷. O rapper da escola, o rapper da praça General Daltro Filho, parecia se orgulhar das cicatrizes. Talvez testemunhas de uma vida que muito sofreu. Talvez vestígios de suas pegadas itinerantes pelo mundo. Já no pátio, pegando o sol pós-almoço, ele para por um instante e fitando-me afirma: “tem que saber os sete mandamentos da rua” e, por um momento, calou-se. Evidentemente, não me atrevo a perguntar quais são eles. “Os sete mandamentos”, continuou, “se descobre sozinho.”

A CIDADE E AS CIDADES: DISSONÂNCIAS, POLISSEMIAS E PROFANAÇÕES

As calçadas abarcam tudo. Bitucas, cafés *gourmets*, migalhas, caça-níqueis, formigas, farelos, colchões, cachaça, olhares atravessados e uma variedade de solados que vão desde o couro importado até a derme encardida sem mediação entre o pé e o caco de vidro. A calçada é pura contradição. É absurda. Os restos sobrepõem-se mundanamente. De sua profusão caleidoscópica, escuta-se uma polifonia incendiária. Marcam a calçada as mais distintas pegadas, dentre elas, as que são morfologicamente vagas, isto é, geometricamente anexatas⁸. Pegadas cujos contornos – constantemente refeitos – não deslizam por acaso, são rascunhos por imanência. Além disso, compõem uma urbanidade estriada, díspar, rugosa, gâmica, em detrimento daquela lisa e vetorial. É pelo andar coxo e eventualmente errante que se irrompe uma cidade desprendida das gramáticas e absolutamente embaralhada. Mas que cidade é essa?

7 *Minha vida / Nada a declarar / Não vou responder / o que me perguntar* (Cristiano Rodriguez Silva, poeta da rua).

8 “Husserl fala de um prato-geometria que se dirigiria a essências morfológicas vagas, isto é, vagabundas ou nômades. Essas essências se distinguiriam das coisas sensíveis, mas igualmente das essências ideais, régias, imperiais. A ciência que dela trataria, a proto-geometria, seria ela mesma vaga, no sentido de vagabunda: nem inexacta como as coisas sensíveis, nem exata como as essências ideais, porém anexata e contudo rigorosa (‘inexacta por essência e não por acaso’)” (Deleuze & Guattari, 1997, p. 33).

Quem caminha pela orla revitalizada de uma metrópole, eventualmente, pode perceber que, depois de revitalizada⁹, ela muito se parece com outra orla, de outra metrópole, do outro lado do globo. Quem caminha pela cidade, caminha em meio a um caldeirão de velocidade¹⁰. Nas borbulhas da urbe, desvela-se a evidência de que não existe apenas “A Cidade” – unitária, batizada, habitual e denunciada pelo uso de maiúscula –, mas sim cidades. Porém, há algo dissonante: por que algumas cidades não estão nos cartões postais¹¹? Por que não estão nos comerciais de TV? Nos convites necrófilos de turismo? Nas prioridades das políticas públicas? Ou até mesmo nas capas dos jornais?

Algo insiste em neutralizar e higienizar as cidades e, simultaneamente, pôr em evidência a primazia da cidade. Parecem impedir, também, que as cidades, bem como as subjetividades que com elas se fundem numa simbiose constitutiva¹², proliferem-se. De certo, há uma proliferação, porém, controlada, regulada e autorizada. Seja pela ordem do poder, operando nos processos submissão e docilidade¹³ dos corpos na lógica de utilidade-heteronomia, ou pelos cardápios sugestivos do “Segundo Caderno”, oferecendo *rotas-cults* para desfrutar a cidade midiaticamente. Em ambos os casos, a organicidade, a fisiologia do cheiro e dos sabores parecem ser abandonadas em prol de uma cidade fria, todavia, ordenada e *hipster*. Portanto, as práticas de dominação limitam e direcionam a proliferação de subjetividades, autorizando apenas uma distribuição sob a tutela de canais controlados.

As cidades são abafadas. Seus traços errantes são desenhados por tintas de suor, de sangue e de resistência. Longe do concreto higienista, globalizado, a-identitário: *slams*, guetos, veredas, vielas, vagabundos, moradores de rua, travestis, contravenções, rachaduras. Os ruídos e os arranjos extraoficiais de tantas cidades escorrem pelas brechas do rádio. Essas cidades, bem como os sujeitos que com elas se confundem, são ensaboadas à mão áspera dos catálogos e dos regimes de controle.

Por sua vez, a cidade é hostil aos moradores de rua. A cidade incide em si mesma e ampara-se nas lógicas neoliberais¹⁴ de privação e discriminação. Intenta, incessantemente, impedir a possibilidade de que “dela” se extraiam outros circuitos

9 Seria revitalização sinônimo de gentrificação, isto é, o processo de substituição das classes populares pelas classes médias e altas em bairros desvalorizados? Para Bidou-Zachariassen (2006) sim, pois, na contemporaneidade, as revitalizações visariam à neutralização das críticas aos fenômenos de gentrificação ao torná-los mais aceitáveis do ponto de vista social.

10 *É impossível dizer / em quantas velocidades diferentes / se move uma cidade / a cada instante / ... / e que dizer das ruas / de tráfego intenso e da circulação do dinheiro / e das mercadorias / desigual segundo o bairro e a classe, e da / rotação do capital / mais lenta nos legumes / mais rápida no setor industrial, e / da rotação do sono / sob a pele, / do sonho / nos cabelos?* (Ferreira Gullar, 2015, p. 263).

11 https://www.instagram.com/a_cara_da_rua/

12 (Cardoso, 2016).

13 Segundo Foucault (2014), é dócil “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (p. 144).

14 (Safatle et al., 2021).

de afetos¹⁵ e outros modos de elos que não os de locomoção e usufruto dentro das convenções preestabelecidas. A cidade é inimiga do devir, da perambulação, da vagabundice. É simétrica; inviolável. Enclausura-se em si mesma, sufoca-se. Purificada, eleva-se à condição de sagrada¹⁶, na tentativa de evitar uma infestação de furos. É, portanto, uma cidade-maquete, uma cidade-museu¹⁷. Aos mendigos, não lhes são cedidos lugares nessa cidade: divisórias em bancos¹⁸ (nem tão) públicos; cacos de vidro embaixo dos viadutos; pedras pontiagudas; pontas de ferro em calçadas; cacetetes incandescidos; políticas públicas e midiáticas de abstinência. Em suma, a hostilidade na gênese urbana. A cidade é um corpo: aparatos econômicos e governamentais encarregam-se de manter a homeostase desse corpo, isto é, o traçado urbano imune a qualquer modalidade de invasores. A cidade, quase-fantasma¹⁹, é uma pele. Se brotam cravos na superfície dérmica, ora são ignorados, ora são indesejados. Pois os cravos podem cair no esquecimento ou sofrer na mão higienista dos cosméticos ou até na violência brutal das unhas. A cidade vivencia-se, descreve-se; as cidades narram-se²⁰. A cidade é feita de raiz; cidades são rizomáticas: friccionam e escapam o tempo todo. A cidade é do despejo, da exclusão; as cidades dos excluídos²¹.

“É que não deixavam escutar meu radinho”²² justificava o porquê de ter saído do albergue em que estava. Conversávamos sentados no pátio da escola enquanto me pedia algumas opiniões sobre seus versos, esses fortes, intensos e sinceros. O tom calmo do nosso diálogo contrariava um pouco o seu comportamento perante as oficinas da “*Cara da Rua*”. Em algumas ocasiões, solicitávamos para que ele se retirasse da oficina, tremenda agitação. Para nós, oficineiros, era um desafio, uma vez que para ele não existiam regras. Desrespeitava as orientações coletivas para realizar as atividades e (des)regulava as configurações da câmera, ajustando ao seu sabor o contraste, a luz e as cores. Resultavam dessa descostura fotos incríveis. Fotos canhotas. Fotos insubordinadas.

15 (Safatle, 2015).

16 (Agamben, 2007).

17 (Henri-Pierre Jeudy, 2005).

18 (Caldeira, 2000).

19 “cidade petrificada não é idêntica a uma cidade fantasma. É uma cidade que pode se tornar fantasma, mas que apresenta ainda a possibilidade de uma eclosão” (Jeudy, 2005, p. 93).

20 (Caimi, 2019).

21 Excluídos do acesso e do usufruto convencional, pois cumprem uma função preestabelecida dentro dos jogos de inclusão-exclusão que produzem a cidade. Afetos como medo, repulsa, asco são associados a determinadas pessoas com esse intuito. Como diz Baiano, poeta da rua: “*Tanto medo de gente / Tanto medo / que medo de gente / se torna medo / de não gostar de gente*”.

22 *Os pássaros engaiolados / Não têm como voar / Porque seus donos não voam / Porém a essência dos pássaros é o voo* (Anderson Luiz, poeta da rua).

DESCOSTURAS, RESTOS E FRAGMENTOS

Um certo aconteciment²³: desgarrados, rumam pelas ruas do centro embalhando a cena urbana. São um bando: pretas, pretos, brancos, brancas, pardos, descalços, imundos, sonolentos. Tumultuam e impressionam. Agachadas nos canteiros, penduradas nas muretas, deitados nas esquinas, desajustam a caótica e, no entanto, sincronizada²⁴ região central da cidade. Espanta que as mãos, naturalmente alceadas a pedir alguns trocados – ou, ainda, trêmulas coagindo alguns trocados –, estejam portando câmeras fotográficas. Os olhares alheios revelam certa inquietação com tal cenário, indicando que algo parece estar fora do lugar. O alvoroço dentro do alvoroço. Talvez, o peso da rotina lhes impeça de formular uma explicação lógica que sustente tal impressão, todavia, lhes é certo: algo está fora do lugar. Mas pode estar fora do lugar o que não tem um lugar²⁵: Isto é, o que seria esse não lugar? De que cores se pintam as paredes dele? Pode-se entrar depois de determinado horário da noite? Como são os pés que nele caminham? Aborda-se, aqui, corpos que transitam em um vão e se fazem sujeitos, justamente, nesse vão. Corpos que surpreendem ao fotografar, escrever, pintar, desenhar, falar ou calar.

Corpos que se experenciam por caminhares não regulados, pois “Nem todo andar é reguado²⁶, esquadrado e direcionado”. Corpos que abstraem o insólito do meio que estão desgarrados. Corpos que flanam pelas ruas, transformando desenhos urbanos em rascunhos urbanos com seus passos²⁷ vagos. A continuidade dos itinerários trabalho-transporte-lazer-transporte-casa dá lugar a descontinuidade de outra cartografia, inacabada e sem ponto de chegada. Não há padrão nesses passos errantes²⁸, há apenas uma relação visceral com a rua. Corpos que sofrem por diversos mecanismos e aparatos estatais, sociais e culturais que promovem sua morte²⁹.

Contudo, vale indagar-se: que corpo é esse que pode flunar? Ou seja, quem são os sujeitos que realmente podem ter uma condição de errância? E que condição é essa? Quais são os marcadores identitários que atravessam esses sujeitos e os permitem que a realidade nefasta da urbe os dizime com mais ou menos facilidade? E, ainda, quais são os pontos de cegos e os efeitos da minha existência branca e cis

23 Para Foucault (2006, p.339), a “acontecimentalização” é “uma ruptura, trata-se de fazer surgir uma singularidade”.

24 Princípio do “Quadrículamento”, Foucault (2014, p. 140). Melhor explicado por Diego, poeta da rua: “*Vivemos numa fazenda de formigas / Fora da bolha há algo que nos vigia*”.

25 “do lugar onde estou já fui embora” (Manoel de Barros, 2016, p. 52).

26 Neologismo dentro de um poema coletivo que ilustra uma foto de passos no centro da cidade.

27 “*Cada passo tem moda / olho-me no espelho / espelho brilha / fora de moda*” (Baiano, poeta da rua).

28 “Mas é justamente no sumidouro da rua que o morador de rua se encontra. É onde o cidadão comum se perde que ele encontra seu lar, seus pares, seus nichos. É nesse tempo e nesse espaço que ele se faz sujeito, que ele se identifica: é no fluido que ele estanca e se faz pessoa” (Mizoguchi et al., 2007, p. 40).

29 (Mbembe, 2011).

normativa – inerentemente violenta do ponto de vista estrutural – ao implicar-me nos contextos aqui abordados? Qual forma a cidade toma ao apresentar-se para mim? Qual é o lugar que ocupo ao interpelar esses sujeitos?

“Tu tens cara de quem faz barba, cabelo e bigode”, constrangeu-me ela, durante uma das minhas primeiras oficinas na EPA. É quase impossível de não se deixar afetar por ela, que leva no corpo as marcas de uma mulher preta que vive em situação de rua. Cicatrizes espalhadas pela pele de quando um ex-companheiro a ateou fogo, marcas de agressões passadas e traumas escondidos por detrás do sorriso e dos óculos escuros, de ações extremas de uma mulher que fez de tudo para defender uma filha. Sempre com sua garrafa de plástico, com a “água que o passarinho não bebe”, já garantiu que iria fazer o mudinho falar e o funcionário haitiano tornar-se fluente em português.

Ser mulher em situação de rua é semblante do inconcebível; muitas necessitam ter um companheiro para proteção e, até mesmo, recusam os banhos na triste intenção de se protegerem – embora seja essa uma tarefa impossível – das constantes tentativas de abusos por parte dos homens. Ela tem dificuldade de andar, não que isso lhe impeça de caminhar país afora. Das tantas agressões que sofreu e das tantas que revidou, uma lhe comprometeu o joelho esquerdo. Foi em Brasília, quando o cacete raivoso de um policial igualmente raivoso arrebentou sua perna. Ela se encontrava na capital da República para o encontro nacional da *PopRua*³⁰. Junto a ela, tantas outras pessoas em situação de rua, depois de muito manifestar, reivindicar e apanhar por isso, espalharam-se pelo mapa da Brasil a caminhar³¹. Incessantes vetores indo para diversas direções. Ela desbravou praias e cidades até regressar a Porto Alegre que, atualmente, é onde vive. Com suas características pulseiras e colares, e com seu animado estado de espírito, ela segue cativando as pessoas ao seu redor. Sob a pele dela não repousam apenas cicatrizes; repousa, também, na mais soberana caligrafia, o seu nome. Não sou eu quem diz, é ela: “*Meu amor me deu um fora / pensando que choraria / Não choro por pai e mãe / vou chorar por porcaria?*”.

Embora o “Mudinho” não fale³², é autodidata em sua própria língua. Negro e de sorriso lacunoso, circula pela cidade livre das gramáticas. Com frequência, promove encontros ao agarrar pela mão pessoas – até então desconhecidas, mas que têm em comum o carinho de mudinho – para posteriormente apresentá-las. Mudinho, o construtor de pontes. Criou-se em abrigos para depois criar-se na

30 O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), ou simplesmente *PopRua*, conforme a história da organização relatada na Cartilha de Formação do Movimento (2010), surgiu para enfrentar os riscos na rua, combatendo o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos da população de rua e, também, para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade dessa população.

31 “*Almas sem pátria sem pouso fixo, nômades, desarraigados*” (Baptista, 2010, p. 68). A mobilidade, expressa no poema: “*Uma boiada de transeuntes andando em círculos / Se eu rodar, fico tonto*” (produção coletiva de poetas da rua)

32 “*O bonito fica guardado / na lembrança do olhar*” (Belo, Marco Antonio Alves Elias, poeta da rua)

rua. Quando aborrecido, afasta-se e acende uma bagana, ignorando os chamados para que regresse, afinal, seus signos linguísticos são outros. Encanta-me fotografar com ele. Enquanto busca o melhor ângulo – perdurando-se em postes, deitando-se no asfalto – para capturar o momento, perambula pelas ruas com a serenidade de quem está a passeio. Saúda transeuntes e seus amigos: figurões do centro, malandros, flanelinhas, ambulantes. Todos aqueles, em certo modo, que como ele escorregam em meio ao emaranhado do cotidiano.

CORPOS DESCONTÍNUOS, PASSOS ERRANTES E RASCUNHOS URBANOS

Não ficava tanto à vontade na presença dele. Sempre descalço e sempre com uma nova história para explicar as marcas pelo seu corpo. Por vezes, quando se desorganizava, bebia a água do rio que rodeia a cidade escondido atrás do muro. Com frequência, ele insiste para que eu veja justamente o que não está ali. Quer que eu veja seu vazio, com a sua mão na altura do meu rosto. Porém, eu sigo olhando nos seus olhos. Ele me força a ver o vão que seu polegar deixou na mão esquerda. “*Sabe como eu perdi o dedo?*”. São nesses encontros e nesses vazios que desnaturalizo meu olhar para o outro e para a cidade. Encaro seu desconcreto; entre um concreto e outro, um espaço que pulsa em seu hiato tal qual uma palavra que tem sua semântica no vácuo entre suas letras. A mão em riste viola funções³³.

Há uma estratégia regida pelo biopoder³⁴ em conter e neutralizar o que excede, o inominável³⁵, o rascunho, o descontínuo, o clandestino da existência. Isso é, tudo aquilo que subtrai das singularidades os caminhos traçados por essências e que permite o imprevisto, bem como outras formas de ser, de manifestar e de se pensar enquanto sujeito. Propõe-se aqui uma polissemia nas formas de existir. Eis uma legítima ode à mão esquerda³⁶. Da canhota, a potência dos afetos e das criações reprimidas pelas tendências normativas³⁷. E é por isso que os retalhos narrativos que permeiam o ensaio almejam alçar novas semânticas desses elementos e uma descostura que desnaturalize olhares e andares, possibilitando a criação de meto-

33 “*A imagem sem cara / Ninguém viu / Ninguém vê*” (poema coletivo, poetas da rua).

34 (Foucault, 2017b).

35 “*o inominável, o improvável ou o ambíguo convertem-se em perigo*” (Baptista, 2010, p. 70).

36 Metáfora criada por Nuno Ramos; “*Está pronta para descumprir uma ordem, é isso o que faz o tempo todo, pronta para decepcionar uma expectativa, e como todos os que falham e admitem, parece sempre risonha e triste, pois sabe que sua sósia receberá sozinha os aplausos*”. Resultariam da mão esquerda: “*casas semi-desabadas em ângulos imperfeitos, cidades sem verticais nem empenas, sem microengenharia ou detalhes incrustados no granito. A vida inteira, rascunho de uma outra, iria se espalhando, sonsa e bêbada, em avenidas tão estreitas que nem sempre um passo nosso caberia, e toda linha de contorno seria interrompida e torta, descontínua*” (Ramos, 2013, p. 111).

37 “*agir pela mão correta é repetir o aprendizado morno, a falta de firmeza de quem, afinal, aceita o que lhe ensinam, absorvendo o mandamento alheio*” (Ramos, 2013, p. 112).

dologias singulares³⁸. Trata-se, portanto, de uma ética³⁹ que viabilize desprender o cotidiano do significado que lhe aprisiona; que afirme polissemias e que lute pela criação de modos de existência que vão ao oposto das tentativas de neutralizar as intensidades nos territórios.

Qualquer fluxo errante torna-se um perigo a ser combatido pela assepsia da urbe, logo, a descontinuidade dos rascunhos que habitam esses corpos erráticos e itinerantes oferecem risco à sociedade. Dito isso, na contemporaneidade⁴⁰ o imperativo da higiene procura transformar tudo em polido, operando dentro de uma lógica social que anule aquilo de caráter negativo e repugnante⁴¹. No vão da rua, todavia, imperam sabores agrídoces, misturas inimagináveis, condutas impensáveis, enfim, uma espacialidade outra, que produz um acontecimento inesperado. Quando se nega tudo que extrapola, perde-se a potência do afeto, da alteridade, do novo. Na cidade dos preconceitos, da exclusão, da criminalização, vagam nas lacunas aqueles que nas ruas vivem e das ruas dependem. Perde-se alteridade no desenho urbano, ganha-se no rascunho urbano⁴². Em meio a avenidas, biroscas, valas, semáforos, sarjetas; embaixo das pontes e viadutos; perambulando pelas ruas, na calada da noite; nas praças, nos bueiros, nas quitandas, naus⁴³ invisíveis a flunar no entrelugar⁴⁴. Corpos que lutam contra a inércia e a fixidez.

Espremido entre os carros, na minha bicicleta, voltei para a casa naquele dia, tentando imaginar sua reação ao contemplar o céu depois de passar quinze anos encarcerado. Ele, que sempre compartilha suas experiências e aventuras durante as oficinas e as conversas mais ordinárias. Dando aulas e mais aulas sobre o que não se aprende em qualquer lugar. Possui o magistrado quando descreve como se é produzida a cachaça que se vende no Presídio Central de Porto Alegre. Quando analisa, tal qual um acadêmico, a transformação do conceito de violência ao passar das gerações. Quando conta, com um saber técnico, como se fazem as tatuagens, enquanto mostra seus braços, outrora cobaias das tintas. Além disso, leciona sobre as lógicas de operatividade do presídio, bem como suas relações de poder, códigos, signos e cotidianos.

Naquela tarde em que compartilhou comigo o céu da noite de sua liberdade, via através de sua retina nostálgica e supunha que era um céu estrelado e que, provavelmente, a lua encontrava-se em quarto minguante, sorrindo para ele.

38 Baptista (2010, p. 58).

39 Baptista (2010, p. 62): uma “aposta ética requer o estar atento ao que se passa, ao que acontece, ao que nos passa, arrancando-nos dos limites daquilo que somos, e dos hábitos que anestesiam a potência daquilo que não podemos nomear”.

40 “Suado e veloz do batente / chega homem-relógio” (Baiano, poeta da rua).

41 (Byung-Chul Han, 2019).

42 “Dia inusitado na cidade / alguém olhou para cima” (criação coletiva, poetas da rua).

43 (Foucault, 2017b).

44 *Sei lá se você me ama / Eu não quero nem saber / Quando vou naquela esquina te ver / Se você não me vê / Com certeza eu vejo você* / (Edinei Zils Reis, poeta da rua).

Então, desceu rumo ao sul. Passo a passo chegou na cidade de Rio Grande. Eu permanecia ali, ouvindo, enquanto outros estudantes complementavam com outras histórias, de quando costumavam caminhar até o litoral, dormindo e alimentando-se na estrada. Um aluno que passava por ali, preto, de bigode espesso e chapéu de palha, que optava na maior parte do tempo pelo silêncio, narrou que muitas vezes ia com seus amigos para a praia, dormindo em casas abandonadas pelo caminho. Então, disse que ao seguir estrada tinha o “privilégio de ser preto”, já que uma vez eram quatro que chegaram em Capão da Canoa e tiveram que pedir uns trocados para que o único branco do grupo pudesse voltar de ônibus para a capital. O motivo: insolação.

Quando se propõe reconhecer outras formas de mobilidade e de subjetividades, apenas por meio da inserção das pessoas em situação de rua à máquina capitalística contemporânea, não obstante soe subversivo, não deixa de ser normalizador. Pois, embora as estratégias de economia solidária e geração de renda com moradores de rua assegurem e legitimam significativos processos de cidadania⁴⁵ e pertencimento, há algo para além disso. Nessa linha, amputam-se as estratégias que tentam romper com os estereótipos, buscando outras formas de ser sujeito e de se reconhecer sujeitos sem necessitar, em contrapartida, razões atreladas às logicas neoliberais de produção. Quais são os dispositivos que impedem esse reconhecimento acontecer sem necessitar de prerrogativas para circunscrever existências nos circuitos convencionais que regulam as trocas sociais na sociedade do consumo?

Preto, de jaqueta de couro preta, de calças e sapatos pretos, percorre a geografia da cidade ao sabor de suas pernas. A força de seus braços empurra seu sustento enquanto coletor. Entretanto, ele não coleta apenas o passível de reciclagem. Coleta⁴⁶, também, o que escapa às pessoas. Mas o que mais urge a deter a mirada nele não diz respeito ao seu ofício urbano, nem à jaqueta de couro usada até nos dias mais escaldantes e muito menos à solitária mecha alva na barba tal qual um enclave. O que prende mesmo a atenção – daqueles menos apressados – é o seu olhar. Olhar insinuante. Olhar que remete a uma expressão serena. Há nessa expressão um sabor malicioso, um sorriso engatilhado. Na escola é assim, sentado no pátio, aquém do relógio; sorrindo no refeitório quando sempre lhe apressam para findar o almoço. Ele não participa mais de nenhuma oficina e, tampouco, vai às aulas. Permanece assim: sereno, misterioso e sossegado. Para além das refeições que realiza na EPA, seu principal laço com o lugar são seus pincéis. Com eles desenha. Com eles

45 “Invés de um caçador/coletor das sobras da produção do *socius* – do lixo às moedinhas e seu assistencialismo cristão culpado ... insere-se nos fluxos contemporâneos, deslocando a entrega de uma moeda, fruto da mendicância, para uma relação de consumo e adquirindo, assim, a potência de ser reconhecido enquanto cidadão da sociedade de consumo” (Mizoguchi et al., 2007, p. 40).

46 (Benjamin, 1987).

preenche. Com eles colore. Já teve, inclusive, uma exposição⁴⁷ de seus quadros. É notório seu talento peculiar, sua mistura de nuanças⁴⁸ e tonalidades; traços fortes que dão luz à vida na superfície da tela. Ele, o artista, também desenhou a arte que estampou as camisetas que revestiam os corpos que protestavam contra a extinção da EPA em frente ao Tribunal de Justiça do RS⁴⁹: a planta baixa da escola. Porém, ele não viu as camisetas no dia da manifestação. Estava em outro lugar, seguindo seu rumo sem muita cerimônia com o que lhe rodeava.

É impossível passar imune aos traços dele. É impossível passar imune à mescla de enigma e serenidade de seus olhos. O que nos leva a pensar naquilo que seu olhar sugere. Talvez, nada mais do que uma porta aos seus quadros e a seus desenhos. Nesses ele compartilha o que enxerga. E o que enxerga é inacessível aos nossos olhos míopes. No entanto, uma vez levantada a hipótese para seu olhar, nos resta mais uma dúvida quanto a seu sorriso. O sorriso? Quiçá uma forma de empatia, de compaixão, ou até mesmo – por que não? – de pena conosco: privados de ver aquilo que ele enxerga. E é nesse ato altruísta que ele mostra a cor dos seus dentes e trata a todos com tanta ternura.

Certamente, nas cenas urbanas, uns vão a algum lugar enquanto outros no vão acontecem⁵⁰. Floresce, então, o ímpeto de sustentar as formas de esburacar⁵¹ a polidez urbana, tensionando as relações dos sujeitos para com o regime espacial. Em nenhum momento procura-se romantizar qualquer contexto aqui abordado, muito menos renegar as implicações sinuosas que o ensaio exige. Principalmente quando há condições reais de sofrimento psíquico envolvidas e marcadores étnicos e de gênero atrelados. Decerto, tudo isso compõe a errância dessa escrita em que os riscos se correm conforme as linhas transcorrem. Aprender a tensionar as normas com determinadas populações, atendo-se aos marcadores socioidentitários e estruturais envolvidos não deixa de ser um horizonte ansiado. Assim, torna-se possível refletir acerca do caráter construtor de expressões e de modos de vida que produzem um saber oriundo da ruptura com os jogos de sujeição.

47 <https://www.sul21.com.br/cidades/2016/10/a-arte-como-forma-de-resistencia-estudantes-da-epa-expoem-trabalhos-na-camara/>

48 *Esses que pensam que existem sinônimos, desconfio que não sabem distinguir as diferentes nuanças de uma cor* (Mario Quintana, <https://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Mario-Quintana/52061141.html>).

49 Ao longo dos últimos anos, a EPA sofreu com diversas ameaças de fechamento por parte do poder municipal, tendo que recorrer juridicamente. Saliento, aqui, as constantes e massivas estratégias para que a Escola encerre suas atividades. Um representante da prefeitura chegou a dizer que o espaço estava sendo “subaproveitado”. Ver em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/12/tj-proibe-prefeitura-de-fechar-escola-para-moradores-de-rua-em-porto-alegre-ck435zq9z051o01rzh7c0nzo.html>

50 *“Uma flor nasceu na rua! / Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego. / Uma flor ainda desbotada / ilude a polícia, rompe o asfalto. / Façam completo silêncio, paralise os negócios, / garanto que uma flor nasceu. / Sua cor não se percebe. / Suas pétalas não se abrem. / Seu nome não está nos livros. / É feia. Mas é realmente uma flor”*. (Drummond, 2020, p. 33)

51 *“O que eu vejo é beco”* (Manoel de Barros, 2016, p. 45)

Convém, todavia, salientar que em meio a essas subjetividades dissonantes a um organismo é difícil negar a insurreição e a indocilidade exaladas. Subjetividades que fazem da rua o avesso, um lugar passível de criação. Em tom provocativo, o que se pretende neste ensaio não é circunscrever essa experiência em um saber, mas sim a necessidade de produzir agenciamentos dela, assim como aprender a tensionar e a profanar a norma – seja ela urbana, educacional ou qualquer outra. E, por fim, transformar a experiência em meio a rascunhos descontínuos em uma prática coletiva.

Portanto, resistir à cidade passa, muitas vezes, pelo simples ato de circular, de compor com um espaço que não é o seu. Tomar e ser tomado pelas ruas⁵². Contudo, as formas de resistência estão atreladas às consequências – se materiais ou subjetivas para determinadas existências – das composições dos espaços e quanto desses espaços são mais ou menos renegados para determinadas existências. O dia a dia na cidade revela, nitidamente, que imperativos segregacionistas e nefastos da urbe têm endereço claro.

Aos sujeitos para os quais cada gesto⁵³ é um destino, a instância do agora⁵⁴ toma proporções fundamentais. Coletam o que a cidade desfaz. No fundo dela fundam cidades; na borda dela brotam cidades. Dos gestos profanadores, dos rebatizados, concebe-se o plurívoco. Realizam percursos, despertando – como em mim despertaram – afetos inauditos. Afirmam a condição de errância, ensinam sobre o desamparo⁵⁵ e debocham das gramáticas convencionalmente impostas em meio a uma repulsa da destreza. Os sujeitos que coletam o descartado e o evitado pela pólis ressignificam e atribuem novos sentidos a elementos sagrados e enclausurados em seus fins. As existências itinerantes, descontínuas e capitalistamente precárias que flanam, perambulando nas penumbras, embaixo dos viadutos, e que transformam – ainda que involuntariamente – A cidade-museu nas cidades-das-sucatas e em tantas outras cidades, irrompendo uma gama de possibilidades apesar da violência mórbida daquela.

Ele é mais um desses brilhantes artistas que têm na EPA um lugar especial no mapa de suas caminhadas errantes. Faz cerâmicas, pinturas, xilogravuras e mandalas com admirável habilidade. Almoçar com ele no refeitório é aprender lições da mais pura libertinagem. Com movimentos cautelosos e certos, ele se esquivava do olhar vigilante da nutricionista. E, na primeira brecha, saca do bolso um frasco com pimenta e outro com sal. Afinal, que graça tem a vida sem sabor? Sempre cordial, oferece-me um pouco. Mais uma vez, atenta-se ao olhar

52 (Cardoso, 2016).

53 (Agamben, 2007).

54 (Benjamim, 1987).

55 (Safatle, 2015).

controlador e, noutra brecha, passa os recipientes por debaixo da mesa para seus companheiros. Afinal, que graça tem o sabor da vida se não se pode compartilhar?

Comumente, outro estudante juntava-se a nós nas refeições. Esses dois são grandes amigos. Ambos formavam um trio. Pois, aonde iam, Pretinha⁵⁶ ia atrás. Fiel companheira, muito carinhosa, mas também muito enigmática: nunca se escutou o som de seu latido. Certa feita, contavam-me tudo o que encontravam em suas andanças. Trapos⁵⁷, bugigangas, esculturas, televisões, braceletes, dinheiro e uma infinidade de restos que apenas apareciam para os olhos dignos de encontrá-los, aqueles que não os renegaram e reinventam seus usos. Animados, relatam-me de quando encontraram uma boa quantia: dividiram entre os três. Duas garrafas de “51”, dois maços de cigarro, um quilo de carne moída para Pretinha. E então, separaram-se. Lá pelas tantas, encontram-se e um pergunta: “*por onde tu andou, meu?*” Aquilo de certa forma reverberou em mim. Refletia que para fora das grades do colégio havia um significado não muito usual e que, com certeza, não o compartilhávamos. “*Por onde tu andou.*” lembro de perguntar para um amigo que entrou comigo em uma festa e, em dado momento, perdeu-se de mim. De repente, esbarro com ele na área de fumante: “*te procurei por toda parte*”. Esse “*toda*”, claro, limitado às quatro paredes da casa noturna em que nos encontrávamos. Mas o “*toda*”, para esse trio, não parecia se circunscrever em parede alguma.

Durante algum tempo, via apenas o amigo no refeitório. O outro andava ausente. Não ia tanto nas oficinas e passava pouco tempo no colégio. Entretanto, quando se encontrava na EPA, compreendia-se a razão pela sua ausência: uma nova estudante da EPA. Os dois passavam a maior parte do tempo juntos, entre conversas e carícias. Algumas pessoas provocavam o amigo, dizendo que esse andava com ciúmes. Até que reencontro o apaixonado em um almoço e, enquanto colocávamos os assuntos em dia, ele me revelou que pediria ela em casamento. Já estavam vivendo na mesma barraca e, inclusive, haviam jogado – juntos e ao mesmo tempo, tal qual um rito – no Guaíba seus cachimbos. No entanto, ele não parecia muito animado, diferentemente de mim. Ao questioná-lo, responde-me que ela estava incerta, dizendo que sim, se casava, mas que ia “pegar o trecho⁵⁸”. Devido a minha dúvida, ele me explica que pegar o trecho é sair por aí, mundo afora. Conta-me que está em dúvida quanto a pegar o trecho. Ela pretende subir. Passar por São Paulo, quem sabe. Cairá na estrada com ou sem ele. E seu trecho, indubitavelmente, não faz fronteira com nenhuma parede, quem dirá quatro.

56 “*A solidão nunca está sozinha / A morte nunca anda só*” (produção coletiva para Pretinha).

57 “o trapeiro recolhe objetos indiferente ao seu valor primeiro, descobrindo que a ausência inicial de valor revela seu valor atual” (Benjamin, 1987).

58 “Desculpa, meu amor / Não vou para casa / Não volto mais tarde” (*Despedida*, Pablo Henrique dos Santos Corrêa, poeta da rua).

SINAL AMARELO

Aqueles cujos vínculos com a rua não se enquadram num critério convencional tampouco se pautam por uma relação de consumo ou passagem, profanam-na⁵⁹. Utilidades ao avesso são constantemente inventadas. Heterotopias⁶⁰, isto é, lugares absolutamente outros, jorram. A capa do jornal que expõe o novo empreendimento e seus sorrisos brancos pode virar papel higiênico⁶¹ – quando muito – nas mãos de uma moradora de rua, bem como a mandinga feita para espantar maus espíritos que dela se esbalda na calada do dia o menino faminto.

Do alvoroço das calçadas, da contradição das cidades e da vagueza das pegadas: nadifúndios⁶². A matéria reina sobre o artefato. No vão da rua, apesar de tudo, a matéria pulsa. Nesse caso, não existe destino preconcebido ou uma natureza imutável em cada passo dado. Há na matéria bagunça, desordem e a promessa do sequestro pelo acaso; guinadas, guindastes, guilhotinas. Na terra do nadifúndio – refletida pelos arranha-céus espelhados – emergem barracos, papelões, lonas, pixo, lixo, presídios.

Entre (des)encontros; entre as colunas dos viadutos; entre as lacunas da cidade; entre privilégios e limites; entre outras cidades, mal-ditas cidades: sujeitos e a desarmonia entre suas existências e a Cidade da maneira que ela se apresenta hegemonicamente. Portanto, atenta-se para a importância de resistir à tentativa de predicar-se a cidade. A cidade é da iminência: do devir, do desejo, do narrar, do mudinho, do-sem-dedo, daquelas com os corpos cheios de cicatrizes. Talvez seja relevante ater-se à iluminação própria oriunda dessas cidades iminentes, essas cidades-que-se-escondem. Por que as escondem? Por que as escondemos em metodologias dissociadas, sem evasão ao olhar constrangido? Nessa linha, pensar em estratégias para resistir aos modelos de cidade, bem como em maneiras de libertar-se das linhas de força que nela se debruçam, em cada meandro, em cada fio, ganha extrema importância.

“*Professor, se tu soubesse o que acontece no centro depois das onze...*”⁶³ Até hoje esses dizeres me martelam. Caso perguntado “*conheces o centro de Porto Alegre?*”, poderia dizer que sim? Aliás, se a pergunta fosse menos específica, poderia dizer que conheço Porto Alegre? Certamente não. Mas o desconhecimento que provém das indagações dessas bocas são a matriz propulsora para se pensar em que cida-

59 Para Agamben (2007, p. 56) “a profanação consiste na restituição do uso” – outrora privado ao Divino – aos sujeitos.

60 (Foucault, 2013).

61 Agamben (2007, p. 67) “O que poderia querer dizer: profanar a defecação?”.

62 O nadifúndio, presente na poesia de Manoel de Barros, é a terra dos inutensílios, repulsiva a qualquer forma de utilidade. É a pré-coisa por excelência.

63 “*O barato tem cheiro / A cachaça tem gosto / No cabaré tudo se despe / Maria Padilha tira sua roupa*” (Baiano, poeta da rua).

de se habita. O essencial reside no desconhecido. Sou atraído pelo devir desses sujeitos que botam na minha cara o fato de eu não conhecer o centro depois das onze. Retomo, propositalmente, o *poema inicial*⁶⁴ e *questiono: quem é o eu-lírico? Quem olha para o eu-lírico? Por que olha? Como olha? Por que não olha? Quando olha? Em quais circunstâncias olha? Desde onde olha? Como fazemos para que esse olhar seja outro olhar? Outra forma de olhar. “Que ‘as coisas continuam assim’ – eis a catástrofe*⁶⁵.

64 “me olhas com desconfiança / me olhas com desprezo / me olhas com nojo / me olhas com medo / só me olhas / cuidado para não criar calo nos olhos” *Correa dos Santos* (Baiano, poeta da rua).

65 (Benjamin, 2009, p. 515).

REFERÊNCIAS

- Abreu, D. & Salvadori, L.V.** (2015). Pessoas em situação de rua, exclusão social e realização: reflexões para o serviço social. In *Anais do Seminário Nacional de serviço social, trabalho e políticas sociais* (pp. 1-8). Universidade Federal de Santa Catarina. <https://core.ac.uk/download/pdf/129460962.pdf>
- Agamben, G.** (2007) *Profanações* (1ª ed.). Boitempo.
- Baptista, L. A.** (2010). Tartarugas e vira-latas em movimento: políticas da mobilidade na cidade. In P. B. Jaques & F. D. Brito (Orgs.), *CORPOCIDADE: debates, ações e articulações* (pp. 42-53). EDUFBA.
- Barros, M.** (2016). *Livro sobre nada* (1ª ed.). Alfaguara.
- Benjamin, W.** (1987). *Rua de mão única*. Brasiliense.
- Benjamin, W.** (2009). *Passagens*. Editora UFGM.
- Bidou-Zachariassen, C.** (2006). Introdução. In *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos* (pp. 21-58). Annablume.
- Bondía, J. L.** (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28.
- Caimi, C.** (2019). A forma da cidade: deslocamento, porosidade e ressonância na escrita. *Polis e Psique*, 9(2), 232-243.
- Caldeira, T. P. R.** (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Editora 34.
- Cardoso, C. A.** (2016). A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(2), 242-251.
- Deleuze, G. & Guattari, F.** (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Editora 34.
- Foucault, M.** (2003). Como nasce um livro-experiência. In *El yo minimalista y otras conversaciones* (pp. 18-33). La marca.
- Foucault, M.** (2006). *Ditos & Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber* (2ª ed.). Forense Universitária.
- Foucault, M.** (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. N-1 edições.
- Foucault, M.** (2014). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (42ª ed.). Vozes.
- Foucault, M.** (2017a). *A História da Loucura* (11ª ed.). Perspectiva.
- Foucault, M.** (2017b). *Microfísica do poder* (5ª ed.). Paz & Terra.
- Gullar, F.** (2015). *Toda Poesia* (21ª ed.). José Olympio.
- Han, B. C.** (2019). *A Salvação do Belo*. Vozes.
- Jeady, H. P.** (2005). *Espelho das cidades*. Casa da Palavra.
- Marques, A. M.** (2015). *O livro das sementes* (1ª ed.). Companhia das Letras.
- Mbembe, A.** (2011). *Necropolítica*. Melusina.
- Mizoguchi, D. H., Costa, L. A., & Madeira, M. L.** (2007). Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 38-44.
- Movimento Nacional População De Rua - MNPR.** (2010). *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*. Autor.
- Ramos, N.** (2013). *Ó. Iluminuras*.
- Safatle, V.** (2015). *O circuito dos afetos* (2ª ed.). Autêntica.
- Safatle, V., Silva, Nelson, & Dunker, Cristian** (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

ADOLFO JESIEL SIEBRA

Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorando em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: jesielsiebra@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3591-2603>

ALINE DA SILVEIRA MUNIZ

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-Politcs) e do projeto Ocupas: cidades, resistências e produção de subjetividade.

E-mail: alines_muniz@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3367-9422>

BIBIANA VALIENTE UMANN BORDA

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Arquiteta e Urbanista formada pela mesma universidade. Integra o Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-politcs) e Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Migrações (NEPEMI-GRA), atua também como extensionista nos grupos Ocupas: cidades, resistência e produção de subjetividade e GTKombit: mutirão por moradia.

E-mail: bibianavborda@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8725-3216>

CAROLINA DOS REIS

Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-Politcs). Coordenadora do Grupo Ocupas: cidades, resistências e produção de subjetividade.

E-mail: carolinadosreis@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6482-2677>

FABRÍCIO GONÇALVES KRAMBECK

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC CNPq) no Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-Politcs). Estagiário no Grupo Ocupas: cidades, resistências e produção de subjetividade.

E-mail: fabriciokrambeck@gmail.com

ORCID:

FERNANDO ZACHIA SARTORI

Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (Núcleo E-Politcs)

E-mail: ferzsartori@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3238-1819>

**FRANCISCA MAGALHÃES
DE SOUZA**

Psicóloga e mestra em Psicologia Social e Institucional, ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: francisca.magalhaes.s@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4155-1154>

DAN PINHEIRO MONTENEGRO

Mais conhecido como Dan, é mestrando em Psicologia Social e Institucional na UFRGS, especialista com Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Psicólogo. Suas pesquisas têm se ancorado na interface entre saúde e psicologia social.

E-mail: danpmontenegro@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7218-8354>

GABRIELLE REICHEL

Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Email: gabi_reichelt@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7959-9735>

**GABRIELLY DA
FONTOURA WINTER**

Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora do Departamento de Ciências da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Email: gabriellywinter@unisc.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2981-0640>

GIOVANA BARBIERI GALEANO

Psicóloga. Doutora em Psicologia Social e Institucional pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, com período Sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CAPES-PRINT). Atualmente é Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com bolsa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ (Chamada CNPQ 25/2021)

E-mail: giovanagaleano@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1305-9709>

INEA GIOVANA DA SILVA-ARIOLI

Psicóloga formada pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (SC), com pós-graduação - título especialista - em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto (SP), Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (SC), doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS. Conselheira titular do Brasil no Conselho Deliberativo (2015 - 2018) e Secretária Geral (2018-2021) da União Latino-americana de Entidades da Psicologia - ULAPSI.

E-mail: inea.giovana@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0006-6996>

JACINTA ANTONIOLLI TESTA

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC CNPq) no Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-Politics). Extensionista voluntária no Grupo Ocupas: cidades, resistências e produção de subjetividade.

E-mail: j.antoniolli testa@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1816-2628>

LAURA COELHO SCHAEFER

Pesquisadora e inventora de poéticas visuais e literárias. Possui graduação em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia e é Mestra em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. A autora busca transitar por variados aspectos do sensível, no qual aposta para a criação e disseminação de transformações sociais. Seu campo de interesse se encontra nas decolonialidades, imagens, tecnologias e dissidências, e sua produção se volta para a inquietação do corpo: corpo humano, corpo ciborgue, corpo natureza, corpo imagem...

E-mail: laurakoelho@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6602-2224>

LUIS HENRIQUE DA SILVA SOUZA

Homem cis gay, branco, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (2018) e graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2015). Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (Núcleo E-politics). Membro e colaborador do grupo de extensão OCU-PAS: cidade, resistência e subjetividade.

E-mail: luis.henri.que@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5295-5226>

MAÍNE ALVES PRATES

Psicóloga (PUCRS), poeta por herança ancestral. Desde antes da graduação mostrou grande afinidade com mo-

vimentos culturais periféricos principalmente onde pessoas negras são protagonistas. Atuou por muitos anos na assistência social e atualmente atua em um CAPS AD III em Porto Alegre. Promotora de saúde da população negra. Mestra em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

E-mail: mainealvespratesn@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3673-3519>

MARIANA GONÇALVES DOUTORANDA

Mestra em Psicologia Social e Institucional no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias de Subjetivação (e-politics) do PPGPSI/UFRGS. Atua nos temas que envolvem processos de subjetivação nas cidades, relações raciais e desigualdades no espaço urbano, territorialidades e territórios negros, juventudes e arte e cultura nos espaços públicos

E-mail: marigdasrs@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3276-5510>

MARIANNA RODRIGUES VITÓRIO

Psicóloga Clínica, mestre e doutoranda em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

E-mail: mari.psicologiasocial@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4034-6439>

MAYNAR PATRICIA VORGA LEITE

Possui Graduação em Psicologia - habilitação Psicólogo e em Psicologia - Li-

cenciatura. Especialista em Educação Permanente em Saúde e Doutoranda e Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (Núcleo E-politics). Membro apoiadora da Frente dos Coletivos Carcerários do Rio Grande do Sul. Abolicionista penal, antiproibicionista, antimanicomial e antirracista. Atuou em consultório clínico. Atuando desde janeiro de 2013 como psicóloga no sistema prisional, com experiência na gestão e no cuidado da saúde mental no ambiente carcerário enquanto direito de acesso ao Sistema Único de Saúde. Entre setembro de 2013 e abril de 2019 participou da Equipe de Desinstitucionalização do Instituto Psiquiátrico Forense Doutor Maurício Cardoso (IPF-MC). Membro do GT de Pesquisas da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe, entre 2014 e 2015. Co-criadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Susepe. Pesquisa a invenção de vida no espaço prisional, a periculosidade enquanto dispositivo social, e o encarceramento em massa e a manicomialização com seus eixos estruturantes (segregação econômica, de raça e de gênero).

E-mail: mayamiga1000@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2383-023X>

NEUZA MARIA DE FÁTIMA GUARESCHI

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psico-

logia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação pela University of Wisconsin, nos Estados Unidos. Mestre e psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Coordenadora do grupo de pesquisas e-politics e Pesquisadora Produtividade CNPq 1A

E-mail: nmguares@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5892-188X>

ORIANA HOLSBACH HADLER

Professora Adjunta no Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (Núcleo E-politics). Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mãe de Hiram e Íris.

E-mail: orianahadler@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9736-2224>

RAY CARVALHO

Graduando no Instituto de Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: rayoak12@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7188-8129>

RODRIGO KREHER

Pesquisador integrante do Núcleo E-politics - Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação do PPGPSI/UFRGS, com foco nas temáticas cidade e subjetividade, juventudes e políticas públicas. Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(PPGPSI/UFRGS), bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e graduando em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

E-mail: kreher.rodrigo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5464-8502>

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

Graduando em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará e Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais). Possui interesse pelas seguintes áreas: Sociologia do Trabalho; Psicologia Social do Trabalho; Psicologia Histórico-Cultural. Possui interesse pelos seguintes temas: atividade; mundo do trabalho; subjetividade no trabalho.

E-mail: alcantara.ecoufc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5267-4611>

TIAGO SCHIMIT

Graduando em psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Iniciação Científica (PROBIC FAPERGS) no Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação (E-Politics).

E-mail: tiagoschimit@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3856-6520>

WESLEY FERREIRA DE CARVALHO

Doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculado ao Núcleo e-politics - Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas

de Subjetivação, Mestre em Educação, Especialista em Saúde Mental Coletiva. Assistente Social trabalhador da Rede de Atenção Psicossocial, atuando no CAPS AD IV Céu Aberto, com pessoas em uso de álcool e outras drogas, sobretudo, com pessoas vivendo em situação de rua. Pesquisador das juventudes, dos conflitos com a lei e das relações entre as masculinidades e os atravessamentos do racismo.

E-mail: eu_wesley@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5410-2385>